

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA



*ÀS MARGENS DA RESEX DO CASSURUBÁ NO
BANCO DOS ABROLHOS:*

*CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS, PRÁTICAS
CULTURAIS E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO*



Omar Souza Nicolau

Orientadora: Eliane Cantarino O'Dwyer

Abril de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Às margens da Resex do Cassurubá no Banco
dos Abrolhos:

Construções identitárias, práticas culturais e
processos de territorialização.

Orientadora:

Eliane Cantarino O'Dwyer

Banca examinadora:

Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

José Colaço Dias Neto

Cleyton Henrique Gerhardt

Andrea Zhouri

Abril de 2014

**Às margens da Resex do Cassurubá no Banco dos Abrolhos: construções
identitárias, práticas culturais e processos de territorialização.**

Omar Souza Nicolau

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de
doutor em Antropologia.

Aprovada em 28 de abril de 2014

Profa. Eliane Cantarino O'Dwyer (Orientadora)

Prof. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Prof. José Colaço Dias Neto

Profa. Andréa Zhouri

Prof. Cleyton Henrique Gehardt

Suplentes:

Profa. Gláucia Oliveira da Silva

Profa. Neide Esterici

Niterói

2014

A Maria, a Malu e a Júlia.

A Ilza Scofield

A José Luiz e Ceres

É como se, a partir de um certo ponto, todo o acontecimento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos conquistam no seu conflito com os poderes centrais preparam sempre simultaneamente uma tácita mas crescente inscrição da sua vida na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível base do poder soberano de que se queriam libertar. (Giorgio Agamben, Homo Sacer)

Resumo

Esta tese procura compreender práticas sociais, representações e a elaboração de identidades sociais e políticas de um grupo social categorizado como “extrativista” no Extremo Sul da Bahia, a partir das relações que estabelece com o Estado e com ONGs de cunho ambientalista, mediante a implantação de uma Resex, em uma área estuarina e marinha. Entendo que aquele grupo foi posto em diálogo com um novo léxico e uma nova gramática, por meio de um modo particular de gestão do território, distintos de suas práticas sociais e seus modos de vida. O Estado é concebido como um conjunto de relações nas quais os fluxos de interesses são disputados por grupos sociais supostamente colocados em condições de igualdade, no interior de arenas de negociação inauguradas a partir de políticas públicas, sob o amparo do Meio Ambiente. Ao mesmo tempo o Estado incorpora em sua agenda e em normatizações os “elementos” ou “traços” de um “modo de vida tradicional” presente nas práticas sociais daqueles grupos. Busco compreender como os grupos sociais ora categorizados “extrativistas” elaboram sua identidade no sentido do reconhecimento de seu modo de vida e ainda interpretam a sua ação e a de agentes do “Meio Ambiente” – incluindo servidores do Estado, técnicos de ONGs, pesquisadores universitários e militantes dos movimentos sociais. Considero que há um espaço diferenciado de negociação que tem sido utilizado por ONGs e Estado para o exercício da tutela daqueles grupos sociais que regula e disciplina as práticas dos moradores que habitam o estuário entre Caravelas e Nova Viçosa e pescadores urbanos, cujos interesses permanecem em uma condição de subalternidade e enredados em formas tradicionais de dominação e em processos de expropriação.

Palavras-chave: Identidade, Reserva Extrativista, Estado, ONGs

Abstract

This thesis seeks to understand social practices, representations and the elaboration of social and political identities of a social group categorized as "extractive" in Southern Bahia, from which establishes relations with the State and NGOs in environmental stamp, through the implementation of one Resex in an mangroove and marine area. I consider that this group was brought into dialogue with a new vocabulary and new grammar through a particular mode of administration of the territory, distinct from their social practices and ways of life. The state is conceived as a set of relationships in which the flows of interest is played by social groups allegedly placed in conditions of equality, inside political arenas opened from public policies, under the auspices of the Environment. At the same time the state incorporates into its agenda and norms the "elements" or "traces" of a "traditional way of life" present in social practices of those groups. seek to understand how social groups categorized as "extractive" draw up their identity towards the recognition of their way of life and even interpret their actions and agents "Environment" - including state officials, technicians, NGOs, university researchers and activists of social movements. I believe that there is a distinctive space of negotiation that has been used by NGOs and State in the exercise of guardianship of those social groups that regulates the practice and discipline of the residents who inhabit the estuary between Caravelas and Nova Viçosa and urban fishermen whose interests remain in a condition of subordination and entangled in traditional forms of domination and expropriation processes.

Lista de Ilustrações

Mapas

Mapa 1 – Mapa da Resex do Cassurubá.....	14
Mapa 2 – Rotas das barcaças durante o verão e inverno.....	57
Mapa 3. Mapa com a localização dos principais pesqueiros do Banco dos Abrolhos.....	63
Mapa 4 – Mapa do conflito de pesca entre Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça.....	70
Mapa 5 – Ilha do Cassurubá.....	123
Mapa 6 – Sobreposição de polígonos Resex Cassurubá/APA Ponta da Baleia.....	189

Fotos

Foto 1 – Embarcação de pesca típica na região.....	10
Foto 2 – <i>Ratoeira</i> para captura de goiamum.....	31
Fotos 3 e 4 – Casa das Marisqueiras – Alcobaça.....	55
Fotos 5 e 6 – Peixe sendo preparado para secar.....	59
Fotos 7, 8, 9 e 10 – imagens do Porto da Cooperativa de Caravelas.....	60
Foto 11 – Budião azul recém-capturado.....	81
Foto 12 – Agulhas para manufatura e conserto de redes de pesca.....	83
Foto 13 – Placa da Trilha do Córrego, na Tapera e Miringaba.....	93
Foto 14 – roça de mandioca com mata preservada na Tapera/Miringaba.....	104
Foto 15 – O samba de Cosme e Damião na Miringaba.....	105
Foto 16. A feira na Rua do Porto.....	115
Foto 17 Por do Sol na Barra Velha.....	121
Foto 18 – Embarque das crianças e de educadores no <i>barco da escola</i>	146

Tabelas

Tabela 1 – Percurso do trabalho de campo.....	4
---	---

Diagramas

Diagrama 1 – relação maré-lua-pesca.....	78
Diagrama2 – Relação de algumas insituições no Conselho Delibertivo da Resex de Cassurubá e gradientes de proximidade.....	182

Lista de Siglas

- ACADEBIO – Academia Nacional da Biodiversidade
- AMEX – Associação-Mãe da Resex de Canavieiras
- AMPAC – Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas
- AMREC – Associação-Mãe da Reserva Extrativistas do Cassurubá
- AMTAM – Associação dos Moradores da Tapera e da Miringaba
- APES – Associação de prefeitos do Extremo Sul da Bahia
- AMOR – Associação de Moradores Ribeirinhos de Caravelas
- APESCA – Associação de Pescadores de Rede Boiera, Feiticeira e de Fundo
- APRIC – Associação dos Produtores Rurais da Ilha do Cassurubá
- ASMAP – Associação de Marisqueiras e Pescadores de Nova Viçosa
- BIRD - Banco Mundial
- BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
- CD – Conselho Deliberativo
- CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CI – Brasil – Conservação Internacional do Brasil
- CIPE-MA Companhia independente de policiamento especializado – Mata Atlântica.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CONFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Costeiras Marinhas
- COOPEX – Cooperativa de Produtores de Camarão do Extremo Sul da Bahia
- CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
- CRA – Centro de Recursos Ambientais
- DAP – Declaração de Aptidão
- EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- Ecomar - Associação de Estudos Costeiros e Marinhos

EFBM – Estrada de Ferro Bahia-Minas.

FEPESBA – Federação dos Pescadores do Estado da Bahia

Flona – Floresta Nacional

Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia

GPS – *Global Position System*

IBJ – Instituto Baleia Jubarte

ICMBio – Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITR – Imposto Territorial Rural

Ibama– Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis

Inema – Instituto estadual de Meio Ambiente (BA)

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

ONG – Organização Não-Governamental

PARNA – Parque Nacional

Projeto Manguezal – Projeto integrado de manejo e monitoramento para uso sustentável das populações no manguezal de Caravelas/BA

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

ReDes – Redes para o Desenvolvimento

Resex – Reserva Extrativista

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente – BA

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

Sumário

Para ler a etnografia.....	1
Como os termos estão grafados	1
O manguezal, o mar, o Estado e populações tradicionais: do que trata a etnografia.....	2
Quem são os atores sociais?	5
Uma breve história da pesca na região	6
Caracterização do ambiente	10
O processo de mobilização da Resex como alternativa à proposta de um empreendimento de carcinicultura.	19
Como está organizada a tese	28
1) Antropólogo ou educador? A inserção no campo e a construção do objeto e o método de pesquisa: evitando as <i>ratoeiras</i> , margeando o <i>mangue</i>	30
O papel do antropólogo: para uma análise de dentro das relações de poder.....	39
Começando pelo final: antropólogo ou professor?	41
O interesse acadêmico, o “trampo” e o trabalho de campo.	43
O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o terminal de barcaças e a carcinicultura em Caravelas.	45
A percepção das práticas predatórias e os Acordos de Pesca.....	62
A pesca predatória e os pescadores de Alcobaça.	68
Os Acordos de Pesca: o Estado e as formas de resolução de conflitos.....	70
A pesca predatória na região do Banco dos Abrolhos.....	77
2) A “gestão compartilhada” na Resex do Cassurubá: Estado, ONGs e “extrativistas”.	87
Tecnoburocracia: uma noção cunhada na experiência etnográfica.....	90
Como se cria uma Resex?	95
Quem é esse extrativista?	102
A Tapera e a Miringaba	107
3) Processos identitários nas comunidades da Resex do Cassurubá: a construção das diferenças.....	117
As duas margens do rio da Barra Velha: o lado da praia e os Vieira.....	117
A <i>política</i> e a política da Resex.....	131
O Sítio Riacho Mangueira e Tucunzeiro: a organização da família	141
A origem do Caribê de cima e os processos de territorialização	141

Um ambientalismo: o Bairro Novo, helicópteros e ameaças.....	151
4) Às margens da Resex: lideranças, associações e processo identitário.	157
O processo de territorialização da Resex: beirando as margens da praia.....	157
A garantia do banco camaroneiro e o direito de posse no mar	166
A Coopesba: os tempos de bonança e a política local	168
A Associação-Mãe da Resex do Cassurubá: a construção de uma autonomia .	172
O que é uma associação-mãe?.....	175
A estrutura da AMREC	184
A correlação de forças para a composição do Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá: a gestão participativa como simulacro.	186
5) À guisa de conclusão: o “Perfil Extrativista” e uma identidade concebida “de fora”	201
O Perfil Extrativista, “por detrás de muitas máscaras”.	205
A elaboração do Perfil Extrativista na Resex do Cassurubá	210
Bibliografia.....	212

Para ler a etnografia

Este, então é o cerne do problema: se, na antropologia, a criatividade nasce na relação entre pesquisa empírica e fundamentos da disciplina, então pesquisa de campo surge como algo maior que um mero ritual de iniciação no qual o antropólogo prova que 'sofreu, mas resistiu'. A solidão, embora boa companheira das descobertas da alteridade, não é o caminho virtuoso e mágico que, por si só produz boa antropologia.

Mariza Peirano, Os antropólogos e suas linhagens

O propósito deste texto inicial é para conduzir o leitor para os direcionamentos que tomei durante a textualização desta tese. Inclui o *setting* em que as situações sociais se processam bem como as categorias e alguns pressupostos que estão constantes no texto.

Como os termos estão grafados

Procuro no decorrer da tese, trazer a fala dos meus interlocutores usando uma grafia que possibilite ao leitor identificar as categorias que usam nos contextos de interação, e na produção de um modo de conhecimento sobre a situação social na qual estão imersos, e os processos nela em curso.

As categorias nativas, utilizadas tanto por *moradores das ilhas* quanto por pescadores urbanos estão em itálico, e os termos empregados por agentes do Estado e das ONGs, são grafados entre aspas. Os *moradores das ilhas* são assim autoidentificados porque consideram que os caminhos dos rios no estuário ao formarem essas ilhas abrem o espaço ao qual estão vinculados como se dele fossem nativos, fazendo fronteiras física corpos d'água, entre os quais os rios, os brejo e o manguezal. Também se autodenominam em contraposição à cidade em *moradores dos sítios*, ou *povo da roça*, famílias residentes em *comunidades*, onde se concentram as casas e os locais de plantio e criação de gado e de animais de pequeno porte. O termo *comunidade* por vezes expressa uma visão externa que inclui todos os *moradores das ilhas*, mas eles mesmos significam o termo *comunidade* a partir das formas de interação, englobando os

grupos domésticos, maiores que a própria família, que se relaciona com sua produção e reprodução social, respeitando muitas vezes as fases de expansão, dispersão e substituição, conforme estudos de Meyer Fortes (s./d [1958])

Também faço uso de trechos, às vezes longos de entrevistas, de conversas que travei com meus interlocutores quando considere que aquela fala explicaria esse ou aquele fenômeno ou evento. As falas são por mim interpretadas, mas muitas vezes elas mesmas são portadoras de uma interpretação que podem dizer mais que qualquer tentativa de “tradução”.

O manguezal, o mar, o Estado e populações tradicionais: do que trata a etnografia.

A etnografia em tela trata dos processos de territorialização e das construções identitárias de grupos sociais que compõem a Reserva Extrativista do Cassurubá. Numa categorização frequentemente utilizada por agentes e não governamentais assim como pescadores são chamados de lavradores, ribeirinhos, pescadores, sitiantes. Nesta tese faço uso prevalente das denominações nativas. Assim para designar os chamados ribeirinhos uso a categoria nativa *moradores das ilhas, povo das ilhas*, mas também poderia referir-me a eles como *moradores dos sítios*, pois também nesses termos se auto identificam, o que lhes inclui numa categoria de pequenos produtores e trabalhadores que lhes configura direitos tais como a aposentadoria rural. Há, no entanto, aqueles que se apropriam do termo extrativista, mas preferi deixa-lo entre aspas por ser uma categoria externamente concebida e por eles apropriada, principalmente suas lideranças comunitária e política. Isso ocorre também no caso dos pescadores, que em determinados momentos da tese grafo com a qualificação urbanos, ao me referir àquelas famílias que moram nos bairros das cidades de Caravelas e Nova Viçosa que fazem da pesca sua principal atividade. Não quer dizer que os *moradores das ilhas* não pratiquem a pesca e que muitas vezes se autointitulem pescadores, porém, como estão envolvidos em outras formas de relação com o estuário associando a pesca ao plantio de subsistência e outras formas de extrativismo, optei por nominá-los a partir do que eles mesmos entendem como uma categoria de autoatribuição, a de *moradores das ilhas*.

Nesta situação social da pesquisa há uma divisão dos ambientes que são identificados por meus interlocutores, como o mar e o mangue. Para cada um desses

ambientes há atenções específicas das instituições governamentais e não-governamentais. A própria gestão da Resex leva em conta esses dois ambientes considerados como universos sociais e ecológicos inteiramente distintos.

Ao mencionar o manguezal estou me refero às famílias que estão *lá dentro*, que moram ou têm casa nas beiradas dos rios do estuário e ao nicho ecológico que utilizam, isto é a restinga, o apicum¹ e o próprio mangue.

No caso dos pescadores urbanos há diferenciações internas dependendo do que pescam, como pescam, onde moram e como se relacionam com as instituições governamentais e não governamentais que tem o Meio Ambiente como mote. Porém, uso a categoria pescador é feito de modo descritivo para assinalar uma atividade econômica e social.

O Estado, como se verá na tese, é concebido como um campo estruturado de relações, e não apenas uma instituição com funções e limites definidos, formado por um corpo técnico e burocrático, prescrito por leis e regulamentos. É nessa perspectiva que o Estado e seus representantes são considerados como atores institucionais na situação social da pesquisa, que também conta com a participação dos chamados “ambientalistas”, considerados como *de fora* das fronteiras desse universo social localmente definido, mas presentes em suas arenas de definição política.

A tese trata de vários percursos sociais e etnográficos. De uma identidade construída na relação com as cidades do entorno, referidas ao tempo e espaço de um modo de vida camponês que se modifica na interação com outros agentes, os quai não estavam no rol de relações de *moradores das ilhas* e pescadores antes de Abrolhos *virar parque*; antes das matas, da restinga e do manguezal tornarem-se Meio Ambiente a ser controlado e preservado. Trata também do percurso das identidades comunicadas nos conflitos advindos da relação com esses novos agentes e suas práticas, a partir da criação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, a Resex do Cassurubá.

Algumas noções, conceitos e termos solidificados pelas ciências sociais em geral e pela antropologia em particular nos permitem um diálogo com nossos interlocutores e

¹Zona intersticial entre o mangue e a restinga, habitat do guaiamum; os ecólogos denominam esses ambientes de ecótonos, a zona de transição entre dois ecossistemas

nos ajudam a compreender os processos sociais que estão em curso nos períodos de trabalho de campo em que estivemos envolvidos desde julho de 2005.

No quadro abaixo apresento uma sinopse do trabalho de campo desde a minha primeira incursão acadêmica na região, quando da pesquisa do mestrado no CPDA/UFRuralRJ, na qual começo a estabelecer contato entre *moradores das ilhas*, pescadores e os “ambientalistas” de Caravelas.

Período	Evento	Alcance
Jul a Dez 2005	Trabalho de campo do mestrado	Lideranças da pesca, <i>moradores das ilhas</i> , ambientalistas
Dez 2005	Audiência Pública para o licenciamento da COOPEX	
Jan e Fev de 2006	Consultoria para a mobilização comunitária da proposta de criação de UC de uso sustentável	<i>Moradores das ilhas</i>
Jan e Fev de 2006	Consultas Públicas para a criação da Resex do Cassurubá.	
Julho de 2007 a junho de 2008	Pesquisador do MMAS – Marine Management Area Science – CI Brasil. Docente do pré-vestibular comunitário da Prefeitura Municipal de Caravelas; Docente da Faculdade Teixeira de Freitas	Pescadores urbanos e <i>moradores das ilhas</i> de Caravelas e Nova Viçosa. Pescadores urbanos de Alcobaça e Prado. “Extrativistas” da Resex do Corumbau
Junho de 2009	Criação da Resex Cassurubá	
Janeiro e Fevereiro de 2010	Trabalho de campo doutorado	Visita às <i>Ilhas</i> , reuniões da Resex, interlocução com pescadores e <i>moradores das ilhas</i> Caravelas e Nova Viçosa
Julho de 2011	Trabalho de campo doutorado	Visita às Ilhas, reuniões da Resex, interlocução com pescadores e moradores das ilhas e lideranças comunitárias Caravelas e Nova Viçosa.
Março a Maio de 2012	Trabalho de campo doutorado	<i>Idem</i>
Maio de 2012	Oficinas para a elaboração dos Acordos de Pesca	
Janeiro de 2013	Trabalho de campo doutorado	<i>Idem</i>
Setembro/outubro de 2013	Trabalho de campo doutorado	<i>Idem.</i>
Outubro de 2013	Início do planejamento para a elaboração do Perfil do Extrativista	

Tabela 1 – percurso do trabalho de campo

As diversas visitas à região em que desenvolvi o trabalho campo, possibilitaram-me realizar uma análise no tempo sobre os diferentes itinerários cujas descobertas

associavam-se aos diferentes objetivos de minhas incursões. Nessas oportunidades pude construir uma visão ampla sobre os processos sociais que se modificavam ao longo do tempo concomitantemente ao que vinha construindo acerca desse universo. Hipóteses refutadas, caminhos interrompidos e novos atalhos analíticos foram de imensa valia para as soluções que agora encontro para os problemas que vinha formulando.

Algumas das referências que me ajudam a pensar os processos sociais que descrevo podem não estar explícitas na tese, pois preferi fazer com que a própria experiência etnográfica construísse meus próprios argumentos. Se por um lado corro o risco de perder o fio que poderia me levar a encaminhar minhas reflexões a uma via coerente em termos de uma “linhagem” da antropologia; por outro lado quero crer que construindo os argumentos por “dentro” dos dados etnográficos, acredito que possa explicitar com mais propriedade, aquilo que organizei em termos de um retrato vivo daqueles processos sociais que descrevo. Algumas vezes uso notas de pé de página para referenciar este ou aquele autor em função das opções que explico acima.

Quem são os atores sociais?

Os atores sociais que fazem parte dessa tese são interlocutores com os quais ao longo de mais de seis anos venho me relacionando como pesquisador, antropólogo e antes como “militante” do movimento “ambientalista”. Também há aqueles que foram meus alunos em curso de pré-vestibular oferecido pela prefeitura entre 2005-08. O que procurei fazer ao longo do trabalho de campo foi estabelecer relações de troca e confiança com esses interlocutores que são *moradores das ilhas*, “ambientalistas”, lideranças comunitárias, técnicos das prefeituras, pescadores urbanos e outras que podem não se enquadrar nessas categorias, mas são mencionados como parte da situação social da pesquisa. Enquanto pesquisador esse tipo de inserção social e interlocução tem possibilitado uma compreensão mais ampla dos processos sociais e políticos vividos no nível local e apreender os vários pontos de vista expressos muitas vezes de modo contraditório dos eventos narrados aqui na tese.

Os nomes das pessoas que usarei são fictícios para evitar que sejam identificadas em suas falas, cujos excertos de entrevistas e conversas estão transcritos no texto pois assim a responsabilidade do que é dito e interpretado é de minha autoria.

No contexto do trabalho de campo, foram realizadas diversas entrevistas gravadas com meus interlocutores, mas também há arquivos de áudio das conversas entre eles que solicitei gravar, pois algumas das entrevistas pareciam conduzidas pelas expectativas provocadas pela minha própria presença. Deste modo pude acumular mais de 100 arquivos de áudio, entre reuniões, conversas nos espaços de agregação de pescadores e entrevistas formais. Assim, procuro usar transcrições dos momentos em que a minha interferência era a menor possível, por exemplo, quando debatiam questões que eu mesmo não provocara, como no caso das reuniões de associações e as conversas informais, a fim de garantir, de certa forma, que a formalidade da entrevista não conduzisse respostas que por ventura meus interlocutores queriam que eu escutasse, ou o que julgavam que eu esperava delas. Ainda assim, algumas entrevistas foram selecionadas, justamente aquelas que considere ilustrativas de eventos ou interpretações compartilhadas pelos atores sociais.

A seguir apresento uma contextualização da atividade pesqueira nessa região, segundo levantamento bibliográfico de uma produção que constitui o fundo histórico comum de referência de estudiosos e também da memória social dos grupos.

Uma breve história da pesca na região

A fundação da cidade de Caravelas em 1710², segundo historiadores locais³, Gonçalo Coelho, comandante da segunda expedição às terras de Vera Cruz, saiu do Tejo em 10 de junho de 1503, tendo como piloto o famoso navegador Américo Vespucci. A expedição aporta no arquipélago Fernando de Noronha onde perde a nau capitânia, mas continua sua empresa navegando rumo ao sul, singrando a costa até adentrar uma barra a uma latitude aproximada de 18°. Ali Américo Vespucci funda uma feitoria e a fortifica com 12 peças de artilharia e 24 homens antes de retornar a Lisboa. Dentre os muitos escritos de Vespucci, encontramos a *Lettera* a Piero Soderini, um dos principais donatários de Florença que poderia confirmar a estada de Vespucci nessa localidade.

² Não creio ser necessário contar todo o processo formal e demográfico das transformações politico-administrativas porque passou ali a região. Quero salientar, porém que Caravelas compreendia um imenso território que foi aos poucos desmembrado, dando origem a novos municípios.

³RALILE, Benedito, 1949

Segundo Ralile e posteriormente seu filho Carlos Benedito Ralile e sua neta Scheilla Franca de Souza⁴, historiadores locais, quando da morte de Mem de Sá em 1572, Antônio Dias Adorno adentra o Rio das Caravelas em busca de ouro e esmeraldas e, apesar de já ter havido antes dele outros desbravadores que por ali se aventuraram, foi Adorno quem batizou o Rio Santo Antônio, apelidado Rio das Caravelas por ter fundeado as embarcações.

A idealização coletiva dessa crônica que teve por comprovação apenas uma peça de 1949, a Monografia Histórica de Caravelas, que não respeita qualquer método da historiografia, permite um sentimento de orgulho por parte da população local em afirmar os quinhentos anos da “cidade”. Há ainda a disputa com Cabo Frio sobre qual das localidades teria recebido o famoso navegante florentino Américo Vespúcio, cujas mensagens com seu patrocinador em Florença indicariam com pouca precisão em que ponto da costa brasileira teria o navegante realmente ancorado. Além disso, outros garbos inscritos na história local também se levantam como a suposta origem de Milton Nascimento, que teria nascido em Ponta de Areia e escrito a tão famosa canção com Fernando Brandt; ou como nos sugere o hino de Caravelas que o jurista Ruy Barbosa teria sido gerado nos arredores da cidade⁵: a memória coletiva da cidade tenta acompanhar a própria história do Brasil. A pesca, apesar de amplamente praticada na região desde tempos imemoriais, não costuma aparecer nos elementos cotejados pelo orgulho do pertencimento, por se tratar de uma atividade extrativa, ausente de brios e deferências, não é cantada em versos, a não ser o mar como “oceano revoltado da vida (...) da princesa Real dos Abrolhos” tal como escrita nas letras do hino da cidade.

A pesca e a extração de mariscos e produtos da mata e do mangue são atividades deletérias, praticadas por gente considerada iletrada, cuja valorização começa a aparecer para o pescador após a criação da Resex. Ao mesmo tempo essa valorização da gente *de fora* não chega a permitir o reconhecimento da atividade pesqueira como ter sido capaz de ter *criado os filhos na pesca*.

⁴ RALILE et al, 2006.

⁵ Cf. refrão do hino de Caravelas: Hei de amar minha terra ditosa/De paisagens tão gratas e belas/Geratriz do genial Rui Barbosa/E notáveis varões Caravelas.

E mesmo entre os técnicos e pesquisadores há posicionamentos diferenciados. Certa vez na participação do movimento pró-Resex⁶ na disputa contra a carcinicultura, um gestor de uma ONG teria perguntado se barrássemos a proposta da fazenda de camarão em cativeiro, o que traríamos em troca para a sustentação das famílias cujos empregos haviam sido prometidos, ignorando ou invisibilizando a pesca e o pescador como elementos fundamentais para a economia local, desde os tempos mais remotos. A invisibilização da pesca acompanha um desejo de progresso e de modernidade; representa o atraso a que se deve apagar da memória social a não ser como traço de um passado já superado.

A pesca enche o *samburá*⁷ com orgulho e ressentimento. Orgulho de se lançar ao mar e à aventura, de se conhecer os ciclos da vida e dos sabores do peixe, e o ressentimento de se praticar uma atividade ligada ao atraso, à ignorância e à predação.

A pesca da baleia apareceu como vocação natural da região no início do século 17. A atividade precedeu a pesca da garoupa no século 19, e inicialmente introduzida no Recôncavo Baiano, em Itaparica, entrada da Baía de Todos os Santos. A caça da baleia foi uma importante atividade econômica na região que dinamizou significativamente a economia da cidade. As “armazões”, estabelecimentos para o processamento do óleo de baleia para iluminação e construção civil, se espalharam por toda a costa brasileira até o litoral de Santa Catarina. Caravelas hospedou o mais antigo e um dos principais portos baleeiros da Bahia. A proximidade com o arquipélago de Abrolhos, distante aproximadamente 70 km da costa, local privilegiado de cria e reprodução da baleia jubarte facilitou a edificação de seis armazões, cinco delas localizadas na praia da Barra de Caravelas. Não sobram hoje nem ruínas dessas armazões, somente uns poucos tachos utilizados na carnagem são usados como decoração em praças públicas.

Desaparece também nos relatos dos *tempos antigos* a heróica faina da caça. Ouvi somente poucos pescadores de Ponta de Areia que me contam que seus antepassados haviam se engajado na atividade, o que me sugere supor que boa parte dessas pessoas teriam vindo de outras localidades, pois os elementos de uma memória social associada

⁶ A composição dos grupos pró-resex e pró-carcinicultura foi por mim descrita na minha dissertação de mestrado (NICOLAU, 2006)

⁷ Cesto feito de cipó entrelaçado, usado para transporte principalmente de peixes e mariscos capturados. Tem sido substituído pelo *engradado* ou *cuba* – caixas de plástico duro semelhantes às caixas de garrafas só que sem divisões internas - e pelos sacos plásticos.

à caça à baleia não tenham surgido com maior detalhamento durante todo o período de trabalho de campo.

O que se sabe é que a caça da baleia fora uma importante atividade econômica na região e por sua complexidade desde a caça propriamente dita, usando canoas e um número considerável de pescadores, até a “carnagem” realizada nas praias, principalmente na Barra de Caravelas, movimentou a economia da região. O óleo da baleia era usado para a iluminação pública, construção civil e outras tantas utilidades, no entanto, como exposto, há poucos registros na memória coletiva sobre a atividade. Em 2006 descrevo a atividade a partir do que consegui à época levantar em campo, em conversa com os mais velhos:

Tanto a caça como o processamento do óleo de baleia, apesar de rudimentar, constituíam-se num complexo de atividades em que cada um era responsável por uma função específica. Os caçadores eram bastante respeitados e considerados heróis, revelando uma atividade nobre e rica em simbolismos. Muitos trabalhadores vinham de distantes localidades para a “carnagem” das baleias capturadas. Quase tudo da baleia era aproveitado, apesar de suacarne não ser consumida pela população local. Na temporada a praia ficava empesteada de moscas, urubus e outros carniceiros, já que todo o processamento da gordura era feito por ali. Retirava-se a lenha do mangue para o cozimento dos talhões de gordura separados em um tanque raso para apodrecer: quanto mais avançado o estado de decomposição, melhor era a qualidade do óleo extraído. O odor do processamento do óleo era insuportável. Durante muitos anos, por ocasião das minhas visitas à Caravelas no período de férias escolares, encontrava ossos de baleia espalhados pela praia às dezenas, mesmo depois de mais de 70 anos da extinção da pesca da baleia. (NICOLAU, 2006)

É a pesca, por fim, que ocorre na região, como atividade prevalente desde tempos considerados imemoriais, por se tratar de uma região rica em biodiversidade aquática, que apresenta águas calmas devido à enorme extensão da plataforma continental, que também confere pouca profundidade pelo imenso Banco dos Abrolhos, facilitando a navegação de pequenas embarcações movidas à vela ou à motores de combustão.



Foto 1 – Embarcação de pesca típica na região

Caracterização do ambiente

Entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa na Bahia, ocorre o principal complexo estuarino do Banco dos Abrolhos, Área Prioritária para conservação da biodiversidade marinha e costeira do Brasil desde 2002, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Esse complexo estuarino, com aproximadamente 11.000 ha de manguezais, restingas e ecossistemas associados, encontra-se ainda hoje relativamente bem conservado e abriga uma população residente nas ilhas e sítios espalhados pelo estuário que, há gerações, se apropria dos recursos naturais daquele ambiente e são vistos como uma *comunidade*, de onde se procura “traços essenciais” de uma suposta “cultura” que necessariamente comungam para fins de reconhecimento como “população tradicional”. Há inúmeras conceituações da expressão “população tradicional” desde sua concepção jurídica acumulada em construções acadêmicas nas quais Antônio Carlos Santana Diegues tem sido sua principal referência⁸; o Ibama enumera características gerais no verbete “reservas extrativistas”⁹ a partir dos estudos do autor. Preferimos a conceituação elaborada por O’Dwyer que infere não apenas o reconhecimento do Estado dos “modos de fazer, criar e viver” de populações cuja situação social se põe à margem das

⁸ DIEGEUS, A.C. S. “O mito moderno da natureza intocada” São Paulo: Hucitech, 2000.

⁹ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. Acesso: março de 2013.

categorias incluídas no projeto modernizante, mas implica numa distinção baseada na construção identitária auto-referenciada. Segundo a autora:

(...) a expressão “povos tradicionais”, como categoria inclusiva, compreende grupos indígenas, remanescentes de quilombos, os chamados ribeirinhos, seringueiros, entre outras designações que assumem significados descritivos e analíticos, mas também como diacríticos usados pelos atores sociais em contextos de interação, para assinalar formas de pertencimento mediante a construção de fronteiras étnicas, sociais e espaciais, bem como na relação com o Estado. Sobretudo, deve-se considerar que essa expressão refere-se a modos de apropriação, organização e uso do espaço que produzem territórios de ocupação tradicional, em contraposição a concepções de terra como mercadoria, elemento natural à disposição da exploração econômica, e do território como constituído pelo exercício do controle político institucional e do poder.(O’Dwyer, xx)

Assim, a pesca e a mariscagem praticadas nos moldes de uma pequena produção mercantil constitui a base de sua produção e codetermina a organização social dessas famílias. Dizer que aquelas famílias vivem da pesca e mariscagem e, portanto, suas práticas culturais e elas próprias estão categorizadas como “tradicionais”, nos informa pouco sobre o próprio processo de constituição e permanência das fronteiras sociais e identitárias dos grupos (Barth, 2000). Na verdade, a expressão “viver da pesca” é uma forma de essencialização e reificação dos grupos, sem levar em conta os processos sociais em curso, mediante a construção de identidades que emergem nos contextos de interação entre e intra grupos, assim como na relação deles com o aparato estatal e outros agentes do conservacionismo. O “tradicional” é uma caracterização exógena que, no entanto, vem sendo ressignificada pelos *moradores das ilhas* e pescadores urbanos no sentido do seu reconhecimento como titular de políticas públicas, ao mesmo tempo em que disputam com outras caracterizações, inclusive sociológicas, com a deles próprios, como se verá em diversos momentos dessa tese.

Os chamados ribeirinhos – agora, com a criação da Resex, categorizados igualmente como “extrativistas”, e autodenominados *moradores das ilhas ou dos sítios*, de modo geral, praticam a pesca e a pequena lavoura, cujos produtos eventualmente são comercializados nas feiras livres que ocorrem semanalmente nos municípios de Nova Viçosa e Caravelas. Poucos são os que dispõem de equipamentos mecanizados, sendo mais comum encontrarmos *bateiras* – pequenas embarcações abertas chatas no fundo, o que confere mais estabilidade que as canoas; podendo ser motorizadas ou não – e as

próprias canoas a remo para a pesca e mariscagem. Há ainda os instrumentos e tecnologias próprias disponibilizados para a atividade agrícola. As casas são de *sopapo*, tecnologia que emprega o barro, estruturas de madeira e a força de trabalho familiar e da vizinhança em regime de mutirão. Há regras de casamento e conúbio; há tradições de conhecimento firmadas no tempo pela relação próxima com os ciclos naturais e com outros grupos sociais.¹⁰ Refiro-me àqueles indivíduos e grupos que de alguma forma se relacionam com os *moradores das ilhas*, com o manguezal, com os rios e com o mar, como os “ambientalistas”; com comerciantes e políticos das municipalidades; e principalmente com as empresas de celulose, que elaboram uma representação e uma perspectiva de uso do ambiente, em muitos casos, distintas dos *moradores das ilhas*.

Logo, as aproximadamente 350 famílias distribuídas de modo esparso pelas margens dos rios, estão secularmente sob a influência das dinâmicas naturais e seu modo de vida concilia-se a uma cosmologia distante das inferências exógenas àquelas famílias, oferecidas principalmente pelo olhar externo. O mar e o manguezal lhes impõem um ritmo de vida consoante às variações de maré, aos ciclos dos bichos; à sua produção em termos do valor de troca dos produtos comercializados na feira livre e do valor de uso como o esteio proveniente das árvores para a construção de casas pelos próprios ribeirinhos, a manufatura dos remos, a lenha para o fogão; à sua relação com o poder local e com as instituições ambientalistas, à dinâmica das relações intra e interfamiliares. De acordo com a perspectiva de legal¹¹, esta gama de registros que relacionam os ribeirinhos com o mundo ao seu redor os caracteriza como “população tradicional”, cujo modo de vida defende-se que deve ser preservado pela sua importância cultural, social e econômica.

Entretanto, esta categoria legal os engloba em uma suposta unidade que a etnografia irá descrever internamente diferenciada e diversa. Essas diferenças tem sido atribuídas por lideranças e mediadores internos às origens dos diferentes grupos familiares que habitam o estuário segundo uma classificação étnico-racial. Rubens, professor da escola Menino Jesus, na Tapera, e um dos meus principais interlocutores,

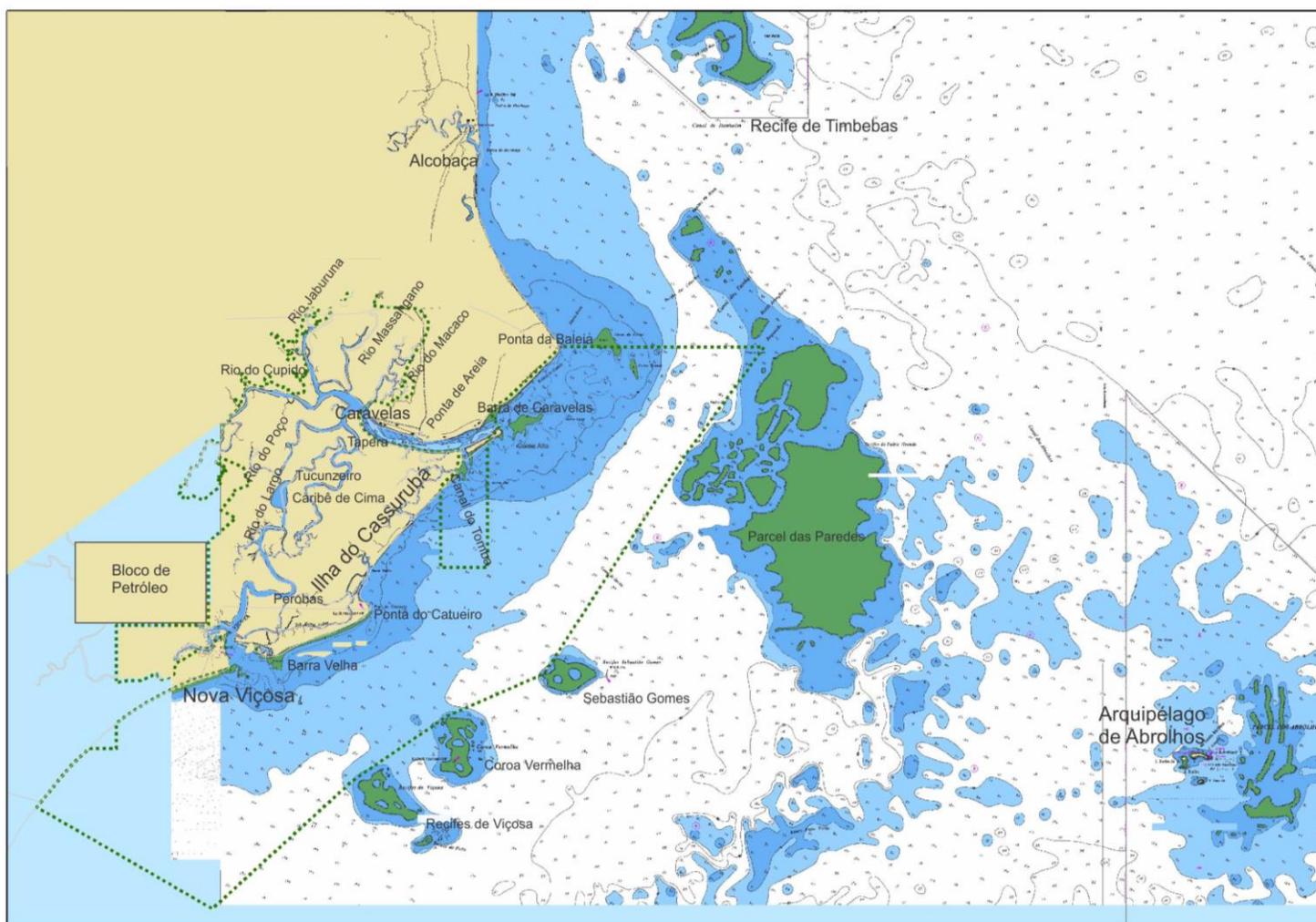
¹⁰Frederick Barth sinaliza para a estreita interdependência de grupos na ocupação e exploração recíproca de nichos ecológicos, envolvendo uma complementaridade. (Barth, 2000)

¹¹ Conforme reza o Art. 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Populações Tradicionais (Decreto 6.040/07). “Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”

faz uma elaboração histórica acerca da ocupação étnica do estuário, referindo-se a dois movimentos migratórios ali existente: um do *sertão*, recente, entre os séculos 19 e 20 de uma gente feita na lida com a lavoura, em sua maioria *brancos* que teriam ocupado a região do Cassurubá e Caribê; outro grupo que desenvolvendo técnicas de mariscagem e pesca, teria ocupado primeiramente o estuário, sendo alguns destes descendentes dos tupinambás, já desaparecidos da região, e outros originários do falido empreendimento de Helvécia que teria usado mão de obra escrava durante o período da bonança do café. Com o colapso do empreendimento cafeeiro, em um distrito circunscrito à divisão político-administrativa de Nova Viçosa¹² as famílias negras descem para o litoral para ocupar os terrenos menos valorizados. Há ainda, outro movimento mais recente, que teria ocupado a região do Calabouço, das famílias do sítio São Miguel, no final do Rio do Macaco. Essas famílias teriam sido expulsos dali e procuram os terrenos ainda “sem dono”, onde o acesso é mais difícil e o solo, segundo me informaram, o mais pobre da região. A ocupação do estuário e seu contingente populacional é assim descrito, segundo uma versão local da “fábula das três raças”.

Além desses o território da Resex do Cassurubá, decretada em junho de 2009 com 100 mil hectares de restingas, apicuns, ilhas e manguezais, também compreende uma faixa marinha que é explorada por pescadores e agentes do turismo náutico. As formas de exploração desse ambiente marítimo tem feições diversas daquelas praticadas pelos ribeirinhos no interior do estuário, complexificando a “gestão coletiva” desse território em conformidade com os documentos do ICMBio que a regulamenta.

¹²A Fundação Palmares reconhece a auto atribuição da comunidade quilombola de Helvécia em 2005, no entanto o processo encontra-se estagnado no INCRA



Mapa 1 – Mapa da Resex do Cassurubá, gentilmente cedido pelo ICMBio e editado pelo autor, compreendendo os municípios de Nova Viçosa, Alcobaça e Caravelas, o Parque Marinho dos Abrolhos e as formações coralíneas e o estuário. Notar o recorte da Resex que exclui um bloco de prospecção de petróleo, leilado mas inativo, e a área de dragagem do Canal Do Tomba para o trânsito de barcaças de eucalipto.

O território da Resex do Cassurubá compreende a região de manguezal conforme descrita, e uma faixa litorânea de 5 milhas mar adentro. Nota-se o mosaico de Unidades de Conservação na região que contém também territórios indígenas Pataxó e outras modalidades de territórios protegidos. Os moradores da região, portanto, convivem com diferentes categorias de UCs cada uma com suas regras internas, impedimentos, interdições e possibilidades. É possível dizer que esse imenso território marítimo e de meandros pluviais de alta piscosidade, antes sujeito às formas tradicionais e comunitárias de regulação, hoje sofre interferências externas de regulações e controle pelo Estado, de outro tipo que vivenciaram antes dos processos de ordenamento territorial e dos usos dos recursos naturais, subscritos sob os auspícios do Meio Ambiente. É de se indagar se esse novo estatuto de regulação corresponde ou não aos usos tradicionais dos grupos sociais ali residentes, uma vez que uma nova gramática na resolução de conflitos, na percepção do território, nas relações intragrupos vem acompanhada de mapas, linguagens técnicas, metodologias baseadas em formas de gestão e convivência.¹³ Um ponto nevrálgico dessa pesquisa está justamente na compreensão desses processos. Queremos argumentar que se está diante do que Souza Lima (2002) relacionou como *administração indigenista* e seus especialistas, cujo ideário remete às tradições de conhecimento coloniais concernentes à gestão de populações excluídas do processo civilizatório.

O projeto de modernização que justifica a apropriação dos recursos ambientais para o desenvolvimento capitalista e os conflitos socioambientais dele decorrente, levaram a criação da Resex do Cassurubá. No entanto, o modelo Resex não representa necessariamente a conquista de uma autonomia dos modos de fazer, criar e viver dos pescadores e do *povo das ilhas*, e expressa uma forma de “fazer história” de certo modo autorizadas pelos poderes instituídos. De acordo com Asad (1993)

To understand better the local peoples “entering” (or “resisting”) modernity, anthropology must surely try to deepen its

¹³ O ICMBio realiza periodicamente com seus servidores lotados em UCs de uso sustentável capacitação com a finalidade de se construir uma “gestão participativa” nos cursos oferecidos pela Academia Nacional da Biodiversidade. A ACADEBIO, criada em 2009, tem por objetivo a formação e capacitação continuada de servidores. Ali os novos analistas ambientais aprendem técnicas de abordagem na fiscalização, têm aulas de tiro e uso de equipamentos de repressão não-letais. Também é ali em que os procedimentos e métodos de elaboração de planos e orientações são uniformizados para se tratar com comunidades tradicionais, desde vestimentas adequadas até metodologias de participação. Segundo um analista, a ACADEBIO, em sua política de formação de servidores, tem conferido características repressoras e militarizadas às funções estatutárias dos analistas, vestindo-os com coletes à prova de balas e vergando uniformes e equipamentos de campanha.

understanding of the West as something more than a threadbare ideology. To do that will include attempting to grasp its peculiar historicity, the mobile powers that have constructed its structures, projects, and desires (Asad, 2008, p.13).

Para o estudo de caso da Resex do Cassurubá, é levado em consideração a proposta de Vincent (2009), procuraremos realizar uma “discussão da interação política, um delineamento das relações estruturais e também uma explanação dos eventos” (*Idem* p.141), evitando, assim, de acordo com a autora, aquelas análises que ora se apresentam com um tratamento micro, levando-se somente em conta estudos circunscritos à “comunidade”, e ora, numa perspectiva macro, apenas observando processos amplos englobando noções como a de “campesinato”.

As famílias da Resex do Cassurubá vistas destarte como “pequenas unidades espaciais observáveis” possibilita-nos aborda-las da perspectiva de uma “sociedade agrária como fluxo organizado” (*Idem*, p.472). Percebe-se, portanto, o movimento de pessoas “dentro e fora do local e tempo observados”. Também se ressaltam as “conexões desse agregado de pessoas com o passado” conferindo uma dinâmica que transforma as condições políticas e econômicas nas “sociedades agrárias”. Mais ainda, outro eixo problematiza essa dinâmica, enfatizando as interações desse grupo social com outros indivíduos, extrapolando a análise para as “redes externas” que circundam tangencialmente esse grupo social, por Vincent chamado sociedade agrária. Seguindo a prescrição metodológica da autora, o foco nos indivíduos nos permite extrair da relação homem-terra, aparentemente estável e estaticamente estruturada, uma abordagem que leva em consideração as mudanças em fluxos.

Em Cassurubá, esses pressupostos são fundamentais para se compreender os processos locais de ocupação e ordenamento do espaço e sua relação com as regras, e as interdições que emergem nos contextos de interação e disputa. Em entrevista a mim concedida ainda em 2006, a antropóloga Cecília Mello me conta sobre sua trajetória na região. Ela disse primeiramente queria encontrar, no trabalho de campo do mestrado em Caravelas a possibilidade de entrar em contato com experiências dos atores locais com os agentes do Meio Ambiente, pois na época da sua visita estava sendo construído o Terminal de Barcaças da Aracruz Celulose. A antrópologa diz que teria estranhado o tipo de construção do consenso em torno do processo de licenciamento, pois havia uma espécie de “cala a boca” oferecido pela empresa, principalmente às ONGs, seja a título

decompensação ambiental ou de patrocínio direto às instituições ambientalistas da região, governamentais e não-governamentais. Percebendo os eventos numa perspectiva bourdiana, a antropóloga me contou que a construção de consenso se deu entre sujeitos constituídos com representações de mundo diversas, e práticas sociais distintas e que igualmente representam o meio ambiente de forma diferente,

portanto quando eles estão falando de rio, são rios diferentes e a essas perspectivas entram em conflito e aí o que existe é uma luta de interesses para a imposição de uma definição legítima do que seja Meio ambiente ou território naquele lugar.

Nesse momento em Caravelas, início da década de 2000, a oportunidade do grande processo de licenciamento do terminal de barcaças como evento estruturante convidara os agentes a comunicarem suas proposições sobre o Meio Ambiente. Porém o foco da empresa no *marketing* “comunitário” punha exigências aos projetos a ela oferecidos. Assim, não apenas a dimensão “ambiental” no sentido conservacionista seria alcançada no escopo dos projetos, mas de uma forma ou de outra, o “homem” deveria ser contemplado. Não foi exatamente aí que surgiram os projetos de Educação Ambiental, mas o aporte de recursos da empresa os tornou visíveis para uma ampla gama de segmentos “comunitários”. Segundo Dó Galdino, liderança do Movimento Artemanha etnografado por Cecília Mello no mestrado e doutorado no Museu Nacional da UFRJ, a crítica gira em torno justamente da participação. O Movimento Cultural Artemanha já realizava atividades de educação junto à comunidade caravelense, principalmente da periferia. Mas, segundo suas lideranças, a perspectiva era distinta das ONGs ambientalistas, pois seus pressupostos não estão ligados à produção de conhecimento científico, mas optaram por uma educação pela arte. Trata-se de se reconhecer, segundo eles, uma perspectiva de superação de sua condição de subalternidade. De fato, apesar da autoatribuição de uma origem *afroindígena* que tem a construção da memória social referida à sujeição e a violência, eles próprios redefinem a subalternidade visando a criação de espaços de autonomia. Assim, A antropóloga Cecília Mello refletiu sobre o modo como as lideranças do Movimento Cultural Artemanha tratam sua própria sua própria vida. Ela diz que a natureza (antrópica e não antrópica) está lá, está dada como a madeira bruta que o artista do Artemanha a enxerga e transforma. Ele não quer fazê-la apenas algo aproveitável que se possa “reciclar”, que seja transformado para uma utilidade prática, mas ao contrário, aquela natureza

representa o material de onde irá surgir o novo. A madeira está dada, é da natureza, como sua condição e identidade *afroindígena*. Nessa perspectiva, as pessoas do Movimento Artemanha não introjectam, sequer internalizam a noção de *fraco*, como ouvimos copiosamente ser acionada pelos pescadores urbanos e *moradores das ilhas* em contraposição aos poderes econômicos e políticos, mas ao contrário, reinventam sua própria existência a partir dos objetos que produzem e ensinam as pessoas jovens do lugar a produzir. Dessa forma, se diz que eles reinventam sua própria vida e sua relação com o mundo a partir da reinvenção artística da madeira seca, dos objetos que coletam nas matas e no lixo e que, apesar de ali postos naquela condição, eles não se encerram nela, ao contrário, fazem-na de ponto de partida para sua recolocação no mundo. A questão que permeia sua tese¹⁴ é justamente essa: “se tudo está dado, como nasce o novo? (...), [e assim] descrever como nascem o fazer político e artístico de um movimento cultural do extremo sul da Bahia”.(Mello, *Op. Cit*)

De certa maneira o Movimento Artemanha se constrói na diferenciação daqueles que acumulam financeira e simbolicamente em projetos de Educação Ambiental e contratam na medida em que “não se submetem”, conforme disse Cecília Mello em uma entrevista a mim concedida em 2006.

Em conversa com uma das lideranças do Artemanha, indago o que de fato se diferencia então seus projetos culturais de educação e outros projetos de educação ambiental, propostos por uma lista extensa de instituições sediadas na região. A diferença é por ele justificada pela proximidade dos modos de falar da população levado em conta os traços culturais da localidade, bem distante de pressupostos pedagógicos que tem sido questionados pelos grupos. Para essa liderança o que está em jogo é o grau de distanciamento ou aproximação, o que nos últimos tempos tem levado as instituições e pessoas de “fora” a se aproximarem e utilizarem o próprio Artemanha na mediação com as pessoas locais e “comunidade” caravelense. É assim que os membros do Artemanha e sua rede de relações descrevem esses outros e afirma a si mesmo.

A partir dos tremendos aportes de recursos que a empresa de celulose “distribuiu” para um sem número de entidades de classe, prefeituras, políticos, instituições governamentais e não governamentais, os “trabalhos” puderam ser vistos

¹⁴ MELLO, Cecília C. do A, 2010.

com mais frequência. Segundo uma liderança da pesca local, as ONGs¹⁵ podem fazer lá as pesquisas, “mas tem sempre que ter uma entidade local” como representante comunitário, e o Artemanha cumpriu essa função. Dó Galdino analisa o trabalho das ONGs e da educação ambiental para além dos métodos e conteúdos, chamando atenção para a relação de identificação com a “comunidade”.

A gente chama o nosso de educação popular ao invés de ambiental, a gente acha melhor chamar assim.

Se no dia-a-dia desses pesquisadores, se também tivesse uma relação mais próxima da comunidade, isso a gente não pode tá fazendo forçado, né. A gente tem que parar aquela mania de achar que, Ah eu faço meu trabalho, eu não quero me envolver com nada e dane-se o resto, eu tenho um bom resultado, apresento e tal, e chega certos momentos que você passa como demagogo, porque você vai precisar da comunidade e fala uma coisa que contradiz, né, a prática. Infelizmente tem isso também Isso pode ser difícil, se não dá então não entra nessa!

Pode-se concluir que o Artemanha constitui uma representação idealizada sobre as pessoas locais fazendo sua própria história. A atuação desse movimento artístico permite significar as pessoas locais em um modelo idealizado de autonomia cultural. Contudo, essas mesmas pessoas locais, desta forma representadas, estão inseridas em um contexto social que tem suas próprias regras de inclusão, exclusão e relações de poder. Para as ONGs, os ambientalistas e as representações políticas, o Artemanha é depositário de um sinal diacrítico característico das potencialidades de autodeterminação dos indivíduos e grupos locais que devem se reinventar, ao invés de seguir seus próprios modos de vida social que, nessa perspectiva, não se qualificam, igualmente, como “fazendo história.”

O processo de mobilização da Resex como alternativa à proposta de um empreendimento de carcinicultura.

O movimento de informação e divulgação do processo de criação e gestão de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS já se iniciara nos anos 2003/2004

¹⁵ Aqui também se inclui o Projeto Manguezal/CEPENE como se verá adiante.

com a iniciativa do Projeto Manguezal/CEPENE/Ibama, em Caravelas e Nova Viçosa. O subprojeto “Associativismo” daquela instituição confiava a “aceitação” da comunidade ribeirinha frente a proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Reserva Extrativista. Na verdade, o processo legal se inicia efetivamente quando há um pedido formal, datado de 16 de outubro de 2003¹⁶, no qual a Associação dos Moradores Ribeirinhos de Caravelas protocola na Câmara de Vereadores de Caravelas uma solicitação de estudos para a criação de uma Reserva de uso sustentável. Tal documento transfundira-se por toda a região ribeirinha, assumido como marco inicial de todo o processo de criação da Resex. O que animara a elaboração do referido documento havia sido a incursão numerosa de *marisqueiros* de outras localidades em todo complexo estuarino de Nova Viçosa e Caravelas, que chegaram em virtude da baixa produção dos manguezais afetados de sua localidade.

Além disso, uma proposta de carcinicultura na região impeliu uma força extra ao processo de mobilização e informação comunitárias das instituições ambientalistas, principalmente a Conservação Internacional que entrou com o maior aporte de recursos, pois aquele empreendimento arregimentou muitos cidadãos de Caravelas e Nova Viçosa para o seu apoio. Assim, em dado momento, todo o esforço de mobilização das instituições ambientalistas enfrentou uma reação dos “empreendedores”¹⁷ da carcinicultura. Por conseguinte, toda a metodologia e estratégia de mobilização contou com a participação de diversos agentes que se agregaram em torno da proposta da Reserva Extrativista de um lado, diretamente em oposição à proposta dos empreendedores. A mobilização para a Resex, portanto, parte de uma reação de instituições ambientalistas capitaneadas pela CI-Brasil ao processo de licenciamento da carcinicultura.

O grupo pró-Resex compreendia as instituições governamentais e não governamentais que iniciaram as intervenções contra a carcinicultura ao projetar em praças públicas vídeos sobre os impactos das fazendas de camarão, principalmente no Nordeste. À medida que o processo de licenciamento da carcinicultura avança as

¹⁶Naqueles idos ainda não havia regulamentação sobre os procedimentos a serem tomados no que tange à solicitação para criação de Resex e RDS, publicado em Instrução Normativa somente em setembro de 2007 (IN 03/2007)

¹⁷ O termo se refere não só os empresários da carcinicultura, mas todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para conquistar o apoio de diferentes segmentos das comunidades caravelense e nova-viçosense para o projeto de carcinicultura da Cooperativa de criadores de camarão do Extremo Sul da Bahia - Coopex .

instituições se organizam articuladamente planejando estratégias de mobilização. Nesse processo, outros atores entram em cena como resultado da mobilização e o grupo anti-carcinicultura percebeu que o mecanismo mais eficaz para conter o processo de licenciamento, seria a criação da Resex. Ao mesmo tempo, o grupo pró-carcinicultura, constituídos os empresários e seus prepostos, contava com o apoio do prefeito e de vereadores, além de comerciantes, a Loja Maçônica e o Rotary Club de Caravelas. Em Nova Viçosa, garantem também apoio do prefeito. Os dois grupos em contraposições, coordenavam ações locais, mas também acionavam parceiros regionais e nacionais, como por exemplo o Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, para o lado pró-Resex; e para o lado dos carcinicultores, o governador da Bahia na época, um senador e o próprio órgão licenciador, o Centro de Recursos Ambientais – CRA, hoje Inema – Instituto Estadual do Meio Ambiente.

Inicialmente a proposta da Resex partira apenas do grupo intitulado “ambientalista” sem a participação efetiva da “comunidade”, como avaliam meus interlocutores. À medida que os ribeirinhos e pescadores urbanos de Caravelas tomaram ciência do funcionamento e dos propalados benefícios da Reserva Extrativista, mais e mais pessoas engrossavam o grupo pró-RESEX. Hoje, além daquelas instituições que faziam parte deste grupo, um número cada vez maior de pescadores toma parte do movimento, apesar da avaliação local acerca da reserva ainda se referir à ideia de exclusão de territórios de pesca e mariscagem e à proibição de práticas tradicionais. No decorrer da tese pretendo ilustrar essa percepção construída por pescadores urbanos e *moradores das ilhas* mediante o material etnográfico.

As comunidades de Caravelas e Nova Viçosa, de forma geral, retém uma desconfiança significativa em relação às instituições ambientalistas locais, governamentais e não-governamentais. Para muitos pescadores e principalmente *moradores das ilhas* o Ibama e as ONGS são de mesma natureza. São interessadas na proteção do “meio ambiente” sem levar em conta o modo de vida da população residente nas *ilhas* do complexo estuarino e dos pescadores. Para eles, são os órgãos responsáveis por coibir, por proibir e, em tudo há objetivos escusos e velados que implicam necessariamente em *comer dinheiro*. Tal expressão é largamente utilizada principalmente nos negócios políticos locais em que o interesse está sempre condicionado à garantia de que sejam recompensados financeiramente. Desde as fotos sacadas das famílias, relatórios técnicos, voluntarismo em associações e no Conselho

Deliberativo, defesa deste ou daquele projeto, são vistos como uma forma de ascensão social e econômica. Ainda assim, para o caso das instituições ambientalistas, a ideia que prevalece, entre os chamados ‘extrativistas’, são as restrições, em nome de uma percepção do Meio Ambiente, para que a paisagem, principalmente biológica, não se modifique.

O sentimento de expropriação de territórios e práticas de exploração dos bens naturais fora construído a partir dos procedimentos do Ibama nos municípios e continua a existir, fruto da retro alimentação de um padrão de fiscalização descontínuo, pessoalizado e truculento. Não obstante, um outro cenário se desenha a partir da inserção do *grupo ambientalista* nas estratégias de comunicação com os pescadores e *moradores das ilhas*, que teriam sido consideradas necessárias para a criação da Resex, uma vez que, diferentemente de outras categorias de Unidade de Conservação mais restritivas como as de Proteção Integral, a Resex é gerida por um Conselho Deliberativo¹⁸. Uma das saídas encontradas pelo grupo ambientalista com vistas a sensibilizar as comunidades “extrativistas” e contornar a visão negativa construída acerca do Ibama, foi, a exemplo da visita de pessoas impactadas pela carcinicultura no Ceará, quando do processo de mobilização anti-carcinicultura¹⁹, trazer lideranças das Resex de Corumbau e Canavieiras para tratar do assunto Resex junto aos pescadores e *moradores das ilhas*. Esta estratégia fora avaliada pelo grupo pró-Resex como divisor de águas para a sedução à proposta da UC em face dos avanços no processo de licenciamento da carcinicultura. Em uma das reuniões dos “ambientalistas”, decidiu-se por trazer duas lideranças da vizinha Resex do Corumbau que se dispuseram a contribuir no processo de mobilização, à custa de *diárias* – pagamento para despesas cotidianas, mas que se transformam em uma espécie de “consultoria extrativista”, segundo membros do grupo pró-Resex. A “consultoria” teria indicado um método específico de colocar pescadores em conversa com pescadores, que *falam a mesma língua*, diferentemente dos técnicos e pesquisadores que, segundo a visão local, além de desconhecerem os códigos culturais dos “extrativistas”, seus interesses não estavam claros suficientemente, o que daria margem para uma interpretação de suas ações pelas quais estariam frequentemente, *pregando mentira* com o objetivo de, às custas dos “extrativistas”, *comerem dinheiro*. O processo de mobilização, portanto, tinha um

¹⁸ Segundo a Instrução Normativa 02/2007, em seu artigo 9º, inciso III: “deve-se garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade;”

¹⁹ Para o assunto ver Mello, C. *Op cit*, pg 212 e seguintes.

objetivo direto, qual seja, o de envolvimento de pescadores urbanos e *moradores das ilhas* para a aderência ao projeto pró-Resex, mas ao mesmo tempo e veladamente, uma tentativa em aproximar os “extrativistas” à princípios e, em certo sentido, aos valores dos “ambientalistas”.

Tive, nesse momento como técnico de uma ONG a oportunidade de contribuir para a formulação desse processo, planejando e acompanhando a agenda das lideranças de Corumbau, inclusive oferecendo minha casa para sua estadia. Nesse contato, pude perceber que o processo de mobilização em torno da Resex construíra uma aproximação dos pescadores e *moradores das ilhas* com os preceitos do ambientalismo local, e, ainda que se refutasse a ideia de que as proibições de locais e artes de pesca estariam em jogo, o principal argumento das lideranças de Corumbau era que, com a implantação da Resex, só mesmo os *nativos*, como diziam, poderiam explorar o território e os recursos ambientais. Esse princípio persuadiu os pescadores de camarão, uma das mais difundidas artes de pesca, praticada pelos pescadores urbanos da região, que viram a possibilidade de proibir os pescadores de Alcobaça a capturar o crustáceo nos pesqueiros em frente à Caravelas e Nova Viçosa, apesar de tradicionalmente os pescadores de toda a região utilizarem os pesqueiros defronte às cidades, ignorando à divisão político-administrativa. Os pesqueiros não são de Caravelas, de Nova Viçosa, de Alcobaça ou do Prado, pois o mar, nem formal, nem tradicionalmente obedecia às fronteiras das municipalidades. Somente com a Resex do Corumbau e posteriormente a do Cassurubá, que o *mar de todos*, é de certa forma reesquadrinhado, recrudescendo, paradoxalmente, o conflito entre os pescadores da região.

Alguns de meus interlocutores avaliaram posteriormente que a proposta da Resex era apenas um meio, utilizado pelos “ambientalistas”, para que se atravancasse o processo de licenciamento da fazenda de camarão e que os pescadores urbanos pouco tinham a ver com essa história, já que o interesse deles se assentava nos pesqueiros marítimos. Com a interlocução das lideranças de Canavieiras e Corumbau, a partir da apropriação de espaços de “comprovações científicas” sobre a conectividade de ambientes, os pescadores puderam perceber que os danos ao manguezal poderiam alcançar seus pesqueiros pela “descoberta” da inter-relação ecológica que há entre mangue e os peixes capturados em mar aberto.²⁰ Na verdade os “extrativistas” de

²⁰Conforme estudos de conectividade são várias espécies de valor comercial que utilizam o manguezal para desova.

Cassurubá já conheciam a interdependência ecológica dos ecossistemas por meio de suas práticas tradicionais, que determinam as formas de uso e de territorialização.

O que as instituições ambientalistas também objetivavam com a mobilização pró-Resex a partir do intercâmbio de lideranças, era amalgamar um sentimento de pertencimento de pescadores e marisqueiros em torno de uma só identidade: a de “extrativista”. Dessa forma, os “extrativistas” agregar-se-iam univocamente numa identidade, considerada pelos “ambientalistas” como fundamental para a futura gestão da Resex do Cassurubá. Esta identidade, acreditam técnicos e pesquisadores, uniria pescadores e marisqueiros, que apesar de estarem bem distantes em seus universos simbólicos (o mundo do mangue, do marisqueiro exige um saber diferente dos pescadores de tainheira, do camarão, da arraia, do mergulho), os agregam em torno da luta pelo controle de seu próprio território.

A partir do processo de mobilização do que veio a se chamar Coalizão SOS Abrolhos²¹, pescadores foram arregimentados para a luta da Resex contra a carcinicultura. Falamos do conflito gerado a partir da proposta da fazenda de camarão em cativeiro copiosamente discutida em diversos trabalhos²². Entretanto, ao que parece, alguns investiram na proposta da Resex a partir de uma série de circunstâncias que antes não se tinham revelado. Com o passar do tempo e a indefinição jurídica da contenda, torna-se visível o enfraquecimento do grupo dos empreendedores ao longo do processo de licenciamento, na escassez das visitas ao município, no recuo das ações das prefeituras de Caravelas e Nova Viçosa. A reação do grupo de “empreendedores” como foi o caso de dois ativistas desse grupo no dia de feira anterior à reunião do dia 25 de março de 2008 – dia em que se celebraria uma das três Consultas Públicas para a criação da Resex do Cassurubá –, trouxe outras expectativas para pescadores e *moradores das ilhas*, que antes parecia apenas assistir a contenda entre os grupos polarizados.

As Consultas Públicas para a Resex do Cassurubá, procedimento obrigatório para a oitiva das comunidades impactadas pelas Unidades de Conservação em criação, respeitaram as agendas do grupo pró-Resex. De fato, nas reuniões de planejamento da mobilização pró-Resex que participei, as ONGs tiveram uma influência significativa

²¹Formada a partir da campanha anti-carcinicultura, foi muito mais, segundo contam, uma espaço via Internet para se debater possibilidades de proteção para Cassurubá, para a conservação de espécies e ambientes. Houve embates ferrenhos via email entre ambientalistas que falavam “pela comunidade”, como se as representasse nesse fórum.

²² Para o assunto Cf. Mello (2010), Dias et. al (2012) , Nicolau (2006).

nos locais e datas da realização das três Consultas Públicas para a criação da Resex do Cassurubá, muito provavelmente porque não havia naquele momento recursos públicos disponíveis para realiza-las, ficando a cargo principalmente da Conservação Internacional a rubrica de se garantir os fundos necessários ao processo de mobilização e à garantia da presença de pescadores urbanos e *moradores das ilhas* nesses eventos, como por exemplo, a doação de óleo diesel destinado aos que tinham embarcações para se buscar, principalmente as famílias ribeirinhas, para participar Consultas Públicas de criação da UC.

Pouco antes de ser realizada a terceira Consulta Pública como parte do processo de criação da Resex do Cassurubá, uma liminar é concedida aos prepostos do empreendimento que mobilizaram as opiniões da cidade em defesa da COOPEX, suspendendo judicialmente a Consulta. Curiosamente, entre os autores da ação, cujo rol figurava o Rotary Club de Caravelas, a Loja Maçônica Deus Luz e Caridade, a Colônia de pescadores Z-25²³, a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal e algumas associações²⁴, dentre elas algumas formadas “às pressas” com o suporte inclusive financeiro da prefeitura de Caravelas, conforme me contaram, e não havia entre estes agentes aquele que seria o mais interessado na suspensão da Consulta: a própria COOPEX.

As Colônias de Pescadores da região são entidades muitas vezes criticadas por servirem de trampolim para o ingresso de pessoas na “política”, tendo muitos ex-presidentes se candidatado a vereadores dos municípios de Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça. No entanto as Colônias de Pescadores são consideradas entidades representativas de uma categoria pelas quais seus associados garantem seus direitos, e o acesso as políticas públicas para o setor, como o seguro defeso.

Essa disputa Resex-carcinicultura se torna o assunto principal das conversas das pessoas nas cidades, principalmente de Caravelas, contudo os novos integrantes do movimento pró- Resex, tendo se engajado ainda mais na luta contra a carcinicultura, sofrem coação do grupo dos "empreendedores", inclusive mormente da Prefeitura, o que

²³O então presidente da Colônia havia sido nomeado secretário municipal e defendera o empreendimento de carcinicultura em oposição à Resex. Em uma reunião na Colônia de pescadores, o então presidente pede apoio da Polícia Militar para expulsar os pescadores que decidiram discutir a proposta da Resex.

²⁴Muito provavelmente essas associações teriam sido criadas como estratégia do grupo pró-carcinicultura para elencar um número satisfatório de entidades civis ao processo de criação da Resex, a fim de contrabalançar a lista de entidades do grupo pró-Resex.

fez muitos dos que já haviam posto crédito na proposta da Resex recuarem. Como será discutido adiante, o poder público local costuma envolver a comunidade na absorção de mão-de-obra para a administração pública. Tal prática acaba por se transformar em “moeda de troca”, em que as pessoas assumem os compromissos com a Prefeitura e Câmara dos Vereadores com o receio de perder seus *empregos*.

Quer dizer então que o território do extrativismo, o manguezal, foi modificado pela luta contra a carcinicultura, e tem sido ressignificado a partir da implantação da Resex. Houve a constatação que este território se transforma em algo que pode ser protegido segundo legislação específica mas nem sempre em acordo com as práticas de pesca e mariscagem e com o que pescadores e *moradores das ilhas* entendem como preservação, como veremos ao longo da tese.

Segundo a posição da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão - ABCC, a exploração dos estoques pesqueiros já teria ultrapassado muito o limite de sustentabilidade dos ecossistemas marinhos, e a saída racional e imediata seria o investimento na maricultura, já que o extrativismo retira os recursos naturais sem repôlos, diferentemente da criação em cativeiro, na ótica dos carcinicultores²⁵. A proteção deixou de ser apenas objeto de ONGs inseridas no mundo dos *moradores das ilhas* e pescadores urbanos, e passou a ser proferida e tomada por eles mesmos como um processo de sua própria sobrevivência. Percebo que termos tais como “preservação”, “proteção”, “conservação”, “plano de manejo” agora começam a ser ressignificados pelos *moradores das ilhas* e pescadores, subjetivando sua própria vivência com o território.

Partimos do pressuposto de que com a implementação de uma Resex, pode-se indicar uma presença maior do Estado na resolução de conflitos de pesca e entre comunitários. De outro lado, as pessoas tendem a se afastar da esfera pública, delegando às suas lideranças o papel de representá-las. Em outras palavras, os acordos eram feitos segundo uma lógica interna, que com a implantação da Unidade de Conservação perde legitimização, já que tem necessariamente que constar dos documentos oficiais, como o Plano de Manejo, Acordos de Pesca e resoluções do Conselho Deliberativo. Além disso, as comunidades também devem necessariamente escolher seus representantes que

²⁵ Em outubro de 2005, foi distribuído na cidade de Caravelas um *folder* da COOPEX defendendo a “sustentabilidade” do empreendimento.

geralmente são pessoas que tiveram alguma relação com instituições ambientalistas, e nem sempre são reconhecidas como representantes das famílias, cuja tradição respeita outras formas de liderança, como o *chefe* ou *governante* da casa. Queremos crer que essa injunção repele as pessoas das práticas tradicionais de resolução de conflitos e de sua dinâmica de poder; curiosamente, as Resex foram concebidas como forma de garantir as chamadas “culturas tradicionais” em suas formas de viver.²⁶

A argumentação dessa permissa permite-nos entender o Estado como algo construído a partir de suas margens, como indicaram Veena Das e Deborah Poole (2008). Segundo as autoras, as temáticas abordadas por alguns estudos antropológicos que tem o Estado como objeto engloba três enfoques acerca de suas margens. a) que entende a margem como periferia, onde se encontram os grupos sociais que não estão suficientemente socializadas pelo marco da lei. b) que se entende o Estado construído em torno da legibilidade e ilegibilidade, entre as quais as próprias práticas de ilegibilidade estão constantemente tensionando as suas próprias práticas, estatutos e termos. c) A margem entendida como espaço dos corpos, da lei e da disciplina. (*Idem*, 2008)

Nesse sentido, as injunções que se apresentam na Resex do Cassurubá em torno da elaboração de suas regras próprias, impostas por regulação específica, incorporam não só uma ideia de Estado baseada na generalidade e em uma estrutura abstrata, baseada nos documentos legais que trazem implicitamente o ideário do Estado Liberal, mas também aquilo que se constrói a partir das margens desse próprio Estado nas relações de poder consideradas extra-legais.

O conceito de “margem como periferia” (*Idem, ibidem*) tem fundamentado a intenção do Estado de “converter” grupos sociais, relacionados como fora do processo civilizatório moderno, com portadores de um modo de vida arcaico e atemporal, em sujeitos do desenvolvimento sustentável, transformados mediante tecnologias de poder

²⁶ Na Lei do SNUC (2000) lê-se no caput do Art. 18. “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por população tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” E no seu parágrafo 2º: “A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.”

específicas, de *moradores das ilhas* e pescadores urbanos, em uma categoria identitária que abrange a todos como “extrativistas”.

A questão identitária desvela-se, por fim, como o instrumento mais confortável para as repostas às perguntas que me fazia durante o trabalho de campo. Por conta disso, valho-me das perspectivas antropológicas que me auxiliam a esboçar uma totalidade sem, no entanto, totalizar a situação social com categorias externas àqueles grupos sociais ou étnicos, ao contrário, a tese procura problematizar as definições tanto as que se impõe a esses grupos quanto a desses próprios grupos no contato com essas determinações. Dito de outra forma, as identidades elaboradas por esses grupos se consolidam exatamente na forma com que modelos de pertencimento são disputados, não apenas nas arenas formais inauguradas pelos procedimentos da Resex, mas em outras instâncias de comunicação de distintividade social entre grupos distintos, acerca dos modos desapropriação dos territórios e dos bens naturais. Tais grupos compreendem pescadores urbanos e moradores das ilhas na sua relação com as instituições governamentais e não-governamentais que respondem pelo ideário construído sobre Meio Ambiente.

Nesse percurso, não se pode prescindir da descrição das formas em que esses grupos sociais lidam com o novo, com as propostas de ordenamento do território e com o fluxo de saberes que lhes põem em acesso e as diferentes apropriações que fazem individual e subjetivamente desses saberes.

Como está organizada a tese

No primeiro capítulo apresento os percursos da minha inserção no campo, de técnico de ONG, militante do movimento “ambientalista”, passando por professor contratado pela prefeitura de Caravelas para uma iniciativa de “pré-vestibular comunitário” e, por fim, como antropólogo, no entrecruzamento dessas “identidades” problematizando as atribuições da minha ação entre pescadores urbanos e *moradores das ilhas*. Neste capítulo, também construo uma historização e o “estado da arte” da pesca hoje no Banco dos Abrolhos. Nesse momento trago a percepção de pescadores urbanos das práticas ditas “predatórias” e das ações das instituições governamentais e não-governamentais sob a égide do Meio Ambiente.

No segundo capítulo descrevo a percepção de “extrativistas” sobre o processo de criação da Resex do Cassurubá e sobre a cogestão dessa UC trazendo a experiência etnográfica em uma *comunidade* do complexo estuarino.

O terceiro capítulo apresenta as construções identitárias de duas *comunidades de moradores das ilhas* e suas formas de comunica-las ao Estado e às ONGs de cunho ambiental. Também se inclui no capítulo um evento que, retido memória social, serve de parâmetro para as percepções nativas acerca das instituições governamentais e não governamentais, reunidas em torno do Meio Ambiente e de um ambientalismo particular.

No quarto capítulo, descrevo os processos identitários em curso na Resex do Cassurubá por meio de suas lideranças comunitárias e associações, na comunicação da distintividade cultural frente à empresas, ONGs e Estado, com vistas a superar as tentativas de tutela porque sofrem os denominados “extrativistas”

No quinto e último capítulo, tento concluir a tese a partir dos debates que avançaram no sentido da elaboração de um Perfil Extrativista, procedimento previsto em normativas do ICMBio, para se categorizar a “população tradicional” da Resex do Cassurubá.

1) Antropólogo ou educador? A inserção no campo e a construção do objeto e o método de pesquisa: evitando as *ratoeiras*, margeando o *mangue*.

“se a cultura é mediação crucial da prática, a simples existência da prática, é, em contrapartida, mediação de mudanças na cultura” (Marshall Sahlins, 2008).

Como se chega ao campo ou como se etnografa uma situação social em que as idas e vindas do pesquisador são sempre confundidas com outras chegadas? Eu posso “chegar” como um membro de uma família tradicional da cidade cujo *status* social me posiciona em um lugar específico de relação com o povo que queria estudar. Também posso chegar como um técnico de uma ONG multinacional associada à ambivalência de ser responsável por contribuir para a desapropriação de territórios tradicionais²⁷, ao mesmo tempo em que procura defender “comunidades tradicionais” através da mobilização de recursos principalmente no levantamento de “dados científicos” para o reconhecimento de “práticas ambientalmente responsáveis”.²⁸

Nessa *chegada* posso ser visto como biólogo da conservação ou como agente repressor do Estado nas prerrogativas legais de defesa do ambiente. Ainda posso também *chegar* como um desterrado de um lugar longínquo qualquer em busca de trabalho ou me escondendo de alguma condenação à extrusão. Como é que se chega enfim a um lugar cujas investidas do “progresso” e do “desenvolvimento” vem sendo sentidas e significadas por uma miríade sem fim de discursos, que ora se repelem ora se atraem? Nessas diferentes *chegadas*, estive sob a avaliação criteriosa de meus interlocutores desde que me apresentei, com intuito de pesquisar e interagir com um grupo social que nutria enorme curiosidade e que era pouco afetado por estar social e geograficamente tão distante. E como se chega e se afasta de uma visão elaborada do nativo acerca *daquela que chega*, não pouco comum, embotada de elementos depreciativos? O que antes se manifestava como uma dificuldade ou no desafio em se *chegar* nos nativos ou de angariar sua confiança, condição *sine qua non* da etnografia,

²⁷ Inúmeras críticas vem sendo realizadas às grandes Ongs conservacionistas internacionais mundo afora. Para o assunto ver. DIEGUES (org). “A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas” São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

²⁸ Tem-se organizado debates acerca das “certificações ambientais” para produtos das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, principalmente as Resex Marinhas que levam em conta principalmente o tamanho do pescado para captura. De acordo com nossa análise, trata-se de uma espécie de reserva de mercado que deverá beneficiar os grandes produtores e grandes distribuidores na inserção dos pescadores em uma lógica de mercado.

para a possibilidade de uma descrição das complexas teias de significados que o etnógrafo deve apreender e comunicar, (GEERTZ, 2012), começa a se construir como uma explicação possível para se compreender a situação social a que me debrucei.



Foto 2 – *Ratoeira* para captura de goiamum. Dispositivo instalado próximo de seus *buracos*. O bicho entra para se alimentar procurando a isca colocada no interior da caixa. Então um mecanismo é acionado, fechando a entrada, o que impossibilita o goiamum de sair.

No trabalho de campo do mestrado, em meados de julho de 2005, comecei a ter contato com o mundo do “ambientalismo” em Caravelas e região. Até aquele momento tinha uma interlocução próxima, mas esparsa, com um servidor do Ibama que havia elaborado um projeto de estudos para o manguezal sob o patrocínio permanente de uma empresa de celulose, que em Ponta de Areia, distrito de Caravelas, construíra um terminal de barcaças para escoamento de toras de eucalipto na região no início da década de 2000. A atividade da agroindústria da celulose, presente desde o norte do Espírito Santo e de Minas Gerais expandindo sua fronteira agrícola com assustadora rapidez e intensidade em direção à Bahia foi vista, segundo os dados de campo, como uma oportunidade única de captação de recursos pelas instituições ambientalistas, pelos órgãos federais e pela própria municipalidade por meio de projetos de compensação ambiental. Como exemplo, o Projeto Manguezal – Projeto integrado de manejo e

monitoramento para o uso sustentável pela população ribeirinha do manguezal de Caravelas – BA, integrante do Centro de pesquisa e gestão de recursos pesqueiros do litoral Nordeste – CEPENE, inicia suas atividades em 2002 em Caravelas. Àquela época era a única instituição na qual tinha contato por ter relação de parentesco com seu coordenador. Com a implantação do Terminal de Barcaças Luciano Villas Boas em Ponta de Areia e suas condicionantes, organiza-se o Projeto Manguezal ligado ao CEPENE que teria sido, segundo nos informaram, a primeira instituição a elaborar uma proposta de Unidade de Conservação de uso sustentável²⁹ envolvendo a área de manguezal, os sítios e as *ilhas* do povo ribeirinho.

No trabalho de campo do mestrado enfrentávamos uma enorme dificuldade em conseguir acesso aos ribeirinhos pela falta de recursos para se contratar embarcação e alojamento; a saída foi estabelecer uma espécie de parceria informal com o CEPENE, na qual a instituição me proporcionaria a visita aos sítios em troca do apoio à Associação de Marisqueiros de Ponta de Areia e Caravelas – Ampac, em função da nossa relativa experiência em formação de grupos e lideranças comunitárias em áreas periféricas do Rio de Janeiro, trabalhando em ONGs e associações de moradores em favelas, trabalho que se inicia antes mesmo de me formar em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. A partir dessa experiência poderíamos contribuir para a consolidação da Ampac, entidade de significativa importância para o processo de implantação da Resex do Cassurubá, e, ao mesmo tempo, de ter acesso àquela população por meio de uma associação comunitária e não do Ibama, o que, suponho, me colocaria em uma posição desconfortável em relação à confiabilidade das informações que levantava. Tal parceria fracassou por diferenças de entendimento acerca do processo associativista conforme descrevi na minha dissertação de mestrado (NICOLAU, 2006), e também por conta daquilo que queríamos evitar: as pessoas não deixaram de nos vincular ao Ibama unicamente por visitar os sítios com embarcações comuns e não nas *voadeiras*³⁰ do órgão ambiental. Para fugir dessa *ratoeira*³¹, uma vez que percebia que as pessoas, principalmente ribeirinhos,

²⁹Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, dentre as doze categorias de Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Área de Proteção Ambiental permitem a permanência de grupos sociais no interior de seu território.

³⁰ Ligeiras embarcações de alumínio com motor de popa movido à gasolina.

³¹ Armadilha para se capturar o guaiamum. Trata-se de uma pequena caixa de madeira comprida com uma espécie de alçapão na porta. No seu interior coloca-se a isca; o bicho então entra e a porta se fecha prendendo-o dentro da ratoeira. Uma outra forma comum de se capturar a iguaria é no seu período de reprodução, durante a “andada”, que ocorre duas a três vezes por ano, quando o bicho sai de sua toca para

frequentemente fugiam do contato³², pois, não percebera até então a aversão construída acerca do órgão ambiental e das práticas repressivas que, conforme nos contaram posteriormente, eram bastante comuns.

Hoje com novos dados e com a presença cumulativa do trabalho de campo, mediante um “estudo de caso desdobrado” (GLUCKMAN, 2009 [1958]) ou como desenvolveu posteriormente Van Velsen sob a noção de “análise situacional” (Van Velsen, 2009) , podemos perceber o quanto estão vinculados as práticas de poder das famílias tradicionais da cidade de Caravelas, a organização do Estado em torno das questões ambientais e os processos de expropriação e dominação de pescadores e *moradores das ilhas*. Referimo-nos a uma espécie de reedição de práticas excludentes de um grupo social, que envolve comerciantes, empresas, poder público (estrito senso) e, hoje, as ONGs, em relação a outro: de pessoas que são estigmatizadas pelo acesso limitado aos capitais culturais da “sociedade”, àquelas que são consideradas pessoas *analfabetas e ignorantes*³³. Tal estigmatização reforça teias de dominação e controle sobre os *moradores das ilhas* e pescadores, por meio da complementaridade e interdependência de grupos sociais, nos procedimentos do exercício de poder, que se evoca por meio de depreciações como estas.

Com o fracasso da parceria com o CEPENE/Projeto Manguezal entro em contato com as pessoas por outra entrada não mais associada ao Ibama, mas agora sendo ajudado por pessoas que tinham contato com os *moradores das ilhas* e pescadores urbanos que ia conhecendo. Comecei a perceber que muitos dos chamados ribeirinhos tinham casa na cidade, mas mantinham as atividades tradicionais em suas *ilhas* e sítios de origem, dividindo os dias entre a lida na roça, no mangue ou nos rios com a vida na cidade. Como se verá, aí se apresenta um exemplo fecundo de que a separação cidade-campo não responde a uma série de questões que apareceram durante a pesquisa. Conforme pude me aprofundar, percebi que não se tratava de algo como reminiscências de um passado nostálgico, bucólico, que as pessoas que conseguiram uma vida mais confortável financeiramente queriam manter. Como se verá, a relação cidade-campo é,

procriar e fica vulnerável à captura. Essa prática, tradicional na região e que mobiliza famílias inteiras, é proibida por lei.

³² Resguardadas as proporções, experimentei nesse momento algo parecido com que Evans-Pritchard vivenciou entre os Nuer a que o antropólogo chamou de “nuerose”, porquanto eventos anteriores teriam servido de parâmetro para uma interpretação nativa acerca do órgão.

³³ Em uma apresentação do CEPENE/Projeto Manguezal no Colégio Polivalente de Ensino Médio de Caravelas, ouvimos essa denominação proferida pelo coordenador do órgão ambiental.

em verdade, constituinte do próprio processo de sociabilidade daquelas pessoas e, apesar da ocupação da periferia da cidade pelos ribeirinhos ser um fenômeno relativamente recente, a vinculação histórica ao ambiente urbano na cidade de Caravelas ou de Nova Viçosa é fundamental para se perceber os mecanismos de resistência de um modo de vida que, segundo o senso comum, tenderia a desaparecer no processo de modernização, cada vez mais abrangente atualizado ali na presença de políticas públicas ambientais e na organização do campo pela agroindústria da celulose. Como se verá ao longo da tese, a inserção dos ribeirinhos e pescadores no processo civilizatório brasileiro passa pela sua própria constituição enquanto grupo social, elaborado a partir de seus modos de ser e de fazer e à comunicação de suas diferenças culturais.

Por esse caminho traçado, pudemos começar a estabelecer relações de confiança com nossos interlocutores e estarmos cada vez mais próximos das *ilhas* que serão objeto de descrição etnográfica dessa tese. E também buscava os *barcos da escola* para chegar às aglomerações mais populosas, pois como vimos na introdução, as famílias estão distribuídas de modo esparsos pelos estuário, cuja ocupação respeita regras locais de propriedade, de produção e reprodução social. As quatro escolas da zona ribeirinha do município de Caravelas estão erguidas em locais onde geralmente há um *porto* importante por onde circulam pessoas e coisas. Pudemos perceber como funciona o sistema de transporte da zona ribeirinha que, como veremos adiante, se relaciona com a distribuição de poder local, que ocorre, entre outros mecanismos, por meio da contratação de *barqueiros* e cujo processo de escolha obedece a critérios baseados nas relações pessoais com dignitários da cidade e com políticos locais. Tais mecanismos ao mesmo tempo em que mantém as famílias atreladas a grupos políticos, relacionam-se também com o grau de prestígio com que os *chefes* de família angariam para si. Também funciona como moeda de troca na medida em que defendem mais ou menos veementemente as propostas advindas daquele grupo político, como a proposta de criação de camarão em cativeiro, adiante explicitada.

Uma proposta de carcinicultura promoveu a mobilização de capitais e pessoas na região formando todo um anedotário ideológico que organizou a constituição de grupos de interesses em torno desse projeto do empreendimento de um lado, e de outro, a proposta de uma Resex, tendo o “ambientalismo” local como principal defensor. Contratado para participar do processo de mobilização para Resex, pude entrar no campo agora de outra forma: como “militante” de um movimento social com objetivos

definidos. O trabalho do educador³⁴ confunde-se com o do pesquisador e uma nova gama de elementos analíticos se apresenta para mim com tanta intensidade, que o trabalho de campo torna a mudança de objeto da minha pesquisa de mestrado um imperativo. Com a definição provisória de estudar a reprodução social e as formas de ocupação e os usos do estuário pela comunidade ribeirinha de Caravelas, fui instado a descrever o processo de disputa em torno das duas propostas de ordenamento territorial: a fazenda de camarão e a da Unidade de Conservação. Nessa *chegada*, pude perceber como é elaborada a visão nativa acerca dos diferentes agentes que se relacionava com o mundo dos ribeirinhos e pescadores, principalmente nos termos da produção de sua vida material, tendo como pano de fundo, aquelas propostas. O principal argumento-alvo dos projetos dizia respeito ao risco do esgarçamento das teias de sociabilidade das comunidades ribeirinhas e de pescadores, por parte da proposta desenvolvimentista de um lado, sob o argumento da “falência de seu modo de vida” visto como “anacrônico” e “ineficiente”; e por outro, pela própria vulnerabilidade daquelas populações na “ausência” de “habilidades” próprias de uma formação tecnocientífica modernizante³⁵, sua inclusão no quadro dos grupos sociais “reconhecidos” pelo Estado deve ser assistida, segundo a visão do ambientalismo local. A consagração dos Conselhos como espaços institucionais de resolução de conflitos locais previsto na Constituição Federal, tende a referendar a eficácia de mecanismos formais da democracia representativa liberal, colocando em disputa propostas diferentes de “modernização” e “desenvolvimento” para a região do Extremo Sul da Bahia, tendo como “beneficiário direto” o povo da ribeirinha, tal como são chamados nas cidades de Caravelas e Nova Viçosa e os pescadores artesanais urbanos.

A partir de então, também estive envolvido nessa teia de relações nas quais as investidas de informação e contra-informação entre os *moradores das ilhas* e pescadores urbanos me ajudam a perceber como as “verdades” acerca dos impactos da fazenda de camarão e da reserva extrativista teriam sido edificadas. Alcançando certo reconhecimento no movimento ambientalista local, estive contratado por uma ONG internacional para lidar com as questões relativas ao “social” uma vez que, de cunho

³⁴À época, ministrava aulas de Geografia, História e Técnicas de Redação para o pré-vestibular garantido pela Prefeitura Municipal de Caravelas.

³⁵Acsehrad descreve a “modernização ecológica” como uma corrente de pensamento dominante acerca do “problema ambiental” que busca, pelo mercado, mitigar o desperdício de matéria e energia através de tecnologias limpas. Tal projeto promove o consenso político e o progresso técnico aos interesses capital. Segundo o autor, “partidários da modernização ecológica tendem a não considerar a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais.” (ACSELRAD, 2003, p23)

conservacionista, a entidade tinha em seus quadros pesquisadores e técnicos ligados principalmente à biologia do mundo marinho, no estudo de peixes e corais. Assim fui responsável por essa interseção entre a comunidade e a ONG, cuja percepção por parte da comunidade caravelense em geral carrega elementos interpretativos análogos àqueles associados à chegada do *Ibama*. De acordo com o campo até ali, essas instituições se confundem na elaboração nativa, i.e., são considerados congêneres, e, levando a sério a “confusão” da percepção nativa a respeito dos órgãos ambientais por parte dos ribeirinhos e pescadores, encontro uma solução analítica que me permite estabelecer as ligações entre as diferentes instituições em Caravelas. Na mobilização em torno da Resex, um grupo virtual chamado “SOS Abrolhos” se agrega em torno de uma agenda ambiental para a região. Um dos assuntos mais fervorosamente discutidos por esse grupo é o que envolve a participação e o protagonismo daquelas populações tradicionais cuja “defesa” de sua “cultura” está na pauta de inúmeras discussões. Pelas observações em todo o tempo de campo há três percepções principais acerca do papel das instituições em relação aos grupos de “extrativistas” ou, dito de outra forma: o papel da “sociedade civil organizada” nos processos de constituição da própria sociedade e do Estado. É possível organizar as posições sobre a participação e o suposto protagonismo do grupo social-alvo de políticas de reconhecimento de identidades ligadas ao meio ambiente naquelas em que:

- a) são considerados incapazes de construir um conjunto de argumentos que dialoguem com um saber hegemônico da técnica jurídica, ao mesmo tempo em que, impossibilitados, devido à sua baixa escolarização, de perceber processos sociais mais amplos, estariam suscetíveis a enredos de “proveitadores” de sua condição especial, qual seja, a incapacidade, não na definição jurídica da capacidade relativa titulada aos grupos indígenas, mas sim no reconhecimento de sua capacidade relativa de fato de ser sujeito de sua própria história, pelas condições históricas a que foram submetidos ao longo do tempo. Os processos de socialização da sociedade brasileira falharam com esse grupo por terem-no abandonado à própria sorte. Partindo dessa visão, toda a argumentação deverá se pautar no exercício de uma tutela daqueles grupos e portanto em ações que se realizem nesse esforço;
- b) são membros “diferentes” de uma grande comunidade, a brasileira, reconhecendo-se sua particularidade em seus “atributos” culturais, fariam

daquele grupo parte de uma “sociodiversidade” cujos “traços” podem ser descritos a partir de supostos atributos externos à sua própria cosmologia. Nessa visão, os ribeirinhos e pescadores já teriam sua “sobrevivência” garantida, por estar aberto o acesso às políticas públicas específicas para esse grupo. Resta agora, em sua autonomia, conferida a partir do reconhecimento de sua distintividade descrita com caracteres morfológicos artificialmente atribuídos à sua “cultura”, o grupo, *per se*, conquistar esses espaços a que lhe foram abertos.

- c) são objeto de uma intervenção no sentido de “construir junto”, uma vez reconhecida sua capacidade em gerar respostas às tensões que o processo civilizacional se lhes impõem e que, parte integrante de um projeto de sociedade em acordo com interesses de outros agentes que estão em sua rede de relações, são protagonistas de uma transformação social que reconhece e questiona o poder de grupos econômicos, numa perspectiva pedagógica de construção de consensos.

Quando termino o mestrado em setembro de 2006, a contenda carcinicultura *versus* UC ainda estava em curso, por não ter ainda sido “assinada” a criação da Resex e pela mobilização pró-carcinicultura ter-se esvaziado, tendo o assunto saído da pauta das conversas corriqueiras, das falas dos políticos. Nesse período, fui contratado para compor um projeto de pesquisa da Conservação Internacional intitulado *Socioeconomic and Governance do Marine Management Area Science*, projeto de pesquisa multidisciplinar que, entre outros objetivos, pretendia levantar o “estado da arte” da pesca na costa do Extremo Sul da Bahia. O universo compreendido pelo projeto alcançava outras comunidades pesqueiras na região, inclusive a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau cujas lideranças tiveram papel fundamental no intercâmbio com os pescadores e ribeirinhos de Cassurubá. Nesse momento, minha percepção acerca do que ocorria na pesca e nas atividades agroextrativistas da região, se amplia, alcançando o acesso a uma visão panorâmica mais larga e macrosociológica da atividade pesqueira na região, pois, apesar dos objetivos da pesquisa não comporem um aprofundamento das relações entre pescadores e o mundo envolvente, desenhado tão somente para fornecer estatísticas e uma descrição rasa da pesca no Banco no Banco dos Abrolhos, o universo da pesquisa envolvia uma larga extensão de costa, envolvendo 5 municípios e uma centena de quilômetros de praia. Nesse esforço, pude perceber como se constroem

redes de sociabilidade mais amplas e os significados das trocas entre pescadores das diferentes localidades. Ademais, o contato com a Resex do Corumbau³⁶ e sua dinâmica interna no estágio de implementação de políticas e projetos para a Unidade naqueles idos, me deram a oportunidade de conhecer na prática como “funciona”, em termos de sua institucionalidade, uma Resex em um ambiente marinho no sul da Bahia. Muitas das reflexões constantes na tese tiveram Corumbau como parâmetro, no esforço de uma análise comparativa, entre as quais dedico uma descrição de um evento em particular, qual seja uma reunião organizada pelas lideranças locais sobre os acordos de pesca. Nesse evento verifico que há uma apropriação e uma ressignificação de todo um léxico tecnoburocrático³⁷ por parte de “empreendedores sociais”, lideranças reconhecidas nos processos de negociação dos usos do território em que, ao mesmo tempo em que se aproximam de uma defesa do Meio Ambiente a partir de caracteres exógenos, sua legitimidade como representantes de comunidades pesqueiras é questionada. Em Corumbau tenho contato com um “projetismo”³⁸ que seria o meio e o fim da razão de ser de um associativismo, como pretendo desenvolver adiante.

Finalmente retorno a campo durante o doutoramento em três momentos distintos, dessa vez com foco nas localidades a que posso estabelecer “series históricas” de análise, já que estive em momentos diversos entre os pescadores e ribeirinhos de Cassurubá. Nesse contexto, a Resex do Cassurubá já havia sido criada e pude perscrutar os primeiros passos de sua implantação, e, por conseguinte, construir junto com meus interlocutores uma visão mais ampla dos processos sociais. Percebemos que as relações entre as pessoas, as práticas e os usos do território estavam sendo modificados a partir de um processo de “ambientalização dos conflitos”³⁹ e de “regulamentação ritual da vida” (WEBER, 1999, p. 271) no esteio das reelaborações identitárias, a exemplo da implantação de uma categoria de Unidade de Conservação, cujo desafio é pôr em processo de negociação os diversos interesses em uma arena institucionalizada, que

³⁶ A Resex do Corumbau é fruto da luta de um movimento social no extremo sul da bahia quando das comemorações dos 500 anos. Envolve o reconhecimento de territórios indígenas e do modo de vida tradicional de pescadores artesanais, no berço da ocupação europeia do Brasil, entre a costa dos municípios do Prado e de Porto Seguro.

³⁷ Dedico uma sessão da tese para construir a noção de tecnoburocracia, distinguindo-a de sua acepção original.

³⁸ O termo é cunhado por PARESCI, 2002, citado por LOBÃO, 2010 e 2011.

³⁹ Uso a caracterização de Lopes (2006) na qual “a ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, e uma nova questão pública” (LOPES, 2006, p 18) de acordo com a paulatina importância conferida às questões ligadas ao Meio Ambiente pelo Estado, desde a década de 1970.

supostamente estabelece direitos iguais aos grupos sociais, à sociedade civil organizada e ao capital.

Dessa configuração da relação Estado-sociedade advém a hipótese de que processos históricos de expropriação se atualizam e tomam fôlego a partir de uma agenda ambiental que exclui “incluindo” as comunidades ditas tradicionais. Refiro-me a esses processos de tomada de decisão em que formalmente estão abertos os espaços de negociação, a partir de Conselhos tripartites envolvendo, sociedade civil, Estado e empreendimentos privados. No caso de Resex e outras categorias de UC de uso sustentável, o Conselho Deliberativo – CD, deve ser formado por mais de 50% de representação “extrativista, conforme a Instrução Normativa 2/2007. Como será descrito adiante, a maioria de representações “extrativistas” no Conselho não necessariamente garante que haja horizontalidade na tomada de decisões, ao contrário, os exemplos que trago para a tese, cotejados nesse longo período de campo, refutam o argumento da superação de antigos modos de sujeição, como creem alguns analistas ambientais do ICMBio⁴⁰ Inclui, portanto, a sociedade civil no processo decisório, mas mantém teias tradicionais e consuetudinárias de uma “cultura” de dominação e controle. Quer dizer que, não obstante os processos democráticos terem se ampliado do ponto de vista formal com a Constituição de 1988, estruturas residuais na hierarquia do poder permanecem sob novos signos e práticas – é isso que a tese procura trazer à tona.

O papel do antropólogo: para uma análise de dentro das relações de poder

O papel do antropólogo na contribuição para o reconhecimento de direitos territoriais a partir de uma análise “de dentro”, no diálogo com os grupos sociais objeto destes direitos, é fundamental para que os arranjos de poder sejam analisados a partir do ponto de vista das próprias populações categorizadas juridicamente como titulares de direitos, sob o signo da emergência étnica na constituição de territórios de uso tradicional. As políticas elaboradas a partir do reconhecimento do Estado dada a importância das questões das lutas anti-racistas dos movimentos sociais, principalmente

⁴⁰ Durante algumas conversas que travei com servidores, o órgão tem-se dividido em 2 grandes grupos de posicionamento: aqueles servidores mais próximos de uma conservação clássica, em que o ser humano é, por definição predador, os *Biolife*; e aqueles para quem as UC deveriam prioritariamente garantir a proteção dos modos de vida das chamadas populações tradicionais, os *Etnopeople*.

sob a bandeira da “reparação”, buscam valorizar aspectos sociais, culturais e políticos de “populações” que estiveram alijadas do processo de constituição do Estado-Nação brasileiro.

O objetivo das políticas de reconhecimento, a meu ver, tem como método a “categorização” ou a “uniformidade” de grupos sociais que necessitam assumir uma dada identidade exteriormente concebida para garantir a titulação de direitos a partir de critérios de pertencimento territorial, e a produção de diferenças culturais, no nosso caso o “extrativista”. Contudo, como salienta O’Dwyer, o reconhecimento de direitos territoriais propõe, a partir da perspectiva antropológica, “a definição (...) de que os grupos étnicos são entidades autodefinidas: as etnicidades demandam uma visão construída de dentro e elas não tem relações imperativas com qualquer critério objetivo.” (O’Dwyer, 2010, p. 48).

No reconhecimento desses territórios que emergem da assunção de uma identidade para fins de reconhecimento de direitos, não se deve assumir que os grupos sociais que ocupam ou se relacionam com esses territórios, apesar de terem sido originados de movimentos políticos, as práticas culturais relacionadas ao processo identitário envolvem tradições de conhecimento (Barth, 2002), em um fluxo de saberes que ajuda a organizar, mas não se confunde com, a própria organização social que seleciona e hierarquiza saberes e práticas. O cabedal de signos e símbolos dispostos àquele grupo social ou étnico pelo qual a Resex do Cassurubá teria sido criada para proteger, não pode prescindir da relação com o Estado na luta pela garantia de sua própria existência. Dito de outro modo, as formas de conhecer e fazer dos chamados ribeirinhos e pescadores de Cassurubá só se realizam nas arenas em que suas próprias práticas são postas em contato na fronteira (Barth, *Idem*) com outras tradições de conhecimento relacionadas às práticas do conservacionismo. Nesta intersecção figuram “empreendedores sociais”, cuja proeminência se edifica na ascensão social e na tradução de conteúdos culturais que, por sua vez, precisam ser constantemente atualizados, compartilhados e comunicados, para que não se perca a posição de “liderança”.⁴¹

⁴¹As lideranças comunitárias em torno das Resex no Extremo Sul da Bahia, refiro-me a Corumbau e Cassurubá, tendem a se cristalizar e permanecer indefinidamente nos espaços de representação que, em consequência, os posicionam em lugares privilegiados na organização desses grupos sociais: o lugar da mediação.

Para tanto, a tese ilumina diversos momentos em que a comunicação da distintividade alcança os embates entre os “tradicionais” e agentes de um conservacionismo, impregnado de elaborações de um “perfil” externo acerca dos modos de vida daqueles grupos, tensionando uma caracterização daqueles que são também chamados doravante nominados “beneficiários”.

Começando pelo final: antropólogo ou professor?

Começo a pensar que pratiquei uma “antropologia da visita” nas inúmeras investidas em campo em que me coloquei em Caravelas no Extremo Sul da Bahia antes de me arriscar a compreender os hábitos, as práticas culturais e os usos do ambiente que poderiam ser descritos a partir de uma observação. Contudo não faria sentido para uma etnografia que não pusesse em enfrentamento uma “multiplicidade de estruturas conceituais complexas, sobrepostas e atadas, ao mesmo tempo estranhas e irregulares, que devemos apreender e comunicar” (Geertz, 2008, p.20). Como nos ensina Geertz eu precisaria “ler” aquela gente,

“(no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.” (*Idem, Ibidem*)

Ao mesmo tempo eu era “lido” também pelas pessoas com quem conversava e sua leitura – a partir de uma leitura que fiz da leitura deles – incluía um elemento-chave que me ofereceu um lugar na interpretação “nativa” na medida em que eu transitava em dois mundos que se me apresentaram distintos: como professor do pré-vestibular, do ensino médio e como técnico de ONG, e pesquisador copiosamente confundido como agente do Estado, *aquele que veio pra empatar*. Essa chave interpretativa me foi escondida até ter sido posto em uma espécie de cilada quando me solicitaram contribuir para a elaboração do “perfil do beneficiário” da Resex do Cassurubá, em maio de 2013, pela relação de confiança que já acumulara entre os pescadores urbanos, em troca de facilidades para que eu conseguisse acesso à agenda do ICMBio. Numa reunião na Colônia de Pescadores de Caravelas estive à frente de uma multidão de pescadores e

marisqueiras⁴² sendo posicionado como aquele a quem muitos conhecem como professor e como técnico de ONG. Ali a confiança do antropólogo pode ser sentida na medida em que os presentes ficaram decepcionados com minha presença, uma vez que – soube logo em seguida à reunião por um grupo de pescadores – se queria questionar a gestão da Resex a partir do boato de uma suposta mudança nas regras do *defeso do camarão*. Normalmente a presença de pescadores é pouco significativa nas reuniões ordinárias da Colônia em face de todo seu tamanho, com mais de mil associados, exceção quando se trata do cadastramento e recadastramento do *defeso*⁴³. Os pescadores da cidade haviam se mobilizado para comparecer em grande número àquela reunião, que fora divulgada com carro de som, artifício de propaganda muito comum para anúncios de eventos nos municípios da região.

O que me chamou atenção na descrição desse evento no meu caderno de campo foi justamente o poder de mobilização da fofoca, da contra-informação⁴⁴. De acordo com alguns interlocutores, a fofoca move as pessoas dos lugares e de suas posições; ela cria fatos políticos, derruba prefeitos, destrói casamentos, prende desafetos. As ciências sociais de forma geral e a antropologia vêm interpretando a fofoca como mecanismo que constrói sociabilidades e que estabelece as fronteiras que indicam quem é de “de dentro” ou “de fora” do grupo. Elias e Scotson (2000) nos informam como um grupo pode se “estabelecer” e depreciar outro sem que estejam presentes diferenças visíveis ou aquelas clássicas tidas como as presumidamente étnicas, religiosas ou classistas. Segundo os autores, um grupo daqueles trabalhadores pelos autores analisados se coloca em um lugar de destaque social e é reconhecido como superior pelo grupo que depreciado por meio da fofoca, e o grupo depreciado por sua vez internaliza e naturaliza sua condição de inferioridade, quando seu acesso aos clubes sociais e associações comunitárias é interdito e a delinquência juvenil, ocorre com mais frequência, de acordo com as estatísticas de Winston Parva, cidade de nome fictício dado pelos autores, entre os jovens do grupo depreciado. Cláudia Fonseca também nos contou acerca de uma vila “subproletária” portoalegrense, lugar em que a “honra figura como

⁴² Essas aqui são as que filetam camarão, ato de descascar o crustáceo para ser ensacado, congelado e vendido em embalagens de um quilo. Entretanto o termo remete a uma condição social e um modo de vida muito mais complexo que a simples denotação de uma atividade laboral, como se verá adiante.

⁴³ O seguro-desemprego, ora chamado *defeso*, se refere à interrupção da captura de algumas espécies de peixes e crustáceos durante seu período de agregação reprodutiva. O Estado paga então um *seguro* aos pescadores e marisqueiros para garantir sua sobrevivência, enquanto a interdição na pesca vigora..

⁴⁴ Conteí um pouco sobre esse artifício na minha dissertação de mestrado, mas somente agora posso apreender a fofoca como um elemento de agregação e dispersão, fazendo parte de um cotidiano que não havia dado importância nas falas das pessoas com quem conversava.

elemento simbólico chave” (Fonseca, 2000, p.15). Não quero dizer que a fofoca seja a única ferramenta de análise para entender o funcionamento das regras de inclusão e exclusão de um grupo de pescadores numa cidadezinha no sul baiano, no entanto a fofoca me colocou questões e me trouxe respostas plausíveis para uma leitura do que meus interlocutores me contavam, como veremos aqui e ali ao longo desse texto.

O interesse acadêmico, o “trampo”⁴⁵ e o trabalho de campo.

A relação com a cidade remonta os meus tempos de criança, entre os quais convivo com as histórias da origem da família que convergem para aquela região. Caravelas, cuja memória aviva as viagens de esperas quentes e intermináveis, e infestadas de moscas que me diziam quão longe estava do mundo seguro, da cidade grande, do sudeste de ruas asfaltadas e mercadorias embaladas, me informava não só um lugar privilegiado de veranejar com praias, bichos e pessoas a conhecer, como também as visitas aos tios-avós e primos distantes punham-me em um aconchego de uma rede de relações em que ia aos verões me apropriando.

Entre móveis vetustos e os cheiros da madeira velha nas casas das minhas tias avós, via o entra-e-sai de pessoas e ouvia histórias que vinham contar aos mais velhos. Ali soube os nomes das pessoas da família que apareciam nos inúmeros retratos na parede, desses cuja moldura rocambolésca delata a origem social e a antiguidade. Uma parte da família se agregava em torno dessas fotos e dessas histórias; foi na casa de Ilza Scofield que tive uma primeira lente daquele imenso universo de relações a que tempos depois eu iria estudar. As histórias das famílias se confundem também com a história da cidade ou com as lutas políticas entre os grupos sociais e familiares que perpassam os tempos.

Com essa tese quero refletir sobre os modos em que uma política atual reflete um estado de coisas nas relações de poder, de pertencimento a um território social e cognitivo o qual atravessa os tempos e se ressignifica e se atualiza em novos arranjos relacionais. As formas de exercício de poder que dominavam uma dada situação que se

⁴⁵ Termo usado entre os técnicos das ONGs para nomear qualquer vínculo de trabalho, seja como pesquisador, consultor, “amostrador” – aquele que anota na prancheta os dados do pescador, seja para aquele que garante um vínculo mais perene dentro da estrutura organizativa das ONGs

permite ser reconstruída por meio de fotos, história e experiência, podem significar uma continuidade das práticas culturais que vem sendo incorporadas pelo Estado brasileiro por meio da emergência de grupos étnicos. Dessa forma a tese busca iluminar a organização de espaços de negociação, disciplinamento e regulação de práticas culturais para a consecução de uma agenda social e tecnojurídica sob a égide do Meio Ambiente, por meio de uma Unidade de Conservação de Uso sustentado, uma Resex. De acordo com os regulamentos⁴⁶ essas categorias de UC tem como prerrogativa legal a conservação dos recursos naturais e a proteção aos modos de vida das ditas populações tradicionais, conforme o artigo 4º do decreto de criação da Resex do Cassurubá.⁴⁷ Segundo a norma legal e em conformidade com o princípio constitucional da Participação coadunam-se ambos os objetivos em procedimentos legais. Tal princípio supõe que haja atuação por parte de segmentos sociais que historicamente não tenham sido postos em situação de expropriação econômica, com chances limitadas em reter capital político. Segundo Fiorillo (2009)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225 *caput*, consagrou na defesa do meio ambiente a atuação presente do *Estado* e da *sociedade civil* a proteção e preservação do meio ambiente, ao impor à coletividade e ao Poder Público tais deveres. Disso retira-se uma atuação conjunta entre organizações ambientalistas, sindicatos, indústrias, comércio, agricultura e tantos outros organismos sociais comprometidos nessa defesa e preservação. (FIORILLO, 2009, p.56, grifos do autor)

Destarte, a expressão sociedade civil submete-se ao termo *organizada* e deve expressar-se segundo formatos legais da institucionalidade ou da ritualidade de Estado. Entretanto, aqueles grupos que em momentos anteriores foram histórica e sociologicamente fixados na base da estrutura social, com limites bem marcados de sua ação política, agora se percebem alocados em outro patamar na relação com o Estado e em processos históricos de dominação. Ao mesmo tempo a sociedade civil, que inclui toda a sorte de representações, afigura-se corresponsável pela proposição, encaminhamento e aplicação de políticas referentes a um território identificado pelo uso sustentável. Para se compreender tais processos sociais na região em tela é preciso debruçar-se sobre os contextos de interação que engendram os processos identitários.

⁴⁶ Sistema Nacional de unidades de Conservação, SNUC (BRASIL, 2000)

⁴⁷ Decreto Presidencial s/nº de 5 de junho de 2009.

Ademais é ainda mister historicizar esses processos segundo uma cronologia que indica uma forma de se compreender o tempo e a vida próximo de uma lógica camponesa.⁴⁸

Verifica-se, nos inúmeros projetos de desenvolvimento porque passou a região, desde a pesca da garoupa, a cultura do café, o gado e ultimamente a agroindústria da celulose, o engajamento diferenciado de grupos sociais locais nas propostas exógenas de desenvolvimento. A economia camponesa subsiste, e quero aqui, tendo como base os dados coligidos em campo, compreender sua permanência a partir de processos identitários. Imagino que uma síntese opera na forma com que Woortmann apresenta um conjunto de elementos que integram uma moral camponesa, relacionadas às categorias terra, trabalho, família e liberdade.⁴⁹

A história das famílias tradicionais da região, tanto camponesas como daquelas pertencentes à classe de “possuidores” relaciona-se com o próprio modo de interação desses grupos, o que arrisco dizer, se trata de uma atualização daquelas práticas tradicionais de expropriação. Curioso notar que membros daquelas famílias ainda ocupam lugares diferenciados mesmo sob a organização de uma agenda de Estado sob a organização tecnojurídica em torno do Meio Ambiente⁵⁰.

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o terminal de barcaças e a carcinicultura em Caravelas.

Com a vinda de uma série de pesquisadores a trabalhar no Parque nacional em 1986, (...) em 1988 começaram a ter as primeiras viagens pra Abrolhos e lá eles começaram a ver baleia sempre, tem baleia, tem baleia, então esse grupo falou: a gente tem que fazer um estudo com baleia. Essa motivação, aí juntou com outros pesquisadores pra tocar o parque, fundou o Centro Abrolhos e a Márcia [hoje uma das gestoras da ONG Instituto Baleia Jubarte - IBJ] veio pra cá trabalhar no Centro Abrolhos, no Parque Nacional e ela se envolvia com a parte de pesquisa e foi se envolvendo com o projeto Baleia Jubarte que era dentro do Ibama. E as atividades de pesquisa nesse período foram acontecendo e a Márcia foi se envolvendo muito com a questão da baleia, com outros pesquisadores e em 96 a Márcia, o Kid e a Ane

⁴⁸ Aqui refiro-me a autores que a partir dos estudos de Chayanov de dedicaram a perceber um equilíbrio microeconômico que define o campesinato, tanto na relação produção e consumo, quanto nas determinações subjetivas que envolvem variáveis diversas, tais como tamanho da família, idade de seus membros, extensão cultivada, tecnologia disponível, entre outras. Para o assunto ver Abramovay, 1998.

⁴⁹ Woortman, K, 1988.

⁵⁰ Falo aqui de membros das famílias tradicionais da região que envolvem-se nas instituições ambientalistas. Entre esses há análises ambientais do Ibama, secretários de Meio Ambiente, funcionários de ONGs.

resolveram fundar o IBJ, que é uma ong e eu acho que até muito motivada pelas dificuldades burocráticas ligado ao Ibama. que é mesma situação do Tamar [projeto pioneiro na conservação de espécies marinhas, desde 1980 atuando na proteção de quelônios marinhos. A sigla advém da contração das palavras tartarugas e marinhas, para ser expresso nas anilhas que identificam os animais], o projeto Tamar é dentro do Ibama, eles criaram a fundação Pró-Tamar e eles tem uma parte dos funcionários do Ibama e outra parte de funcionários da fundação. E a fundação capta recursos e aplica nos projetos. O que aconteceu é que o projeto Baleia Jubarte não foi pra frente, porque não teve nenhum funcionário do Ibama designado para o projeto como era no Tamar. No Projeto Baleia Jubarte não existia uma coisa desse nível. Em 1996 veio o primeiro patrocínio Petrobrás junto com a criação [do IBJ] então acho que a criação foi meio motivada, que aí você começa os contatos, quando veio a possibilidade do recurso, fundou o IBJ. De lá pra cá houve uma separação né, o Ibama não tem nenhuma ingerência mais no IBJ, (...) nós vemos no instituto que a parceria é fundamental importantíssima acho q é um auxílio mútuo. (Carlos Kid, coordenador de Educação Ambiental do IBJ, em entrevista a mim concedida em 2006)

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi criado em 1983⁵¹ e seu território compreende um quadrilátero ao redor do arquipélago de Abrolhos e ainda os recifes de Timbebas, localizados próximo à costa entre Caravelas e Alcobaça. O arquipélago compreende cinco ilhas, uma delas, a Santa Bárbara, sob o controle da Marinha do Brasil onde opera ali o Farol de Abrolhos. A região é visitada anualmente pelas baleias Jubarte que ali procuram refúgio para se acasalarem. Desde a criação da UC, a pesca é interdita nesses locais, mas há aqueles pescadores que se arriscam na captura de peixes como o badejo e a garoupa, espécies de alto valor comercial, principalmente nos recifes de Timbebas, longe dos olhares mais atentos da fiscalização, voltada principalmente para o arquipélago, local de visitação de turistas.

O turismo náutico no Parque é operado por pequenas empresas que tem sofrido com o declínio da visitação em função dos altos valores de operação e da relativa carência de estrutura hoteleira e de restaurantes na região, conforme me contou uma empresária do setor.

⁵¹ Criado a partir Decreto nº 88.218, de 6 de abril de 1983, o arquipélago, segundo o próprio ICMBio teria sido visitado por Charles Darwin no início do século 19, a bordo do *Beagle*, famosa embarcação que deu oportunidade ao pensador em coletar espécimes nos trópicos cujos estudos ajudaram Darwin a elaborar a teoria da evolução das espécies.

A estrutura física da sede do Parque, na praia do Quitongo, em Caravelas conta com um Centro de Visitantes, construído com recursos advindos da instalação de um porto de escoamento de toras de eucaliptos em Ponta de Areia, distrito de Caravelas.

O terminal de barcaças “Luciano Villas Boas” da Aracruz Celulose, hoje Fíbria/Votorantin, em Ponta de Areia, foi inaugurado em 2000. Na época houve uma discussão bastante intensa sobre os riscos da abertura do porto para os pescadores, pois o trânsito das barcaças que iriam operar no transporte de toras contornaria a Boca do Tomba, tradicional canal de acesso ao mar e ao estuário. O discurso do “empreendedor” e dos formadores de opinião simpáticos à instalação do terminal, ao contrário, defendiam o “progresso” do município, a oferta de empregos e o desenvolvimento de base “sustentável” para a região.

Poucos anos depois, em 2005, uma proposta de viveiros de camarão é posta na pauta para a região de Cassurubá. A fazenda de carcinicultura que seria a maior do país, com 1500 ha. seria instalada entre os rios do Macaco e o Massangano no complexo estuarino de Caravelas e Nova Viçosa. Região de abundantes recursos provenientes do manguezal que ali se desenvolve, muitas famílias sobrevivem de caranguejos, peixes e bivalves, como a ostra, o *sururu* e a *ameixa*, além de utilizar muitos dos recursos que o manguezal oferece como madeiramento para o esteio das casas, para os remos das canoas, cipós, palhas e cocos para os diversos utensílios, terra e caça para alimentação e um sem número de usos que o ecossistema proporciona. O manguezal além de ser um ecossistema de inúmeros usos, também é territorializado segundo a ideia de natureza, elaborada por pescadores urbanos e *moradores das ilhas*, portanto no uso dos recursos do manguezal, dos rios e do mar, está implícita e condicionada uma visão de natureza imanente que se relaciona com o ritmo de vida e com as formas de se relacionar, não apenas entre aqueles indivíduos como também com outros atores sociais, que constroem outras visões acerca do mundo natural, como “ambientalistas”, ou como “empresários”, como veremos aqui e ali nesta tese.

Eu, narrando os conflitos gerados em Caravelas pela proposta de carcinicultura como objeto da minha dissertação de mestrado no CPDA/UFRRJ, então escrevi:

O exemplo que tem se tornado clássico nos depoimentos é o do processo de licenciamento do Terminal de Barcaças “Luciano Villas Boas” da Aracruz Celulose em Ponta de Areia. Na época, alguns dos agentes do movimento ambientalista tentavam envolver a comunidade

alertando para os perigos ambientais que a construção do porto poderia produzir no município. Alguns membros da comunidade apóiam então os “ambientalistas”. Pouco tempo depois o Centro de Visitantes do Parnam Abrolhos é construído, o Projeto Manguezal é inaugurado e o [Instituto Baleia Jubarte - IBJ garante o monitoramento das jubartes com recursos oriundos da compensação ambiental. Um comerciante local chamou de “corrupção formal” a distribuição de recursos da empresa para as instituições. Muitos dos munícipes duvidam da credibilidade das instituições ambientalistas [que receberam recursos da Aracruz sob forma de condicionantes do licenciamento ou de patrocínio direto], são céticos em relação à oposição carcinicultura porque esta oposição é capitaneada pelas instituições ambientalistas locais. Estas pessoas temem ser envolvidas como “massa de manobra” para que as instituições captem recursos de compensação. A lógica, segundo estas pessoas é: quanto mais a comunidade se opuser, maior é o valor das compensações ambientais a serem distribuídas para as instituições, por isso o esforço de mobilização daquela monta; por isso o momento específico. (NICOLAU, 2006, p.94)

Naquele momento, fiz uma leitura a partir da efervescência do conflito “ambientalismo” *versus* carcinicultura, descrevendo a visão que a comunidade caravelense, nos seus diversos segmentos, tinham a respeito dos empreendimentos propostos para a região e a resistência a estes. Percebi naquele momento que a percepção da maior parte das pessoas que conversava, desde pescadores urbanos, moradores das ilhas e interlocutores de outros movimentos sociais, que as instituições ambientalistas, ONGs e Ibama, afastavam-se da *comunidade* quando o assunto era defender as práticas de conservação ou a própria fiscalização e somente depois das ouvir muitas pessoas, pude reconstruir essa visão compartilhada pelos mais diversos segmentos. Em uma conversa com uma importante liderança da comunidade caravelense que há mais de 20 anos realiza um trabalho comunitário de educação popular, pude juntar algumas pistas sobre essa visão construída.

A grande dificuldade é da gente levar informação quando a gente quer. O Ibama quando alguém denunciava: ah, tem um cara que ta com 10 sacos de caranguejo lá no porto. O que o nosso colega dizia era o seguinte: Ah isso não é comigo é com o Ibama de Teixeira, então isso é uma falta de respeito, ele tinha que é:ó bicho, não é a gente aqui que multa, mas eu posso te ajudar de alguma forma gente pode fazer isso, pode fazer aquilo, a gente pode ta ligando outro dia, mas vamos lá conversar com os caras, vamos dar uma pressão nesses caras lá, porque tem poder pra isso, tem tanto poder, que já multaram uma porção de gente aí, algumas sem ter... e quando não multaram,

mandaram alguém multar, aciona pra alguém vir e vem mesmo, ou então embarga, como foi feito vários embargos aqui ilegais que a lei não permitia aqui e tal mas foi feito assim mesmo. e existe uma relação assim de descompromisso, com a comunidade e é isso que faz com que as coisas hoje, a credibilidade como você mencionou naquele momento, o camarada não deposita crédito nessa figura [analista ambiental do Ibama]. (membro do Movimento Cultural Artemanha)

Essa visão, conforme fui me aprofundando e me apropriando no trabalho de campo ao longo de todos esses anos, é fundamental para se compreender todos os processos sociais relacionados ao Meio Ambiente na região.

Tendo vindo morar em Caravelas de 2005 a 2008, pude perceber como essa elaboração acerca dos “órgãos ambientais” na região são construídas e que ajudaram a construir meu objeto de pesquisa. Há um vasto anedotário desses eventos que devo descrever ao longo da tese, como o processo de licenciamento da carcinicultura, objeto de investigação de inúmeros trabalhos acadêmicos, inclusive de minha dissertação de mestrado em 2006.

Em função da mobilização anti-carcinicultura e pró-RESEX Cassurubá, que envolveu atividades de informação e debates abertos, os *moradores das ilhas* vem refazendo aquela visão em relação ao Ibama e às ONGs. Segundo meus interlocutores, à época do licenciamento da fazenda de camarão, havia pouca ou quase nenhuma ideia das atividades que cada uma dessas instituições realizava, entretanto viveram experiências de ameaças e de desapropriação de territórios pesqueiros. Até o momento da redação da tese, a distinção público/privado indica um sistema local de classificação, como atestam os dados de campo, pelo qual os *moradores das ilhas* e pescadores urbanos entendem que quem trabalha em instituições ambientalistas governamentais e não governamentais são *autoridades*, invariavelmente dispostas a *empatar* a tradição, o modo de se fazer as coisas. Todavia, dentre os diversos agentes *de fora*, os que mais impactam negativamente a vida dos pescadores são os empreendimentos econômicos instalados ou propostos na região, pois São os efeitos oriundos da operação das empresas que mais são sentidos pelos pescadores e *moradores das ilhas*.

Talal Asad (1993), na Introdução do livro *Genealogias da Religião*, um texto que tenta reconstruir a ideia de religião levando-se em conta os processos discursivos historicizados, visa escapar de uma conceituação supostamente auto-evidente, cujo ponto de partida para a descrição de práticas religiosas não-ocidentais se assenta na

perspectiva das religiões cristãs. Asad usa o estudo das religiões para se pensar a própria teoria antropológica e relaciona alguns autores como Geertz, Sahlins e Ortner para se pensar os pressupostos da disciplina. Segundo o autor, os poderes mais fecundos na produção do espaço atualmente são os empreendimentos capitalistas e a construção do Estado-Nação moderno (Asad *apud* O'Dwyer s/d)

Asad aprofunda a noção do termo tradicional na sua relação com o poder, principalmente na produção dos sujeitos locais, a quem não se pode, à primeira vista, conferir o poder de construir sua própria história, apontando uma crítica a Sahlins, mas em “qual grau e em que sentido são eles agentes ou pacientes” (Asad, *Op. Cit*, p.3). Não há como substancializar os elementos identitários da tradição, mas onde se encontram os fundamentos que conferem poder a quem é referência para elaborar as narrativas tradicionais. Pois, para o autor, é preciso estudar de forma sistemática as grandes narrativas, como os termos Ocidente e modernidade, dadas *per se* como organizadoras da vida social:

The major point, at any rate, is that whether they were concerned with customary beliefs and practices or with contemporary social and cultural changes, anthropologists saw themselves—and were seen by others—as dealing typically with nonmodern lives. Certainly, if anthropology was expected to deal with political, economic, religious, legal, medical, poetic, and historical events, it was only when these objects of modern disciplines were situated in a nonmodern social totality (Idem, p.13)

A relação, portanto, do público e do privado não pode ser descrita a partir de elementos externos à percepção dos meus interlocutores, pois recairia na ideia de uma “confusão” por parte dos *moradores das ilhas* e dos pescadores urbanos, cuja superação se daria a partir do “entendimento” em termos formais do que se tratam tais esferas e como estão então afiliadas as instituições ao público ou ao privado. A meu ver, os impactos de empreendimentos capitalistas, como os grandes barcos de arrasto, a dragagem para a passagem de barcaças e a monocultura de eucalipto, são mais sentidos:

Vamos botar de 15 ano pra cá e só passando de ano a ano e o negócio caindo, de ano a ano e o negócio caindo aí começou a chegar essas firmas aí, dragagem essas coisas todas. Porque aqui a gente tinha um pesqueiro de camarão, aqui na Boca do Tomba a gente tinha um pesqueiro de camarão muito bom, que às vezes que chegava lá era só um lanço de balão e vir embora, barco puxava duzentos quilos de camarão num lanço. Hoje você

bate aí tudo aí e não acha nada, onde a gente pescava o camarão, se você passar com o balão enterra as “portas”, enterra o balão, se você forçar o motor você vai estourar a “cabaria”, por causa de muita lama, né? (...) onde a barça passa é o canal, aí eles tiram a lama daquele canal e joga lá na posição onde era o pesqueiro de camarão.(Romauro, pescador de Ponta de Areia)

Em outra ocasião um pescador de camarão, conhecido por ser um dos poucos a ficar muitos dias no mar, que segundo ele, faz parte de uma tradição de seu país, Portugal, acostumados ao trabalho duro no oceano, como ele mesmo me disse. Pode-se dizer que não segue a tradição local na pesca de pouca distância, navegando mar adentro para pesqueiros longínquos. Paulo Português participava de algumas reuniões dos Acordos de Pesca, mas não tem se engajado na Resex, pois diz que ainda aguarda *as coisas acontecerem*. Mantém um posicionamento crítico em relação à forma com que são conduzidas as políticas locais ligadas à pesca e à conservação dos recursos e ambientes, pois entende que há interesses conflitantes entre pescadores e o pessoal do “Meio Ambiente”. Quando o conheci, Paulo Português duvidava dos resultados dos estudos apresentados sob condicionantes da dragagem do Canal do Tomba, quando assistia audiências públicas realizadas pela Aracruz Celulose, nas quais eram apresentados à comunidade os projetos de pesquisa e intervenção que a empresa patrocinava.

Nessas audiências, gerentes de projetos, pesquisadores, autoridades locais e funcionários da empresa organizavam-se com apresentações audiovisuais para uma plenária de interessados no tema. Geralmente aconteciam no Clube dos 40, na rua Barão do Rio Branco em Caravelas, rua onde se encontram prédios da prefeitura, o casario neocolonial e a chamada “classe média”, a cidade dos *ricos*, dos *barões*. O espaço conta com um grande salão onde são realizados bailes, formaturas, e eventos abertos, como audiências públicas e reuniões de dignitários. Ali há um palco usado pelos músicos locais nas festividades, mas também onde se armam as mesas nos eventos solenes. Nas audiências componentes do processo de licenciamento⁵² da dragagem, apresentavam dados e resultados dos projetos financiados pela empresa, dentro de sua política ambiental corporativa, como também dava publicidade àquilo que a empresa era

⁵² Os prazos da licença são determinados pelo órgão licenciador a partir dos estudos realizados pelo empreendedor. A cada recondução do processo, uma vez que a dragagem deve ser permanente, dada a dinâmica oceânica, a empresa é obrigada a organizar as Audiências Públicas a fim de dar publicidade aos impactos do empreendimento, conforme previsto em lei.

obrigada a fazer por força das condicionantes ambientais no processo de licenciamento. O princípio da Participação, previsto na Constituição Federal, tendo como base o artigo 225, impõe ao Estado e Sociedade Civil o dever de preservar e conservar o Meio Ambiente e promover “a sadia qualidade de vida”. Com isso, organizações ambientalistas, sindicatos, associações, comércio, indústria, agricultura e o poder público e toda a comunidade são corresponsáveis pela tutela do direito ambiental, cabendo ao Estado sua custódia.⁵³

Em Caravelas a participação é um termo que tem assumido novos significados não só em Conselhos Municipais, onde os convites extensivos à comunidade em geral são mais escassos, em que sua divulgação não ocorre em carro, ou carroça, ou bicicleta de som, como acontece nos anúncios funerários, convenções de partido e demais eventos da municipalidade. As pessoas costumam frequentar e comentar mais efusivamente os eventos que apontam *onde está o dinheiro*, nesse caso, os eventos do agronegócio. Em uma das muitas audiências que tive oportunidade de frequentar, representantes de ONGs, do ICMBio, clubes sociais como Rotary Club, prefeitos e vereadores, representantes do judiciário, participavam das apresentações dos resultados econômico-financeiros da Aracruz/Votorantim.⁵⁴ Além dessas, todos os projetos financiados pela empresa eram também mostrados. De acordo com o que descobri, a empresa financia projetos sob o abrigo de condicionantes ambientais, como o caso do monitoramento de cetáceos, tais como o Projeto Boto Cinza, realizado em parceria com o Instituto Baleia Jubarte, para o monitoramento biológico daquela espécie. Contudo há também projetos patrocinados pela empresa, como o Projeto Manguezal, base avançada do CEPENE no sul da Bahia, e outros ainda relacionados a grandes programas corporativos, como o projeto “Caravelas empreendedora”, programa de apoio à pesca artesanal da Fábria/Votorantim. Quando ainda a empresa se chamava Aracruz, os pescadores, principalmente os de camarão, duvidavam dos resultados emitidos pelo CEPENE, que em 2005 avalizava a operação da dragagem do canal do Tomba, próximo aos bancos camaroneiros na região, cujos *slides* da apresentação feita por uma técnica da instituição sinalizavam em letras garrafais sobre a atividade de dragagem, com o

⁵³ FIORILLO, Antônio P., Curso de direito Ambiental. Saraiva, 2009

⁵⁴ As famílias Lorentzen, Moreira Salles e Almeida Braga anunciaram em setembro de 2009 a fusão da Aracruz Celulose pela Votorantim Papel e Celulose, que experimentava uma retração diante da crise econômica global de 2008, e com a queda do preço do papel nos últimos anos. A fusão se deu com aporte de recursos na casa dos 40% do BNDES, posicionando a Fábria de Papel e Celulose no lugar de líder do mercado mundial, com produção de 6 bilhões de ton/ano, o dobro da chilena Arauco (fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u492306.shtml>. Acesso em junho de 2012)

seguinte dístico: “não houve impacto”. Ao contrário, a pesquisadora afirmara que a quantidade de camarão, segundo seus estudos, havia aumentado. No trecho abaixo, em uma das conversas que travamos, Paulo Português faz uma avaliação das contradições dos resultados da pesquisa com os efeitos experienciados pelos pescadores na lida com o mar.

Como aqui o carro-chefe era o camarão, não existe mais escoamento pra camarão, aí também não existe mais essa produção que havia antigamente, devido a essas mudanças climáticas e a dragagem desse porto aí, que foi mexendo com o fundo. Tava na cara que isso ia acontecer, eu só não entendo como tem propagandas aí que melhorou a produção de camarão, quer dizer, uma coisa que leva 5 anos, 6 anos pra se fazer uma pesquisa pra saber o que acontece, com dois anos já diga-se que se tem melhorado, que aumentou a produção. Isso é uma descarração imensa, é fazer dos outros burros, mais burros do que aquilo que na verdade nós somos!(pescador da região do Bairro Novo em Caravelas)

A participação é circunscrita às instituições que de alguma forma de relacionam com a empresa, e a reclamação dos pescadores sempre foi a de que os recursos de condicionantes e compensação ambiental, *sempre iam para as ONGs e nunca para a classe pesqueira*. Havia uma condição para que participassem desse processo de *distribuição* de recursos: organizarem-se, mas em determinada forma que estava constante nas falas de representantes de ONGs e Estado, que os impingia a se organizarem *em associações*. Com o estatuto de pessoa jurídica, dependendo da vontade da empresa e da correlação de forças entre os concorrentes dos aportes financeiros, os pescadores também poderiam executar projetos de seu interesse. De fato, anos depois, entre a Fíbria/Votorantin e Apesca celebra-se um convênio e o restaurante “O pesqueiro” é então construído, aproveitando o espaço da falida Cooperativa de Pescadores de Caravelas.

As cooperativas de pescadores da região do Banco dos Abrolhos invariavelmente fracassaram e faliram. Segundo literatura especializada sobre sua origem, as cooperativas eram uma forma associativa de manter a subsistência dos trabalhadores da indústria têxtil durante as greves. As cooperativas desenvolveram-se e espalharam-se ao redor do mundo e no Brasil há uma lei específica que normatiza a

relação capital-trabalho dessas empresas⁵⁵. Os princípios do cooperativismo resultam de um ideário que se interpõe ao modo de produção capitalista, na medida em que não há produção de mais-valia, já que os trabalhadores repartem os dividendos da produção, chamado de “sobra” e não lucro – apropriação indébita da força de trabalho pelo capitalista, segundo a literatura marxista. Todavia, para os pescadores trata-se apenas de um entreposto de pesca, de um local onde os trabalhadores vendem sua produção. Os dados de campo me informam que os pescadores *trabalhavam (ou entregam [o pescado] na) para a cooperativa*, como hoje *trabalham para os atravessadores*, i.e., não viam a cooperativa como uma empresa em que eram *sócios*, até porque, frequentemente, as cooperativas da região eram geridas por indivíduos que não pertenciam ao mundo da pesca. A cooperativa de Caravelas, por exemplo, foi fomentada por uma missão católica holandesa e se inicia na Barra de Caravelas e sua sede é então transferida para a sede do município, na década de 1980. A cooperativa então realiza um convênio com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e constrói parte de sua instalação que depois é ampliada através de empréstimo com Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, com recursos oriundos do Banco Mundial - BIRD. A área construída é então ampliada, como também a capacidade de fabricação de gelo, com os mesmos recursos a empresa também adquire um caminhão. O empréstimo é pago integralmente o que nos demonstra uma fase de notável saúde financeira da cooperativa, que opera durante 10 anos com significativo sucesso. Um evento memorável para muitos pescadores foi aquele no qual a cooperativa recebeu, num só dia 22 toneladas de camarão. No entanto essa produção não existe mais na região, associada aos impactos da sobre-pesca, tanto para ambientalistas quando para os próprios pescadores que associam o *balão*⁵⁶ à *derrota* na pesca.

A pesca de camarão que usa a rede de arrasto, o *balão*, alcançou níveis considerados “insustentáveis” quando da proliferação de embarcações específicas para essa pesca, principalmente durante os anos 1980. É uma das pescarias mais difundidas no Banco dos Abrolhos, pois não carece, segundo me contaram, de profundos

⁵⁵ A Lei nº 5.764/1971 que instituiu a Política Nacional de Cooperativismo, foi sancionada durante os “anos de chumbo” do Regime Militar. Em 2012 nova lei é editada, tratando exclusivamente das cooperativas de trabalho, a Lei nº 12.690/2012

⁵⁶ O *balão* é uma rede de malha bem pequena que forma um saco quando aberta dentro d’água. A rede conta com duas *portas*, que na verdade são tábuas que com a hidrodinâmica mantém a rede aberta enquanto o barco a arrasta pelo fundo. O *balão* só pode ser usado em embarcações a motor devido ao peso que o pescado, o *sargaço* e a própria lama conferem à arte. Conforme me contaram, teria sido introduzida por um japonês que morou na região no início dos anos 1980.

conhecimentos do mar e de sua dinâmica. Há muitos pescadores que possuem uma embarcação e a rede de *balão* e são considerados “artesanais”⁵⁷, pois envolvem-se em outras artes de pesca e conseguem garantir certa autonomia. Há, no entanto, aqueles *que pescam para o dono do barco*; geralmente os donos de embarcação possuem uma pequena frota, de três a sete barcos e também são *atravessadores* de pescado. Essa relação de trabalho é mais comum em Nova Viçosa, Alcobaça e Prado, e os *atravessadores* têm vendido suas embarcações por não se ter mais o mesmo retorno que tinham há mais de uma década atrás.

As fotos abaixo ilustram a subutilização de estruturas de beneficiamento de pescado fomentadas por políticas públicas para o setor pesqueiro.



Fotos 3 e 4 – Casa das Marisqueiras – Alcobaça. Fotos Matheus Freitas

Hoje o espólio da cooperativa de Caravelas encontra-se sob a responsabilidade de um fiel depositário que mora nas dependências do prédio. Há outras famílias de pescadores que ocuparam as salas de administração da cooperativa. Também há uma oficina mecânica para motores das embarcações, espaços cobertos onde os pescadores remedam redes, a sede da Associação de Pescadores de arrasto, feiticeira, rede boeira e

⁵⁷ Pela definição do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, “O pescador (a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes.” Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>. Acesso: janeiro de 2014

de fundo – Apesca, e o restaurante “O pesqueiro”, construído com recursos da Fíbria. Há também, ali uma *ponte*, um cais em que os pescadores que moram na Avenida, periferia de Caravelas, o utilizam para fundear os barcos e facilitar o trânsito dos petrechos e do pescado. Logo na entrada da rua que dá acesso à cooperativa e à “ponte”, encontra-se um frigorífico de um atravessador de pescado, que hoje ocupa o cargo de vereador na Câmara Municipal de Caravelas.

O dono da oficina de manutenção de motores náuticos à diesel, Sr. Hélio, pai de Rubens, professor da escola Menino Jesus na Tapera/Miringaba um dos meus interlocutores e militante da organização popular da Tapera/Miringaba, foi um dos fundadores da Associação de pescadores de rede de arrasto, boeira, fundo e arraiaeira⁵⁸ – Apesca, junto com outros pescadores. Por sua relação próxima com esses pescadores e por estar sempre ali na *beira do porto* consertando motores na sua oficina, teria sido chamado a participar do processo de criação da entidade . A associação surge de uma demanda dos pescadores, principalmente os de arraia, que vinham perdendo as redes por ocasião da temporada das baleias. Os pescadores clamavam pelo ressarcimento de seu equipamento e solicitavam solução ao Instituto Baleia Jubarte, que segundo os pescadores, o IBJ por *defender* as baleias, acabava contribuindo para o aumento de sua população e do número de indivíduos que visitavam o Banco de Abrolhos entre junho e novembro. Os pescadores afirmam que veem baleias inclusive fora da temporada, dado o significativo número de baleias que *a cada ano aumenta*, pelas políticas de conservação das baleias que alcançaram notável sucesso a partir da interdição internacional de sua captura. De fato, depois da proibição da sua caça entre os países signatários em meados da década de 1980, algumas espécies vem recuperando sua população com é o caso das Jubarte. A rota das baleias sobrepunha a rota das barcaças de toras de eucalipto, que fez com que a empresa responsável pelo seu transporte, a Companhia de Navegação Norsul, evitasse as rotas geralmente utilizadas pelo cetáceo, refazendo outro trajeto de navegação na região.

⁵⁸ Tratam-se de redes de considerável tamanho, ou presas ao fundo com *garateas*, tipo de âncora leve, ou boiando ao sabor da maré. Cada rede é usada para capturar peixes de fundo ou de curso. Geralmente, são instaladas nos canais por onde transitam as baleias Jubarte. A Apesca fora montada para garantir, entre outros objetivos, o ressarcimento das redes perdidas pelo trânsito dos cetáceos.



Mapa 2 – Rotas das barcaças durante o verão e inverno. Repare o leitor que durante o verão a rota se afasta da costa para evitar abalroamento com as baleias. Fonte: HM Engenharia. *Estudo Ambiental da Aracruz Celulose*. outubro de 2008.

A pressão dos ambientalistas pelas mudanças na rota das barcaças que carregam toras de eucalipto por via marítima, dos eucaliptais do Sul e Extremo Sul da Bahia até o norte do Espírito Santo, onde são transformadas em pasta de celulose, durante o processo licenciamento da atividade, gerou um ressentimento dos pescadores, pois os pequenos barcos que atravessam o Canal do Tomba, ou que pescam nos *canais*, por onde passam navios e baleias, são obrigados a desviar. Segundo os pescadores, as barcaças *saem da frente* para evitar o choque com as baleias, mas quando se trata de barcos pesqueiros, se não manobram, as barcaças *passam por cima*. O canal é estreito o que gera tal insegurança, que muitos pescadores tem usado o canal da Coroa Alta, local *baixo*, ou seja, de pouca profundidade que, dependendo das condições de mar, as ondas *encrespam* a superfície da água. Ali muitas embarcações já naufragaram em dias de *vento sul*. Muitos preferem se arriscar por esse caminho, a encarar o trânsito intermitente das barcaças.

Algumas espécies de peixes são capturadas nas *valas* por onde as baleias e peixes *de curso*⁵⁹ passam, como é o caso das *arraiaeirás*. São grandes redes, de malha bem larga, tecida com fios de seda que costumam capturar grandes quantidades de arraia *por lanço*, por investida ao mar, cujos barcos com motores de mais de três cilindros, mais potentes, costumam passar de duas a três noites na atividade. O peso da rede é enorme e além da estafante manobra de trazer a rede *pra cima* do barco, o trabalho continua na limpeza de suas vísceras, que consiste em retirar a cabeça e a *barrigada* aproveitando-se uma parte do corpo e as *asas* ou *abas*. Depois de limpa, a rede volta para o mar num trabalho minucioso combinando a direção certa da maré, o motor em marcha lenta, atravessando transversalmente a *vala* e o esforço de dois homens que vão paulatinamente *largando* a rede. Há relatos em que as baleias se enroscam nas redes e os pescadores têm de agir rápido na faina de *safar* o barco. Quando isso acontece os pescadores tem de imediatamente cortar os cabos da rede, que se perde com prejuízos que alcançam os 5 mil reais. Além disso, devido ao tamanho descomunal da baleia e sua força, se os pescadores não cortarem os cabos a tempo, a baleia pode fazer soçobrar o barco.

Por ser de pouca aceitação, há poucos mercados disponíveis para a arraia e Salvador, distante aproximadamente 1000 quilômetros de Caravelas e Nova Viçosa, é o principal destino deste pescado. Por ser uma carne relativamente barata, em torno de R\$ 1,50 o quilo, a arraia é consumida pelas comunidades locais, geralmente *seca*, ou seja, salgada e desidratada ao sol. Esta técnica de conservação vem sendo utilizada há muito tempo pelas famílias da região. Edifica-se, com madeiramento seco da mata ou do mangue, uma espécie de estrutura na altura do tronco de um homem como uma mesa, e dispõem-se folhas de coqueiro para a secagem. O peixe, depois de limpo, é *escalavrado* – são feitos cortes profundos diagonais à cabeça onde o sal é abundantemente distribuído nesses cortes, daí então é posto ao sol para secar. Assim conserva-se o pescado por mais tempo. Trata-se de uma técnica usada quando não havia *o gelo*, mas que ainda hoje é praticada pois o peixe *seco* tem *outro gosto* e há receitas culinárias específicas para os peixes *secos*. O bagre, principalmente o Griamam, peixe de *couro* e de coloração amarela, capturado no rio e no mar, é cozido com bananas da terra inteiras e tempero, sobressaltando-se o sabor forte do coentro.

⁵⁹Como exemplo os atuns, as sardas e a barracuda, espécies de relativo valor comercial.

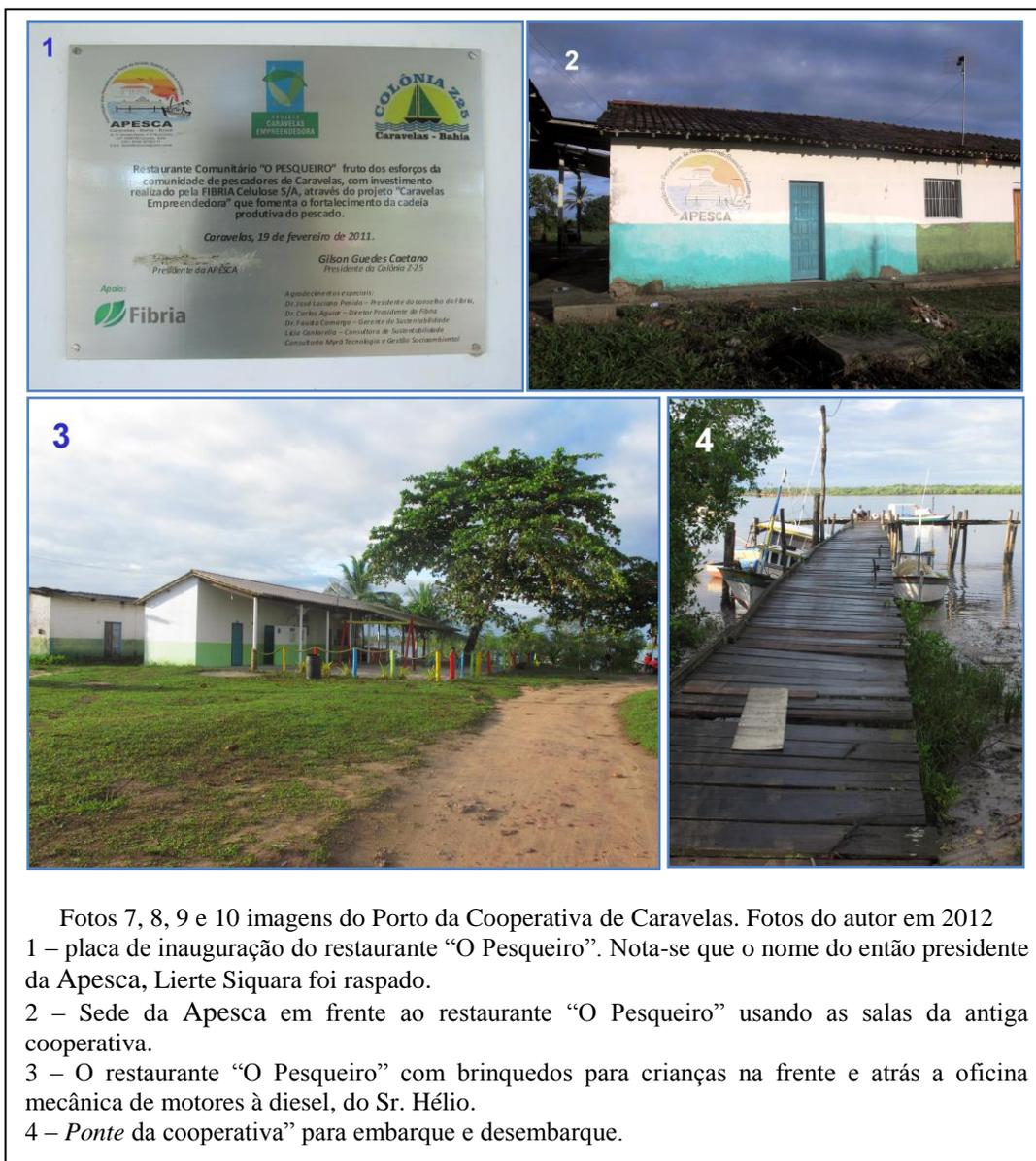


Fotos 5 e 6 peixe sendo preparado para secar. Foto do autor, janeiro de 2011

Com a constante perda de redes e os prejuízos causados pelas baleias alguns pescadores recorrem ao *Ibama* e ao *Baleia Jubarte*. Pressionadas, as duas instituições organizam uma espécie de *workshop* em que os pescadores são convidados a desenhar “mapas mentais” dos pesqueiros e discutirem uma saída para o problema. De antemão o IBJ, por meio de seus técnicos, teria dito a alguns pescadores que não era de sua responsabilidade a perda de equipamentos por ocasião das visitas das baleias, sensibilizando-se com a questão, mas de mãos atadas, pois o ressarcimento das perdas de rede não estavam prescritas nos projetos. No entanto, em uma outra ocasião, o IBJ havia contribuído com dinheiro para minimizar o prejuízo de um pescador, segundo me contaram.

A partir dessa interlocução uma servidora do ICMBio, um técnico de ONG e um pesquisador se dispuseram a ajudar a organizar uma associação específica com aproximadamente 40 pescadores, para entre outras questões, tentar resolver o problema da perda de redes. Alguns pescadores viam na associação uma forma de pressionar a empresa de celulose a destinar parte dos recursos com finalidade “social” ou “ambiental” para essa entidade. Ali surgiram duas ideias que dialogavam, uma de fortalecimento da *classe pesqueira* na perspectiva da associação ser um meio de garantir, por meio da luta política, direitos expressos e aqueles não prescritos; e outra, em que a associação funcionasse como uma espécie de instrumento para a execução de projetos sociais tendo como público-alvo as famílias de pescadores, e para o fomento de outras atividades econômicas alternativas à pesca. Nesse propósito, os pescadores afirmavam que sua reprodução social estava ameaçada pela *preservação*, pela escassez do pescado, pelos altos preços dos equipamentos, desde embarcações, aviamentos e

eletrônicos⁶⁰, até o baixo preço de revenda do pescado aos atravessadores e comerciantes locais. Por isso surge a idealização do restaurante, que teria por objetivo agregar os pescadores quando voltassem do mar, dando-lhes espaço de convivência e conversa – algo que já ocorria embaixo da sombra de uma árvore na beira do porto – além de poder ser usado como fonte de renda para a associação e para as pessoas, mulheres e filhas de pescador, que trabalhassem no restaurante.



Fotos 7, 8, 9 e 10 imagens do Porto da Cooperativa de Caravelas. Fotos do autor em 2012
 1 – placa de inauguração do restaurante “O Pesqueiro”. Nota-se que o nome do então presidente da Apesca, Liete Siquara foi raspado.
 2 – Sede da Apesca em frente ao restaurante “O Pesqueiro” usando as salas da antiga cooperativa.
 3 – O restaurante “O Pesqueiro” com brinquedos para crianças na frente e atrás a oficina mecânica de motores à diesel, do Sr. Hélio.
 4 – Ponte da cooperativa” para embarque e desembarque.

A Apesca, com “parceria” firmada com a Fíbria, elabora um projeto de Educação e Comunicação ambiental aos moldes dos projetos já executados pelas ONGs,

⁶⁰ A palavra *aviamento* provém do comércio e engloba todas as linhas de diferentes tipos, calibres, as mais diversas malhas, industrialmente fabricadas, vendidas na medida de *um pano*, que chega dependendo da malha ao comprimento de 100m e 0,80 de altura, anzóis, chumbo, boias. Os equipamentos eletrônicos compreendem o *GPS* e a sonda.

cujos impactos na vida local se fazem sentir. Costumam contratar técnicos para a execução dos projetos, alguns *novos*, e outros que já haviam passado como estagiários dessas instituições, ou que tivessem sido objeto de arregimentação de mão-de-obra local para os mais diferentes fins, como o de coletores de dados no porto, com pranchetas e canetas em mãos, medindo e pesando peixes, interrogando os pescadores sobre seu barco, aviamento, pesqueiros.

Um outro critério que possibilita as instituições ambientalistas a manter um *staff* permanente envolvido com a pesquisa, o que as permite realizar convênios com instituições de ensino superior e mesmo de nível médio, é se seus trabalhadores estão inscritos em algum curso. Assim, as instituições ambientalistas produzem relatórios técnicos sobre os ambientes e bens ambientais que se propõem a estudar/conservar/envolver.

Os projetos permitem reforçar as políticas de ONGs e do Estado, por meio do apoio financeiro, já que, no contexto do trabalho de campo, as ações de comunicação da Resex contavam com “parcerias”, dentre elas os projetos executados pela Apesca.

A Apesca figurando-se como proponente de um projeto de Comunicação Social e Educação Ambiental como condicionante da dragagem do Canal do Toba, indica, para uma análise superficial, que há uma relação de proximidade da *classe pesqueira* com a empresa e com o Estado, mas essa não é a percepção geral. Ao contrário, aquilo que poderia configurar uma parceria no sentido de se por a associação de pesca em patamar de igualdade com as ONGs na proposição de projetos sociais *para* os pescadores, serve para garantir trabalho para algumas pessoas, um *cabide de emprego*, por um lado, e por outro, e o mais grave do ponto de vista de alguns pescadores, é que projetos de Educação Ambiental já tem *mais de mil*, mas algo que realmente *beneficie* a *classe pesqueira*, não ocorre. E não ocorre porque os pescadores não logram impor sua perspectiva nos projetos que os tem como público-alvo. O projeto da Apesca é visto então como da mesma substância dos projetos da ONGs, a diferença é que é proposto por uma entidade de pescadores que vem reproduzindo algumas práticas, como a de elaborar projetos para a captação de recursos, como as instituições ambientalistas governamentais e não governamentais. Ainda, os recursos não estão disponíveis para a gestão dos pescadores, já que se trata de uma condicionante da dragagem para a Resex, cuja execução está sob responsabilidade da Apesca enquanto pessoa jurídica. Foram

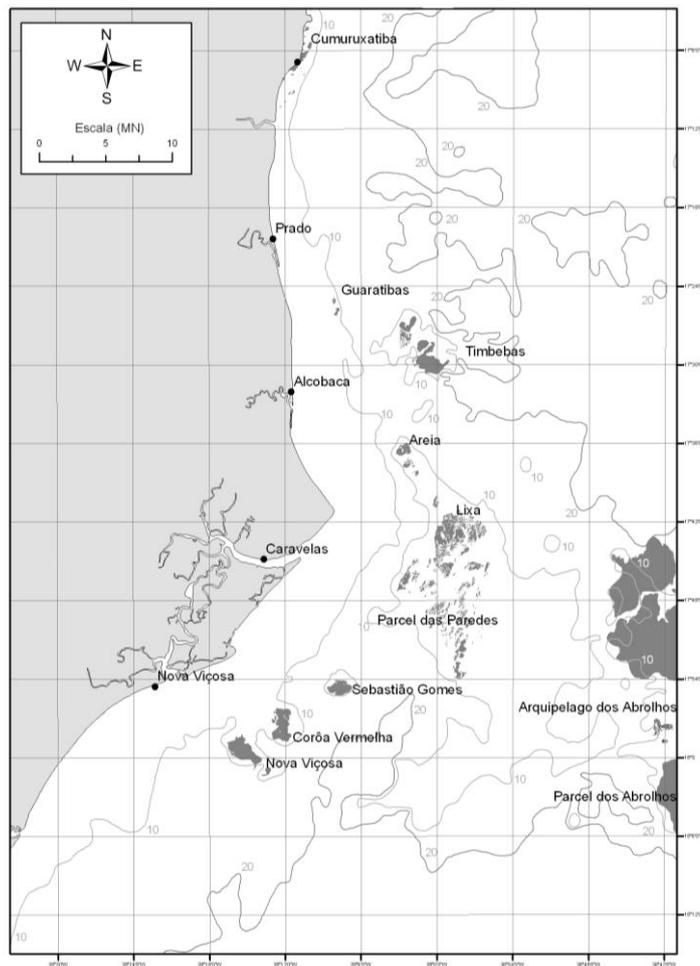
contratados jovens “nativos” que já acumulam experiência em projetos de ONGs para os serviços burocráticos e de campo. Reforça de um lado os modos de dominação do capital, mas também a tutela das ONGs e do ICMBio, no direcionamento das ações de uma entidade representante de uma categoria de trabalhadores, e ainda, a “participação” é reduzida a identidade formal da associação, isto é, carrega na sua “razão social” e em signos burocráticos a representação de pescadores, por mais que muitos pescadores não se veem representados ali. Trataremos desse assunto com mais detalhes no capítulo 4 e 5.

A percepção das práticas predatórias e os Acordos de Pesca

Alcobaça é um município vizinho a Caravelas que faz fronteira ao norte com esta cidade. Provavelmente por ter sido a primeira dentre as duas cidades a ter acesso à BR 101 em estrada asfaltada, Alcobaça recebeu muitos migrantes de outras regiões, principalmente pescadores. Vieram principalmente do Ceará e do Espírito Santo; os primeiros procurando as lagostas que no Norte sofriam colapso, e os outros trazendo novas artes de pesca e embarcações de maior autonomia, alcançando os pesqueiros mais longínquos e menos explorados. Ali, no porto de Alcobaça, há várias empresas de pesca com estruturas de frigorífico, beneficiamento, logística de transportes para os grandes mercados consumidores, de Vitória a Salvador e até o exterior. As empresas de pesca organizaram a atividade submetendo muitos pescadores tradicionais em assalariados do mar.

Os pesqueiros defronte à Alcobaça fazem parte de todo um complexo ecossistema marinho chamado Banco dos Abrolhos que comportam inúmeros ambientes de vasta biodiversidade, com inúmeras espécies de peixe de significativo valor comercial, atraindo as pessoas para a cidade, ampliando a malha urbana. É ali em Alcobaça, que os barcos de Caravelas *carregam*⁶¹ quando navegam para o Norte.

⁶¹ O termo refere-se a preparar a expedição de pesca. *Carrega-se de gelo, óleo diesel, e o rancho.* Geralmente o pescador adquire o necessário para a pescaria e ainda garante a *feira*, isto é, o dinheiro para a compra dos gêneros necessários para manter sua família enquanto durar a pescaria, que pode variar de 3 a 30 dias, conforme o caso. O pescador sai para a pescaria devendo ao *atravessador*, também chamado armador. Há uma complexa relação de “partes” que cada pescador, de acordo com função exercida na pescaria, recebe proporcionalmente à importância de sua função. Além disso, frações também são divididas tendo como critério a propriedade; do barco, dos aviamentos, ou mesmo de um saber que o diz *onde o peixe está*, no caso dos mestres da pescaria.



Mapa 3. Mapa com a localização dos principais pesqueiros do Banco dos Abrolhos e as sedes dos municípios. Registra-se a profundidade das isóbatas que alcançam em uma vasta área a profundidade máxima de 20 metros. Mapa elaborado por Daniel Klein, gentilmente cedido para o autor.

Os pescadores de Alcobaça são vistos como os que mais exploram os pesqueiros e os menos “conscientes” em relação à tradição e a uma elaboração local de conservação dos estoques. No entanto, para os pescadores de Alcobaça, há também subdivisões entre eles. Pelo que contaram, os pescadores “não conscientes” são que migraram para lá há aproximadamente 10 anos do Ceará, para a pesca da lagosta; e do Espírito Santo, introduzindo o compressor. O mergulho teria sido trazido por visitantes de Abrolhos que faziam a pesca submarina no Parcel das Paredes; fretavam os barcos dos pescadores que acompanhavam o mergulho. Logo, um significativo número de pescadores se engajava na pesca de apneia, por conta do tamanho e quantidade de peixes que os turistas traziam do fundo. Ultimamente o compressor foi introduzido

inicialmente em Alcobaça para a pesca da lagosta, e muitos pescadores abandonaram as artes menos lucrativas, como a linha e as redes, e agora mergulham, inclusive dentro do estuário a procura do robalo, de carne branca e de alto valor comercial. Na pesca marítima, o compressor de ar é instalado no porão da embarcação, escondido e de fácil desmonte, pois se o barco da fiscalização⁶² aponta no horizonte, pode ser rapidamente jogado no mar, evitando o flagrante. São necessárias ao menos três pessoas: o mergulhador, o *mangueirista* e um bom piloto. A vida do mergulhador depende da habilidade do *mangueirista* que não pode deixar que a mangueira se dobre, interrompendo o fluxo de ar e sufocando o mergulhador que desce até 60 metros de profundidade, a procura dos peixes maiores. Também depende do piloto do barco que, em marcha lenta, acompanha o mergulhador através do caminho percorrido pela mangueira. É uma das pescarias mais perigosas, pois além de um conhecimento específico do mergulho profissional, que poucos tem, a dependência do estado de conservação dos petrechos e habilidade da equipe de apoio são vitais para o sucesso da pescaria. Certa vez um mergulhador voltara bastante assustado do mar, quase em choque, pois uma jubarte enroscara-se na mangueira e, não tivesse ali uma emenda na mangueira, a baleia o teria arrastado para a morte.

Pelo que se fala em Alcobaça, os pescadores oriundos do Ceará já teriam se incorporado ao *jeito do lugar* enquanto que os do Espírito Santo reserva-se distância e preferem, segundo os dados de campo, que assim permaneçam, compartilhando uma cidade dentro de outra cidade. São estes vistos como os que mais se relacionam com as drogas e prostituição, são os que trazem uma cultura metropolitana individualista, bem diversa dos pescadores locais. A pesca em Alcobaça é muito dinâmica envolvendo diversas formas de organizá-la, desde a pesca realizada no rio, de canoa, individual, passando por aquela que, motorizada ou não, respeita regras de troca, em regime familiar, até a pesca industrial com uma divisão do trabalho mais complexa e rigorosa, que envolve também equipamentos avançados de captura e de monitoramento dos pesqueiros. Nesta última, os pescadores são funcionários assalariados em alguns casos ou mais comumente pagos por produção pelas empresas de pesca. A pesca da lagosta, “ouro do mar”⁶³ tem se tornado a pesca-alvo do município por seu enorme valor

⁶² Já houve casos em que o Ibama, por falta de embarcações ou por serem lentas, ou por não se ter combustível suficiente, solicita embarcações de concessionárias do turismo náutico a fim de usá-las para a fiscalização.

⁶³ Muniz, 2005.

comercial e utiliza o “perigoso” compressor. O compressor nada mais é que um motor movido à combustão, de ar comprimido, conectado a uma longa mangueira de material flexível, em cuja ponta há um regulador de mergulho, uma válvula com um bocal que libera ar quando o mergulhador inspira. Segundo princípios da física, para cada 10 metros de profundidade a pressão aumenta em 1 atm (uma atmosfera) ou seja para cada 10 metros de fundo dobra-se o peso que a atmosfera exerce sobre o corpo humano, diminuindo o volume interno de todas os órgãos. Se um mergulhador a 50 metros de profundidade inspira a quantidade de ar necessária para a troca de ar no corpo e, por algum motivo, sobe à superfície sem as chamadas “paradas descompressivas” que liberam o excesso de ar, aquele volume inspirado a 5 atm irá se expandir 5 vezes no interior dos alvéolos do mergulhador. Ainda, com a continuidade de mergulhos fundos, o Nitrogênio, aloca-se principalmente entre os tecidos e nas juntas como cotovelos, joelhos e ombros, e pode levar à invalidez permanente e, em muitos casos, à morte.

As novas artes de pesca trazidas por pescadores *de fora* em Alcobaça, e seus registros sociais e culturais entram em contato com um modo de vida denominado genericamente por tradicional dos pescadores da região. Nem sempre este contato que tensiona os processos identitários são percebidos como predisposições a aderir ou incorporar as formas de vida dos “nativos” de Alcobaça, muitas vezes disputando valores morais e a própria organização social.

Um antigo pescador, que chegou a fazer parte de um departamento de pesca da prefeitura de Alcobaça, e participa da Gestão da Colônia de Pescadores Z- 24, avalia:

Hoje você ser pescador profissional é um sofrimento. Ficou muito difícil você ser pescador, por várias causas, porque antes, por exemplo a gente tinha uma comunidade pesqueira que eram *nativos* e a mesma *cultura* todo mundo *comungava*. Hoje com essa *miscigenação*, essa *mistura* de pessoas lá do Nordeste do Sudeste, né, aí trouxeram vários *costumes*, várias formas de pescar. Isso acabou com os ribeirinhos, tiraram as pessoas da localidade, dos seus meios, *mudaram comportamento*, isso foi ruim pra todo mundo. (...) era embarcação menor, eu tinha um barco de 7 metros, eram poucas as embarcações maiores, né, de 12 metros. Aí quando eles vieram eles *obrigaram* até o pessoal daqui a aumentar as embarcações de maior porte. E o que acontecia também, eles tiravam os pescadores nossos, muitos ribeirinhos que eram pescadores artesanais saíram por conta disso, porque eles ofereciam barcos de maior porte, mais vantagens e os barcos pequenos não tinham condições... (representante da prefeitura,

ex-presidente da Colônia de Alcobaça, destaquei algumas palavras no trecho)

Nesse trecho de uma entrevista a mim concedida por um antigo pescador de Alcobaça, percebe-se o quanto o regionalismo pode se transformar em uma questão de etnicidade. São os de fora, os diferentes culturalmente que se interpõem e transformam os *costumes nativos*. Nessa relação, a interseção dos nativos com os *de fora* muda os comportamentos negativamente. Com um modo distinto de organizar a atividade pesqueira, seduz ou coage a mudança, não na incorporação de novos elementos que incrementam o processo de elaboração de identidades, mas intervém nessa construção subsumindo as formas tradicionais por outras exógenas, interditando a reprodução simbólica e concreta de suas formas *nativas* ou *tradicionais* de se relacionar entre si e com o mundo.

Para este representante, os pescadores de Alcobaça vem sofrendo um processo de rompimento com a tradição e indica critérios de pertencimento e sinais diacríticos, como o tamanho das embarcações e as formas de pescar.

Também essa elaboração indica a *valentia* em se enfrentar os órgãos ambientais, principalmente a fiscalização do Ibama. Porém, o enfrentamento só ocorre quando as “normas” não são cumpridas, quando interpretam que existe má fé dos fiscais.

Em junho de 2007, em represália à fiscalização do Ibama, alguns pescadores de Alcobaça atearam fogo em uma viatura do órgão ambiental e uma lancha da instituição. Além disso fecharam a rodovia por entenderem que a fiscalização teria ultrapassado os limites da truculência. O alvo da fiscalização fora a captura da lagosta durante o período de defeso e realizada com petrechos de artes proibidas como o compressor e a rede caçoeira. Esta rede é instalada ao redor dos *cabeços* – formações coralíneas arredondadas cuja base é mais estreita que o topo, formando uma imagem similar aos “cabeços de amarração”, estruturas metálicas na beira de portos utilizadas para atar a embarcação ao porto. A rede é considerada por ambientalistas e pescadores como uma das mais “predatórias” pois não faz distinção entre os indivíduos juvenis e os adultos além de muitas vezes ficar presa ao fundo, sufocando colônias coralíneas.

Um outro pescador de Alcobaça me conta, sob sua interpretação, o que teria acontecido naquele evento:

O problema que teve com o Ibama que até queimou até um carro aí, lancha, existem os bons trabalhadores e os maus. (...) acho que foi uns três ou quatro coroas que ficavam lá na entrada da barra à noite, estavam no carro do Ibama e aí entrou um barquinho à noite, vieram com 500 quilos de cauda [de lagosta], umas bombonas daquelas, daquele tonel azul cheinha, vlupt! Grampearam. Disseram que eram do Ibama e grampearam a lagosta todinha e foi antes da abertura [da pesca, período de defeso] quer dizer estava proibido ainda, botaram dentro do carro e sumiram. Não pediram documento do barco, documento do pescador aí o cara, simplesmente o que que ele ia falar pro dono do barco? rapaz, veio dois caras do Ibama aí e levou a mercadoria. Quando foi dois dias depois tinham vendido essa lagosta pra um cara lá em Porto Seguro, (...) pô o pessoal sabe quem compra lagosta, rapaz! Ninguém é bobo, e não pagou o preço normal, estava R\$ 55,00, o cara falou: eu pago 50,00. Dá 25 mil, meu irmão, pra dividir pra três pessoas quatro pessoas? E quando o Ibama vem, leva tudo, até a última escama do peixe, imagine da lagosta! Num levou peixe nenhum, só levou a lagosta. Leva equipamento todo, multa, pede extintor, pede documento dos pescadores, uma série de coisa. Quer dizer o cara já tava na má intenção, aí teve outra vez que ele pegou outro barco, aí outro barco do Ceará jogou o barco em cima da lancha aí começou esse atrito aí falaram assim: o próximo carro do Ibama que vier aí a gente vai tacar fogo. Passou uma semana passou o carro, aqui na beira do rio aqui, foi dar lá na barra. Um monte de homem, umas seis caminhonete cheio de homem, os homens tudo enfezado, porquê? Um trabalho de 15 dias são o quê? Num barco lagosteiro daqueles, vão 15 homens, são quinze famílias que dependem, se cada mulher tiver um filho cada uma são trinta bocas pra dar de comer. Tipo assim, foi roubado, praticamente, foi roubado, vieram na mão grande. Se fosse apreendido, igual fez aqui com [outro pescador] que não tinha licença, foi apreendido a mercadoria, foi doado pra instituição de caridade, pros velhinhos, pra APAE, pra creche, colégio, ninguém se manifestou, ninguém falou nada, o pessoal até ajudou: tá certo! Mas vieram na mão grande e foram vender. Mas eles não sabem disso, pro pessoal do Ibama lá de Brasília, não: o pessoal de Alcobaça tocou fogo no material da fazenda nacional, mas não sabe o porquê. (Pescador de Alcobaça)

Já outro pescador de Caravelas, confirma as mudanças no mundo e na pesca e compara a organização política dos pescadores de Alcobaça e sua *coragem* no enfrentamento das autoridades ambientais:

Você vai, por exemplo, pra Alcobaça, é totalmente diferente, lá se eles não gostam, eles quebram tudo, aqui não, aqui ficam se entregando uns aos outros por troca de dez reais ou então por uma receita que não tem remédio, te dão, aí você já vira cachorro, lacaio daquele cara. Você vai 30k m pra direita, você chega em Nova Viçosa, você já encontra a coisa não tão firme quanto Alcobaça, mas já encontra um outro povo, com outra personalidade, uma outra vontade. Qual foi o resultado disso? Lá tem frigoríficos de todas as espécies. Aqui temos

um monte de, temos pessoas direitas que tratam pescadores bem, [cita atravessadores] que compram o camarão mas que não tem porte pra aguentar isso tudo que está aqui. (Pescador de Caravelas)

Para este pescador a forma violenta com que os pescadores de Alcobaça lidaram com a fiscalização, fornece elementos de um tipo organizacional que extrapola a constituição do grupo social para a própria estrutura de apoio de embarcações, e de escoamento da produção. Onde os pescadores são mais aguerridos, constituem-se com mais organicidade, demandando uma suporte de apoio à pesca, dos frigoríficos, com bombas de óleo diesel na beira do porto, fábrica de gelo, comércio de aviamentos e equipamentos, percebidos, segundo essa visão, como “parceiros” dos pescadores.

Entretanto o fato de haver uma estrutura de apoio não significa, porém, que grande parte dos pescadores não percebam os grilhões a que estão atados, pois, como já vimos, é de um empresário ou grupo de empresários, que os pescadores garantem os equipamentos que subsidiam a pesca. Reclamam copiosamente dos altos preços de peças de barco, âncoras, cabos, aviamentos que estão disponíveis nesses estabelecimentos. De outro lado, o preço de mercado, também ditado por esses *atravessadores*, são, tal como avaliam, *tão baratos, que às vezes não vale a pena pescar*.

Nessa análise podemos perceber que os *atravessadores*, os frigoríficos, empreendedores individuais ou coletivos, podem ser considerados como parte constituinte das relações de pescadores com o mundo exterior, de um lado; e de outro, como aquele agente que esgarça as teias de relacionamento dos pescadores entre si e interfere na produção de sua subjetividade.

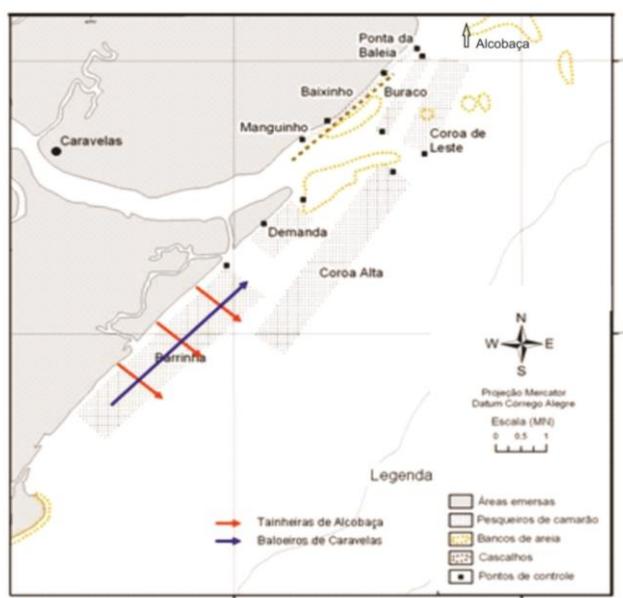
A pesca predatória e os pescadores de Alcobaça.

Uma das reclamações mais copiosamente feita pelos pescadores de Nova Viçosa e Caravelas diz respeito à forma com que os pescadores de Alcobaça colocam suas *tainheiras* nos pesqueiros de camarão. Segundo os pescadores, a *tainheira* devia ser armada paralela à praia. Já os pescadores de Alcobaça dizem que se as redes não forem postas dessa forma, o camarão VG não irá *malhar*. Os barcos de Nova Viçosa e Caravelas *baloam* paralelamente à praia, nos pesqueiros conhecidos como Barrinha,

Catueiro, Coroa Alta, Coroa de leste. São tradicionais pesqueiros de camarão que desde a introdução do *balão* vêm sendo pescados por essa arte. Com as redes de tainheira *atravessadas* na praia, os barcos de *balão* não podem *arrastar* todo o percurso do pesqueiro. Segundo relatos, quando os pescadores reclamam aos pescadores de Alcobaça, são ameaçados por facas e armas.

Este conflito foi considerado prioritário pela gestão da Resex em tratar em regime de urgência, nos Acordos de Pesca, antes mesmo do próprio Plano de Manejo, que ainda está em construção.

Foi justamente esta prática que fez com que os pescadores de Nova Viçosa reivindicassem, quando da realização da segunda Consulta Pública para a criação da Resex do Cassurubá, realizada na Barra Velha, uma área de mar englobando os pesqueiros de camarão. Os pescadores caravelenses acompanham os pescadores de Nova Viçosa no pedido, avançando o polígono proposto para a Resex ainda mais para o Norte, até a Coroa Grande, em frente à Ponta da Baleia. Curiosamente, um grupo de pescadores de camarão da Barra de Caravelas nos denuncia que esta área foi solicitada por pescadores de mergulho e *arraieira* (rede de caída), pois, no inverno, eles costumam pescar mais para o Norte, compartilhando os pesqueiros de Alcobaça. De fato, na região o sentimento de posse de pesqueiros limita-se às práticas que os pescadores em geral consideram como “predatórias”, i.e., que de alguma se apropriam dos pesqueiros.s. Os pesqueiros de Caravelas, de Nova Viçosa e de Alcobaça são assim chamados porque se encontram mais próximos, deste, daquele ou daquele outro município, mas os pesqueiros são compartilhados pelos diversos pescadores.



Mapa 4 – Mapa do conflito de pesca entre Caravelas, Nova Viçosa e Alcobaça (elaborado por D. Klein, adaptado pelo autor)

Os Acordos Pesca, que deverão servir de subsídio para o Plano de Manejo de Cassurubá, segundo o ICMBio, foram organizados segundo procedimentos padronizados do órgão para as Unidades de Conservação de uso sustentável. A prioridade do gestor da época do trabalho de campo era de resolver o quanto antes o conflito entre os pescadores de camarão, que já havia acumulado ameaças e violências entre os pescadores de arrasto e os de rede.

Este conflito fora tratado em 2012 nas reuniões para os Acordos de Pesca na região, que mobilizou um contingente expressivo de pescadores do Banco dos Abrolhos. Os Acordos de Pesca são instrumentos de regulação de uso de pesqueiros, previstos em normativas, mas que dizem respeito ao ordenamento proposto na década de 1970 na área de várzea do Amazonas, em relação à pesca realizada nos lagos perenes na época da seca. Trata-se de uma iniciativa comunitária (ver provárzea) de ordenamento de uso proposta por uma comunidade e apropriada pelo Estado como modelo de regulação. Participei junto com a equipe da Resex do Cassurubá de todas as reuniões relativas aos Acordos.

Os Acordos de Pesca: o Estado e as formas de resolução de conflitos

Os Acordos de Pesca, as oficinas organizadas pelo ICMBio objetivavam levantar as diferentes formas com que os pescadores praticam a pesca e percebem as inúmeras

artes de pesca realizadas na região. A pesca do *balão*, o arrasto para a captura de camarão é que mais engaja pescadores, apesar de ameaçada pelo alto custo do óleo diesel, das redes, da manutenção de embarcações, e seu reduzido preço de venda, além de ser considerada, pelos próprios pescadores, como a pesca que reduz consideravelmente os estoques pesqueiros do Banco dos Abrolhos. A cooperativa de pesca de Caravelas sofreu violento colapso associado ao preço de revenda do crustáceo, como também a políticas públicas estaduais e nacionais de incentivo à produção pesqueira na aquisição de embarcações e equipamentos que além de aumentarem significativamente o esforço de pesca nas décadas de 1980 e 90, comprometendo a capacidade de carga dos bancos camaroneiros na região, colocaram as famílias de pescadores, sob o aval das cooperativas, na condição de inadimplência. Além disso, fala-se também, às vezes com mais veemência da administração malsucedida da cooperativa, que serviu para alçar os *sabidos* para a *política*. De acordo com as falas, esses *sabidos* teriam se aproveitado da inadimplência generalizada dos cooperados e comprado petrechos e embarcações dos devedores a preços irrisórios. Assim as políticas de fomento à atividade, além de pressionar os estoques pesqueiros, reduzir o preço de venda do camarão em função da curva de oferta e demanda, contribuiu para um remanejamento da política local, atrelando ainda mais pescadores à dependência das relações de poder, em alguns casos clientelistas, na esfera municipal. As relações de poder são então predispostas em novos arranjos a partir dessas políticas de fomento da atividade pesqueira.

Há mais.

Com a *derrota* do camarão, isto é, a partir do declínio da pesca, ou antes, da quantidade de barcos com *balão*, que, em linguagem matemática, elevou o valor do divisor, equação na qual o dividendo é capacidade de carga dos pesqueiros próximos, as embarcações agora dotadas de outros petrechos, começam também a explorar outras áreas e artes de pesca, antes *criatório* natural de peixes, contribuindo para a sobre-exploração também de outras espécies-alvo. Com isso a frota de barcos motorizados tendeu a aumentar ainda mais, incrementando conseqüentemente o esforço de pesca e contribuindo para perda vertiginosa dos recursos ambientais de toda a ordem.

Marly, pescadora da Barra de Caravelas, mãe de quatro filhos engajados no mergulho e esposa de um antigo pescador, o primeiro a realizar a pesca subaquática no município, afirma, entretanto, que o declínio da pesca tem fatores mais antigos que o *balão*:

Hoje tá mais difícil de peixe, porque vinha muito arrastão, aqueles barcão lá do sul, aqueles redes estragavam muito. Vinha dois barcos [em parelha], ele só queriam os peixes escolhidos, só peixe de primeira, robalo, badejo, pescada, dentão. Então quando eles estavam aqui na costa, aqui perto aqui no recife, Dilson [Mandi] mesmo ia numa canoa motor grande e encostava no barco, quando eles puxavam aqueles arrasto grande, escolhia só o que eles queriam, e eles despejavam o que não queriam de um lance só que enchia a canoona. O que eles iam jogar fora, jogava na canoa, chegava aqui dava peixe pra 100, 150 pessoas, tirava de pá da canoa, foi onde que veio acabando os peixes da beirada. Bagre branco, cangatã, griaman, pixima, pescada. O que mais acabou a pescaria aqui da costa foi o arrastão.

Hoje porém essa pesca é proibida e os grandes barcos de *parelha*, desapareceram da região. Atualmente o maior responsável pelos impactos no mar, são os barcos que *baloam*, cujo alvo é o camarão.

A pesca do camarão é considerada a mais predatória pelos pescadores locais por ser realizada muito próxima à costa, na intersecção de ambientes interconexos como o manguezal, os campos submersos e o banco coralíneo. Vitais para a profusão piscosa na região, tais ambientes, segundo ambientalistas e pescadores, devem ser protegidos para a manutenção dos estoques. O caso é que o arrasto de camarão, além de revolver o fundo, impactando a dinâmica ecológica dos ambientes interconexos, traz na rede de malha fina os *filhos* de muitas espécies de peixes que usam o estuário para se acasalar e desovar, usando as águas calmas e a forragem submersa para proteger os filhotes que em idade juvenil migram para o mar. A cadeia de reprodução biológica é interrompida nas linhas de arrasto, nas quais, segundo estudos⁶⁴, mais de 60% dos seres capturados no *balão* são indesejados, sem valor de mercado, a chamada fauna acompanhante por esses estudos.

Tais impactos relatados pelos biólogos em seus estudos na verdade confirmam o que os próprios pescadores já haviam concluído, que o *balão* é o grande *predador*, uma

⁶⁴Couto *et al.*, 2013.

vez que ele impede a passagem dos peixes pequenos que vem do estuário em direção ao mar. Uma boa parte das entrevistas com *moradores das ilhas* me informaram que inúmeras espécies de peixes que são pescadas mar aberto em idade adulta, ocorrem nos riachos e lagos que a maré forma no manguezal, inclusive as espécies de maior valor comercial com a Cioba, o Dentão, o Robalo entre outras.

Quanto às artes ditas *predatórias*, os pescadores nos informam que a pescaria de *balão* é a que mais destrói, por arrastar o fundo trazendo tudo o que ali se encontra. Várias espécies de peixes que utilizam de alguma forma o manguezal e/ou os ambientes intermediários entre o banco coralíneo e o mangue, são capturados antes de atingir a maturidade pelos *balões*. O declínio da pesca está sempre associado ao aparecimento do *balão* na região.

Pescadores também reclamam do mergulho como uma atividade que *devasta os corais*, pois o peixe “não tem a menor chance”, principalmente se estivermos tratando do mergulho com compressor, prática proibida. A proibição, segundo apontam, deve-se aos constantes acidentes de mergulho que têm ceifado vidas e condenado muitos jovens pescadores á paralisia, à cadeira de rodas em função das doenças descompressivas. Alcobaça é a localidade que mais casos registram de acidentes relacionados com o mergulho com compressor, arte supostamente trazida pelos capixabas. Já os pescadores de mergulho defendem-se dizendo que sua pesca é seletiva, já que ele *vê o peixe que está matando*, podendo escolher entre os maiores.

Você fica quatro, cinco horas lá no fundo, ao redor de um recife, de uma pedra, mata o que tiver. E hoje mais do que nunca, quem desce mata tudo. (...) Retiram tudo o que tiver, deixam sem vida.

(antigo pescador de Alcobaça)

Há também relatos que denunciam pescadores de mergulho da Barra de Caravelas que inserem filés de *Paru bosta* entre os filés de Budião, espécie-alvo da pescaria de apneia. Além disso, os peixes capturados são cada vez menores, ainda *trocando de cor*.⁶⁵ Cada vez mais barcos vem utilizando o compressor em Caravelas e Alcobaça. Segundo um pescador da Barra de Caravelas:

Se eles [a fiscalização] tomarem a gente compra outro, o compressor é baratinho, eles tomam, a gente compra outro, eles tomam a gente

⁶⁵Muitas espécies de peixe tem coloração diferente quando da fase juvenil, como o budião azul, que quando jovem mostra uma cor encarnada.

compra outro, quanto eles quiserem tomar o mesmo tanto a gente compra outro!”

A rede caçoeira, utilizada para a pesca da lagosta também é uma das mais predatórias. Segundo alguns pescadores, nesta arte perdem-se invariavelmente pedaços de rede entre os *cabeços* – formação de corais que desenham uma circunferência; permanecem ali *malhando* os peixes que por ali passam e sufocando as colônias coralíneas, vitais para a alimentação de diversas espécies e saúde do ambiente marinho, segundo os ambientalistas.

A *redinha* para a captura do caranguejo também é uma preocupação entre alguns *moradores das ilhas*. Foi introduzida por um pescador que teve contato com a prática no Espírito Santo e logo após disseminada entre os manguezais e Caravelas, Nova Viçosa, Alcobaça e Prado. A *redinha* é feita a partir do esgarçamento do tecido de sacos de polipropileno, cortadas em pequenos quadrados de tamanho suficiente e instalada nas *bocas* das tocas dos caranguejos. Quando a maré começa subir, os bichos saem da toca e prendem-se ao tecido. A *redinha* não faz distinção entre caranguejos fêmea (*canguroa*) ou os juvenis. Muitas das vezes o pescador não consegue recolher todas as *redinhas* que instala por conta da variação de maré.

A *rede de caída* costuma *malhar* golfinhos e tartarugas, além de representar um risco para os próprios pescadores na época da visitação das baleias jubarte. É assim chamada pois deita-se a rede na água com uma ponta do cabo fixa no barco e, acompanhando a correnteza, se desloca *caindo* com a força da maré. Os enormes mamíferos engancham-se nas redes e, tamanho peso e força, podem levar o barco para o fundo. Há diversos relatos de pescadores que perderam sua rede e por pouco sua vida, quando as enormes baleias inadvertidamente enroscam-se nas redes.

A rede de *gamboa* ou *camboa* também é assunto de reclamação principalmente dos “ambientalistas”, aqueles que trabalham nas instituições públicas ou privadas de cunho ambiental⁶⁶, na medida em que uma vez instalada, todos os peixes, maduros e juvenis, que adentram nos meandros do estuário ficam presos na rede, quando a maré seca. Para os ambientalistas a rede poderia ser armada sem se fechar o igarapé, dando passagem para os peixes atravessarem, porém para os *moradores das ilhas* se ela for instalada dessa forma, não irá valer o esforço, pois nada irá capturar. Também se

⁶⁶ No início da minha interlocução com pescadores e *moradores das ilhas*, também me puseram nessa categoria, que aos poucos fui me desvencilhando.

questiona o tamanho da malha da rede que poderia ser bem maior que a praticada. O argumento também é refutado pois a malha maior irá deixar que os peices atravessem e somente os indivíduos de considerável tamanho seriam capturados. Dada a diminuição dos estoques pesqueiros dentro do estuário e no mar, os peixes grandes são cada vez mais raros. A camboa é uma das mais antigas práticas dos moradores “das ilhas” e consiste em instalar a rede durante a maré seca. A rede é armada de uma margem à outra dos estreitos igarapés com estacas “salteadas”, espaçadamente onde é presa a rede durante a maré seca. A rede então fica “desarmada”, solta na lama, permitindo o peixe entrar na medida em que a maré vai enchendo, quando a maré atinge seu limite, o pescador volta ao local onde instalou e ergue a rede. Quando a maré começa a esvaziar o peixe não tem como sair e *malha* na rede, quando então o pescador vai *despescar* – recolher o peixe capturado - novamente na próxima maré seca. Essa arte é proibida segundo o argumento de que não se pode fechar a passagem do peixe, que invariavelmente entra nos estreitos riachos para desovar, ameaçando a continuidade das espécies.

Em conversa com um dos moradores do Caribê de Cima, notei a grande preocupação com a proibição dessa prática. Segundo ele a pesca de *Camboa* foi-lhe ensinada pelo pai, que por sua vez aprendeu com o avô. É o próprio *jeito* com que eles pescam e se não se puder praticá-la a pesca no estuário estará *condenada*. Pedrinho constrói uma casa na cidade resignado com as *proibições* e com a falta de atenção com a comunidade ribeirinha, por parte da política local, e as ameaças das interdições que, segundo ele, serão necessariamente impostas pela Resex. Quando o interpelo argumentando que a *camboa* já era proibida antes da implantação da Unidade de Conservação, ele me responde que a prática jamais diminuiu a quantidade de peixes no estuário, portanto não há porque proibi-la, se não tiver outro objetivo a não ser expulsá-los da *roça*⁶⁷. Também me convence que agora, com a Resex, as formas tradicionais não devem ser respeitadas, pois invariavelmente associam-se a práticas predatórias, pela ótica dos biólogos e técnicos do Ibama, os chamados ambientalistas, o que para a própria comunidade são usuais e mesmo reguladas segundo critérios de organização locais. Ainda, que com a organização da Resex, a vigilância estará mais atenta e

⁶⁷ A *roça* é entendida aqui como o território de uso dos *moradores das ilhas*, que envolve a casa, a criação de pequeno porte, a *capoeira* onde se planta a mandioca, o milho, o feijão, o manguezal onde se cata o marisco, os rios onde se matam os peixes.

frequente, fiscalizando os modos com o que o povo vive. A Resex então veio para *empatar* a vida da roça e por isso, não há porque permanecer por lá.

D. Ene, sua esposa, teria participado da organização comunitária do Caribê de Cima e, reconhecida como liderança local foi chamada para participar de eventos do movimento pró-Resex, tendo inclusive viajado para o Ceará, para conhecer as fazendas de cultivo de camarão. Apesar de ter percebido a degradação que a carcinicultura promoveu nos manguezais do *Norte*, D. Ene e Pedro se afastaram da mobilização pró-Resex, pois também não conseguiram visualizar os *benefícios* que a UC poderia lhes trazer. Desde lá, D. Ene é contratada da prefeitura e trabalha na escola Odete Maria, no Caribê de Cima, onde ainda mantém sua casa. Para esse casal, a Resex não irá respeitar as práticas tradicionais de pesca, de agricultura e de coleta de mariscos e tal antevisão, funcionou para eles como uma espécie de expulsão, pois pela sua reflexão, o modo de vida dos *moradores das ilhas* não seriam respeitados nem pelo empreendimento do *criatório de camarão*, nem pela Resex.

Brandão (1999) em um estudo sobre um bairro na Serra da Mantiqueira em São Paulo, buscando uma “ética do ambiente” entre os camponeses, conclui que a compreensão sobre a lógica jurídico política da sociedade se interpõe às condições naturais de produção e reprodução camponesa. Para o autor essa tensão opera em duas direções:

Primeiro: ela soma os problemas sociais da produção da agricultura familiar e da pecuária familiar, uma série de neovalores e códigos externos que estendem de uma maneira não compreensível as proibições de acesso e uso dos recursos da natureza a limites inaceitáveis. Segundo: ela reinaugura uma desigualdade de direitos e deveres ainda mais inaceitável, pois enquanto, de uma maneira sentida como crescente, acrescenta interdições e invade o mundo rural de punições e de agentes de controle arbitrários, parece dar aos “de fora” aos ricos os direitos outrora percebidos como “de todos” e hoje proibidos aos homens do campo. (Brandão, 1999, p.62)

A percepção de D. Ene e Pedro são compartilhadas por muitos *moradores das ilhas* que não assumem a “nova” identidade “extrativista”, pois a ela está imbricada ideia de desapropriação, seja por meio de novos valores associados às interdições de uso tradicional e, sua correspondência, uma vigilância e um controle que opera

diferentemente a depender do agente envolvido, como é o caso das empresas de celulose, de políticos locais em contraposição ao “fraco”, ao “ribeirinho”.

A pesca predatória na região do Banco dos Abrolhos

A pesca entre Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa é, segundo critérios conservacionistas, predatória. A pesca descrita pelos diferentes pescadores da região e a categoria nativa *predatória*, mesmo nos diferentes matizes que se nos apresentaram alhures, se encaixam e às vezes contradizem o predatório constante em laudos técnicos e biológicos. A noção de pesca predatória elaborada pelos pescadores sobre a pesca, leva em conta a intensidade, forma, frequência, tecnologias; é, em suma, o modo como pescam. A conceituação, por mais que se apresente como uma construção coletiva, ideal, complexa e dinâmica, tensionada principalmente pelos aportes conceituais do ambientalismo, é confirmada nas observações de campo. Há, por conseguinte, uma ressignificação em construção da categoria “predatório” que vem sendo incorporada no discurso dos *moradores das ilhas* e pescadores. Portanto, existe a *falta de consciência* das práticas degradantes, tal como me informam alguns pescadores, como o caso dos pescadores de Alcobaça que usam a tainheira perpendicular à praia, ou no caso da pesca de camarão no período do defeso, por mais *conscientes* que os pescadores se auto-atribuam. Entretanto, como não podemos tratá-los como um grupo homogêneo como se agissem da mesma forma sempre que uma interdição na pesca se instaura, a construção conceitual parece compartilhada entre os diferentes segmentos de pescadores, que informa muito mais como se apropriam do termo *consciência*, diversas vezes proferido pelos técnicos, pesquisadores e agentes ambientais. A divisão interna dos pescadores urbanos é por demais complexa. Há diferenciações entre os jovens e antigos, aqueles que já passaram por tempos *difíceis*, quando o comércio não estava suficiente organizado para se adquirir os instrumentos de trabalho, quando a pesca era feita por barcos de propulsão à vela, quando os temporais eram mais fortes.

A divisão também se faz por meio das artes de pesca, entre as quais, o *balão*, como vimos é o principal responsável pelo declínio do pescado, e, em outras falas, o mergulho com compressor que *mata tudo*. Há divisões que informam o quanto o pescador acumula de técnicas e saberes, como remendar a rede, *estrovar* um anzol – a habilidade de prender o anzol na linha.

Outras divisões aparecem no *status* do pescador no que tange ao saber acumulado dos ciclos naturais, a previsibilidade da pescaria nos pesqueiros, às vezes

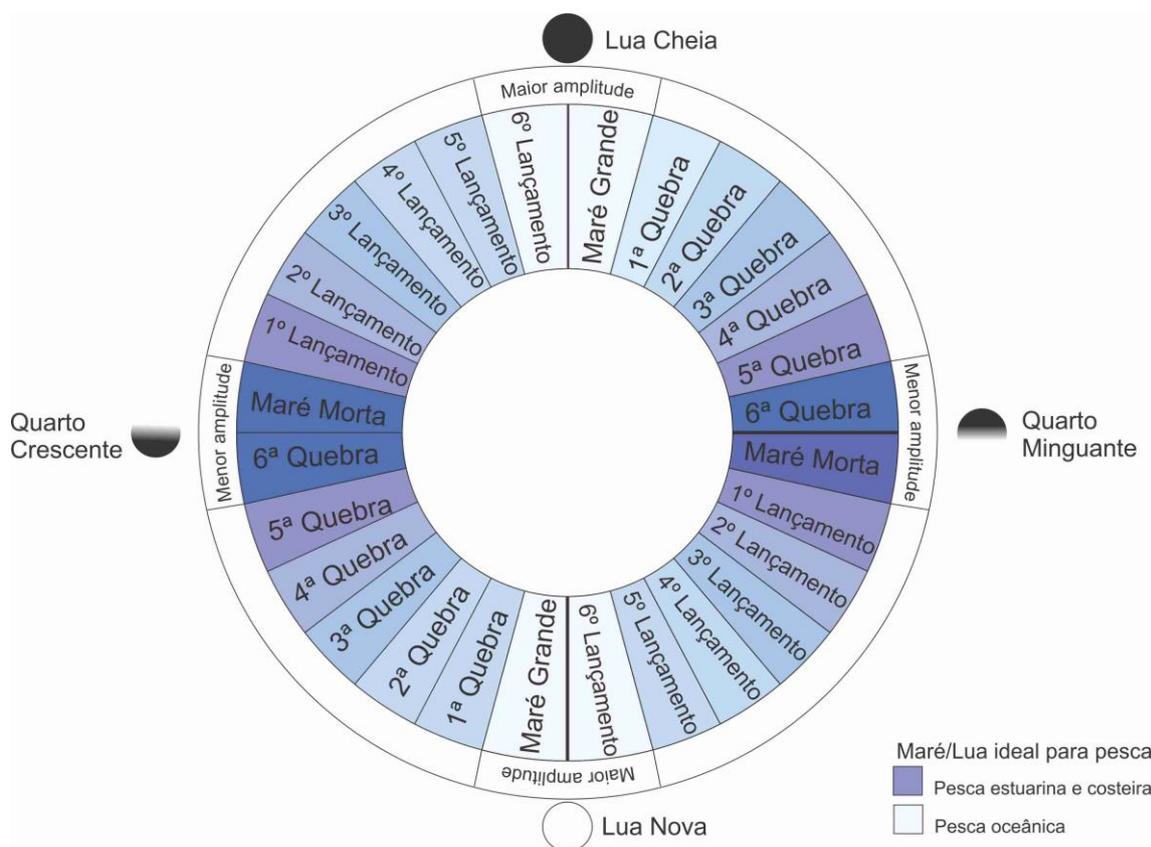


Diagrama 1 – relação maré-lua-pesca. Elaborado pelo autor

secretos. São os que conhecem as condições ideais para cada tipo de pescaria, os já experimentados em diversas artes de pesca. Esses são geralmente os *mestres* de embarcação reconhecidos pelos seus companheiros. Abaixo tento organizar o ciclo da lua com as marés, de acordo com o que me ensinaram esses pescadores, como Mandi e Antônio Boneca da Xuxa:

Mandi explica:

São seis quebras, a lua é sete dias de uma lua pra outra. O horário da maré é o horário da lua, quando a maré tá preamar ou a lua tá saindo ou tá entrando. Se tem seis quebras tem seis lançamento. A maré igual não sobre muito nem vaza muito.(...) A melhor maré pro peixe é maré morta, isso na beirada. Agora pra fora de Abrolhos é maré grande, porque a maré corre mais. Quando a lua sai o peixe não malha mais não.

Conhecer os ciclos naturais, portanto, indica outros gradientes na diferenciação entre pescadores e os *mestres* são, sem dúvida, os mais respeitados.

Há diferenciações também que dizem respeito ao controle dos meios de produção, daqueles que não apenas agregam conhecimentos específicos de embarcações, motores, mas que também conseguem impor uma divisão do trabalho baseada na propriedade de barcos, redes, GPS, sonda.

Mas a distinção que se baseia na depredação é a que mais ocorre entre meus interlocutores, pois o declínio da pesca é sentido e elaborado. Ao mesmo tempo em que acreditam que o mar sempre terá peixe, a continuidade da pesca só irá se manter, se algumas práticas forem extintas. Barral, *mergulhador* da Barra de Caravelas, perto do 50 anos, diz que quando começou a caçar⁶⁸, só haviam cinco que praticavam a modalidade. Hoje há muitos mergulhadores, inclusive aqueles que tem pescado dentro dos rios do estuário, à procura do robalo e de outras espécies. Para Barral, é preciso *matar o peixe no tamanho certo*, depois que o peixe já esteja se reproduzindo. *Os caras matam Garoupa, Badejo de 500, 800 gramas e bota no meio do filé de Budião. Isso é prejudicial pra nós mesmos.*

Barral espera que os pescadores diversifiquem dentro da própria pesca para evitar o colapso. Ele mesmo pesca de mergulho, mas também pesca camarão, alternadamente. Diz que não vai todos os dias pescar, *pesca uns 15 dias por mês.*

Vamos supor, tá indo todo mundo naquele lugar pescar, vamos mudar de dias, que aquele lugar vai descansar, o peixe vai crescer e, quando você for na próxima vez, vai estar cheio de novo.

A diversificação proposta por Barral tem relação com a modalidade da pescaria, com a alternância de pesqueiros e com o tempo de permanência nos pesqueiros. Para ele a *consciência* dos pescadores envolve esse tipo de manejo na pesca.

Mandi, um dos mais antigos e mais conhecidos pescadores da Barra de Caravelas, marido de Marly, citada acima. Diz que começou a pescar com 16 anos, na época,

Pescava na vela e no remo, acordava de madrugada pra pegar a isca pra sair no pano e no remo pra pescar o peixe de linha, quando chegava, colocava o peixe na corda levava nas costas e levava pra

⁶⁸ Também é um termo usado para o pescador subaquático.

Caravelas, 11 km de distância e ia a pé na areia quente, voltava a pé novamente, almoçava e saia pra arrumar a isca. Se não tivesse o vento ia no remo.

Mandi aprendeu a mergulhar com turistas que vinham principalmente do Espírito Santo, por volta da década de 1980 e fretavam seu barco para ir até o Parcel das Paredes. Nessas expedições acabou aprendendo a modalidade e foi quem ensinou seu filho mais velho e outros pescadores da Barra de Caravelas. Os pescadores de mergulho são os que matam os peixes mais nobres e de maior valor comercial, mas são acusados, por outros pescadores, de promover a degradação dos recifes.

Mais ainda que os mergulhadores, são aqueles que *redam o Budião no sequeiro*. Quando a maré baixa as formações de coral afloram e a profundidade pode variar bastante. Os que *redam o Budião*, o fazem com pouco menos de meio metro de lâmina d'água. O *Budião* costuma nadar em cima dos corais, *o sequeiro*, quando fica exposto, i.e., pra fora d'água, alimentando-se das algas que crescem entre os corais. Uma dupla de pescadores cada um com uma ponta da rede, vão avançando e cercando o cardume de *Budião*. Fazem-no pisando nos corais e conseqüentemente, matando-os. Segundo os estudos de biologia marinha, o *Budião* é vital para a saúde dos corais, pois as algas que comem, se crescerem, sufocam os corais, que por sua vez abrigam numerosas espécies de peixes. No entanto, para aqueles pescadores que fazem uso dessa prática dizem que aqueles corais em estão pisando já estão *secos*, pois, dependendo da maré, ficam muito expostos ao sol, que os mata.

Nas reuniões sobre os Acordos de Pesca, em que se tratou também das artes ditas predatórias, os pescadores que *redam Budião* estavam preocupados com a proibição dessa arte e argumentavam comigo, em separado do grupo, esperando que eu intercedesse a seu favor com o chefe da Resex, afirmando que, além daquele argumento acima, o *balão* é muito mais predatório e não se proíbe. Por que então deveriam proibir *redar no sequeiro*?



Foto 11 – Budião azul recém-capturado. Foto do autor, 2011.

Uma visão, por vezes romântica do que se vem chamando de etnoconservação, atribui práticas não predatórias aos “pescadores tradicionais”. São inúmeros os relatos de práticas predatórias moralmente condenáveis ou proibidas por lei que ainda são praticadas pelos pescadores da região, mas o que é predatório para o ambientalismo não o é para os pescadores. Ou não é, da forma em que elaboram o significado do termo, como é o caso da prática da *Camboa*, da captura do *Budião* com rede.

É muito comum nos relatos a nostalgia de um passado heroico, no qual os pescadores se lançavam ao mar com os meios mais rudimentares de petrechos e equipamentos. Saber passado de pai para filho, a pescaria ganha novos contornos a partir da introdução de novas tecnologias.⁶⁹

Algumas falas de “ambientalistas” com quem travei contato, desde pesquisadores que iam fazer trabalho de campo na região, principalmente biólogos, mas oceanógrafos e de outras disciplinas, atribuíam a utilização desse adventos tecnológicos com uma suposta “perda de identidade” dos pescadores “artesais”. O que meus interlocutores dizem é que o fato de se usar GPS, sonda, motor à combustão, nylon, tem pouca interferência naquilo que elaboram sobre si mesmos. No caso das práticas predatórias, por exemplo, não são os equipamentos que a promove, mas a percepção dos ciclos de vida, as relações que estabelecem entre si e com a sociedade envolvente, com o Estado, com a iniciativa privada. Mas o que ocorre com alguns pescadores urbanos,

⁶⁹ Cf. Diegues e Nogara, 1994 e Cordell, 1989.

como os que usam o *balão*, é que não está disponível para esses pescadores aquela diversificação que Barral defendera. Em outras palavras, o pescador se mantém dependente de uma só arte, pois, na maioria dos casos, estão presos a um sistema de trocas, que muitas vezes os impele àquelas práticas ditas predatórias. Por conta disso, não é possível identificar, em termos etnográficos, quem é ou quem não é um *predador*, mas as práticas, excetuando-se aqueles que não são identificados como pescadores *nativos*, como os *de fora* em Alcobaça, aqueles que vieram do Espírito Santo.

Por outro lado, as tecnologias permitem também que a possibilidade de alcançar locais antes inexplorados, pela busca de novos pesqueiros por parte dos diversos pescadores da costa brasileira, ocorra na região, inaugurando novas tensões entre os pescadores *nativos* com os pescadores *de fora*.

Na região do Banco do Abrolhos, até onde alcança a historiografia, a pesca é uma atividade que tem sido praticada desde o século 17, com a pesca da garoupa e posteriormente a caça da baleia (NICOLAU, *Op. Cit.*), a memória viva dos pescadores mais antigos relata a pesca de *antigamente* como um ofício que exigia bastante da *disposição* para se enfrentar os desafios do mar e a escassez de mercados.

Num passado não muito distante, as linhas usadas na pescaria eram feitas a partir da palha do Coqueiro de Tucum e outras espécies de plantas fibrosas. Era trabalho feminino a excursão à mata para recolher a palha que eram batidas e postas ao sol para secar por dois ou três dias. As fibras soltas e secas de aproximadamente 30 cm eram então “cochadas” (fiadas) com a ajuda de uma estaca. A faina levava muitos dias para que se obtivesse um novelo esférico da linha, suficiente para ser usado pelos pescadores. Às vezes o novelo era vendido, mas a maior parte era feito pelas mulheres dos próprios pescadores. Depois de pronta linha, era o trabalho dos homens o da costura das redes e o de *entralhar*. O *entralhe* inclui a costura da rede com as *agulhas* de pesca para os vários tamanhos de malha, que nos *tempos* antigos eram feitor de madeira mole, de fácil moldagem. Também prende-se pesos e bóias para que a rede permaneça esticada, mesmo com o movimento das marés. O fio da palmeira de tucum também era utilizado para linha de mão, cujos anzóis eram comprados em Caravelas e Porto Seguro.

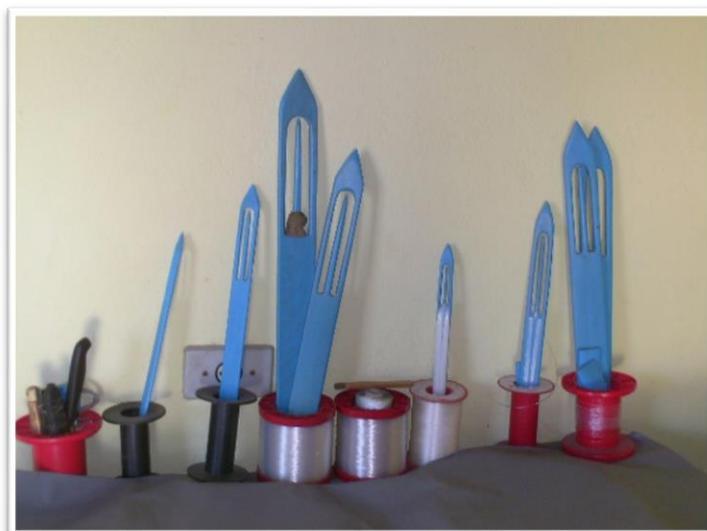


Foto 12 Agulhas para manufatura e conserto de redes de pesca. Foto do Autor, 2007

As embarcações eram canoas de um só tronco, movidas á vela. Trabalho masculino coletivo, os homens adentravam a mata para encontrar uma árvore com diâmetro e altura suficientes para a canoa que se precisava. Descoberta a árvore, ela era então derrubada com a ajuda de vários machados e o mestre marceneiro esculpia o tronco, dando-lhe o formato de uma canoa. As canoas eram feitas de Oiticica, Aparaju, Angelim e de outras árvores de madeira forte e leve. Já as velas eram aproveitadas dos sacos de farinha ou de pano (tecido) vendido no comércio de Porto Seguro e Caravelas.

Muitas vezes os barcos eram carregados com sal e partia-se para o mar. O sal servia para conservar os peixes dos pescadores distantes da costa. O arquipélago de Abrolhos foi muitas vezes visitado por esses pescadores. Ali eles assustavam os Atobá, ou o Piloto – aves migratórias que nidificam no arquipélago de Abrolhos, assustadas, as aves regurgitavam os peixes que serviam de isca para os pescadores.

Marly me contou que há mais de 40 anos atrás, só haviam dois barcos de propulsão à vela, Nóbia e Núbio, barcos *de boca aberta*, sem a estrutura da *casaria*, que costumava permanecer 8 dias no mar. Leva de 15 a 20 sacos de sal e rumava ao arquipélago de Abrolhos, com 4 ou 5 pescadores *na linha*. Levava de dois a três dias para alcançar Abrolhos quando o sal era descarregado e os pescadores fustigavam as aves para conseguir a isca. Acampavam nas ilhas durante a pescaria, hoje interditadas

mesmo para a visita turística, com a exceção da ilha Siriba, onde o turista faz um passeio guiado de 1,6 km em turmas com número limitado de pessoas.

Também usavam como isca o camarão *redado* com a puçá ou com a rede de *parelha* e o *goroçá*, espécie de caranguejo da praia. Ainda hoje, na Praia do Grauçá ou Goroçá, quando sopra o Nordeste forte, as pessoas usam a puçá para arrastar o camarão. Trata-se de uma rede pequena, somente para uma pessoa, presa a uma estrutura de paus do calibre de um cabo de vassoura com aproximadamente 2m de altura, formando um “A”. Com a rede de malha bem pequena à sua frente e andando de costas, a pessoa vai *redando*, bem próximo à margem e, em algumas, dependendo das condições de mar, pode-se capturar até 40kg do crustáceo. Há um debate intenso sobre essa pescaria que ocorre no período do defeso do camarão. Como se trata de uma pescaria que se destina à alimentação da família, o ICMBio costuma *fazer vista grossa*, gerando uma dúvida se se pode ou não *redar* para o *consumo*. Também paira a dúvida se os pescadores podem arrastar, mesmo de *balão*, para o uso do camarão como isca na pescaria de linha. Certa vez, na Barra de Caravelas, um pescador enfurecido discutia com outro que havia visto *o documento* que permitia que ele pescasse durante o defeso do camarão, se o objetivo fosse para *iscar*; só não se podia vender.

Naqueles tempos a que se refere Marly, o dinheiro pouco circulava sendo muito comum, nos fins de semana, excursões do *povo da roça* que vinha em tropas de burro trazendo porco, feijão, farinha e trocava-se o peixe pelos produtos agropecuários. *Não se sabia nem quem estava ganhando, nem quem estava perdendo*. O que se trocava, entretanto, não eram apenas os produtos, mas algo de simbólico e a própria sobrevivência dos grupos envolvidos estava em jogo. Os relatos nos contam que esses momentos eram quando pescadores e agricultores negociavam não apenas os produtos em si, mas *era uma festa* quando o *povo da roça descia para a praia*. De fato as festas eram realizadas nesses momentos para se celebrar a fartura dos gêneros. Muitos casamentos ocorreram nesses encontros e as festas populares também eram realizadas com a participação de pescadores e lavradores. Na verdade essas identidades se interconectam: os pescadores eram os que moravam na praia, mas criavam galinhas, e porcos, plantavam feijão, mandioca, milho, caçavam. Os lavradores moravam próximo aos rios e canais estuarinos e, além da caça, da lavoura e da criação de animais, também pescavam. Em um dado momento houve essa separação, pelos processos sociais porque passaram as famílias camponesas, mas as formas de reprodução física e social entre

esses dois grupos ainda é intensa e se confunde e se mescla. Estudos sobre o campesinato incluem pescadores e lavradores nessa categoria, cuja definição passa pelo acesso e uso de recursos naturais e está centrada na reprodução social da família⁷⁰.

No inverno os pescadores têm que navegar para *fora* pois o peixe *some da praia*. Este fato demanda maior esforço e custo para o pescador. Já no verão a pesca é facilitada pela aproximação da maior parte dos peixes para a praia e, com a visitação de turistas, há mais facilidade no escoamento do pescado. Isto implica dizer que a pesca, antes da ruptura campo/cidade deveria ser uma atividade mais frequentemente praticada no verão, ficando o inverno para a lida na roça. Hoje porém os pescadores têm perdido sua relação com a terra e, sobrevivendo apenas da pesca, interrompendo o ciclo consorciado das atividades pesca-lavoura. A pesca vem perdendo sua pluriatividade e, na corrente da modernidade, vem se especializando cada vez mais, condenando os pescadores às variações de mercado de produtos específicos, assim como também ocorre na lavoura, no caso de alguns sítios arrendados para a monocultura de eucaliptos, como ocorre com algumas famílias de *moradores das ilhas*.

Mandi mesmo conta sua história quando jovem, o pai morava em Juerana, distrito rural de Caravelas, de trem da Bahia-Minas ia no inverno para a roça, para a colheita do café, e no verão voltava para a *beira da praia* pescar.

As tecnologias dos instrumentos de pesca implicam em cada vez mais alienação dos pescadores, na medida em que estes têm que, inevitavelmente, lançar mão de suas práticas seculares para acompanhar as demandas de mercado e as necessidades geradas a partir das especializações e do apelo que estes instrumentos – *gps, nylon, sonda, motor, compressor etc* – lhes impõem.

Ainda assim, mesmo com a divisão social do trabalho cada vez mais especializada que se revela nas condições do trabalho, a pesca como atividade principal está sempre associada a outras, acessórias, quais sejam a lavoura de subsistência e a pequena criação para *consumo*. De acordo com boa parte dos “ambientalistas”, os adventos tecnológicos vêm substituindo práticas “tradicionais” e “sustentáveis” por modernas e predatórias. Promovem conseqüentemente a separação entre trabalho industrial e artesanal, subsumindo este por aquele que também ocorre na atividade

⁷⁰ Para essa definição ver DE CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Editora Vozes, 2005.

agrícola, conforme os dados de campo, assim destruindo a forma de trabalho originária dos pescadores e transformando-os em “terceirizados” da indústria pesqueira.

A pesca em Alcobaça é a que mais avança em direção à esse processo de industrialização a que me refiro. Os barcos são de propriedade de um *frigorífico* e tem autonomia para passar muito tempo no mar e navegar para cada vez mais longe. Os pescadores são contratados para cada expedição e recebem proporcionalmente à sua função. Mesmo os donos das peixarias menores, tem uma pequena frota mediante a qual contratam os pescadores que passam a trabalhar para esse empresário. O *mestre* da pesca artesanal, não incorpora a lógica de patrão; é um pescador como outro qualquer, mas reconhecido pelos saberes acumulados sobre os ciclos marítimos, climáticos e de comportamentos dos seres marinhos. O *mestre* da pescaria industrial que se pratica em Alcobaça é um trabalhador mais qualificado e, nesses termos, seu salário é maior: é quem detém o conhecimento dos pesqueiros.

Não é, portanto, o uso das tecnologias as responsáveis pela pesca predatória, mas as formas em que o trabalho na pesca, industrial ou não-tradicional, é dividido e o seu propósito, o lucro. Não que os pescadores considerados artesanais não obtenham lucro, mas nesta forma, não está associado à expropriação do trabalho.

Enquanto tradicional, as divisões do produto do pescaria respeitavam à regras que não tinham o lucro como medida, na qual *cada peixe tinha uma marca, cada marca, um dono*. Tirava-se uma barbatana, cortava-se o rabo, um talho em determinada parte do peixe deixava todos a par a quem pertencia o peixe na hora da divisão. Ou então trazia todo o produto e dividia-se em montes proporcionais em cada um tinha seu quinhão.

Subsiste entretanto uma resistência a essas transformações, uma vez que os pescadores artesanais como Antônio Boneca da Xuxa que *não gosta de trabalhar de empregado*, ou como Barral, que defende que a independência na pesca é fundamental: *hoje eu tenho meu barco eu vou o dia e a hora que eu quero, se eu não quiser ir essa semana, eu não vou*.

2) A “gestão compartilhada” na Resex do Cassurubá: Estado, ONGs e “extrativistas”.

Veena Das e Deborah Poole convidam no âmbito de um seminário da *School of American Research* os antropólogos a uma estratégia analítica e descritiva de se pensar no Estado a partir de suas margens territoriais e sociais, com a intenção de refletir como as práticas e políticas utilizadas nessas margens moldam as práticas e políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo que chamamos “Estado”. Por outro lado, pretende-se compreender essa reflexividade no caminho inverso: como as práticas e políticas nas margens do Estado incorporam e apropriam-se das práticas e políticas do aparelho formal de organização racional da administração, numa relação dialética. Segundo as autoras:

(...) La tarea del antropólogo consiste en percibir primero las instancias del estado tal como existen a nivel local para luego analizar dichas manifestaciones locales de burocracia y derecho en tanto interpretaciones culturalmente constituídas como apropiaciones de las prácticas y de las formas que constituyen el estado liberal moderno. (DAS & POOLE, 2008, p.21)

Sob a perspectiva de uma antropologia que tradicionalmente se debruça sob estruturas políticas e práticas sociais de grupos que se encontram à margem do Estado, procura-se compreender as estratégias de acionamento de identidades que tem por meta alcançar algum direito coletivo expresso em políticas que reconheçam um lugar onde o Estado não promove o mesmo acesso ou impõem um ritmo de negociação “desencaixado” para usar a reflexão de Giddens (1991). Parte-se do pressuposto que esta idéia de Estado e Estado brasileiro em particular comporta inúmeras imagens identitárias que integram a nação brasileira. Ao mesmo tempo, o Estado não pode ser visto como um bloco monolítico, homogêneo, amalgamando modos de viver como se prestasse à tipificação weberiana de uma burocracia racionalizada e impessoal (Weber, 1982.)

Na teoria social brasileira, outros autores já ensaiaram explicações generalizadas em relação ao funcionamento do Estado brasileiro. Nesses termos, as elaborações identitárias situam-se nas margens das práticas da racionalidade administrativa, o que entretanto, se afiguram num modo de se perceber as instituições como feição estatal (Abrams, 1988), como se fosse o próprio Estado. Esse mimetismo próprio de uma busca

incessante de formalização da vida ao mesmo tempo em que permite um acesso antes negado a uma dada população, anteriormente relegada à ausência, largada à margem social, territorial e cognitiva ou epistêmica, nos documentos oficiais em acordo com os preceitos constitucionais e supra constitucionais, se apropria e incorpora saberes e fazeres de comunidades étnicas e de outros grupos sociais culturalmente à margem da institucionalidade.

Penso numa agenda que se escreve com penas de cocares pataxó, com tintas escuras de cor de pele e a bordo de embarcações rudimentares e de pouco alcance, tendo com origem o reconhecimento de identidades multiplicadas no interior de Estados nacionais (Ericksen, 2002). Contudo é justamente onde e quando tais identidades são acionadas é que se pretende considerar os caminhos possíveis para se compreender a relação desses grupos, suas práticas e representações com o Estado, na operação de políticas que se voltam para a inclusão dessas populações antes marginalizadas mas que agora situam-se à margem de uma linguagem de Estado: uma gramática que busca encampar regras sociais reconhecidas como “tradicionais” permitindo o seu reconhecimento como válido, no corpo do Estado Democrático de Direito.

Se tomarmos o Estado como conjunto de práticas cujo instrumento é a violência para dentro e para fora, como o traz a tradição hegeliana e kantiana, como se pensar, nas margens desse Estado, o processo de “empoderamento” sentido e fomentado nessas comunidades, na medida em que se extrapolam os limites de legitimidade do Estado? Aqui me refiro a momentos particulares que podemos chamar de “evidência etnográfica”. Uma liderança proeminente no processo de mobilização em torno do Meio Ambiente na região, conduzindo a embarcação da Resex, interpela turistas pescando no meio de um dos rios do estuário, fazendo às vezes de agente ambiental, citando leis e regulamentos, e admoestando os supostos “infratores”, avisa que, nesse momento, sua conduta seria a de informar, mas que na reincidência, medidas disciplinares iriam ser tomadas. O que parece é que as *comunidades*, por intermédio de seus líderes, imbuídos de um sentimento de defesa do seu território reconhecido pelo seu pertencimento a um grupo social tradicionalmente constituído, faça as vezes do Estado. O que me pergunto é: assim formalizados em associações ou em uma conformação coletiva reconhecida pela burocracia técnico-especializada, como se pode pôr essas comunidades no lugar do Estado, no sentido de compartilhar a responsabilidade da gestão coletiva do Meio

Ambiente?⁷¹ Ao mesmo tempo a prática da fiscalização comporta uma dupla inferência: de um lado denota-se “empoderamento” comunitário, nos termos de um “protagonismo” a que se quer que pratiquem como escusa de uma construção conjunta de um protagonismo que os “deixa fazer” como se qualquer tipo de intervenção poderia significar a tutela desses grupos à exemplo dos grupos indígenas (Souza Lima et al); de outro lado quando aquelas práticas sociais infladas e direcionadas pela chancela do Estado e das ONGs, extrapola os limites constitucionais da legitimidade, a atitude deve ser condenada.

O Ibama criou, a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, o programa de Agentes Ambientais Voluntários pelo qual dividiria a responsabilidade da fiscalização com a sociedade civil, numa interpretação pragmática da divisão de responsabilidade sobre o Meio Ambiente, conforme o texto constitucional.

O programa acabou sendo abandonado por diversas razões, no entanto ainda se espera que as próprias comunidades sejam elas mesmas co-responsáveis pela defesa do território e seus recursos. E de fato, alguns eventos descritos nesta tese que ilustram o cometimento de crimes ambientais partiram de denúncias de “extrativistas”.

Assim sendo, a atitude daquele “extrativista” na abordagem descrita, é, de certa forma esperada pelo órgão ambiental, mas a ação deve se encerrar na denúncia, como me o disse o então chefe da Resex do Corumbau⁷².

Em conversa com um técnico de uma ONG em Caravelas ouvi que a responsabilidade da entidade já tinha sido cumprida, uma vez que envidou esforços para a implantação da Unidade de Conservação, com estudos e aporte de recursos. Cabe agora a comunidade “beneficiária” tomar as rédeas da gestão da Unidade. Pergunto se os diferentes atores e interesses estão no mesmo patamar de igualdade em relação à sua condição e ao seu papel nos espaços de decisão da Unidade. O técnico reconhece a desigualdade, mas opina que isso deixa de ser problema dele e da ONG, mas que se trata de uma deficiência na formação daquelas pessoas e associa a ausência do Estado.

Essa interpretação pode, no limite, criar “tribunais comunitários de exceção” como a ação fiscalizadora e punitiva das comunidades por intermédio de suas lideranças, atribuindo à sociedade civil, os deveres do Estado. Dessa forma o processo

⁷¹O artigo 225 da Constituição Federal define a responsabilidade da tutela do Meio Ambiente ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo.

⁷² Adiante descrevo uma reunião no Corumbau, à guisa de comparação, em que uma liderança comunitária faz às vezes do Estado, apreendendo redes, resolvendo se multa ou apenas adverte infratores.

de reconhecimento das identidades no sentido da defesa de seu território, pode lançar um modo de agir que se confunde com o próprio Estado, como presenciado na Bahia⁷³.

Tecnoburocracia: uma noção cunhada na experiência etnográfica

O termo tecnoburocracia é fruto de análises econômicas marxistas que o associam a um modo de produção tecnoburocrático ou estatal. Segundo Bresser Pereira⁷⁴, por exemplo, a tecnoburocracia surge como uma classe que passa, principalmente na periferia do capitalismo, a acumular poder em posições dentro da administração estatal. Teria surgido em países que compunham a extinta União Soviética e que tende a se estabelecer em países industrializados como um outro modo de produção, a partir do alcance de burocratas civis e militares na administração do Estado.

O termo tecnoburocracia é utilizado por economistas para designar um poder burocrático da administração do Estado com a face autocrática de regimes discricionários e inaugura uma “sociedade estatal” com uma nova classe média profissional.

Nada mais distante do que queremos relacionar. O termo usado nesse trabalho é muito mais uma noção construída a partir experiência etnográfica, do que um exercício puramente teórico, um conceito solidificado em análises anteriores que indicam uma forma de conceber o macro a partir de grandes narrativas totalizantes acerca do desenvolvimento do capitalismo. Entendemos que o conceito elaborado dessa forma pode servir a muitos estudos econômicos de orientação marxista ou não do que vem experimentando o Estado no capitalismo, remetendo a um modo específico de exercício do poder. No entanto para os fins desse trabalho, a tecnoburocracia é um neologismo oriundo da justaposição do conceito de burocracia com os saberes técnicos ligados ao Meio Ambiente, que em Cassurubá estão sendo construídos por especialistas supostamente a partir dos modos de fazer das comunidades de pescadores e ribeirinhos.

⁷³ A guisa de curiosidade, em Arraial do Cabo, uma associação usava o brasão das armas da república para cobrar taxas, advertir e multar pessoas e empresas que não se enquadravam nas regras coletivas.

⁷⁴BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção*. Estudos Cebrap, v. 21, p. 75-110, 1977. Em um excerto define: “O modo tecnoburocrático ou estatal de produção emerge historicamente para estabelecer, em termos renovados, um sistema de classes e de privilégio, para instaurar um sistema de poder autoritário” (BRESSER PEREIRA, 1977, p.81).

Entendemos que o termo tecnoburocracia nos ajuda eventualmente a nomear as dinâmicas de poder em jogo em Cassurubá, pois não queremos nos referir a um Estado personificado e substancializado em um corpo burocrático de certo modo autômato às normatizações e modos de proceder, mas, ao contrário, compreendemo-lo como uma rede relacional em que os diferentes agentes operam no sentido de ordenar os espaços no interior da Unidade de Conservação em tela.

Trata-se, obviamente de um termo generalizante e auto-evidente que indica, por conseguinte uma rede de relações entre membros da administração do Estado e de outros agentes que tensionam os processos de tomada de decisão, nesse caso, “extrativistas e “ambientalistas”, que não agregam nem exercem poder político da mesma forma.

A tecnoburocracia também se refere às “tecnologias de poder” (Foucault, 1990) como mecanismos de dominação, não apenas de um léxico e uma terminologia de acesso restrito. Nesse sentido, os modos de proceder do Estado estão imbricados por um saber técnico e circunscrito à produção de conhecimento voltada ao ordenamento e ao disciplinamento. Há aqueles “extrativistas” identificados como lideranças que de algum modo se apropriam desses termos, saberes administrativos e técnicas controle e, assim, absorvem os elementos vistos como indispensáveis para representar as “comunidades” tão somente porque são reconhecidos a partir da assunção de perspectivas ambientalistas, que vão desde a defesa de técnicas de pesca alternativas aos modelos considerados predatórios formulados por pesquisadores e técnicos, a afirmação de interdições de práticas e locais de captura e extração de bens ambientais, percepção dos processos de ordenamento e disciplinamento vistos do interior – na participação de reuniões e eventos da Resex, e, por fim, a incorporação do jargão burocrático e conservacionista em seu discurso. O reconhecimento comunitário, antes de permitir que as famílias sejam “representadas” na proposição de políticas, volta-se ao próprio exercício do poder do Estado em face dessas comunidades de “risco social”, em uma forma que se legitima a partir da ideia de cogestão.

A cogestão se configura ali na Resex do Cassurubá uma forma específica de tutela, alvo de políticas públicas que se traduzem no *benefício*; pelas quais o disciplinamento opera, e na busca pelo *benefício*, as *comunidades* por meio de suas lideranças, buscam justamente superar a dominação do Estado, que se reinscreve a partir

da Resex. Dito de outra forma, tendo o *benefício* como meta, os chamados “extrativistas” acatam as imposições do órgão ambiental para acessar as políticas públicas oferecidas aos povos tradicionais.⁷⁵

Não é só o Estado o promotor da tutela, mas as ONGs e seus projetos de intervenção, também utilizam a busca pelo *benefício* como forma de garantir uma posição privilegiada na elaboração de políticas internas na Resex do Cassurubá. Conforme avaliam meus interlocutores, as ONGs se afastam das demandas das *comunidades*, nos projetos de intervenção e pesquisa, que tem como escopo a introdução de novas práticas e não o fortalecimento daquelas que são consideradas pelos “extrativistas” importantes para a sua reprodução física e social, e que, de fato, os definem enquanto categoria, de acordo com as políticas ambientais como “comunidades tradicionais” a partir de suas práticas culturais, uso dos recursos e apropriação do território.

Um projeto de turismo de base comunitária e as propostas de eliminar o *atravessador* de pescador, construindo uma ponte entre os pescadores e as grandes distribuidoras de gêneros, são os exemplos de tutela exercidas pelas ONGs. Em outras palavras, os poderes hegemônicos a que estavam submetidos antes da implementação da Resex se atualizam na forma de projetos de intervenção de ONGs, que impõem uma forma de ação e conduta circunscrita a um tipo de disciplinamento, impelido pelo ideário da conservação.

⁷⁵ Tratarei desse assunto mais adiante, quando da formação do Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá.



Foto 13: Placa da Trilha do Córrego, na Tapera e Miringaba. Foto do autor, 2012

Jaco Galdino, membro do Movimento Cultural Artemanha, uma iniciativa comunitária de educação popular por meio da arte, como os próprios membros se definem, avalia esses projetos que tem a comunidade “extrativista” como “beneficiária:

Acho que esses investimentos é que tem que ter, você tem que ter um estudo de viabilidade, dentro daquilo que as pessoas já fazem, não tem que pegar o cara que é extrativista pra produzir uma coisa que ele nunca fez, fortalecer aquilo que ele já sabe e garantir o estoque que uma parte desse produto você vai vender e com preço justo. (Jaco Galdino)

Esta visão também é compartilhada por outras pessoas que criticam as iniciativas que “inventam” formas de superar as ameaças à reprodução social dos “extrativistas” ao mesmo tempo em que procuram prestígio entre as *comunidades*, a fim de garantir a manutenção das ações de pesquisa e intervenção e, principalmente, seu lugar nos espaços de decisão, como o Conselho Deliberativa da Resex, tema abordado mais adiante. De acordo com Marina, técnica da prefeitura, cedida ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caravelas, as iniciativas das ONGs ignoram as demandas dos “extrativistas”:

Aí vieram as ONGs um projeto de turismo comunitário que custou 800 mil, aí eu perguntei: gente o povo tá satisfeito? Eles se adaptaram a esse turismo? Porque eles foram usados. Se você chega lá e diz que tem um projeto aqui, todo mundo vai concordar, mas depois ele vai ficar pensando, mas [as ONGs] dizem que eles aceitaram. Mas aceitaram até que ponto? Partiu deles? Então a saída é dar continuidade, é respeitar essa cultura. O caminho é esse: é deixar esse povo botar seus anseios pra fora, o que eles realmente esperam, ao invés de ir lá no campo e impondo a sua vontade, levando os pacotes prontos achando que vai dar tudo certo.

O *benefício* como instrumento da tutela na Resex do Cassurubá, importa uma expectativa que não se realiza, pois os interesses são outros constantes nos projetos de associativismo, de turismo de base comunitária, de pesquisa – aquelas direcionadas à conservação dos ecossistemas e das espécies. Segundo uma liderança da Resex, o *benefício* poderia se traduzir em inúmeras medidas do que almejam os *moradores das ilhas* e pescadores de Cassurubá, todavia são sistematicamente ignoradas. Essa desatenção por parte das ONGs, segundo vários interlocutores, é o modo como se opera a tutela pelo Estado e movimento ambientalista, uma vez que mantendo as *coisas como estão*, a dependência dos “extrativistas” face aos projetos de intervenção, às ONGs, pesquisadores e ICMBio permanece e se perpetua.

Que seja um auxílio de poucos reais, ou seja de levar um entendimento, uma informação, trazer o cara ao sistema de saúde, de sistema de educação, trazer o pessoal, porque o cara não sabe como chegar lá (...) Isso aí não foi feito e aí quando o cara fica lá, abandonado e tal e quando vinha na cidade via o cara, alguns né, de carrão, de lancha motorizada, passando fazendo onda e tudo. E aí faz com que o cara se sinta usado, diminuído e abandonado. (Benedito Boy)

Para Boy, liderança comunitária da Resex, como assento no Conselho Deliberativo na qualidade de representante da Associação de Produtores Rurais da Ilha do Cassurubá, as informações chegam truncadas para os *moradores das ilhas*. Admite que este papel é o da prefeitura, mas quando as ONGs se propõem a “ajudar” não o fazem da forma esperada. E como tal expectativa não é observada, ocorre por parte dos *moradores das ilhas*, um sentimento de que estão sendo usados para fins outros que aqueles que almejam.

Como se cria uma Resex?

O caso particular da Unidade de Conservação que nos debruçamos traz à tona inúmeros processos sociais que vão se constituindo a partir da “descoberta” de Abrolhos como um local de beleza cênica, cuja biodiversidade fora alvo de atenção por parte de visitantes do arquipélago, mergulhadores e cientistas. Desde 1983 quando Abrolhos *virou parque*, um sem número de pessoas das mais diversas origens veio para Caravelas a fim de visitar o arquipélago, avistar baleias e elaborar projetos de conservação dos ambientes recifais, de proteção das Jubarte. As interdições que o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos trouxe para os pescadores foram sentidas pela população local e se construiu uma visão que vem se cristalizando ao longo do tempo sob a forma de “ressentimento”. Segundo Lobão (2010, pp 265-271), o ressentimento é uma reação à agressão sofrida, no nosso caso, por moradores das ilhas e pescadores, a partir de uma ética conservacionista. No caso de Cassurubá, não foi a Resex que construiu o ressentimento, mas outros eventos pelos quais destacam-se :a interdição da pesca no Parque Marinho dos Abrolhos, às multas e repressão às práticas da agricultura tradicional, às ameaças de expulsão de moradores e destruição de casas de um bairro inteiro, por ter sido construído sobre terrenos de apicum⁷⁶. Esses eventos de alguma forma atualizam os mecanismos de dominação que estão em curso desde os *tempos antigos*, nos quais as condições de subalternidade de pescadores e *moradores das ilhas* atrelavam-se a mecanismos de poder de comerciantes locais, fazendeiros e políticos, identificados muitas vezes pelos sobrenomes de famílias tradicionais das cidades de Caravelas e Nova Viçosa.

Contudo, a Resex, com a participação, mesmo que limitada e controlada das *comunidades*, tem feito com que essa visão construída do “ressentimento” se supere, na medida em que começam a apropriarem-se dos termos e ritos da tecnoburocracia, tensionando os processos de decisão e alcançando espaços antes impensáveis.

Ainda assim, para os pescadores da região e principalmente de Caravelas, onde estão sediadas boa parte das instituições ambientalistas que trabalham na região, *os Ibama* teriam dado mais importância às baleias e aos peixes que ao próprio pescador. Esse ressentimento carrega elementos do próprio modelo de parque⁷⁷ inaugurando

⁷⁶ Dedico uma sessão na descrição desse episódio.

⁷⁷Para o assunto ver Diegues, 2000 e Diegues e Nogara, 1994.

interdições à pesca, mas também inclui questões mais complexas que indicam as formas de se tratar o ambiente e as pessoas por esses pesquisadores e técnicos *de fora*.

Uma liderança comunitária que à época da contenda Resex-Coopex havia se colocado ao lado do empreendedor, e que hoje representa os “extrativistas” de Cassurubá dentro e fora da UC, ainda guarda desconfiança frente ao grupo “ambientalista”. Benedito Boy é representante da Associação de Pequenos Produtores da Ilha do Cassurubá, com assento no Conselho Deliberativo da Resex. Pergunto-lhe o que o fez mudar de ideia, uma vez que era ferrenho defensor da carcinicultura e, outros interlocutores disseram-me, os empreendedores haviam lhe prometido que contratariam seus serviços para o transporte de pessoas para a fazenda de camarão.

Eu posso dizer que aceitar estar junto com eles [ambientalistas e ICMBio/Ibama] discutindo alguma coisa já é uma desconfiança. Por que? Porque eu sempre vi e percebi que a informação era mais para convencer de que para ajudar. E vi aí hoje tem vários problemas, existe muitas ONGs boas no Brasil e no mundo, existe. (...) O que eu via do Ibama apesar de ter conhecimento de vários amigos que trabalhavam lá, eu via o Ibama assim que ele nunca chegava antecipadamente, ele só chegava lá com a denúncia, e aí chegava com a repreensão. Isso traz a imagem que órgão é somente repreender. Ele só vai repreender, ele só vai multar, ele só vai prender.

A fala de Benedito Boy é deveras importante no sentido de sintetizar uma percepção construída ao longo do tempo pelos *moradores das ilhas* e pescadores acerca das ações do Ibama e dos agentes da conservação. Essa percepção disposta como fluxo nas mais diversas situações é subjetivada diferentemente pelas pessoas. O fato de se tratar de uma liderança da Resex, que em tese estaria ali, segundo a percepção local, para angariar fundos e agregar capital político, me faz refletir sobre o modo como as pessoas se engajam na tecnoburocracia da Resex. A desconfiança que subsiste é edificada sob a fundação de uma memória social acerca do órgão construída coletivamente, tendo como substrato o procedimento repressor do órgão e por extensão do ambientalismo, que informa, pelas pesquisas, o quê e como se deve explorar o ambiente marinho e estuarino.

O que para fazer algumas lideranças como Benedito Boy, senão a possibilidade de alcançar os *benefícios* disponíveis nas políticas de Estado para si e seus vizinhos, e, consequentemente figurar como canal de acesso entre “extrativistas” e *benefícios*?

Se os *moradores das ilhas* e pescadores sentem-se de certa forma, vitimados pela políticas ambientais, num viés conservacionista e repressor, da proibição e do controle, de outro lado, a Resex, permite, a partir da canalização de recursos disponibilizados por políticas públicas, contornar aquele controle. Entretanto, para acessar tais benefícios é preciso se apropriar de uma gramática de Estado, envolvida em procedimentos e regras que muitas vezes estão à margem da institucionalidade, na qual os “extrativistas” tem de lidar.

Para os pescadores e *moradores das ilhas* as formas de inclusão, por meio da Resex, se apresentam e apontam invariavelmente para a disponibilidade do acesso ao *benefício*.

O *benefício chega*, somente se algumas demandas externas forem satisfeitas, como a “pesquisa” em UC, cujos resultados são condição para a afirmação de um território protegido pelo Estado e por populações tradicionais que o exploram sem promover sua degradação, tal como expresso em regulamentos. Todavia a “pesquisa” também é avaliada pelos “extrativistas”.

O levantamento de dados na beira do porto, a visita reiterada e invasiva, a conversa em que não se estabelece troca, são caracteres daqueles em quem os *moradores das ilhas* e pescadores *desconfiam*, como na fala de Boy. Porém, na medida em que começam a participar da vida comunitária, que se dispõem às atividades de lazer, em compreender, compartilhar e defender as posições dos pescadores e *moradores das ilhas* em fóruns, debates e eventos em geral, colocamos *de fora* em proximidade entre aqueles grupos⁷⁸.

Segundo um relato, houve uma pequena confraternização na comunidade da Miringaba em que se serviu cachaça e um dos servidores teria se embriagado. Sob a vigilância de seus pares a condenação da atitude “anti-profissional” foi imediata. No entanto, o fato desse servidor ter se embebedado, na verdade, foi um elemento de aceitação do grupo que o percebeu mais próximo do que aqueles que, segundo os moradores da Miringaba, pareciam que estavam ali por obrigação.

⁷⁸ Mello, em sua tese, faz uma análise as formas de inclusão de “ambientalistas” de fora na percepção dos membros do Movimento Artemanha.

Nesse sentido, o antropólogo acaba tendo uma posição mais privilegiada que o biólogo ou oceanógrafo, como também nos mostrou Mello em relação a degustar a caça, coisa interdita aos biólogos “que, se pudessem dariam voz de prisão ao caçador” (MELLO, 2010, 151)

A criação da Unidade de Conservação manteve seus marcos históricos que vem sendo cristalizados com o tempo, porém se deixarmos de lado a forma com que pescadores e *moradores das ilhas* percebem as ações de pesquisadores e técnicos, nosso olhar enviesado e a análise permanece na superfície de eventos pontuais, cuja delimitação pouco ajuda a compreender os processos dinâmicos de recuos e avanços na garantia de direitos e na construção das identidades. É mister para esse trabalho problematizar e desvelar os sinais diacríticos dos grupos sociais na interação com pesquisadores e técnicos da conservação, que não apenas informam quem são os *de fora*, mas indicam como se percebem os pescadores e *moradores das ilhas* como diferentes.

A despeito do exposto, em Cassurubá, a representação da criação da Resex respeita elementos que vem sendo solidificados em uma espécie de mito de origem, que impôs uma ação efetiva do Estado. Divide-se em dois momentos:

- a) Invasão dos marisqueiros *de fora* nos manguezais de Caravelas e Nova Viçosa, interrompida pela mortalidade de caranguejos entre os anos 2005 e 2008.
- b) O processo de licenciamento de uma proposta de carcinicultura que acionou um sinal de alerta para as instituições e movimento ambientalista locais.

Ambos os “motivos” incorporam ameaças externas, muito mais importantes no sentido de agenciar poderes *contra* ou *a favor* a Resex. Nas conversas em que travei tanto com lideranças comunitárias, quanto “ambientalistas” e mesmo aqueles ora categorizados “extrativistas” a ideia Resex do Cassurubá teria se construído *de cima para baixo*, nas seguintes assertivas, organizadas a partir da fala de meus interlocutores:

- 1) A *invasão* de marisqueiros *de fora* – quando se procura o Ibama para coibir a incursão de catadores de caranguejo de outras localidades;
- 2) O processo intempestivo de licenciamento da carcinicultura – que adiantou a movimentação institucional e comunitária para a criação da Resex;

- 3) A interconectividade biológica e social dos ambientes propostos para compor a Resex, com o Parque Marinho dos Abrolhos, de visibilidade nacional e internacional.

A criação da Resex do Cassurubá tem nessas afirmações seu mito de origem, mas o momento para os “extrativistas” e da tecnoburocracia é outro, o da consolidação da UC. Como então se procede a cogestão da Resex?

Quando pergunto ao Sr. João do Sítio Riacho Mangueira no Caribê de Cima “como estão as coisas”, eis que sempre responde *que a vida está sempre daquele mesmo jeito*. A vida então é percebida em processos de disciplinamento do uso do território e dos recursos naturais controlada por pesquisadores e técnicos da conservação, administradores de fato do poder tutelar, a que me refiro nesse exame. Os servidores federais no caso de Cassurubá, apesar da diretriz em aplicar diretamente as políticas públicas relativas ao Meio Ambiente e às ditas Populações Tradicionais, estão envolvidos nos relatórios e sistematização de saberes sobre aquele ambiente que o próprio órgão se mostra incapaz de produzir. Por isso é incorreto em se falar da ação do Estado estrito senso, mas compreende-lo como uma rede complexa de agentes que ora são produtores de conhecimentos específicos, como o caso do Projeto Manguezal/CEPENE que, segundo seu coordenador local, teria impresso em uma das viaturas cedidas pela Aracruz Celulose, a palavra “pesquisa”, a fim de evitar o assédio de pessoas que lhes solicitavam resolver, na forma da repressão, descumprimentos de leis ambientais; ora quando os servidores estão também, de acordo com suas funções, respondendo a solicitações hierárquicas e aos procedimentos burocráticos das demandas das políticas internas do órgão ambiental. Esse trabalho também não pretende, de nenhuma forma, avaliar as competências e as demandas burocráticas dos órgãos ambientais e sua suposta factibilidade e eficácia. Diferentemente, queremos apresentar como são percebidas as políticas pelas comunidades impactadas pela Unidade de Conservação em tela e de que forma o diálogo se estabelece na comunicação da distintividade que aponta para uma via de mão dupla na qual elementos da “cultura” são absorvidos pela política, pelo signo da cogestão e também, na outra ponta, como se incorporam saberes e práticas “ambientalistas” entre pescadores e *moradores das ilhas*.

Apesar de haver certa especialização formal entre as instituições, tanto governamentais quanto não-governamentais – O Projeto Manguezal/CEPENE, na

produção de estatística pesqueira e estudos sobre o ecossistema manguezal; a administração do Parque Marinho dos Abrolhos, aliando visitação, proteção e fiscalização; a Resex na composição de uma gestão compartilhada com vistas a proteger o modo de vida tradicional e estabelecer regras de uso do ambiente marinho e estuarino; o Instituto Baleia Jubarte, com a missão de estudar e conservar os cetáceos; a Ecomar, com projetos de intervenção, como o de turismo de base comunitária; a Conservação Internacional, que produz conhecimentos sobre a região e influencia, de cima, políticas ambientais.⁷⁹ Porém essas instituições se entrecruzam em ações que tangenciam suas propostas originais, inclusive em ações que se sobrepõem, como foi a “corrida do peixe”, assim chamada por um técnico de uma ONG, em analogia à expressão “corrida do ouro”, quando haviam três instituições levantando dados para a estatística pesqueira ao mesmo tempo entre os portos e trapiches de Caravelas, Nova Viçosa, Alcobaça e Prado.

Portanto a ação do Estado – nas redes de relações – está sob influência direta dessas organizações e instituições públicas e privadas sob a égide do Meio Ambiente, entre as quais a técnica em se encaminhar demandas está formatada numa linguagem de projetos. É na redação de projetos de pesquisa ou de intervenção que as ações são encaminhadas, cujo conhecimento é apropriado pelos técnicos.

As empresas, principalmente as de celulose, mas também as de petróleo⁸⁰, tensionam esses processos na medida em que são os principais financiadores das ações.

Na ponta, os “extrativistas” a quem se deve incluir como público-alvo dos projetos, mesmo aqueles destinados unicamente à conservação, pois são categorizados como “elementos” constitutivos do ambiente a ser preservado. Nesse sentido a sujeição desses grupos se reifica nos projetos e a forma de envolvê-los não é outra senão a possibilidade de acesso aos *benefícios*, que as organizações governamentais e não-governamentais utilizam para exercer sua tutela em face daqueles grupos sociais.

Dessa forma a tutela se inscreve sob mecanismos complexos entre os quais os interesses de instituições governamentais e não-governamentais estão em disputa e

⁷⁹ Para uma crítica da ação das grandes ONGs transnacionais, ver Diegues, A.C.S. (org) “A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas”. São Paulo: NUPAUB, 2008.

⁸⁰ A Petrobrás financia o Projeto Baleia Jubarte, sob execução do IBJ e também o Projeto Meros do Brasil, na qual a Ecomar, dentre uma série de instituições, é um dos proponentes.

submetem pescadores urbanos e *moradores das ilhas* a esses interesses, no bojo das políticas locais, regionais e globais do Meio Ambiente.

Por isso nosso foco se concentra nas relações que carregam poderes estatizados e estatizantes em face de uma dada população presumidamente categorizada para fins de aplicação de políticas públicas. Esse agenciamento nos impõe responder de que forma se manifesta a correspondência entre as políticas para essa população recentemente nomeada extrativista e as ações que se interpõem ali nas margens do Estado, ou seja, naquele lugar “em que o direito estatal e a ordem devem ser constantemente reestabelecidos” (ASAD, 2008, p.53); entre a conservação ambiental e a preservação dos modos de vida, onde as regras, que os regimentos e normatizações não alcançam, e que concorrem, na interseção Estado, sociedade civil e grandes empreendimentos capitalistas. Trata-se de, então, pensar as políticas como campo de disputa de discursos historicizados em contato, uma vez que a produção de saberes é estritamente da esfera política.

Para essa reflexão o *benefício* é a porta de entrada de acesso às políticas e é somente a concretização do *benefício*, que ainda está no Subjuntivo na condição de *se for gerar*, pondo-se uma dúvida em relação aos processos formais e não-formais que estão em jogo até esse “presente etnográfico”. Trata-se da percepção de como se dá o percurso que *sai do papel*, do texto das normas expressas – distintos dos modos de expressão dos moradores das ilhas, cujas tradições de conhecimento estão cristalizadas em outras formas de comunicar –, até chegar à casa, à mesa e ao bolso do, nesse momento, extrativista. No caminho inverso, as normas e o texto são construídos “junto” com os pescadores e “extrativistas” para, interpretando seu modo de vida, “respeitar” as condições materiais e simbólicas de sua produção de vida e reprodução social, mas mediados por interlocutores privilegiados: as lideranças comunitárias e as próprias instituições governamentais e não-governamentais. Dessa forma, a oitiva – que significa audição, receber passivamente a mensagem, condição primeira da cogestão que por sua vez pressupõe, de certa forma e contraditoriamente, ação e movimento incorporando “traços” de uma suposta “cultura” generalizante e englobante –, é o método consagrado nas intervenções não-repressoras, voltadas à cogestão, do Ibama, hoje ICMBio.

Em inúmeros momentos do trabalho de campo, deparamo-nos com diversas situações em que se verificam as estratégias de resistência frente ao que podemos agora

chamar de estatização ou institucionalização do controle do território. Nas Perobas, por exemplo, arranca-se a madeira da mata nativa pois *o lugar não é mais meu, é do governo* e portanto sua geracional responsabilidade em cuidar da conservação dos sítios para manutenção da caça, das árvores e frutos, é agora do Estado. Sub-repticiamente está nesse discurso uma resposta moral à intervenção do Estado no espaço doméstico dos *moradores das ilhas*, uma vez que desapropriado, mas não desalojado, as pessoas respondem ao desenho imaginário da Unidade de Conservação.

Quem é esse extrativista?

Pedrinho e sua família *mexem com marisco*. *Mexer com marisco*, para a família de Manoel de Adeus, é estar estabelecido ali no sítio ou localidade ou comunidade chamada Miringaba, é ter uma tradição com o *samba*⁸¹, com a roda, com a roça. Estar ali na Miringaba é ter relação com a casa em construí-la de *sopapo* seguindo a maneira local; é se posicionar com os irmãos, cunhados e sobrinhos em relação ao que *chega*, é proteger o território que tem uma saída pro Rio do Largo, é ter vizinhos no Tererê e na Tapera, é estar na cidade e na roça ao mesmo tempo; é catar siri, goiamun, ameixa no manguezal circundante e *catar*⁸² o caranguejo ; é saber e tocar o *samba*, é, em novos tempos, ter a *assinatura* na Associação dos Moradores da Miringaba. Ali há uma dinâmica sócio-cultural e econômica que respeita o ritmo natural, mas principalmente na captura de produtos do manguezal. Pois não se costuma plantar na Miringaba, talvez um abacaxi e um *tempero*.

O'Dwyer, etnografando o Baixo Amazonas no âmbito do projeto Pró-Várzea, percebe que os moradores das comunidades de Santa Rita, no município de Óbidos, vivem principalmente da agricultura e da pesca. Lá como aqui em Cassurubá,

ambas as atividades podem ser compartilhadas por um mesmo grupo doméstico, mas observamos uma divisão entre as diversas famílias sobre atividade considerada por eles estratégica do ponto de vista da reprodução das condições de trabalho familiar, que combina

⁸¹É como se chama os eventos ligados às religiões de matriz africana, pelo uso se tambores e da roda. Por isso também é comum que se use o infinitivo *brincar*, nessas manifestações.

⁸²Consiste em pré-cozinhar e quebrar o exoesqueleto do caranguejo retirando sua carne em nacos inteiros para depois ser acondicionado em sacos de 1 kg e ser comercializados na feira ou sob encomenda na cidade. Também se cata o sururu e a ostra procedendo da mesma forma o embalamento.

de modo diferenciado a agricultura e a pesca. (O'Dwyer, pro-varzea, p.235)

Entre os *moradores das ilhas* da Resex de Cassurubá, as atividades pesca, agricultura, mariscagem e mesmo a criação de gado, são consorciadas, mas há os que praticam essa ou aquela atividade econômica como principal. O foco nesta ou naquela atividade depende de uma miríade de fatores como a relação que estabelecem com o ambiente, se a *ilha* oferece mais oportunidade para a lavoura ou para a pesca, ou outra atividade.

Também depende das atividades que os antepassados ensinaram, como o caso dos moradores da Ilha do Cassurubá, que plantam e criam gado, mas não deixam de pescar para o *consumo*. Estas diferenciações serão exploradas adiante, a partir das origens do *povo das ilhas*, que repeita ondas migratórias distintas.

As atividades também respeitam os ciclos naturais manejados pelos *moradores das ilhas* que usam tal ou qual atividade no inverno ou no verão se pesca ou se planta; nos dias de lua e nas marés para a captura desse ou aquele peixe, para se plantar essa ou aquela planta.

Há, também, no final do Rio do Cupido, onde a terra é *forte*, algumas poucas famílias que arrendam as terras para a monocultura de eucalipto.

A criação de gado também respeita uma tradição de criadores e percebemos formas distintas na pecuária. Na Ilha do Cassurubá e em Barra Velha, algumas pessoas “de fora” compraram terras dos *moradores das ilhas* e praticam a pecuária extensiva, e vão adquirindo grandes quantidades de terra, processo que deve se interromper com a Resex, conforme esperam alguns “ambientalistas”. Mas as relações desses fazendeiros com algumas famílias, inclusive quando os contratam para *cuidar do gado*, pode fazer, como algumas lideranças comunitárias o preveem, que continuem suas atividades se conseguirem agregar simpatizantes para a sua causa.

Mas não são só os “de fora” que promovem a degradação. Há relatos de *nativos* que vem desmatando grandes áreas para a pecuária. Os terrenos destinados ao plantio também são desmatados, mas ao mesmo tempo em que *tiram de um lado, deixam do outro*, ou seja, quando é preciso desmatar para plantar, outra área é escolhida para

preservar, onde se tiram outros produtos como as frutas nativas e exóticas, como a jaca e fruta-pão.



Figura 14 – roça de mandioca com mata preservada na Tapera/Miringaba.
Foto do autor, 2013.

Mas *o criatório* na Resex do Cassurubá, é mais comum com animais de pequeno porte, como a suinocultura. Entretanto há também aqueles que criam gado, mas em pequenos rebanhos, destinados principalmente à *poupança*, mas também tem outros significados como o *status*, como analisa Jaco Galdino.

Jaco: gado é uma coisa de subsistência, você tem uma vaca, você tem duas vacas. E o leite? Final de ano pra fazer aquela festinha, comprar roupa pra todo mundo, você ocupa pouco espaço, é a poupança, na hora do aperto você tem aquilo ali.

Eu: E o grande?

Jaco: Eles não podem ficar criando gado daquele jeito. Acho que a criação de gado é essa coisa pequeninha. Se você consegue numa parte dessas pessoas quem quer criar e quem pode isso já dá poder, autonomia, dá uma qualidade de vida. Eu tenho uma vaca, e um boizinho ali, dá um status, eu tenho um chiqueiro ali com alguns porcos. Isso também, faz parte. Você não pode menosprezar essa questão do status, isso é autoestima.

Na Miringaba, quando pergunto o que fazem ali, o principal mesmo é *lutar com o mangue*.

Só quem mexe com roça é no tempo de abacaxi quem planta capoeira, mas roça também, qual o lugar que eu vou botar roça aqui? Se não pode derrubar a mata? E se fizer vai vender como?

A Resex trouxe portanto restrições aos usos tradicionais praticados pelos *moradores das ilhas* que podem interromper o ciclo de consorciamento das atividades, ameaçando as garantias de reprodução social daquelas famílias. As interdições pressionam os *moradores das ilhas* ou a abandonarem suas atividades e virem morar na cidade, ou força-os a cometer “crimes ambientais”, quando mantém a continuidade de suas práticas tradicionais, como a coivara para *botar a roça*, ou produzir carvão com a mata nativa. Ali mesmo entre os moradores da Miringaba, uma pessoa teve o carvão apreendido quando levava um saco de carvão para Caravelas. Mas é o próprio Pedrinho, liderança comunitária da Miringaba, *parente* daquele que foi flagrado, quem relativiza a ação da fiscalização:

O carvão eles estavam pensando uma coisa mas é outra, é [lei] federal, antes da Resex já tinha essa lei que não podia usar madeira nativa. Tudo que acontece aqui eles querem jogar em cima da Resex. Muita coisa é, porque se tem uma reserva, tem que ter respeito.



Foto 15. O *samba* de Cosme e Damião na Miringaba. Foto do autor, 2006

O manguezal tem mais fertilidade para os descendentes de Manoel de Adeus, o *chefe* da família já falecido. Mas o nome fica para identificar os filhos, como costumeiramente ocorre nas famílias que utilizam a área de mangue: *este é Zé de Pedro, acolá, Antônio de Afrain, aquele é Pedrinho de Mané de Adeu*. Essa forma de

nominação posiciona as pessoas em seu lugar de origem, seu sítio e as relações com a terra e com o manguezal, ou às singularidades de sua condição: se *luta com marisco* ou com o peixe ou com a lavoura, se estão mais próximas de Caravelas ou de Nova Viçosa, se bate tambor no *samba* ou frequenta a Congregação Cristã, se mora no Calabouço, na Miringaba, na Tapera ou no Tucunzeiro. Pedrinho de Manoel de Adeus, um dos mais velhos dos irmãos, hoje é presidente da Associação de Moradores da Miringaba e em função da “cultura” como dizem, porque sua família organiza o *samba* na roça – no Cosme e Damião ou na festa de Iemanjá ou a Marujada – e, por ser da “cultura”, estabelece relações com outros grupos culturais e com a política da municipalidade de um modo diferente das outras famílias, *moradoras dos ilhas*.

Pedrinho é extrativista agora.

Tem viajado como representante da Resex para diversos lugares, participado de reuniões com outras lideranças “extrativistas” e contribuído para organizar uma representação nacional dos “extrativistas” a fim de garantir direitos e solidificar propostas do movimento social ligado aos povos em unidades de conservação de uso sustentável. Pedrinho teria se aproximado do movimento pró-Resex pois entendeu que o camarão viria *para a destruição* e a Resex viria *para a preservação*. Viu na Resex uma forma de evitar o que lhe mais assustava, que era *cair doente* e sua família *passar necessidade*.

Essa história mesmo começou assim a Resex tava vindo pra aqui e a fazenda de camarão, aí muita gente dizia que se viesse o camarão ia acabar aqui, como de fato é mesmo, porque eu já fui em lugares aí que é verdade. Aí surgiu essa questão, um lado querendo camarão, outro lado querendo a Resex, pra poder o camarão não vim, porque se a Resex não entrasse, o camarão vinha, se a Resex entrasse, o camarão não vinha, aí ficou naquela disputa.

Pedrinho teria querido tomar mais informações acerca daquilo que chegava aos ouvidos por diversas pessoas, desde ambientalistas a prepostos da empresa de criadores de camarão. Sua aproximação com a proposta da Resex se deu em parte pela relação da sua família com o movimento cultural Artemanha e pelas conversas que travavam com a antropóloga Cecília Mello e com a educadora Erika.

Genilson, irmão de Pedrinho e Jane, sua esposa, na época da *disputa* organizavam o *sambados erês* de Cosme e Damião, mas faltavam-lhes recursos para

que a festa fosse realizada. Por conta disso, Cecília, eu mesmo e outras pessoas percorremos as instituições ambientalistas solicitando embarcações, óleo diesel, cadeiras e mesas, garrações de água mineral e mesmo dinheiro para que o *samba* se realizasse. Certa vez, em uma discussão com um técnico do Programa Marinho da Conservação Internacional - CI, Cecília aponta a importância dos biólogos em se esforçarem para dar mais voz e ouvidos para os ribeirinhos e o então coordenador de campo da Conservação Internacional desafia: E o que devemos fazer? Chamar os caras aqui pra dentro? E Cecília de pronto responde: Isso mesmo! Era bem claro para a antropóloga que a luta contra a carcinicultura devia envolver necessariamente as famílias que seriam mais diretamente afetadas pelo empreendimento, e essa discussão, de certa forma, contribuiu para a mudança dos rumos e métodos da mobilização pró-Resex. É a partir dali que a família de Genilson e Pedrinho finalmente conhecem a CI, que são apresentados aos projetos de pesquisa da ONG bem como da visão da instituição acerca do processo de licenciamento da carcinicultura, e dos possíveis impactos da atividade nas famílias ribeirinhas.

Pedrinho parecia estar mais interessado no que poderia acontecer às suas terras, ao seu local de moradia e sua própria atividade, pois *proibição* é o termo que imediatamente ocorre na cabeça e nas falas dos *moradores das ilhas* e dos pescadores quando o assunto tratado se refere ao *pessoal do Meio Ambiente, dos Ibama* e da *reserva*.

Diante do exposto, *mexer com marisco* estaria ameaçado com a criação de camarão de um lado e a permanência no seu território tradicionalmente ocupado estaria em xeque com a criação da Resex, uma vez que a partir dali, como diziam os prepostos do empreendimento da carcinicultura, os ribeirinhos perderiam o *governo* de suas próprias terras.

Entretanto, essas questões se tornaram muito mais complexas que essas assertivas sentenciavam, como se verá adiante.

A Tapera e a Miringaba

A Tapera e a Miringaba desenham um delta entre os rios do Largo e Caribê e há uma estrada que chega ali – na verdade uma trilha no meio da restinga que encontra um

caminho por fora do mangue, vencendo os terrenos alagadiços até Taquari, distrito do interior de Caravelas. Aquele lugar ali teria pertencido⁸³ a Moacyr Siquara e tanto a família de Sr. Heleno como a de Manoel de Adeus teriam se estabelecido naquelas margens em situações históricas diversas. No entanto há uma relação próxima das duas famílias que compartilham a *mesma comunidade*.

A Miringaba, segundo contam, era propriedade do *lado rico* da família Siquara, da cidade, de comerciantes e políticos; a outra parte da família tem alguns pescadores como Lierte Siquara, uma das lideranças de Caravelas no processo de mobilização da Resex. Ao que parece, os Siquara jamais tinham ocupado a *roça* nesse lado. Também tinham terras na ilha do Cassurubá onde criaram gado e plantaram coco. Mas na família Siquara havia comerciantes que compravam os produtos da roça, e chegaram a eleger entre membros da família, um prefeito; a família morava na área nobre e apesar de uma vinculação familiar com a cidade, sua relação com a roça limitava-se à compra de produtos para revender no comércio local, mas não na *feira*, mas em estabelecimentos comerciais. Ainda hoje o nome Siquara carrega a ostentação de ser uma família rica. Todavia há também os Siquara do lado da família menos favorecido, alguns são pescadores, como Lierte Siquara, que tinha barcos com motor de três cilindros – sinal de uma situação econômica mais confortável –, e rede *arraieira*, presente na pescaria de arraia, na qual se arregimenta ao menos três pescadores para a faina.

A família Siquara era e continua sendo considerada *dona* da Miringaba, onde Manoel de Adeus teria se mudado há mais de 50 anos com sua família pra ali. É preciso entender o sistema de propriedade e posse da terra entre os *moradores das ilhas*. A terra deve ser comprada de seu dono, se já morto, da *irmandade*, isto é, dos herdeiros. Apesar de formalmente pertencer à União por se tratar de ilhas, *terreno de marinha*, mesmo a terra firme da restinga estaria sob o controle e jurisdição federal. Contudo ali na chamada zona ribeirinha, somente quando a Petrobras esteve interessada no óleo sob a Ilha do Cassurubá que o argumento das terras da União veio à tona, mas somente para aqueles cujas *bombas* de óleo seriam instaladas em seu sítio e mesmo assim tal argumento fora usado como medida para se avançar na prospecção sem ter que pagar qualquer tipo de indenização. Algumas pessoas reclamaram judicialmente à Petrobras

⁸³ Não se sabe como veio a “pertencer” à família Siquara. Como me informou um especialista do Ibama quando estive na região levantando as condições fundiárias, os títulos de propriedade no estuário não estão em conformidade com a lei, por se tratarem de terrenos de marinha, de propriedade da União.

por não terem recebido seus dividendos pela cessão do terreno para a exploração de petróleo, como se verá adiante.

Tinha muita gente que nem documento tinha então a Resex vim pra aqui como é que ia ficar esses pessoal, se caísse doente e precisasse se encostar como é que fazia? Aí o pessoal vinha e dizia que essa terra ia ser do governo, nem do governo não é, é do país. É nossa, não tem dono, é nossa

Mas como é que não tem dono e é sua? - provoquei

[A terra] é de todos. Todo brasileiro é dono, mas quem conserva ela é o morador. Porque morre um entra outro.

E os Siquara, você não diz que era deles essas terras? – lembrei.

Eu ainda digo que é deles, porque nós mora aqui há 50 e poucos anos, diz que quem tem 5 anos tem direito, mas nós não compramos e eles não deram, então pra mim é deles. Porque minha se eu tivesse comprado na sua mão ou ele dissesse isso aqui é sua se passasse um documento. Mas mesmo assim a gente comprando é da União.

A terra é de quem a compra, mas o responsável por ela é quem a conserva. E o que é conservar a terra? Para os *moradores das ilhas* conservar é proteger o território de ameaças principalmente externas; é manejar a mata na associação com a lavoura, é controlar suas fronteiras de invasões dos vizinhos *sabidos*, que avançam a fronteira da pecuária extensiva, de marisqueiros de fora, de empreendedores do turismo. No caso da Miringaba, em nenhum momento os Siquara teriam contratado qualquer membro da família de Manoel de Adeus para *tomar conta* das terras; também não houve qualquer negociação de venda ou compra, mesmo *de boca* das terras. Contudo Pedrinho ainda diz que é deles porque eles não compraram, e nem os Siquara deram. Esse modo de garantir a posse da terra, por meio da compra ou da doação é o modo pelo qual os terrenos são divididos, mesmo entre herdeiros. Quando a Resex *vem*, os *moradores das ilhas* são afrontados por outra forma de garantia do território que não aquela descrita. Nas inúmeras visitas *às ilhas* quando estive trabalhando na mobilização pró-Resex e quando perguntávamos sobre a posse da terra, constantemente os *chefes* das famílias adentravam a casa e traziam geralmente um envelope ou pasta que dali sacavam o espelho de pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR, cujo pagamento anual lhes dava o direito formal de ali habitar e alienar como lhes conviesse. O pagamento *em dias*

do ITR não apenas lhes garantia a posse da terra, mas se materializava numa prova cabal para fins de aposentadoria. Com o espelho do ITR quitado, os *moradores das ilhas* poderiam solicitar *seus tempos* como trabalhadores rurais. Dessa forma, quando a Resex *chega* e coletiviza o território, os moradores das ilhas se vêm em um duplo desagrado: perdem a possibilidade de emanciparem-se do árduo trabalho da roça e do manguê, cansados que estão da luta diária; e são desencorajados a continuar pagando anualmente o ITR, o que os faz, segundo suas reclamações, perderem o direito formal da terra, uma vez que os sítios são definitivamente de propriedade da União, agora mais do que nunca, com a implantação da Resex.

Apesar disso, há ainda relatos de um tal italiano que tem procurado os *moradores das ilhas* para adquirir terrenos para um empreendimento hoteleiro. Segundo me contaram, o tal estrangeiro vem sistematicamente ignorando os avisos de que as terras não poderiam ser compradas. De certa forma essa insistência chega ao conhecimento do então chefe da Resex que adverte as pessoas que o empreendedor não teria direitos sobre a terra, mas que se lhes convier que vendam então os sítios. De acordo com um morador,

Mas depois proibiu a área lá, não querem que entra mais ninguém de fora aqui não, a reserva é isso, esse que já comprou, comprou, mas só não pode vender pra outro de fora, só pode vender pra outro daqui mesmo. Se ele amanhã quiser vender tem que vender pra um daqui.

Entretanto ignorar as investidas desse tal italiano é sentido como se as regras não estivessem *declaradas*. Como pode um estrangeiro insistir na compra e mesmo adquirir terrenos para um empreendimento futuro, se agora as terras são *do governo*, da União? Aos olhos dos “extrativistas” a lógica é a mesma quando o vereador de Nova Viçosa supostamente derruba a mata e não há nenhuma punição para o caso. Mas quando o vizinho do Caribê de Cima corta as árvores de parte do terreno para plantar, a fiscalização não hesita, assim como apreende um saco de carvão de um morador da Miringaba, que atravessava o Rio Caravelas, à luz do dia, com o produto de sua contravenção.

João Heleno, morador da Tapera, reside em uma casa de *sopapo* que conta ter mais de 100 anos. A casa tem o piso de tábuas de peroba e a estrutura que a sustenta é composta de vigas fortes e pesadas, muito provavelmente com madeira que não existe

mais na região. Ali, há mais de 40 anos atrás produzia-se telhas de forma artesanal e ainda hoje encontram-se as ruínas do fornos da olaria. O pai Sr, Heleno, que morreu com mais de 106 anos, *gostava de trabalhar com roça e olaria*. teria vindo para ali depois de ter tentando a vida em Ilhéus. João Heleno conta como se faziam as telhas, diz que se fabricava na Tapera de 600 a 700 telhas por dia. E já *alcançou* a olaria ali funcionando. Em Caravelas não tinha daquela telha colonial hoje comum nas casas da cidade, era tudo dessa produzida ali e em outros lugares; *essa Eternit não existia também, e o barro bom mesmo é o Tabatinga, é aquele que aguenta o fogo*.

Tem o ganapo, você pega uma madeira, corta ela como se fosse uma telha, como uma fôrma, torneadinho igual a telha, a parte da cabeça é mais larga e o fundo mais estreito. Tem a grade de ferro, que é pra bater o barro, é feita em cima da tábua, o ganapo por baixo que serve de molde. Aí seca na sombra. Hoje isso perdeu o valor. No fundo tem que dar valor que esse que foi o começo.

Essas telhas com muitos anos de uso, ainda são aproveitadas pelos *moradores das ilhas* quando constroem outra casa em substituição àquela cujo barro já começa a desmontar. A forma de construção das casas respeita uma arquitetura local que utiliza como matéria-prima uma boa parte dos recursos disponíveis da mata, do solo, como a areia e o barro, e do mangue.

João Heleno trabalha(ou) com a roça principalmente, em função de sua herança paterna, dando continuidade às formas de fazer dos *moradores das ilhas*, apesar de não ter nascido ali, tendo vindo com o pai aos 18 anos para Caravelas. O pai trabalhou na olaria da Tapera e *botava roça*. Também conhece as plantas e suas capacidades curativas e mágicas – seu irmão Eliseu o conhece com mais profundidade. É reconhecido como pescador, conhece de redes e motores e se aposentou pela Colônia. João Heleno também tem uma teoria ecológica sobre a transição restinga/mata, pois a Tapera tem o terreno arenoso da restinga, como sua dispersão que ocorre o tipo de formação de moitas, estratificada em diversas espécies de plantas interdependentes formando-se em conjunto e deixando espaços entre essas moitas.

Ali na Tapera existe essa formação de restinga e uma outra, sombreada, que, segundo João Heleno, nutre-se dela mesma. Segundo João Heleno, quando se corta as árvores mais altas, *aquilo vira campo*, pois inexistindo o sombreamento, as espécies dos estratos inferiores perdem a proteção do sol causticamente. Ademais as folhas que caem e apodrecem à sombra, nutrem o solo arenoso com matéria orgânica suficiente para

manter a mata se reproduzindo. Por conta disso, João Heleno que já viu onde tem hoje formação de restinga de moita, quando era mata fechada, defende a preservação desses fragmentos de mata atlântica ainda muito comuns ali, e condena o desmatamento.

Hoje não se desmata mais. Você soube que o vizinho foi flagrado lá, mas porque ele fez uma coisa que não podia fazer, que foi cortar madeira grossa. Então o capoeirão onde já foi roça, em que o mato está fraco, pode fazer sua roça. Você não vai cair dentro da roça sem ter seu feijãozinho, sem ter seu milho, sua mandioca. Então é limitar, se a mata está boa, está bonita, deixa ela lá quietinha.

Pois é da mata que se obtém outros recursos, ou que compreende também uma dimensão mágica e simbólica. Quando o pai adoeceu não quis ir ao médico pois conhecia *os segredos das plantas*, saber que João Heleno e Elizeu ainda mantêm e aplicam, principalmente Elizeu que *atende* as pessoas na sua casa, um *terreiro na roça*. Elizeu, no entanto, não *combina* com a Resex e prefere continuar *lutando* na roça e atendendo espiritualmente os *moradores das ilhas*. Foi Elizeu quem perdeu uma roça inteira de abacaxi pois não conseguiu preço para vendê-lo e preferiu doar aos vizinhos e amigos, ainda que o abacaxi estragasse no pé, do que vendê-lo a um preço muito abaixo ao de mercado. Procedeu assim, segundo contaram, porque valorizava seu próprio esforço.

Na época que João Heleno chegou em Caravelas, em 1950, só podia pescar quem fosse colonizado e havia o capataz da Marinha que se pegasse alguém pescando, perdia a rede e ainda pagava multa. As canoas também tinham que ser todas registradas, tinha que levar a canoa no porto, o fiscal vinha com uma trena tirava a altura, o comprimento e a largura da canoa e recebiam uma chapa de cobre para pregar nas canoas.

Também conta que nessa época havia muito movimento de navios da Bralândia, empresa de transporte de madeira. Os navios traziam mercadorias de fora e levavam madeira e alguns produtos da roça, como coco, melancia, abóbora, abacaxi, carvão. Mas tinha também muito movimento também de passageiros, de navios que vinham de Canavieiras, ao norte e de outras localidades.

Ultimamente quando acabou o movimento de embarcações ali, tá isolado aquilo ali, *o cartão postal de Caravelas tá morto, estão acabando com tudo*.

Nessa época tudo o que se produzia na *roça* era vendida na Rua do Porto nos dias de sábado. Segundo João Heleno, depois que veio a feira de Teixeira para Caravelas, ou seja, quando comerciantes de Teixeira vieram vender mercadorias para Rua do Porto, quando o esfalto veio da BR-101 para Caravelas, no final da década de 1980:

Aqui dava muito tomate, chegava na feira com nosso tomate, natural, sem veneno, com saúde, quando chegou na feira tinha uma banca de tomate. Quanto é o tomate? Olha meu tomate é natural, eu trabalho com minha mão, olha aqui meus calos, eu não posso vender ele barato, eu tenho que tirar o valor do meu trabalho, o tomate é um real o quilo, aí o cara gritou de lá, aqui é 0,50 centavos o quilo. De vez em quando uma pessoa que entendia o que era bom, vinha aqui e comprava um quilo, dois quilos, enquanto ele vendia 10 quilos. Porque lugar pequeno o povo com pouco dinheiro o cara não vai olhar que é saúde, que vai prejudicar, não. Isso desanima.

Em Caravelas não tem mais *quitanda* que vendia frutas e legumes da roça. Se se



Foto 16. A feira na Rua do Porto. Foto do autor, 2000.

chegasse com 100 cachos de banana, vendia-se tudo. Segundo João Heleno, *se levar pra feira não vai vender porque não pode levar muita coisa senão volta tudo*. Por isso, João

Heleno não *bota mais roça*, parou com a plantação. E baseado no consumo da cidade, não há porque se plantar mais, uma vez que os comerciantes de Teixeira de Freitas, que não são produtores, trazem os produtos mais baratos e revendem as hortaliças e as *verduras*, como chamam na região as leguminosas e tubérculos, compradas em grandes mercados, principalmente do Espírito Santo.

E tem outra coisa, essa feira que veio pra aqui, passa em Viçosa, passa em Alcobaça e fica lá de mão em mão. Agora se compra da roça tudo perfeito, limpinho. Porque a feira que tem ali, só tem mesmo farinha e frutas, melancia assim que vem, uma verdura ou outra. Pelo que eu já vi em Caravelas tanta coisa boa, forte, hoje tá de zero.

Tem se plantado menos para poder ter mais valor, porque o que se produz *não tem saída*. E agora tem-se plantado os produtos influenciados ou por uma escassez da safra anterior, ou por uma alta pontual do preço de determinado gênero no mercado, em que as famílias que ainda tem na agricultura sua atividade principal, plantam na expectativa de manter suas práticas. A questão, segundo João Heleno, é que os agricultores plantam um só produto todos de uma vez, por determinação de mercado e não conseguem escoar a produção.

Há no entanto iniciativas, por meio do Sindicato de Produtores Rurais de Caravelas, de se fomentar o retorno dos *moradores das ilhas* e de lavradores dos distritos rurais do município à pluriatividade de suas *roças*, mediante programas de governo.

Enquanto conversávamos certa vez na varanda de sua casa, recebemos a visita de Lixinha, liderança comunitária da Resex, com Marina e de um empreendedor que organiza o comércio de frutas em um assentamento de reforma agrária num município próximo. A proposta do Sindicato era aproximar aqueles produtores do assentamento com os de Caravelas, como João Heleno, que já contou com mais de 500 pés de mangaba em seu *sítio*, para aproveitar a estrutura de escoamento e a unidade de beneficiamento de fruta que aquela iniciativa já construía. Pretende-se, como essa parceria, comprar as frutas nativas no âmbito de um projeto do governo federal que seriam beneficiadas nessa unidade já em funcionamento. Marina acredita que existe possibilidade de se incrementar a produção agrícola de pequena escala por meio das políticas para o setor, como o PAA – Programa de Aquisição Alimentar, o PNAE –

Programa Nacional de Agricultura Familiar, compra a produção para a merenda escolar. Pois a aplicação dessas políticas podem respeitar as formas tradicionais de produção. Com essas iniciativas e outras que estão se consolidando com a Resex, o *extrativista* e os produtores rurais dos distritos do interior da cidade terão condições efetivas de escoar a produção, que, segundo diversos relatos, continua sendo o grande obstáculo para a plantação, nos moldes de uma economia camponesa.

Marina crê que a diversificação da produção agrícola além de diminuir a pressão sobre o solo, os produtos da pesca e mariscagem não serão tão explorados, bem como a criação de gado em pequena escala não estaria sob o risco de expansão e conseqüentemente desmatamento, aumentam as possibilidades de manutenção do modo de vida dos “extrativistas”. Para ela, diversificar o plantio com culturas diferentes, respeitando-se as formas tradicionais de pousio, aproveitar as frutas nativas para produção de polpa, incluindo as famílias nas políticas públicas em voga para o setor, principalmente àquelas voltadas para a agricultura familiar, possibilitaria a permanência dos produtores rurais em seus sítios de origem e o retorno dos jovens para a *roça*.

Então, a gente tem como diversificar e agora, fazendo um bom trabalho, tem como escoar através do município, porque eles produzem pouco, hoje nós temos 15% de agricultores familiares, não é muita coisa, então o programa, abrindo uma nova linha, tem como eles escoar a produção. Mas não é responsabilidade da prefeitura comprar tudo, por isso ele é pequeno agricultor, não produz muito, e se ele diversifica ele tem um pouco de cada coisa e nós já temos o PNAE, mas se a gente conseguir o PAA, porque entra hospitais, abrigos, a gente consegue aumentar a produção.

O Sindicato acredita que essas seriam as formas de retomar e manter a produção agrícola dentro da Resex e nos distritos rurais de Caravelas, com a execução de projetos disponíveis do governo federal para assentados da reforma agrária, quilombolas e populações tradicionais. Pois há, em curso, outras iniciativas como é o caso do programa Redes para o Desenvolvimento - ReDes⁸⁴. Trata-se de uma consultoria da

⁸⁴ Segundo a própria Votorantin “Os grupos de participação comunitária, como o de Caravelas, visam à criação de espaços interativos e o engajamento permanente das comunidades por meio da articulação entre as lideranças de cada região. Buscando soluções voltadas ao desenvolvimento local, a atuação estimula o maior protagonismo individual e coletivo e a elaboração de programas que propiciem o aumento da qualidade de vida da população.” Disponível em http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/fiqueDentro/noticias/Paginas/130913_conselhoDesenvolvimentoSustentavelCaravelas.aspx. Acesso em outubro de 2013.

Fíbria/Votorantin que intenta fomentar a atividade agrícola como um outro também de beneficiamento de frutas. Segundo contaram o técnico do projeto Redes, em reunião com lideranças, ONGs e agricultores, explicou como será o procedimento para a construção de uma unidade de beneficiamento. Mas alerta que para proponente do projeto *tem que ser instituições de peso, que tem nome, que já tem projetos, tipo a ONG Ecomar*. Foi então indagado: porque a consultoria estaria convidando as associações comunitárias, uma vez que uma associação é geralmente formado por pessoas da *comunidade*, que não tem experiência com projetos, não tem acesso à Internet. Solicitaram então se o representante da ONG poderia ajudar a escrever o projeto, mas não houve adesão. Foi então que a Fíbria/Votorantin traz uma consultoria da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que propõe que se faça o aproveitamento de casca de camarão para gerar energia.

Apesar da pesca de camarão ser muito praticada ali, o material produzido no beneficiamento do camarão, ou seja, a extração do exoesqueleto e da cabeça, segundo representantes do Sindicato, não seria suficiente para alimentar o tal biodigestor, além de

fugir completamente da realidade das comunidades. Aí vem o cara falando bonito, e todo mundo batendo palma. Aí você tem que trazer uma coisa de fora que não tá na realidade pra você ser aplaudido? Por isso que esses projetos não dão certo.

O caminho, segundo representantes do Sindicato, é fortalecer o que já existe, pois os projetos que “inventam” novas práticas são vistos como uma forma de impor aos “extrativistas” conceitos e valores que não são compartilhados por esses atores sociais. Por essa visão, deve-se investir na pesca e, principalmente, na agricultura, para que o consorciamento de atividades não interrompa as conexões essenciais para a reprodução física e social das famílias de *moradores das ilhas*.

3) Processos identitários nas comunidades da Resex do Cassurubá: a construção das diferenças.

Nessa sessão procuro trazer à luz as formas de apropriação do território e sua relação com a construção de identidades em duas localidades distintas do estuário entre Nova Viçosa e Caravelas.

Em uma delas há um divisão do território em dois grandes grupos domésticos que vem enfrentando as transformações do turismo sazonal na praia da Barra Velha.

Em outra, no Caribê de Cima, apresento a construção das origens do povoado do Caribê e o processo de retração demográfica sofrido ali nos últimos anos.

As duas margens do rio da Barra Velha: o lado da praia e os Vieira

Eles são meio assim, os de lá com os de cá.

Casamento com o povo dos Vieira não tem com ninguém daqui. Lá é uma família e aqui é outra.

Conheci a Barra Velha em 2005 enquanto realizava o trabalho de mobilização para a futura Unidade de Conservação de uso sustentável na área de manguezal, contratado pela Conservação Internacional - CI cujo objetivo era informar os moradores sobre o processo de ordenação territorial que se avizinhava. Naquele momento as pessoas tinham ouvido falar da proposta e alguns participaram do evento que propôs a iniciativa⁸⁵, e foram construindo sua visão do que se tratava a “reserva” a partir das incursões de pesquisadores, políticos, das conversas entre vizinhos ou trazidas da cidade por se tratar de assunto em voga em toda a região. Como o projeto de carcinicultura se levantava concomitantemente, as duas propostas se confundiam e confundiam as pessoas. Nas conversas que travei na casa de pescadores, *moradores das ilhas*, lideranças comunitárias, técnicos de ONGs e representantes do Estado, concluía o quanto que se ignorava a respeito das vidas dos chamados “ribeirinhos”, que ora assumiam a identidade de *moradores da ilha*, cuja vida relacionava à roça como espaço de sociabilidade, à lavoura, à atividade pesqueira, incluindo aí o *mexer com mangue*, a *trabalhar com marisco*. Ao mesmo tempo percebiam o estrangeiro diferentemente das

⁸⁵Conforme tratado no primeiro capítulo desta tese.

outras agregações populacionais ao longo do estuário como um agente de transformação. O *de fora* para os moradores da Barra Velha, além do que é generalizado ao longo do estuário, como aquele que pode aplicar comportamentos e conhecimentos que impliquem em uma ameaça *às maneiras* do povo, pode significar também um sujeito que contempla a natureza com algum dinheiro no bolso, possibilitando mais uma fonte de renda para aquelas pessoas. O turismo principalmente no verão daqueles que vieram a ocupar terrenos valorizados em Nova Viçosa, com acesso ao rio e ao mar, geralmente oriundos do interior, tanto de Minas Gerais quanto das cidades baianas e capixabas emergentes da BR-101, estabeleceu-se para os moradores de Barra Velha como meio de troca para além da demanda por coco verde, caranguejo cozido ou cerveja nas barracas. O turismo também estreita as distâncias e as alianças, tornando-se também um território simbólico a ser apropriado. Ocorre uma distinção na Barra Velha que será exposto a seguir Os moradores do lado da praia assumem novos papéis e posições entre os habitantes da Barra Velha uma vez que é em seu quintal que os turistas gostam de estar.

No quintal de Tatico, sombreado por uma amendoeira jovem, havia bancos de tábuas onde se sentava para contemplar o rio estreito da Barra Velha que se afinava ao Norte em direção à Ponta do Catueiro e alargava ao Sul para se ganhar o porto de Nova Viçosa, ou por dentro dos meandros do rio do Largo na direção Es-Nordeste para Caravelas. Da sombra de Tatico espreitava o lado da praia e percebia que mesmo estando tão próxima a margem oposta, fazia-se necessário um barco ou uma canoa para atravessar, mesmo na maré mais seca. Além do volume d'água, o assoalho do rio era composto da lama funda e grossa do manguezal que se soltava ao sabor da maré. Por terra eu tive acesso às casas dos Vieras até o limite da povoação tanto para o norte quanto para o sul. Mas atravessar para o lado da praia teria que seguir de barco ainda em direção sul até chegar à *ponte* que dá acesso à escola. Como todas as *pontes* da chamada zona ribeirinha, que protegem a caminhada muito mais da lama do que da água, esta era construída de madeira frágil, exigindo freqüentes reparos. A ponte é exigência e reivindicação insistente entre os moradores das ilhas para embarque e desembarque seguro de pessoas e coisas, mas no caso da Barra Velha, do lado da praia, a esteira da ponte percorre uma longa distância por cima da lama até chegar em terreno seco.

O quintal das casas dos *moradores das ilhas* é maior que o terreno que circunda as casas. É ali que se planta algum *tempero*, onde se ergue uma mesa que serve de pia para

se lavar a louça, onde se criam as galinhas ou o porco no cercado, onde o terreno é capinado para afastar os *insetos*, como cobras e aranhas, mas o espaço *limpo* delimita os limites da casa, que são sistematicamente ignorados pelos visitantes, pesquisadores e técnicos. Os *moradores das ilhas* incomodam-se sobremaneira com essa *invasão*, pois muitas vezes os visitantes abandonam o *caminho*, desrespeitando os limites da casa. Por serem demasiado dispendiosas e pela força da tradição, não é costume cercar os terrenos com arame, ocorrendo apenas quando há criação de gado.

Conforme ia me aventurando pelos caminhos das casas, percebia que as linhas fronteiriças das famílias não se desenhava de acordo com aquilo que uma divisão urbana atribuía no sentido casa-quintal, mas havia um imenso território de uso comum que era utilizado e que era percebido tanto na composição da história do lugar, quanto nas atividades mais simples e corriqueiras. Essa constatação me sugeria que o espaço da casa, do território mínimo de produção e reprodução social não deve seguir a mesma lógica que evidencia uma visão urbana de casa-quintal-cerca, retalhado em polígonos perfeitos. Na realidade tanto em Barra Velha, quanto nas outras localidades ao longo do estuário, o território é muito mais amplo que o lugar que a casa em que pessoas dormem, sendo de *sopapo*, ou alvenaria.

O território tradicional ou de uso comum é definido por uma série de topônimos que a incansável tarefa de descrevê-los tornou-se um imperativo para esse trabalho, todavia apresentá-los todos, o texto traria redundâncias incontornáveis. Portanto elegi alguns desses pontos, os que meus interlocutores consideraram mais importantes em cada localidade a fim de circunscrever o território percebido pelas próprios *nativos*. Em Barra Velha os espaços são compartilhados a partir de suas práticas, tanto na produção da vida, da garantia dos meios de subsistência, alcançando o mangue, a praia, as roças, quanto no percorrer de distâncias a pé para se chegar em Nova Viçosa, Caravelas e para visitar vizinhos e parentes.

Na Ponta do Catueiro, importante referência para os pescadores de mar aberto, a água do mar se liberta de uma pequena bacia que a retém ao Sul e entra restinga adentro para encontrar o Rio da Barra Velha, oferecendo acesso “por fora” da Ilha do Cassurubá. Este local também é referência para direcionar o caminho para Barra Nova, hoje desabitada pela movimentação das marés ao longo dos anos, mas figura como um

registro indelével na memória local, uma vez que um número considerável de famílias se estabelecera ali.

Navegando na direção sentido Noroeste, na curva da Barra Nova, alcança-se o Canal do Tomba, hoje relacionado principalmente ao trânsito das barcaças de eucalipto em atividade desde 2000, quando da inauguração do Terminal de Barcaças Luciano Villas Boas da Aracruz Celulose, atualmente Fábria/Votorantin, em Ponta de Areia, Caravelas. Pela dinâmica das marés e sedimentos por ela carreados, o Rio da Barra Velha interrompe a navegação com uma faixa espessa de areia. Ultimamente a dragagem do Canal do Tomba para navegação das barcaças de eucalipto tem sido identificada como responsável pelo assoreamento do Rio da Barra Velha e a conseqüente interrupção da navegação. Em 2005 nas primeiras incursões a campo, vínhamos de barco de Ponta de Areia até Barra Velha pelo mar o que nos fazia economizar sensivelmente em tempo e óleo diesel. O caminho é bem mais curto e não está sujeito ao ponto ótimo da maré para se passar no Largo, por exemplo. O chamado Largo, quando o Rio do Largo se espraia, na navegação interna do estuário entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, tem um canal estreito e longo cujas curvas tem de ser conhecidas para evitar encalhe. Se a embarcação “agarra” quando a maré já está secando, só ao cabo de 5 a 6 horas o barco deve se soltar. A via por mar era a mais indicada, não obstante o vento Nordeste, comum em boa parte do ano, potencializar as ondas que castigavam o costado do barco, tornando a viagem de mais de uma hora pouco aprazível.

Pelo estuário ou por mar, a entrada na Barra Velha agrada aos olhos pela sua beleza cênica e sua oferta de recursos na conjugação de ambientes distintos, como a restinga, o mar, o rio e o manguezal.

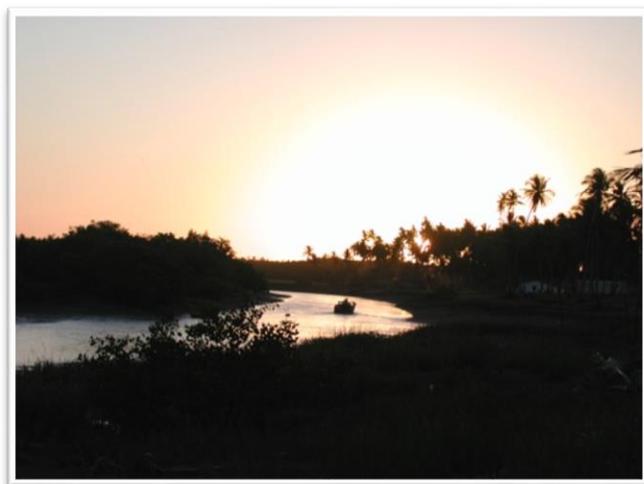


Foto 17 Por do Sol na Barra Velha. Foto do autor, 2006.

Barra Velha, distrito de Nova Viçosa incorpora duas localidades que se apresentavam distintas já num primeiro olhar. Havia o Lado da Praia com um punhado de casas, algumas de *lajota* – indicador de uma condição socioeconômica diferenciada, e uma relação mais estreita com o mar. A casa de *lajota* se configura como um símbolo de status e posiciona os *moradores das ilhas* em um patamar distinto e superior dentre seus vizinhos e parentes. Há outros elementos que conferem tal distinção, como banheiros internos, gás de bujão, luz elétrica. No lado dos *Vieira*, na margem interna do rio da Barra Velha que separa as localidades, havia um significativo número de moradores apertados entre a beira do rio, as fazendas de coco e gado que cercavam a área de um lado e o manguezal do outro. Por se encontrar mais ao interior, o lado dos *Vieras* contornava a curva do rio da Barra Velha com diversas *pontes* e *estivados* defronte as casas. Supunha que essa gente, estando mais próxima do manguezal, estava mais afeita à atividade da mariscagem, fato se verificou ao longo do tempo de campo, contudo a diferenciação não passa por aí. Nos *estivados* arruma-se tocos grandes, geralmente de coqueiro na lama, um amarrado ao outro, como uma estreita jangada enterrada. Ali a embarcação avança, sem atolar, ao terreno seco, permitindo às pessoas desembarcarem mesmo na maré seca sem chafurdar na lama. Conforme me informaram, *lá é uma família e aqui é outra*, indicando que há outras dimensões para além das práticas relacionadas ao trabalho e à produção, e que apontam para a própria constituição da famílias, desde sua origem étnica comum à elaboração de sua própria

identidade. Norbert Elias e Scotson⁸⁶ duvidaram que a delinquência juvenil em Winston Parva estivesse associada às distinções clássicas identitárias relacionadas ao gênero, origem étnica presumida, classe social ou outra categoria externamente atribuída capazes de diferenciar as pessoas. Os autores encontram aos arredores de Lancaster a depreciação como mecanismo de distinção a partir de um critério simples da antiguidade na chegada ao lugar. Até onde os dados coligidos em campo me informam, a diferenciação entre o *lado da praia* e os *Vieiras* incorporam vestígios de uma depreciação mútua. Atualmente os põe em disputa nos espaços abertos de negociação com o mundo de fora, desde a implantação da Resex, identificadas como localidades distintas, são chamadas de “Barra Velha 1” e “Barra Velha 2”, cuja diferenciação é interpretada e oficializada pelo aparato burocrático da Resex, acompanhando as distinções identitárias.

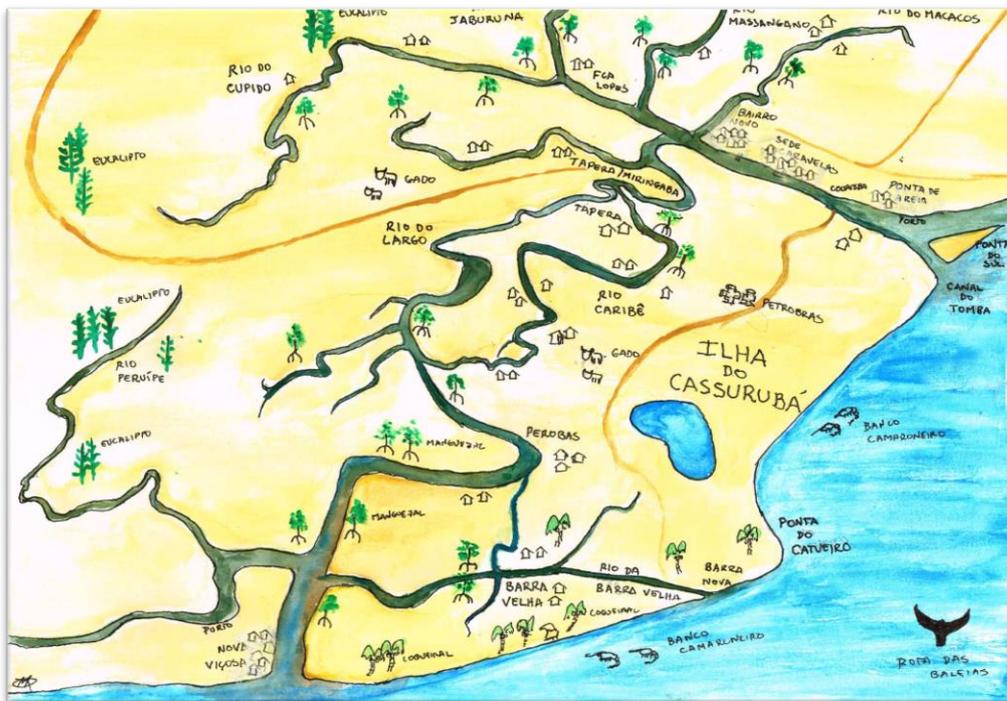
Chama também atenção a proximidade das casas dos moradores *dos Vieira* com cercas, gado e coqueiros das fazendas, geralmente de *gente de fora* que vem adquirindo ao longo dos anos, os pequenos lotes dos ribeirinhos que se vão para outros locais.

Naquela primeira ocasião em que estive na Barra Velha, finquei barraca no quintal de Tatico, vizinho e parente de Zeca Mathias, *nascido e criado* ali, mas que parecia ter outra relação com a terra, com as pessoas e com o modo de vida do lugar. Zeca Mathias, segundo relatos, havia expandido sua propriedade, comprando de parentes e apropriando-se de pedaços de terra de vizinhos, aproveitando-se das curvas que o rio fazia para contornar um recorte que lhe beneficiasse, algumas vezes rendendo o agrimensor com presentes que, por ser único, só havia em Caravelas, conforme me contaram. Ainda hoje o acesso à Barra Velha depende da navegação tanto em direção ao centro de Nova Viçosa quanto à distante Caravelas. Uma opção é seguir a pé por terra numa longa caminhada que contorna quase toda a imensa ilha do Cassurubá em direção à margem oposta ao continente do rio Caravelas, pelo caminho que dava acesso aos poços de petróleo, explorados entre as décadas de 1980 e 1990. De todo modo é ainda necessário um barco para se atravessar ali rumo ao centro da cidade.

Nas histórias antigas, uma outra paisagem percorria os caminhos dos moradores, sempre dependentes das embarcações, não apenas para locomoção, como também para se ter acesso ao mundo de fora das *ilhas*, para se comerciar os produtos da roça.

⁸⁶Elias e Scotson, *Op. Cit*

É através dos rios que as *ilhas* se refazem, não apenas em termos de seu território que são impactados pelas dinâmicas climáticas da região *comendo* porções largas de terras e coqueirais e depositando sedimentos acolá, como também nos acessos aos recursos e às pessoas. Nos *tempos antigos*, a canoa era o principal veículo entre os moradores para o acesso ao mangue, ao mar, para o traslado ao comércio e à cidade de pessoas e mercadorias. A vida na pesca e na lavoura, da pesca e da lavoura, se condicionava ao alcance das canoas pelos inúmeros meandros do complexo estuarino da face interior do que se conhece hoje como Resex do Cassurubá. Há enfim elementos objetivos revelados no trabalho de campo que sugerem uma constituição identitária própria daquelas pessoas *ilhadas*, que deriva de uma vida relacionava à água, e à superação de seus



Mapa 5 – Ilha do Cassurubá. Aquarela sobre papel, dezembro de 2013. Obra do autor

limites tanto físicos quanto simbólicos.

Naqueles idos, Zeca Mathias criava gado que pastava entre os coqueirais e mantinha empregados e propriedade em Nova Viçosa. Notei que sua casa, diferentemente da maioria das casas dos moradores da Barra Velha de ambos os lados, contava com uma cozinha interna, banheiro, uma varanda relativamente grande, um

porto de forte edificação que se erguia acima da lama e da amplitude máxima de maré, um paiol para ferramentas, um puleiro para as galinhas e acessórios para a lida com o gado. Conta-se sobre a prática de Zeca Mathias que, apesar de *filho do lugar* vivia num *outro modo*, uma vez que segundo o ditado local *os dedos da mão não são iguais, sempre sai um diferente*. Um morador do lado da praia que me informa sobre esses tempos, revela que as práticas tradicionais teriam sido postas à prova por formas de agir diferentes do modo de vida na Barra Velha.

Eu fui roçar eu, Domingos, Denival, Negão pai de Rodrigo, Divanete minha cunhada, o marido mais um cunhado meu. Aí eu rocei mais Denival e Domingo roçamos, era só uma capoeira, não tinha madeira grande não, você roçava hoje, nesse ano, tirava aquela plantação, no outro ano você tinha que roçar de novo. Aí roçamos, depois de roçado, dividimos, eu plantei ali, Negão ali, Gumercindo e Divanete no outro lado, aí plantamos feijão, rapaz você tinha que ver a moda que tava, aquilo fechou! Que quando ele já estava todo florado, um tal de Anastácio que trabalhava com ele, disse: “corta lá o arame”. Rapaz, quando a gente chegou lá do outro dia, você não via nem sequer um toco de feijão. Aí a turma aí, Daniel, Divanete, Nego, passaram lá, eu digo, eu não vou passar, eu vou não atolar o que ele vem me dizer, eu já to enraivado, não vai dar nada certo. Aí passei vim embora, aí ele disse: a Nego ele dava um litro de cachaça que ele só vivia de cachaça, e Gumercindo mais Divonete que se quisesse dar parte dele que fosse, que pra isso ele tinha dinheiro pra gastar, na justiça. Aí num ligaram não, não foram não. Aí depois nesse lugar plantamos cana, aí quando a cana estava bonitinha, ele largou o gado lá pra dentro, aí desgostamos, não plantamos mais. Ele andava de revolver na cintura, assim é que era. Na família da gente sempre sai um à toa, né? Você vê que ele rizingava direto com o pessoal, até que um dia Tatico meteu a porrada nele lá em Nova Viçosa, Sabe o que ele fez? Ele pagou um cara pra vim matar Tatico, que é primo de Zeca Mathias.

Essa anedota indica, como em outros dados, que há uma forma coletiva de se plantar que conta com um número significativo de pessoas para realizar a tarefa.

A lida na roça é demasiadamente cansativa e o dispêndio de energia para as tantas tarefas desde carpir o terreno até a colheita é imensurável. Com essas indisposições na associação do gado com a lavoura, principalmente por força de uma prática exógena a uma lógica tradicional, mesmo praticada pelos *filhos do lugar*, o que se percebe é um recuo das práticas ligadas à produção, principalmente a lavoura. Nesse sentido, os moradores tem abandonado suas práticas tradicionais em parte pelas transformações advindas de uma conexão cada vez maior com os grandes centros e subcentros

regionais, com a abertura de estradas, com a proliferação de motores a combustão das embarcações, a partir de políticas públicas de fomento à atividade pesqueira, com o surgimento do telefone celular acessível a uma significativa parcela da população, com enfim, a circulação pouco mais abundante do papel moeda. Porém são as interdições de suas práticas tradicionais que transformam a forma de produzir seus meios de vida, e em consequência de sua própria reprodução social. Contudo, as estratégias daqueles moradores do estuário indicam que, a todo esse processo de transformação, deriva também uma mudança nas próprias práticas de produção, sem que se perca de vista o reconhecimento de uma identidade que se mantém e se refaz nessas tensões. Não obstante haver nas histórias dos tempos antigos, nem sempre tão antigos, ligações com um modo de vida rural, no sentido tradicional de uma lógica camponesa como nos apresenta Klaas Wortman, e que aparentemente, tal modo de vida se apresenta esgarçado por adventos tecnológicos e políticas de inclusão, a vida da roça se refaz e fortalece as identidades. O morador da Barra Velha e das outras localidades ao longo do estuário entre Nova Viçosa e Caravelas negociam suas práticas sociais e culturais com os grupos e agentes dentre os quais interagem, refutando a idéia de que um suposto processo de “aculturação” tenha se intensificado ali e esgarçado de tal modo o tecido social que fundaria uma nova forma de vida, inteiramente desconectada da reprodução de uma tradição.

Antigamente se trabalhava mais e se ganhava menos, o dinheiro pouco circulava: porque naquele tempo o que tinha valor era mercadoria, o dinheiro não tinha. O dinheiro porque se você tem sua mercadoria você que dá o preço, naquele tempo quem dava o preço era quem comprava, porque não tinha como voltar pra trás. Hoje em dia não, você tá com a mercadoria, o cara chega e pergunta quanto é? eu só vendo por tanto, e naquele tempo não, você quer comprar isso aqui? Quero, mas só dou tanto. Levava pra Caravelas, Ponta de Areia, Viçosa. Tinha ocasião que eles encomendava peixe seco aí a gente ganhava um preço melhorzinho (Sr. Domingos)

O que se modifica na relação entre os moradores das ilhas e o comércio, é que a escassez de recursos e uma relativa facilidade de locomoção de pessoas e coisas oportunizada pela ampliação de barcos a motor na região, tem possibilitado outras formas de negociação dos produtos da roça. Entretanto, uma leitura apressada pode sugerir uma inversão de posicionamentos sociais entre aquele que produz e aquele que adquire, principalmente os que fazem vezes de intermediários. Ao contrário, essa aparente inversão nada mais é senão a organização da distribuição de mercadorias que

valoriza mais o produto e menos ainda seu produtor, pois a conexão de estradas de rodagem e o encurtamento das distâncias, valoriza os produtos da roça, mas os põe em concorrência com uma rede ampla de distribuição de alimentos, que extrapolam as fronteiras regionais, inserindo a pequena produção mercantil dos moradores das ilhas numa lógica de oferta e demanda exterior à dinâmica de troca local. Como exemplo, o peixe principalmente de escama, apesar de abundante na região, é cada vez mais escasso na mesa das pessoas das cidades de Caravelas e Nova Viçosa, conforme os dados de campo, pois o pescado é exportado.

Acerca dos tempos antigos, em conversa com os moradores mais velhos, entro em contato com as histórias do lugar que remetem a um passado *difícil*, quando o dinheiro não circulava, quando as distâncias não eram percorridas por motores à combustão, quando a errática conexão com o mundo exterior era realizada com poucos elementos de ligação, como o rádio e os navios a vapor da navegação de cabotagem, que levava a madeira extraída do norte de Minas Gerais, Espírito Santo e extremo sul da Bahia.

A extração de madeira acompanha a história do funcionamento da ferrovia Bahia Minas que foi teve papel decisivo no desmatamento da região. A estrada de ferro Bahia-Minas, ou *Baiminas* como a chamavam na região, fez a ligação entre o interior e o litoral, percorrendo o caminho inverso do bandeirante Gonçalo Coelho, destacado na história local.⁸⁷ Em Caravelas, Ponta de Areia, saudada em música por Fernando Brandt e Milton Nascimento, fora o “ponto final”⁸⁸ da ferrovia e seu casario neoclássico, as ruas largas, contam a história da bonança, memorada pelas pessoas como um tempo de intenso circular de pessoas e coisas. A estrutura de apoio à efervescência comercial da época, que perpassa a primeira metade do século 20, contava com o ir e vir itinerante de navios que necessitavam adquirir produtos alimentícios para seguir viagem.

Celeste, Alicia, Arari, navios que carregavam maneira, tudo navio de ferro, funcionava com carvão, levava a madeira pro Rio [de Janeiro] pra exportar. Os navios compravam o produto da roça, eu cansei de matar 100 peixes só no anzol. Ia às vezes de remo até lá Coroa Vermelha. Mais de uma hora de viagem ia com uma linha, farofazinha na lata. Usava camarão de puçá, peixinho pequeno. O trabalho do tratamento de peixe era dividido: as mulheres tratando, limpando e os homens salgando, depois botava

⁸⁷ RALILE. *Op. Cit.*

⁸⁸ Ponta de Areia/ponto final/ da Bahia-Minas estrada natural/ que ligava Minas ao porto, ao mar/ caminho de ferro mandaram arrancar.

no paieiro pra secar. Chegava aqui na praia morto. A gente ia almoçar, descansar um pouquinho, depois ia ajudar a salgar. Depois botava no coxo, botava um em cima do outro. Passava a noite salgando no sal.

Após faina que integrava as famílias e que se sustentava a partir de uma rígida divisão do trabalho, o peixe tratado era vendido junto com achas de lenha, farinha de mandioca, abóbora, côco e outros produtos para os navios que carregavam a madeira para exportação. A força de trabalho era em parte organizada para a comercialização intermitente dos navios que contornavam as curvas do estuário para alcançar o mar e seguir seu destino. Porém as obrigações com a produção para o consumo interno e para a troca local faziam parte do próprio saber-fazer da *roça*. A *roça* é entendida aqui não apenas como atividade produtiva, mas carrega elementos de uma simbologia, concretizando um modo de vida que se retroalimenta das formas de se relacionar com o mundo e entre as pessoas. A *roça* não é só o lugar que se planta, mas é um modo de comunicar a distintividade cultural dos *moradores das ilhas*. É pela *roça* e, por extensão pela pesca, que se diferenciam e que são reconhecidos como diferentes de um universo de significações e uma dinâmica nas relações sociais baseadas na busca pelo progresso constante no ideário citadino. As pessoas da cidade percebem os *moradores das ilhas* como povo “atrasado”, “ignorante” que não tem propensão ao desenvolvimento por conta de seu modo de vida “arcaico”. A *roça* então coaduna elementos de um modo de vida que extrapola a produção e informa a própria reprodução social, cuja estrutura social se apresenta e é percebida como distinta, e se concretiza no termo tradicional, defendido em termos de uma identidade garantida pelo Estado brasileiro a partir de tratados internacionais (OIT 169) e de políticas cuja especificidade operamno reconhecimento de uma identidade complementar. Ao mesmo tempo, entre os ambientalistas, essa identidade também é marcada por injunções enaltecidas, negando a permanência do atraso.

Em Barra Velha o tradicional e o moderno se relacionam mais claramente em função do turismo e indicam uma coexistência marcada por fluxos e refluxos ora da depreciação, ora da valorização desse modo de vida tradicional, impondo uma divisão interna na localidade. Muitas das vezes os moradores se referem à Barra Velha como uma só localidade, e promovem uma coalizão das famílias. Quando os assuntos assumem sua feição local, a distinção ressalta pela concorrência das duas subdivisões.

O Sr. Domingos me conta que sua avó teria vindo da África diretamente para a região. O avô, *mulato*, era de lá mesmo. Sua avó teria sido escrava em África e *fugida* chegou, por tortuosos caminhos em Caravelas. Pelo que conta Disse-me que seus avós tiveram oito filhos: Ventura, Cavaquinho, Jura, Rita, Juliana, conheceu todos. Nasceram todos na *ilha* que era de propriedade do avô. E mãe teria se casado e atravessado o rio para o lado da praia. Segundo ele, os Vieira eram mais escuros e os *mulatos*, do lado da praia, mais claros. Não há indícios que a diferenciação praia-vieira tenha se dado por critérios raciais, nem lá nem hoje, ainda que uma depreciação muda ainda se estabeleça, os critérios de pertencimento erigem de outras denominações uma vez que fenotipicamente as pessoas não se diferenciem entre si, nem pelo o olhar externo sequer pelo olhar nativo. A diferenciação parece se dar pelo acesso ao mundo exterior que o povo da praia começa a garantir, e galgar posicionamentos sociais distintos a partir do turismo há certo tempo atrás e hoje a partir das reuniões e demandas oficiais da Resex. O representante do lado dos Vieira, por exemplo, é morador da praia, pois, segundo relatos, hoje não há liderança comunitária do lado dos Vieira disposta a participar das reuniões e dos negócios da comunidade, a não ser, como presenciamos numa reunião da Resex, se o interesse estiver imediatamente associado a *benefícios* concretos.

Não obstante a insistência nos relatos em garantir que se tratam de duas famílias distintas, há casos em que as famílias se confundem. Certamente em tempos antigos, quando a interação com o mundo exterior era mais *difícil* a conjunção de uma vida comum não era separada pela margem do rio. Tal como levantamos, os terrenos da praia pela sua formação geológica, são propícios para um número reduzido de culturas, sendo o coco o produto mais comum. Já no lado dos Vieira, a terra é mais fértil e são vários os casos antigos de moradores da praia utilizarem os terrenos da margem oposta para a lavoura de outros gêneros. Naquele tempo, os terrenos eram largos e as cercas não os divisava. Pelo que compreendi eram terras de uso comum, o trabalho coletivo e a propriedade de “gente de fora” não era comum. Havia ali uma associação direta da pesca com a lavoura em que a margem era apenas um obstáculo da natureza, mas atravessar o rio não significava transpor uma fronteira em termos identitários como parece ocorrer nos dias de hoje.

Zeca Mathias é que queria entrar na praia. È porque ele criava um gadozinho, tinha ocasião que a gente fazia a lavoura da gente, plantava tudo direitinho, o feijão, a batata, o milho, a cebola cansei de plantar, quando tava perto de tirar ele mandava cortar o arame no

fundo do terreno dele pro gado entrar. Chegava a gente ia pra lá no outro dia, a planta da gente tudo pisado, tudo comido pelo gado. É parente ainda, o pai dele era primo de meu pai. Tem dois irmãos, Pedro e João.

Os coqueirais também se colocam como obstáculo à manutenção de uma lavoura de subsistência, pois *bem de raiz* o coqueiro agarra a terra na superfície espalhando suas raízes impedindo a plantação de outras culturas. Porém os coqueirais já havia nos tempos antigos e sua existência não impedia o cultivo de outros gêneros. Ao contrário, o consórcio entre diferentes atividades como a pesca, a mariscagem e a lavoura era condição de permanência e de identificação, e, assim como, ao sabor das condições ecológicas, o pescado concatenava um número significativo de técnicas, sazonalidades e artes para cada espécie a ser capturada, o mesmo ocorria com a lavoura. Havia aqueles mais aptos ao mangue, ou à roça, ou à pesca, mas as atividades eram necessariamente consorciadas, como nos garante o Sr. Domingos:

Pescava e trabalhava na roça. Pescava até meio dia e de meio dia pra tarde, na roça, só tinha descanso de 6 horas em diante. Até casa de farinha tive aqui, manual, no braço. Plantei muita mandioca. (...) Sempre mexi com pescaria e com roça, peixe na praia e roça do lado de lá.

Contou-me que seu pai era mulato e tinha olho claro, era da região mesmo, do Pau Alto, no Peruípe a Sudoste da Barra Velha. Muita gente veio de lá. Pelo alcance da pesquisa, não nos foi possível subir o Rio Peruípe que avança continente adentro na direção Oeste, mas a hipótese de alguns de meus interlocutores é que no interior onde as terras são mais férteis a pressão dos *grandes* teria expulsado os sitiantes do interior⁸⁹. Hoje a região é cercada por eucaliptais que alimentam a agroindústria da celulose desde Minas Gerais, o norte do Espírito Santo avançando a fronteira agrícola para as matas do sul da Bahia que se mantiveram relativamente preservadas pela cultura do cacau de sombra hoje soçobrada.

A avó do Sr. Domingos teria vindo da África e vendida em Santa Cruz de Cabralia para trabalhar nas lavouras de café, mas o avô, cujo irmão tinha olhos azuis, veio da região interior do Pau Alto.

⁸⁹Aqui valho-me da categoria de Maria Sylvia de Carvalho Franco,(1997) imaginando, de acordo com os relatos do antigos, que uma relação de compadrio teria organizado a vida social no interior. Quando a agroindústria da celulose chega na região por volta dos anos 1970 essas relações começam a se esgarçar.

Meu pai tinha um irmão que os olhos eram azuis, o pai dele chamava João. Eu mesmo tenho um filho dos olhos claros. A que veio da África chamava Rita.

Sr. Domingos passou 58 anos casado quando a esposa faleceu teve 13 filhos e hoje já tem tataraneto. Diz que só tem uma filha que mora em Barra Velha. Há três dos filhos morando em Nova Viçosa, e o resto está em Ribeirão Preto, São Paulo. Há três irmãos de uma mesma família, a dos Correa que são casados com três filhas dele. Pergunto se esses casamentos entre famílias são comuns e o Sr. Domingos então começa a elencar os diversos casamentos que envolviam as famílias. Há inúmeros casos de famílias que se vinculam com vários enlaces. Era assim: o pai dos meninos iam na casa do pai das meninas pra resolver o casamento e diziam: *Olha, apareceu uma filha sua lá me casa e eu já quero resolver, só quero que você me entregue a certidão da menina e deixa o resto comigo*. Hoje em dia, só casa se quiser. Mudou tudo.

Diz que lá os Correa, na Barrinha ao norte da Barra Velha, trabalhavam com rede grande de arrasto e vendiam em Caravelas o peixe salgado.

Hoje não há ninguém na Barrinha pois o mar *comeu* os terrenos em que se edificavam as casas.

O pai de Zequinha, genro do Sr. Domingos, teria vindo de Ponta de Areia e estabelecera-se aqui na Barrinha, na fazenda de Pedro Correa, tio de Sr. Domingos, aí trabalhava com tio e os meninos foram ficando até conhecerem as meninas e casarem-se. Eles matavam muito peixe *redando rede grande de cerco* – uma das mais antigas artes de pesca que consiste em contornar um semicírculo no mar com a canoa que vai deitando a rede. Uma ponta do cabo permanece fixa na praia e, depois do trajeto da canoa que volta à praia num ponto mais distante do primeiro, a rede começa a ser puxada, numa ponta e na outra, por um grande número de pessoas.

Depois que casaram, foram embora para outras localidades dentro do estuário ou Caravelas ou Nova Viçosa, ou ainda mais longe em direção aos estados do Sul. Já Zequinha se muda pra Barra Velha, para o sítio do sogro e lá ergue sua casa e constitui família, na contra-mão da tradição. A regra que obriga a moça a ir morar com a família do noivo é explicada pela própria manutenção do ritmo de vida, pela produção familiar. O moço é braço para trabalhar na roça e na pesca, portanto a família não pode prescindir

de sua força de trabalho, sob o risco de impossibilitar a manutenção de sua reprodução social.

As famílias eram formadas com as pessoas que moravam no lugar. Tem muita gente que tem casa na Barra velha e mora em Nova Viçosa.

Desse modo, muitas famílias da Barra Velha mantêm seus sítios de origem e dividem o tempo da semana entre a cidade e a roça, como outras tantas famílias do complexo estuarino

***A política*⁹⁰ e a política da Resex**

Compramos e paguemos e tem minha gota de suor derramado, aí eles falam: ninguém vai ter direito mais nessa terra, ninguém não pode vender, aí certas horas a gente fica desorientado.

Pelos diversos relatos a prefeitura só visita os ribeirinhos na época da *política* pra pedir voto. Há um João do Bocão, vereador com vários mandatos, *vem aqui promete isso, promete aquilo*. Diz que é nascido na Barra Velha, *é primo longe*. Todo ano que é candidato ele *ganha pra vereador, mas não faz nada, só promete*. João do Bocão foi indicado para a cadeira da representação da prefeitura no Conselho Deliberativo da Resex e as lideranças veem com estranheza essa representação, uma vez que há cadeira para a Câmara de Vereadores de Nova Viçosa. Pela reflexão de muitas das lideranças, João do Bocão foi posto pelo prefeito Robinho ali para de alguma forma *empatar* as resoluções do Conselho Deliberativo, pois junto com Robinho teria sido contra a criação da Resex. Há denúncias, conhecidas pelo então chefe da Resex de desmatamento em terras de João do Bocão no entanto a madeira não é vendida, muito provavelmente pela vigilância constante de vizinhos e dos Agentes Ambientais da prefeitura de Nova Viçosa.

João do Bocão desmatou um bocado lá no Cuiabá. Jogou no chão a madeira, Inuíba louro, Inuíba cravo, Testa de boi, Angico, Peroba e plantou braquiara e cresce, entoaça. Vira aquela tubatinga braba e deixa secar com o tempo, depois toca fogo, porque não tem como

⁹⁰ Política é o termo usado para as eleições e também para as relações de poder no interior das municipalidades.

tirar na mão, que é tudo pastaria. Aquilo era pra ser reserva, não era pra desmatar.

Pergunto então porque João do Bocão ainda é vereador se a própria comunidade não o reconhece como liderança, ao contrário, se suas práticas são condenáveis e em todo lugar seu nome é citado como uma ameaça ao próprio desenvolvimento da Resex. Se João do Bocão desmata e fica impune, coloca em risco a credibilidade da Resex, ao menos no que diz respeito à *preservação*. Algo parecido também ocorre com um vereador de Caravelas, Manoel de Jonga, em seu terceiro mandato não tem reconhecimento das *comunidades* ribeirinhas, apesar de ser seu principal eleitorado. Explicam-me:

Agora todo mundo enxerga a gente, pega na mão, e conhece, e abraça e dá o que não tem, oferece o que não tem. João do Bocão é pai da agente de saúde daqui da Barra Velha. Falam que quando vão procurá-lo, diz: eu já não comprei seu voto? Tá me procurando por quê?

De acordo com uma fala de um de meus interlocutores, as duas *comunidades* queriam determinada pessoa como seu representante no Conselho Deliberativo da Resex. Apesar de não gozar de uma credibilidade suficiente para *representar*, por ser acusado de ter atitudes *tortas* desde a venda de terrenos que não lhe caberiam até envolvimento com *gente ruim* em Nova Viçosa, esse morador da praia é percebido como uma liderança que pode dialogar em pé de igualdade com a tecnoburocracia, *língua* comum nas inúmeras reuniões da Resex.

Os dois lados queriam ele, mas porque ele tem um papo mais ambientalista, a galera queria mais ele por causa disso, não que ele nos represente mas é que ele conhece mais as falas do pessoal da Resex.
(Chefe da Resex)

Entretanto, nas reuniões organizadas pela Resex, ou pela associação-mãe, uma pessoa *de fora* da comunidade de Barra Velha também começa a representá-la. Comprara um estreito terreno no lado da praia da família de Nego, que, conforme me contaram, após sua morte, um dos filhos adiantando-se aos irmãos, começa a seccionar o sítio, vendendo pequenos retalhos longitudinais para pessoas *de fora*. Ali vi muitas casas vazias que são utilizadas apenas no verão quando seus proprietários aparecem. Essas casas tem outros desenhos arquitetônicos que os praticados no lugar, contrastando a paisagem. Em uma delas, a pessoa oriunda de outro estado e pequena comerciante de

Nova Viçosa, muda-se para uma casa na Barra Velha em um terreno que afirma ter pagado uma quantia irrisória. Morando entre as famílias do lado da praia, no entanto, não lhe garante sua inclusão no grupo de moradores, mas parece ter como estratégia de inserção, participar das reuniões da Resex e associação-mãe como representante da comunidade. Como há uma dificuldade em se garantir voluntários “extrativistas” para a agenda da Resex, há espaços vacantes nas cadeiras da organização comunitária imposta pelo Estado, que são eventualmente ocupados por pessoas que não são reconhecidas como pessoas do lugar, ou que não estão ligadas diretamente às práticas sociais, principalmente à produção, como a pesca e à lavoura. Dessa forma, reconhece-se a inclusão do grupo pela sua representação em instâncias que, não obstante, estão ociosas pela falta de *interesse* dos moradores. De fato, como já foi dito, as falas dos pescadores, dos *moradores das ilhas* não parecem ser ouvidas, ou não se acredita que lhes dêem ouvidos, por crer que há outra linguagem praticada nessas instâncias, cujos códigos não dominam. Por conta disso é que se elegem pessoas *de fora*, ou outras que não gozam necessariamente daquilo que caracterizam como *chefes* da comunidade como representantes para os negócios da Resex.

Há inúmeras explicações para a abstenção de muitos moradores nas agendas da Resex. Uma delas diz respeito à *falta de união* relacionada como principal fator de segregação do grupo. Outra nos informa da impossibilidade em se conciliar o trabalho na pescaria, ou no mangue, ou na lavoura, com a frequência constante e os intermináveis debates travados nesses fóruns. Outra narrativa ainda faz-nos refletir sobre o modo com que a Resex teria sido criada, “de cima pra baixo” que teria afastado os moradores da zona ribeirinha, por terem sido aliados dos processos decisórios, capitaneado por ONGs e Ibama, ou por ter sido a comunidade posta em uma posição de expectador, que nos lembra a participação popular descrita por José Murilo de Carvalho em “Os bestializados...” sobre a proclamação da República no Rio de Janeiro no final do século 19. Ainda assim, no desenvolver das atividades da Resex e na concretização de alguns *benefícios* como o “bolsa-verde”, os moradores começam a ver na Resex um modo de *facilitar* sua vida. De todo modo, até o momento da pesquisa de campo, alguns representantes eram desqualificados como tais, mas somente em conversas íntimas. Nos fóruns de decisão oficial não havia questionamentos sobre a sua inserção ou sua legitimidade. A importância dada à elaboração do “perfil do extrativista” por parte da Resex e da política para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nos mostra

que há uma preocupação, que parece não-exclusiva de Cassurubá, sobre a titularidade dos direitos atribuídos às populações tradicionais e sobre o próprio exercício da cidadania no interior dessas unidades. Pois é através do desenho do perfil do beneficiário segundo regras de uso comum que as políticas públicas *chegariam*. Em Cassurubá elaborou-se uma história nativa acerca da implantação da Resex, que não obstante ter sido implementada sem levar em conta a cosmologia e práticas culturais locais, conforme os dados de campo apontam, os “interesses” de agentes externos como ONGs e Ibama sobrepuseram-se aos interesses da comunidade, contradizendo as políticas de inclusão do governo federal. Entretanto queremos mostrar que na verdade a prática de um silenciamento é, no caso de Cassurubá, do próprio funcionamento da Unidade, exercendo os “extrativistas” tão somente o papel de coadjuvantes ao invés de cogestores propriamente. Esta assertiva não se refere ao órgão público na obrigação de fazer concretas as políticas e nem aos agentes interessados em emplacar projetos ambientais, mas a uma visão e a uma prática vetusta e tácita em posicionar os *moradores das ilhas* em um estrato inferior covalente à estrutura social da sociedade que os envolve.

A contradição ocorre assim do ponto de vista formal, uma vez que há uma associação direta dos modos e métodos de “convencimento” e de mobilização das comunidades locais em torno de projetos externos. Nesse caso, a Resex do Cassurubá teve em seu processo de realização, um longo período de disputas visíveis e invisíveis para as comunidades e famílias locais. De um lado um intenso, mas intermitente programa de mobilização e educação ambiental, que contrata diversos profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, sob os mais variados objetivos específicos, e um significativo número de pessoas *de fora* recorrentemente visitando os sítios e as casas das pessoas, sacando fotos, marcando pontos, contando casas, fazendo as mesmas perguntas. Contudo, a partir da apropriação de termos, métodos e lógicas do que lhes informam esses agentes externos, a elaboração local sobre as possibilidades da Resex vem se construindo para além da “proibição”, palavra de fala fácil, relacionada aos impactos da legislação e do agigantamento do aparato do Estado sob os auspícios do Meio Ambiente na região.

Tais saberes comunicados a partir dos inúmeros levantamentos feitos na Resex, oferece oportunidade de contato com um mundo de palavras e práticas que são compreendidas, apropriadas, absorvidas e ressignificadas pela “cultura” local num fluxo

constante e circular de elaborações acerca de seu papel na Resex. As práticas sociais comunicadas nesses fóruns e nessas visitas tensionam as próprias diretrizes de gestão da Resex, todavia os participantes percebem um hiato entre aquilo que a comunidade elabora e o que leva dali seus representantes, provavelmente por não se identificar nessas reuniões formais o *locus* para se comunicar as diferenças. Nesse sentido, é compreensível que as pessoas que assumem lugar de representação comunitária não necessariamente precisam ser reconhecidas como *nativas*, mas como alguém disponível para as reuniões e que de alguma forma dialogue com os termos de uma tecnoburocracia, distante da fala dos moradores das *ilhas* e dos pescadores urbanos.

Benedito Boy, representante da Associação de Produtores rurais da Ilha do Cassurubá, que havia assumido a pasta da Secretaria de Agricultura de Caravelas – cuja sede funciona no sindicato patronal, e, militante de partido político, era figura sempre presente em eventos da municipalidade, apresentado como líder comunitário. Boy fora um dos principais mobilizadores e defensores da proposta da carcinicultura quando as proposições encontravam-se em disputa no âmbito local. Nasceu na Ilha do Cassurubá, no Sítio São Jorge, no Caribê de cima, que hoje é propriedade de uma pessoa do Espírito Santo. Herdou parte da propriedade do avô, e mantém suas terras na margem esquerda do Rio Caribê, na Ilha do Cassurubá. Agricultor, diz conhecer bastante dos modos da agricultura tradicional tendo inclusive discutido com técnicos agrícolas, de certa forma questionando o seu conhecimento acadêmico em vista de seu conhecimento prático, conhecimento embasado no *aprender-fazendo* tal como me conta. Questiona os números divulgados sobre a produção da agricultura familiar em relação ao agronegócio, que segundo ele, aquela “perdeu” pela omissão ou pelo *descaso* das entidades representativas e o poder, principalmente local na atenção aos trabalhadores da agricultura familiar.

Sim pra mim [a política pública] é tanto informativa quanto auxiliativa. Porque o auxiliar é o que faz que você comece, porque a informação nós temos aí: ah, o Pronaf é pro agricultor, é pro pequeno, o juro é baixinho, é bonito, eu vejo isso daí, é lindo, algumas políticas aqui, o juro aqui é comparado com os Estados Unidos, com esses países desenvolvidos (...) Só que pra acessar isso aí é que é a dificuldade. Acessar com condições de informação pra que você não caia no descaso de ficar inadimplente depois. Porque o banco tem essa política de informação, daquele slogan bonito, poxa agora eu vou me dar bem, aí depois voce não tem lá uma pessoa com você que faça pra você o programa de gestão, né, que mostre em números de

matemática, como é que vai ser pra você se você não atingir essa produção, você não vai conseguir pagar, quer dizer, na maneira simples, que eu tô falando aqui, é que a que tem que falar pro povo, não fala tecnicamente que a gente até brigou lá em Brasília esses dias foi pra isso: é falar a linguagem do povo, é que o técnico conheça a comunidade, a realidade da comunidade. Então isso aí, pra mim, é um fator que falta ainda.

Em relação à perda de espaço da agricultura familiar, há uma outra queixa que nos deixa pistas para o que ocorre no tocante às políticas públicas para o setor agrícola e, por extensão, à própria visão acerca das políticas ambientais, que parecem se identificar como uma espécie de reedição das desapropriações de práticas culturais, que já foram experimentadas pelos moradores das “ilhas” em outros tempos. A *linguagem* do povo é aquela que os técnicos de maneira geral não dominam, como não dominam os *moradores das ilhas* a linguagem técnica. Mas os saberes dialogam e são apropriados uns pelos outros dependendo da correlação de forças que se põe em disputa no âmbito da localidade. A política vem pronta “de cima”, de Brasília, de Salvador, mas ela só é materializada na esfera local dependendo da apropriação do titular do direito que aquela política alcance. No caso da Resex, ainda há, além de toda a preparação e adequação para um Meio Ambiente burocratizado, uma enorme dificuldade em se definir quem verdadeiramente é o titular do direito expresso em políticas públicas para o setor da pesca tradicional, da agricultura familiar ou extrativista, ainda que esses segmentos tem garantido cada vez mais voz nas políticas globais para os segmentos de maior vulnerabilidade social, como afirmam as justificativas técnicas de tais políticas.

Dessa forma as políticas *chegam*, mas seu acesso é interdito se a sistemática tecnoburocrática não for observada. Além do que se carrega de uma invisibilização dos atores-alvo dessas políticas públicas em termos genéricos como o pescador, o agricultor, o extrativista, há, além disso, um objetivo, mesmo velado, em acomodar e controlar a própria resistência dessas práticas para os ditames dessas políticas, segundo procedimentos escalonados que a validem.

Para o caso da derrocada da agricultura familiar em Cassurubá, além dos motivos já expostos, ocorre, em relação ao alcance das possibilidades de manutenção das famílias, a concorrência de empreendimentos de larga escala com custo de produção mais baixo que a agricultura familiar e impede a manutenção das práticas tradicionais

por lhe impedir competir com processos industriais do agronegócio, exemplificando a migração campo-cidade.

Em entrevista a mim concedida em 2012, Boy, faz as contas e supõe uma explicação pro êxodo do *povo das ilhas* pra cidade:

A concorrência entre 10 produtores que plantam feijão, que cada um vai colher 5 sacos, eles vão ter 50 sacos, enquanto o produtor do agronegócio, aí, do latifundiário, ele planta não sei quantas hectares e ele colhe 1000 sacos, vamos dizer, 50 sacos e 1000 sacos. O grande produtor vai vender, vamos dizer assim, a 10 reais a saca, né, ele tem 10.000 reais pra ele, com todo gasto dele que ele gaste 50% ele vai ter 500 sacos de lucro, to dizendo 50% que é menos, pode ser mais, e já 10 produtores que colheram 50 sacos, pra eles sobreviver, é essa matemática que eu quero botar aqui, é só um comparativa aí, que a ente tem uma idéia rápida, não precisa nem ir pra matemática, cada 10 produtor desse tem família pra sustentar, como um só tem família também aí um teve 500 sacas de lucros e outro cara teve 5 sacos, aí oq eu que 5 sacos que ele vendeu a 10 reais, ele vendeu a 10 reais ele fez 50 reais. Aí o cara fica assim, 50 reais não deu pra nada ele veio na cidade entregou esse feijão, voltou pra lá, fez uma feirazinha que só vai dar pra uma semana. Enquanto o outro teve um lucro que ele pode levar um ano vivendo daquele lucro das 500 sacas. Então eu vejo uma comparação lógica do êxodo rural. Quando eu morava lá, a gente produzia e meu tio, eu levei uns 5 anos morando com meu tio, João de Bento que foi o primeiro a botar a canoa a motor, o povo dizia: João de Bento tá rico! Saia todo mundo pra beira do porto pra ver a canoa a motor de João de Bento passar, carregada de farinha (...) e de tardezinha voltar pra roça com os cereais que comprava na cidade. Pra mim essa desigualdade de produção obrigou que os homens do campo viessem pra cidade, aí onde o cara trabalhava na prefeitura aqui, o outro foi pra São Paulo, quando veio de lá veio com dinheiro, (...) os filhos iam pra lá quando voltava, já comprava uma casinha na cidade e dizia: pode vim pra cá, traz os outros pra cá pra cidade, e largavam a ilha aí.

Diz que se plantava muitos gêneros nas *ilhas* que sua família carregava canoas e mais canoas para abastecer as barcaças que levavam madeira e outras mercadorias pro Rio, Salvador; levavam abóbora que enchiam os navios. A *beira do estuário* era que abastecia Caravelas e Nova Viçosa com tomate, cebola, alho, banana, milho, feijão, até arroz foi colhido, mandioca, farinha, melão de cana. Sua hipótese é que há 30 anos a lavoura praticada nos moldes tradicionais tem sido substituída, no abastecimento dos municípios da região pela produção do agronegócio. Como exemplo, um empreendedor local que comercializa hortaliças e legumes, uma vez por semana aluga um caminhão e

desce até Vitória, distante mais de 400 quilômetros ao sul para comprar os gêneros e vender na cidade de Caravelas, pois os distritos e as comunidades rurais da região não produzem o suficiente para o abastecimento da cidade. Conforme os dados de campo, há vários fatores que impactaram de modo decisivo a agricultura tradicional. O desmatamento entre os anos de 1940-60 serviu não apenas para o comércio de madeira, mas para substituir a mata pela criação de gado de modo extensivo. Com isso imensas áreas que anteriormente conciliava a Mata Atlântica na extração de gêneros e agricultura familiar nos pequenos roçados foram substituídas pelo pasto, ultimamente utilizando a *braquiária*, espécie de capim exógeno dominante e agressivo. Curiosamente, também nesse tempo e em função da extração da madeira, toda a economia local de trocas inchou e proporcionou a construção de uma “comunidade” definindo as regras de reprodução social e de autodeterminação, a partir do reconhecimento de uma identidade relacionada aos modos de vida local. Houve também uma colônia de japoneses nos distritos do interior em que se dispôs a fruticultura, com técnicas modernas de cultivo, com o uso de tratores, defensivos e adubagem. Com a oportunidade de escoamento de produtos agrícolas via BR-101, essa iniciativa, apesar de ter movimentado recursos de toda ordem na região, não se mostrou perene. Associada a técnicas modernas de plantio e produção, a iniciativa também trouxe acompanhada uma divisão do trabalho de uma produção modernizante, transformando os pequenos produtores rurais, que antes se apropriavam em grande parte do processo produtivo, em uma divisão do trabalho relacionada à composição das famílias, à sua cosmologia e seu modo de vida, em trabalhadores assalariados precarizados e dependentes da comercialização dos produtos de seu patrão japonês. O comércio de frutas pela sua instabilidade e pela concorrência, perde espaço na região, quando na década de 1980 desaparece da região sob aqueles moldes. Ultimamente a agroindústria da celulose impede a resistência da agricultura familiar e tradicional, transformando a paisagem social e desenvolvendo alguns poucos setores da produção, mas condenando as famílias rurais a atividades subsidiárias ao empreendimento, como a produção de carvão a partir do refugo da colheita das toras de eucalipto, cujos galhos são deixados no campo e aproveitados pelas famílias do interior para produzir carvão, uma vez que a produção de eucalipto não deixa terrenos suficientes para a agricultura familiar, além de contribuir significativamente para o desmatamento do que resta de Mata Atlântica na região.

A carvoaria na região, principalmente nos distritos de Juerana e Taquari, se tornou a saída econômica de muitas famílias que ali residem pela alta dos preços de mercado do carvão e pela apropriação de territórios de uso comum pela agroindústria da celulose. Curiosamente, quando as empresas de celulose percebem o furto de toras que provavelmente seriam queimadas nos fornos, organiza-se um setor na Polícia Militar do estado da Bahia para tratar de crimes ambientais – a CAEMA, hoje Companhia independente de policiamento especializado – Mata Atlântica – CIPE-MA. A produção de carvão sofre com a repressão policial na defesa dos eucaliptais e começa a pressionar o que restou da Mata Atlântica da região, ampliando o desmatamento. As carvoarias utilizam a força de trabalho de famílias inteiras, inclusive crianças. A economia do carvão também é acompanhada pela pulverização do tráfico de drogas nas regiões interioranas. A noite dos distritos que tem produzido o carvão são esfumaçadas e as ruas e casas amanhecem cobertas de fuligem.

Nas *ilhas*, pela enorme dificuldade de escoamento da produção de toras, a pressão sobre as práticas tradicionais de uso é menor.

Os trabalhadores hoje mesmo na roça, se você comparar hoje o meio de vida que algumas pessoas veem na roça é diferente daquele de antigamente, quer dizer todo mundo tinha um anseio de ter melhoria de vida, apesar de que naquele tempo a gente não dava muita atenção pra esse negócio de escola. Eu estudei o terceiro ano no rio de Janeiro, quando eu voltei pra roça eu não estudei mais, porque lá não tinha escola quando eu vim com 14 anos pra cidade eu vim trabalhar não vim estudar não consegui estudar (...) A minha escolaridade é baixa porque? Não só minha, mas o pessoal quando vinha pra cá não era pra estudar, era pra ganhar dinheiro, que nem eu vim. E isso fez pra mim fazer com que as pessoas de lá comentasse: ah, Boy tá lá, olha como tá Boy, Boy agora tá na cidade, quando ia pra roça já chegava lá com coisa que o pessoal não tinha, uma roupa melhor uma coisa assim e aí a pessoa via aquilo e vinha um atrás do outro e vieram, e vieram mesmo. Quem volta pra roça hoje, hoje eu tenho intenção de voltar pra roça, mas hoje eu tenho uma casinha lá que eu tenho fogão a gás, televisão, parabólica, hoje quando eu vou pra lá já levo uma água gelada, e fico doido quando a água tá quente, aí já levo gelo. Então isso fez com que as pessoas mesmo as que estão morando lá, morem melhor hoje, aqueles que ficaram lá tenha a casinha melhor, tem pessoa que tem casa de alvenaria hoje lá, rebocadinha, bonitinha, já tem banheiro, alguns tem banheiro dentro de casa (Boy, 15/03/2012)

Ao mesmo tempo defende que a “qualidade de vida” que se pode ter na roça desde que as políticas, as informações e auxílio técnico realizado à moda do *povo da roça* se estabeleçam de forma permanente entre os *moradores das ilhas*. Segundo esse interlocutor, que, como já foi dito, defendia vigorosamente a carcinicultura em meados dos anos 2000, o seu engajamento na Resex tem ressalvas *pra que esse povo não seja de alguma maneira induzido ao erro em algumas políticas que possam chegar lá*. Para ele, *a política de fundo perdido* ou aquelas iniciativas de fomento de atividades econômicas que não exigem contrapartida pecuniária são bem-vindas e devem ser encorajadas, *mas aquela que você obtém débito, responsabilidade de devolver aquele dinheiro com juro e correção muitas vezes, é pequeno, é, mas se você atrasa vira uma bola de neve*. Portanto se busca, no engajamento na Resex facilidades que criem condições de manutenção de um modo de vida, por um lado e reconhecimento por parte da comunidade e das instituições de sua liderança, por outro, já que os *lados* não importam, se carcinicultura ou Resex, outrossim a medida de sua capacidade em lidar com os códigos e as leituras das bulas burocráticas.

Porque na verdade a constituição de ambas as propostas, que se superficializou na expressão rimadas Coopex/Resex *chegou* como algo que se tem necessariamente de se lidar, pois envolvia um imenso território, mas muito mais, uma rede de relações que de modo definitivo mudaria a vida das pessoas. E levando-se em conta que histórica e costumeiramente as mudanças percebidas e sentidas do rodar do mundo, invariavelmente parece os colocar, naqueles termos genéricos – pescador/ribeirinho/extrativista – em uma situação que marca sua fragilidade no sentido de acionar dispositivos que afirmem sua existência, resistência e por fim sua identidade.

Pois senão *é a política e a cultura são feitas em família; são as famílias que agregam as pessoas em torno de um projeto comum*, como me revelou Dó Galdino, não se pode fechar nas circunscrições de um suposto Estado reificado. Por isso me ajudam Das e Poole e Asad (*Op. Cit*) propondo-nos a pensar o Estado em suas margens, no sentido de perceber *como* as relações naquela situação social se constroem, e como são sentidas, conceituadas e a forma que os *moradores das ilhas* e os pescadores respondem às mudanças.

O Sítio Riacho Mangueira e Tucunzeiro: a organização da família

Meu pai roçava, derrubava a madeira, depois queimava, tirava as galhas e queimava novamente as galhas e você devia ver que planta bonita que dava onde fazia a coivara, por causa da cinza que dava alimento, que queimado a cinza vira adubo e dá um crescimento bonito nas plantas. (Antônio Véio, Caribê de Cima)

Antônio Véio é morador do Caribê de Cima, uma das localidades em que se concentram um significativo número de famílias e uma escola de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Também há ali uma igreja neopentecostal e a Associação de Moradores Ribeirinhos – AMOR fora criada principalmente por moradores dali com o suporte de um vereador, que pela associação teria instalado pequenas placas de energia solar.

O Caribê é considerado o rio dentro do estuário onde moraram um número considerável de famílias, cuja ocupação remonta os tempos da escravatura. É em suas margens que muitas famílias se estabeleceram e viviam da extração de produtos do manguezal e, principalmente da agricultura.

Há uns 50 anos houve uma migração do povo do *sertão* para as *ilhas*, quando as *coisas foram arruinando lá no sertão*, quando a pecuária extensiva desalojou, num primeiro momento, o povo do *sertão*. Recentemente os que conseguiram permanecer no *sertão*, aqueles que não foram definitivamente expulsos pelos mecanismos de aquisição de terras da agroindústria da celulose⁹¹, conseguiram um preço melhor vendendo as terras para a monocultura de eucalipto e nova onda migratória se estabeleceu, mas o destino foram as cidades e não as *ilhas*.

A origem do Caribê de cima e os processos de territorialização

Segundo o levantamento feito entre seus parentes por Luís um dos descendentes e jovem liderança comunitária da Resex, João Agostinho que teria chegado ali no início do povoamento do Caribê, era um homem branco, que se instalou com a família e com alguns escravos. Constrói uma grande casa de tábua onde moraria com a família, ali

⁹¹ Segundo alguns relatos, o “fomento” ao plantio de eucalipto, que terceiriza a produção, teria sido praticado em função do zoneamento dos municípios que delimita as atividades na área rural, fazendo com que as empresas busquem parceiros que são responsáveis por arrendar as terras de terceiros, avançando a fronteira agrícola da monocultura local e regionalmente.

onde se encontram vestígios ainda do piso da casa, elevado devido às fortes chuvas daqueles tempos. Pelo que Luis levantou, o rio era mais estreito naquele território que é *brejo puro*, forçando João Agostinho a realizar uma obra de drenagem, com mão de obra escrava em toda a sua terra, do Caribê do Meio até o de Cima que naquele tempo era considerado uma só área. Segundo os relatos João Agostinho teria comprado as terras, mas há também aqueles que afirmam que as terras teriam sido adquiridas por meio de doação.

O antigo sistema de drenagem ainda pode ser visto em alguns locais dos terrenos do estuário. Nos lugares onde não se realizou essa obra, a maré invade os terrenos na época das chuvas, transformando em brejos e charcos.

Lá no Tucunzeiro, onde se instalou a família do pai de Luis, eram os negros que habitavam as terras que são banhadas pelo Rio do Largo. No Tucunzeiro a lama do manguezal se concentra próximo ao largo, dificultando, não só a travessia que serve de acesso à Nova Viçosa pelo estuário, como também o embarque e desembarque dos moradores do Tucunzeiro na maré seca, pois eles tem que vencer uma grande extensão de lama até chegarem às embarcações, levemente encalhadas na margens do Rio do Largo.

A principal cultura no Caribê era o café *de sombra*, o café plantado à sombra de grandes árvores utilizando mão-de-obra escrava.

E a senzala ficava no Tucunzeiro, meu pai contou uma história que tinha um dono de escravo lá que quando a maré estava seca, ele botava os escravos deitado na lama pra ele passar por cima. E a informação que chega aqui em ponta de Areia era que João Agostinho era muito mal.

Depois da escravatura as famílias de senhores e escravos se *misturaram* e hoje há famílias formadas por descendentes dos moradores do Tucunzeiro com os do Caribê, onde, segundo essa versão, os *brancos* teriam se instalado. A avó de Luis tinha olho azul e ele acredita que seja holandesa, pois o distrito de Helvécia, no *sertão* de Nova Viçosa, que já pertencera ao território de Caravelas, onde se instalara uma estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, recebeu imigrantes holandeses cujo período não pude precisar até o alcance dos dados etnográficos coligidos.

Os *brancos* então teriam inicialmente ocupado as duas margem do Rio Caribê, pois acredita-se também que mesmo lá no Caribê de Baixo, mais próximo da cidade de Caravelas, seja outra família mas com laços de parentesco, pois acredita-se que um irmão de João Agostinho tenha residido ali com sua família e deixado descendentes que ainda ali permanecem.

Esses relatos informam que há uma preocupação, principalmente dos mais jovens em levantar a origem das famílias pioneiras dos *moradores das ilhas*, que creem serem os embriões da composição étnica de seu território, que por sua vez implica na elaboração de sua identidade, que agora principalmente com a Resex, necessita ser comunicada. O reconstrução do passado visando a superação do “atraso”, segundo meus interlocutores, contribui para *os moradores das ilhas* responderem às atribuições externas sobre o que são, e formularem suas próprias respostas ao que se compreende, em termos formais, por “populações tradicionais” ou “extrativistas”.

Dessa forma, comunicando sua distintividade, também avançam no sentido de conquistar direitos que estão disponíveis para os grupos sociais que se autoatribuirmos “extrativistas”. Por conta disso, cada vez mais esses “extrativistas” tem procurado informações e acessos aos projetos e programas que estão sendo executados na região.

Segundo uma outra descendentes das famílias pioneiras do estuário:

Lá no Martins [ainda *acima* do Caribê] é da família do Tucunzeiro, essa família que era dos escravos, é espalhada por toda a Resex aí. No [Ilha do] Cassurubá também parece acontecer a mesma coisa, é uma família com os escravos que deu origem ali. Eu cheguei a essa conclusão de que a família de Boy, Avião, o que dá pra chegar é que são duas famílias, uma no Cassurubá e outra no Caribê. O início da ocupação do Caribê deve ter sido de 1700 pra cá, aí o pessoal passou a plantar cacau e café. Eu acredito que foi a zona ribeirinha que desenvolveu Caravelas. Tem muita gente de Caravelas que veio do Caribê e do Cassurubá. Minha mãe fala que quando era pequena tinha muita roça de café. Dá pra supor de um relato aqui outro ali e ir encaixando as coisas, mas é a partir daí que eu começo a me valorizar, a dar algum sentido as coisas.

A Ilha do Cassurubá é a maior do complexo estuarino e quando os *moradores das ilhas* se referem ao Cassurubá, incluem toda a margem interna da Ilha, que é banhada pelo Rio Caravelas, o mar e o Rio Caribê. Mas quando aludem ao Caribê, estão indicando os sítios e famílias da margem interior do rio. O outro lado já é “o”

Cassurubá, compreendendo a margem oposta ao Caribê, a margem defronte a sede de Caravelas e ao distrito de Ponta de Areia e o interior da ilha do Cassurubá. Ambas as localidades são assim diferenciadas, porém, na versão elaborada, compõe um território étnico que teriam origens comuns, e mantem ainda hoje relações de parentesco e *mistura* como estratégia para a sua reprodução física e social. Sobre o processo de territorialização local em contraposição às formalidades das escrituras de propriedade, Antônio Véio explica como aquelas famílias reforçam seus laços para garantir o espaço:

Documento de conferir tamanho da terra não tem, a área toda aqui, cada qual tem seu pedaço. Eu to aqui, Maria Pequena tá ali, João tá lá, Bacurau tá lá, lá no Largo já tem outras pessoas que é mesma área da terra, lá já tem Manuel Paru, Afrain, cá já tem Bicota, Calango, lado de lá é Tonta, do outro lado é Dito de Hernandes. E quase tudo é parente. Vamos supor Dito de Hernandes, já a família dele entrou na nossa, porque a filha de Dito é casada com meu primo, Manuel Paru é meu primo, João é meu tio, Maria Pequena é prima, lá no Largo, no [sítio] Corococa, Neco o filho dele já é meu genro. Isso acontece de geração em geração e dá mais reforço para as famílias.

No Caribê de Cima, Antônio Véio antevê a política que vem propondo a aquisição de produtos agrícolas das zonas rurais dos municípios sob incentivo municipalizado e imagina que seus produtos possam ser utilizados na escola local. Mas, ao mesmo pondera que esses projetos costumam *não dar certo* porque esperam uma produção permanente e Véio diz que *tudo ali é feito pela natureza*, e nem sempre se pode garantir a regularidade da oferta do que é produzido ali..

Sobre o projeto de Turismo de Base Comunitária, Véio analisa o fato de uma ONG ter contratado um parente, que teria mediado a implementação do projeto entre a ONG e a *comunidade*. Segundo ele, *Eles fizeram um projeto aí sem pedir permissão pra ninguém*, mas o fato desse parente ser *filho dali*, um dos importantes sinais diacríticos dos *moradores das ilhas*, garantiu certa legitimidade “comunitária” no sentido de sua aquiescência, para a implementação do projeto. Véio afirma a permissão é dos mais velhos, *os que estão ali, na roça*, pois os parentes que estão na cidade, mas mantém os sítios ali, constróem uma relação com o lugar diferentemente daqueles que lá moram.

Véio reclama que a trilha para os turistas passa em frente à sua casa que segundo ele deveria passar lá trás, que também uma paisagem para se mostrar. O caso é que na

frente da sua casa, contornando o rio, é o *caminho*, a trilha que o povo do Caribê de Cima usa. Além disso, Véio fica desconfia da palavra turismo, pois, pode trazer *tudo quanto é tipo de gente*, e, sendo evangélico, tem receio que pessoas com *outros modos* passem na frente de sua casa. Na verdade, segundo as formas de percepção e apropriação do território, a trilha também é parte de sua casa e de um desenho maior que é a *comunidade* do Caribê de Cima. Não há como separar “a rua” e a “casa”, não tem rua, tem o acesso aos vizinhos, ao rio, ao mangue, ao pasto, à mata. O *caminho* comunica os vizinhos e parentes do Caribê e do rio do Largo e ainda serve de acesso para se chegar ao ambientes que produzem, então uma trilha de “turismo de base comunitária”, sem o debate entre vizinhos e parentes, para Véio, é uma espécie de expropriação. Ao mesmo tempo diz que já está feito, que não tem como voltar, mas que ele pode eventualmente, *oferecer um cusuz, uma tapioca, canjica de coco, uma moqueca, água de coco*. Pensa em construir uma cabana na cabeceira da *ponte*, com um banheiro para cobrar uma taxa para usar. Ao mesmo tempo em que se posiciona criticamente em relação ao que experimentou na condução do “projeto de turismo de base comunitária”, também antevê possibilidades da sua inserção nas mudanças, mas entende que há outras questões que não foram contempladas no projeto, como as que dizem respeito às estruturas físicas da própria *comunidade* do Caribê de Cima para se receber o turista. Conta que interpelou seu parente, quando veio limpar a trilha numa ocasião em que se organizava a visita de uns turistas e teve que pedir para o parente apagar o fogo, que queimava pedaços de troncos e galhos ao largo do *caminho*. Pois aquilo que poderia ser visto como lixo, Véio estava jogando para fazer *aterro na barroca*⁹², para evitar sua erosão e aquela madeira propositadamente deixada ali, serve também como adubo para as plantas na beira do rio.

Ele também analisa a ausência de estrutura para se receber o turista que irá percorrer a trilha, pois considera fundamental o apoio da prefeitura, principalmente da secretaria municipal de turismo. Já houve comprometimento por parte de políticos locais para se construir uma *ponte* flutuante, que independesse das condições de maré. A *ponte* onde se desembarca no Caribê de Cima, é construída com eucalipto tratado, com na maior parte dos *portos* das ilhas em que se construiu a estrutura, mormente onde

⁹² O limite do terra com o rio, o barranco, que forma uma parede de certa altura de barro e pedra, em alguns lugares do estuário.

funcionam as “escolas da zona ribeirinha”. Segundo os *moradores das ilhas* o eucalipto não aguenta a salinidade do manguezal e ainda as tábuas logo empenam e estragam.

Véio também avalia que a comunidade carece de um representante mais ativo e independente, para pressionar os órgãos de Estado, pois, ele mesmo, transporta alunos da escola no seu barco, cujo sistema emprega diversos pais de família da zona ribeirinha. *Eu transporto aluno da prefeitura, ganho um dinheirinho com isso, aí se eu for lá apertar eles, poxa, esse cara tá muito macho, o que ele quer mais? aí eles pau no meu contrato, por isso eu não apelo.*



Foto 18 – Embarque das crianças e de educadores no *barco da escola*. Foto do autor, 2013.

O transporte escolar estuarino tem servido como uma forma de garantir uma remuneração permanente para os *moradores das ilhas*, uma vez que boa parte dos

empregos oferecidos pelas prefeituras tanto de Caravelas quanto de Nova Viçosa, respondem a um critério de se aproveitar os “ribeirinhos”. O transporte de alunos dá oportunidade do *chefe* da família inclusive adquirir embarcação a motor financiada, com a garantia do contrato de prestação de serviços.

Como salientou Véio. O fato de estar na condição de *empregado*, a *liberdade* está submetida à prefeitura, ou àquele, segundo os mecanismos de poder de uma rede política local, quem deu oportunidade ao emprego. Como a demanda é maior que a oferta, há outros *chefes de família* fora do sistema, mas potenciais candidatos ao contrato. Contaram-me casos em que o eventual contratado teria perdido o emprego por não ter observado alguns dos requisitos, como o de manter-se indiferente a questões políticas polêmicas, como foi o caso da contenda Resex *versus* carcinicultura. O caso de D. Ene, vizinha de Véio, é exemplar. D. Ene teria se aproximado do grupo que defendia a proposta da Resex contra a carcinicultura, inclusive viajado para o Ceará, subindo em um avião pela primeira vez, para conhecer os impactos do empreendimento em comunidades estuarinas, parecidas com a dela. Por ser reconhecida como uma pessoa influente em sua família e entre vizinhos, a prefeitura de Caravelas, defensora do empreendimento, emprega-a na escola (re)atando laços antigos com a família de D. Ene e portanto um quadro chave para a defesa da proposta da carcinicultura. Quer dizer que as questões coletivas são reduzidas à individuais e enredadas nas teias de uma troca, por assim dizer, que sujeita *os moradores das ilhas* a antigos mecanismos de poder clientelistas. Até onde conseguimos chegar com a pesquisa de campo, as relações de poder entre os *moradores das ilhas* também se estabelecem por meio dessa relação com o poder local, pelos seus intermediários. Manuel de Jonga, morador do Caribê, está no seu terceiro mandato como vereador e há muitos que o não consideram como representante das *comunidades de moradores das ilhas* na Câmara; ainda assim explicam que continua sendo eleito por manter vínculos, incluindo a escolha de prestadores de serviço para a prefeitura, com algumas pessoas chave que garantem, no período eleitoral, os votos que reconduzem aquele vereador. .

Bacurau, do Caribê de Cima, parente de Véio, hoje presidente da Associação Comunitária do Povoado do Caribê, envolta na enorme dívida que pesa sobre a entidade, prefere não se vincular a *políticos* e quer encontrar outros meios de ver a associação *em dias*. Também por essa razão se engaja na Resex, inclusive como representante suplente no Conselho Deliberativo da Resex pelo Caribê de Cima. Prefere

encontrar ali meios de resolver a situação da associação sem ter que recorrer aos *políticos*. Bacurau e Véio participam de um curso sobre Associações e grupos comunitários, promovido em parcerias com algumas ONGs. Bacurau procurava nas diversas rodadas de debates do curso, que tive a oportunidade de participar em um dos módulos, enquanto estava em campo em 2012, encontrar alternativas a essa vinculação com os *políticos* que pretendia evitar. Talvez também tenha em mente o que Véio me contou sobre a *liberdade* em e posicionar nas questões que afetam diretamente os *moradores das ilhas* de forma autônoma. Véio diz que quando tiver sua *liberdade* vai pressionar órgãos como a prefeitura e o INSS, pois diz que os direitos individuais não são reconhecidos, mas enquanto estiver sob tal vínculo, sua reivindicação pode ser interpretada como ingratidão por parte de quem o indicou para a prestação de serviço, como o transporte estuarino de alunos, e seu nome substituído. Reconhece, por exemplo que o acesso à água potável é uma das grandes dificuldades dos moradores das ilhas, assim com as *pontes* de acesso aos sítios e principalmente às escola, porém receia levantar essas reivindicações para os políticos. De outro lado, percebe que a institucionalidade da Resex funciona com outros elementos que não somente esses vinculados às antigas formas de sujeição. Imagina que o acesso ao benefício pela Resex, apesar de ser usado como instrumento de poder, pode se configurar numa alternativa para a garantia de direitos que evoluem, desde estruturas físicas de equipamentos urbanos, como o caso da *ponte* flutuante, quanto a garantia da previdência social.

O João, meu tio, completou 60 anos e conseguiu aposentadoria porque cadastrou na Colônia [de Pescadores] mas pelo trabalho dele aqui na roça, foi lá no INSS e disseram que ele não tinha direito porque o sítio não tava no nome do pai dele. Já que ele trabalha 50 anos em um lugar precisa ter o nome do pai? Se foi o pai que deixou ou não deixou? sendo que eles vem alegando que a terra não é nossa que é da União? Porque eles não fazem um cadastro: você mora 50 anos, trabalhou ali, criou seus filhos e faz uma declaração forte, a Previdência não vai constatar que o cara trabalhou ali com todas as testemunhas?

Porque o INSS não reconheceu João como herdeiro de seu pai, aquele que de alguma forma havia formalizado sua permanência ali, que não havia dado nenhuma *declaração*. *Porque estão alegando que, pela Resex, quem não tá na terra perde o direito*. O direito não se liga à possibilidade de se construir uma casa ou alguma benfeitoria no terreno, já que os familiares reconhecem o direito de herança daqueles que por ventura tenham saído do sítio de origem, mesmo aqueles, como a irmã de Véio

que mora na Barra de Caravelas e trabalha em outro sítio ali. Entretanto o fato de não estar mais ali, mesmo tendo tendo sua origem familiar ali, perde-se o direito à aposentadoria. Quer dizer que o fato de se *estar* na *roça* é condição de se provar o trabalho na terra, portanto à aposentadoria o que se tornou grande preocupação para o *povo das Ilhas*, uma vez que a flutuante produção que respeita o consorciamento de atividades produtivas não responde com a mesma frequência em termos renda, às garantias de uma aposentadoria ou o *serviço* prestado para a prefeitura, como o transporte de alunos.

Por causa do problema que houve com um vizinho, Véio tem se afastado um da Resex. O caso é que esse seu vizinho e parente quis fazer uma ampliação do pasto, na frente do *caminho/trilha*, e desmatou um bom pedaço de mata, o que lhe rendeu uma multa pesada. Há entre seus vizinhos que creem que Véio e Bacurau, que participam mais ativamente das reuniões da Resex, estão *entregando os vizinhos*, que estão se passando por fiscais ambientais. Segundo Véio, as pessoas não tem participado das reuniões da Resex, pois não creem que *vai gerar nada* e por não participarem, desconfiam que as denúncias e a fiscalização sejam provocadas pelas lideranças comunitárias

Eu tô me afastando por isso, por que eu não ganho nada com isso pra depois ficar com desamizade com todo mundo da região, na minha comunidade? Eles tem que maneirar, sabe a situação da sobrevivência daqui, ninguém tem salário, vive do mangue, vive da roça, nós aqui só temos capacidade de botar uma roça se queimar pra plantar alguma coisa, como é que a gente vai arrastar uma galhada? Na unha?

Por conta de uma denúncia de desmatamento, esse parente que era herdeiro de um sítio, mas que estava fora há muitos anos e retorna para trabalhar com a pecuária, é multado e muitos questionam a forma com que os fiscais abordaram o morador. Outra versão garante porém que esse morador já havia sido avisado que não poderia se desmatar uma área que está preservada, segundo contam, há mais de 15 anos. E que teria enfrentado o chefe da Resex respondendo que teria que desmatar ainda um outro lado, para se plantar o pasto. Por conta da não-cooperação e do não-reconhecimento do crime ambiental e por ter ignorado a proposta do chefe para a recuperação da área, o

ICMBio retorna com agentes da polícia federal num momento seguinte, com homens armados e com outra abordagem.

Chegaram tudo de metranca e perguntaram que é o brabo aí? Porque diz que Carlinhos teria desacatado o chefe da Resex falou que derrubou um lado e que iria derrubar o outro, tô trabalhando no que é meu, não tô roubando de ninguém, não.

Esse que fui multado é parente, e está, portanto, sob o abrigo do critério da ancestralidade, como prevê os regulamentos⁹³. No entanto, sua prática esbarra com as formas de controle e uso do território compartilhadas pela *comunidade* do Caribê e, avaliam que a ação do órgão ambiental no sentido da repreensão das prática de desmatamento foi correta, pois, de acordo com as práticas dos *moradores das ilhas* existe a possibilidade de queimar as áreas já degradadas para a lavoura, que estão em pousio, quando há somente *varas* e não troncos, isto quando ainda não se completou o ciclo de recuperação natural da floresta. A mata *forte* deve ser, portanto, mantida. O caso é que a criação de gado, para além daquele relativo tamanho do rebanho, comum entre os *moradores das ilhas* que criam o gado usado como poupança, como uma atividade consorciada a outras, como a pesca, a agricultura ou a mariscagem, não pode avançar por sobre os ambientes cujo uso respeita a pluriatividade. De toda forma, mesmo que justifiquem ação do ICMBio, é a repressão, que chega primeiro nos procedimentos da Resex.

Há outro caso em que um morador da Miringaba foi flagrado transportando carvão para se vender nem Caravelas. Pelo que me disseram, esse senhor teria aproveitado a queima da capoeira para a lavoura, prática tradicional compartilhada pelos *moradores das ilhas*, e produzido carvão com os restos da madeira queimada. Ele também sofre a repressão do Estado que está relacionada com a criação da Resex e as proibições dali advindas. Pelo que me contaram, *ele não está derrubando pau pra fazer o carvão, mas tá aproveitando a madeira*. Por conta da criação da Resex, entende-se que esse rapaz deveria ter ido ao órgão competente, ao ICMBio, para solicitar autorização para *roçar* e fazer o carvão da madeira que tiraria. Há outros, porém, que compreendem que o órgão tem que agir dentro da lei e não se pode autorizar o que já está proibido, mesmo que sejam essas práticas tradicionais, que a Resex, por seu estatuto legal, deve contribuir para defender e manter.

⁹³ IN do ICMBio nº 35/2013.

Por conta da criação da Resex e suas normas, Antônio Véio conta como chegou até o chefe da UC solicitando a retirada de areia no rio do Macaco para construção da igreja, situada em seu *sítio*, que está em reforma. O chefe emite uma autorização provisória mas pede que Véio apresente na reunião do Conselho Deliberativo da Resex a solicitação. Tendo acatado a solicitação do chefe da Resex, Véio diz houve um debate sobre o pedido de 20 *barcadas*, o equivalente a quatro caçambas de areia. Houve alguns dos conselheiros, um de uma ONG e outro analista ambiental que questionaram a solicitação, pelo argumento que haveria erosão da beira do barranco, a *barroca*. Véio responde ao questionamento dizendo que apoia a Resex e que é parte do Conselho, mas que não compreende porque não se pode negar a areia da construção, por fazer parte da tradição o uso dos recursos do mangue, da restinga e da mata não somente para a subsistência pela troca comercial, como também dos usos dos bens ambientais para outras finalidades. Responde ao questionamento com um pedido de doação da areia, se não se puder autorizar a sua extração. Decidiu-se então que um analista acompanharia Véio no local da construção e no lugar onde estão extraíndo a areia. Conta Véio que quando o servidor chegou no lugar perguntou se eles tiravam ali mesmo da *barroca* e Véio o confirma, salientando que é mais fácil retirar, pois com a pá, já se lança diretamente a areia para o barco. O servidor pede então que se retire a partir de 10 metros para dentro da beira do rio, para evitar a erosão.

Nessa mesma reunião do Conselho Deliberativo da Resex, houve também uma solicitação para renovação da licença da empresa de celulose para a dragagem do Canal do Tomba, e que surgiu o questionamento de que o empreendedor pode plantar o eucalipto na beira do rio Cupido, afetar, pela dragagem e pelo trânsito de barcas de eucalipto, o ir e vir de embarcações pesqueiras, mas o extrativista tem dificuldades para garantir as suas práticas tradicionais, como garantem os *moradores das ilhas*, de baixo impacto ambiental e de suma importância para a sua reprodução física e social e para a manutenção de suas práticas culturais.

Um ambientalismo: o Bairro Novo, helicópteros e ameaças.

Desde a implantação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, uma imagem negativa dos gestores da Unidade e de um “ambientalismo” que o acompanha vem sendo elaborada pelos moradores da região. A exploração do turismo náutico facilitada pelo retorno da operação de linhas aéreas no aeroporto da cidade de Caravelas facilitou

o fluxo de turistas ao arquipélago dos Abrolhos no final dos anos 1990. A memória local conta que engenheiros ingleses teriam construído o aeroporto da cidade na parceria entre os governos brasileiro e norte-americano e este serviria de base militar das Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.⁹⁴ Com o retorno das operações de transporte aéreo de passageiros, revitaliza-se o turismo na região, principalmente aquele voltado para a visitação do arquipélago de Abrolhos e avistamento de cetáceos, em especial a baleia jubarte.

Quando da implantação do Parque Marinho dos Abrolhos, servidores federais, pesquisadores e técnicos ligados ao Meio Ambiente vieram trabalhar na cidade de Caravelas e região possibilitando a construção do olhar nativo acerca desses novos agentes com recursos e capitais simb licos⁹⁵ diferentes daqueles que tradicionalmente migram para a cidade em busca de trabalho ou de um lugar tranquilo para se viver.

O envolvimento de pessoas *de fora* com os processos locais que trouxeram formas distintas de percepção da natureza, como *locus* intocável pelo sujeito genérico “ser humano” de acordo com um ideário conservacionista, trouxe para o nativo da região um olhar do *de fora*, que tensiona as formas de fazer, criar e viver tradicionais. Por mais ampla e abstrata que a expressão *de fora* denote, aquilo que chamam “comunidade caravelense” ou “comunidade de Viçosa”  , de inúmeras maneiras, pensada e elaborada a partir do contato entre diversos *de fora*. Há os que chegam na região e assumem as práticas tradicionais e são incluídos no grupo, seja doméstico, local ou regional. Esse *de fora*   percebido e parece haver um esforço desses indivíduos em serem notados como participantes da história local, comungando valores morais e costumes, pouco importando seus antecedentes, sua origem⁹⁶. Já essa outra categoria de exótico, que veio com a implantação do Parque de Abrolhos comporta um estigma:  

⁹⁴Minha mãe esteve presente na ocasião quando pousou no aeroporto da cidade o B52 da força aérea norte americana, aeroplano chamado “a fortaleza voadora” por ter sido decisivo nos bombardeios   Alemanha nazista durante a 2 . Guerra mundial. Segundo relatos a pista do aeroporto de Caravelas fora considerada durante muito tempo como uma das melhores do Brasil.

⁹⁵ Aqui enxergo uma diferenciação nos termos que Bourdieu (1998) amplia acerca do conceito marxiano de Capital que envolve não apenas bens e riquezas, como toda a sorte de distintivos desde o senso est tico até o acesso a pessoas e grupos de notável prestígio. (Bourdieu 2008, 1998)

⁹⁶ Uma história espantosa me foi contada sobre um “gringo” que teria chegado ali e, conhecedor de embarcações e motores náuticos fixa-se em um bairro de pescadores de um dos municípios da região. Seus saber e experiência são úteis para a economia do bairro. Estabelece-se em definitivo, casa-se com uma nativa, tem filhos com ela e, depois de muito tempo é procurado e preso pela Interpol por tráfico internacional de drogas, d vida de sua vida pregressa a chegada   região. Curiosamente esta história não é diferente de tantas outras entre as quais os critérios de inclusão social se d  pelo que o forasteiro percebe, emprega ou adota das práticas sociais do grupo ao mesmo tempo em que retorna algo de sua habilidade, seu saber ou sua disposição. Há, na região, um anedotário extenso de fatos inesperados como o citado.

aquele que invariavelmente tem entre suas atribuições o interesse em *prejudicar* as práticas das pessoas do lugar com as proibições. Algumas práticas muitas vezes associadas à produção econômica local, com suas regras próprias e modos de fazer são edificadas segundo a tradição local, de acordo com as regras de sociabilidade e de reprodução social.

Porém quando chegam os “ambientalistas” a percepção sobre o *de fora* muda, na exata proporção em que estes afetam mais amplamente as formas tradicionais, como o caso da repressão por parte das práticas de agentes ambientais.

A sede da cidade de Caravelas fora assentada no entroncamento de rios do complexo estuarino ali presente. A enorme área de manguezal sofre influência da variação de maré e muitos terrenos contíguos a cidade são alagadiços, como o que descrevemos a seguir. Segundo relatos, o Bairro Novo fora ocupado por volta dos anos 1980 no processo de expansão urbana de Caravelas. Terrenos de pequenos e preços relativamente baratos atraíram pessoas, principalmente as da “zona ribeirinha”. De acordo com a pesquisa de campo, o Bairro Novo atrai os *moradores das ilhas* que buscavam melhores condições de moradia e acessos à urbanidade⁹⁷. Conforme fui percebendo não houve propriamente uma “migração” ou uma mudança em definitivo dos moradores da zona ribeirinha para o Bairro Novo, mas outro modo de apropriação do território em que a relação campo-cidade se coaduna e cujos elementos não estão necessariamente desconexos, mas ao contrário, possuir uma casa no Bairro Novo confere aos ribeirinhos uma forma de diminuir distâncias e, no limite, reinventar sua relação com a cidade.

A ocupação do Bairro Novo, nova periferia da cidade⁹⁸, ilustra uma vida relacionada aos ciclos e recursos do manguezal, pela sua proximidade com o Rio do Macaco, um dos afluentes do Rio Caravelas. A vizinhança com a água é comum em toda a região em estudo, mas especialmente a zona costeira do Bairro Novo é desenhada por dezenas de trapiches e portos muitas vezes apropriados respeitando às relações de afinidades familiares e de vizinhança. Desta forma os moradores tem acesso fácil e direto por canoas, “bateiras” ou mesmo “botes” motorizados aos sítios de origem

⁹⁷ O trabalho de Fontes (2009), tendo como conceito operativo a migração, conta os motivos que animaram os moradores da zona ribeirinha na ocupação desse bairro.

⁹⁸Mello (2010) etnografa as relações centro-periferia na cidade de Caravelas, contando a experiência de um movimento social na “Avenida”, antiga área estigmatizada da sede da cidade de Caravelas.

espalhados pelo imenso estuário. Essa configuração física e relacional peculiar do Bairro Novo lhe conferiu uma ocupação flutuante que se esvazia durante a semana e aumenta durante os fins de semana, quando o *povo das ilhas* traz os produtos do extrativismo para serem comercializados na feira da cidade.

Por se tratar de terreno alagadiço e assim, amparado por legislação específica, cuja atenção é redobrada pela vigilância de “ambientalistas” a ocupação do Bairro Novo ocorre sob conflitos. Percebido como zona fronteiriça, o bairro foi sendo ocupado com o aval da municipalidade mas em desacordo com os servidores do Ibama que se dispuseram a interromper o processo de expansão urbana em direção ao manguezal e ao apicum, que como vimos se trata de zona interstícia entre o alagado e a terra firme, local de morada e captura do guaiamum, crustáceo de relevante valor econômico. Conta-se que, em dada ocasião, servidores do órgão ambiental federal teriam ameaçado os recém ocupantes do Bairro com um aparato ostensivo, usando de truculência desnecessária, segundo me contou uma liderança local, cujo trecho transcrevo a seguir:

“Na realidade não sei se te dizer se foi bem a mando dele [servidor do Ibama], acredito talvez até que não, mas pode ter o dedo dele sim. Mas naquele período tinha um rapaz aqui que era do IBAMA mesmo, aquela época o Ibama era forte aqui na região. Então nós chegamos por aqui, surgiu que essa área aqui nós sabíamos que essa área aqui era de restinga tinha mangue mas também tinha área assim de terra firme. Manoelzinho [prefeito] deixou o povo tomar conta disso aqui, mas o Ibama tava chegando com Odisseu, forte, e aí eles vieram impedir, que o povo construísse na área, que a área era do governo que era não-sei-o-quê do exército, da União e que não poderia ser construído. É da União, eu falei bem assim pra esse cara, o cara veio de escopeta, teve isso, helicóptero pousou bem ali, eu e seu Rogério. Aí Eles tiraram a culpa de cima e disseram assim: foi o prefeito que mandou, nós vamos passar com o trator por cima das casa! você imaginou? Você com toda a sua luta, fazendo sua casinha, pra morar com sua esposa seus filhos e você ouvir alguém dizer que vai passar por cima de sua casa o trator? Aí eu estava ali voltando do trabalho, facão na cintura, estava apanhando guaiamum. Aí eu falei assim: Como é que é a conversa aí meu irmão? Vocês tem 15 dias pra desmanchar a sua casa ou n’so vamos passar com o trator por cima delas. Aí eu falei assim: Meu amigo é o seguinte minha casa tá ali no alicerce, se a terra aqui é da União é do povo, vc mora aqui? Você mora aonde? Não, acho que era de são Paulo ou rio, caravelas é um povo acolhedor, a gente acolhe aqui qualquer um, de qualquer local do

Brasil, a gente tem mesmo esse espírito de mãe mesmo. Mas você vim com essa conversa, cara? Será se você não poderia vim de lá como presidente aí do Ibama sei lá o que você é, com uma conversa melhor pra gente não? Em vez de você fazer isso, você não poderia ajudar a gente? Aí ele ficou de cara, mas a ordem que eu tenho é de tirar todo mundo daqui. Ai eu virei e falei assim: olha, eu não sei de onde você veio, quem você é, eu permaneço aqui, sempre filho daqui, minha casa tá ali se você vai passar por cima, pode passar, mas a sua cabeça vai rolar. Ai ele ficou assim, ele e mais dois de escopeta que parou ali, mas você trouxe isso ai pra quê, rapaz? Você veio pegar o quê? Leão, elefante? Aí o povão viu a nossa coragem e partiu pra cima, eu vi eles com medo, eles deram tiro pra cima. Eu falei com ele assim: Ó você que é do Ibama poderia vim, sentar com a gente conversar, ver se a gente tem condição de fazer as casas, olha onde nós estamos fazendo casa? Nós entendemos isso, nós estamos praticamente junto com as casa de caranguejo por que? Porque somos humilde e não temos condições de comprar outro terreno lá na pista que é o ideal. Porque você não vai a Salvador, Brasília conversa com os homens a situação do povo, já tem aqui mais ou menos trinta casas, compra um terreno lá faz as casas pra gente que a gente sai daqui. É outra história Mas você passar por cima daquilo que a gente já conseguiu com nosso suor pra depois não ter nada, meu amigo? Depois ele veio, depois de uns 15 dias desse fato, ele voltou me procurou e veio me pedir desculpas. Eu não sei como ele permanece nesse Ibama aí.”

O servidor que a entrevista se refere, cujas práticas repressivas o posiciona como uma espécie de ícone desse “ambientalismo” fundado na truculência e no desrespeito aos modos de vida tradicionais, está na interseção entre o nativo e o *de fora*, por ter laços de parentesco com famílias da cidade. Esse episódio apesar de pontual e datado no tempo, fora descrito por outros interlocutores, que comungavam com esta elaboração da memória social acerca das práticas repressoras de agentes ambientais. Se o fato realmente ocorreu da forma com que me contaram importa menos e importa menos ainda se tal servidor teve ou não envolvimento no imbróglio, porém a elaboração nativa do *modus procedendi* ideologicamente formado a partir da associação a este “ambientalismo”, reflete uma relação por vezes inconciliável e por outras inconfiável entre os que agora se denominam “extrativistas” e o Ibama/ICMBio. Portanto há inúmeros eventos que confirmam a tese de que se rejeita de antemão as propostas de ordenação do território como foi o caso da Reserva Extrativista, pois a expectativa é da proibição e da repressão, de acordo com o que se construiu acerca das práticas do órgão ambiental, pela ação de alguns de seus analistas.

Pessoas que antes nunca eu tivera acesso por ter sido posicionado neste grupo “de fora” desse “ambientalismo” reativo, tem agora outra disposição para o diálogo, uma vez que percebem que o órgão ambiental e as ONGs são conduzidos por pessoas que invariavelmente chegam para trabalhar por um período determinado⁹⁹. Pode significar também que há um outro momento na luta social no qual os “extrativistas” avaliam que a Resex pode ser um espaço de construção de seu campo de atuação, e de comunicação de sua distintividade cultural, superando formas tradicionais de tutela a que estavam sujeitos, ampliando o alcance de suas reivindicações como atores políticos mediante as arenas inauguradas pela Resex.

Acredito que com a Resex as coisas podem melhorar pra zona ribeirinha, por mais que talvez eu vivo pra daqui 10, 15 anos e acaba também me decepcionando, mas eu to querendo acreditar que agora algo vai mudar na zona ribeirinha.(Benedito, presidente da Associação de moradores do Bairro Novo)

Entretanto, para que a Resex seja reconhecida como um instrumento de garantia das práticas tradicionais e não como mais um mecanismo repressor que revitaliza práticas consuetudinárias de poder, os “extrativistas” devem, conforme me contaram, assumir as conduções políticas da Resex por meio de suas lideranças comunitárias que devem cerrar fileiras às formas de sujeição que se atualizam com as práticas repressoras de alguns servidores e “ambientalistas”

⁹⁹ Vários técnicos foram nomeados para chefiar o PARNA Abrolhos, que depois de cumprida seu período, retornam a seus lugares de origem. Isso também ocorre entre pesquisadores e técnicos de ONGs.

4) Às margens da Resex: lideranças, associações e processo identitário.

Este capítulo aborda as formas de participação de lideranças comunitárias em entidades representativas e os critérios de inclusão e exclusão dos grupos sociais em tela. Com o processo de implementação da Resex d Cassurubá, os pescadores e *moradores das ilhas* são instados a responder às regras da institucionalidade na formalização de associações “extrativistas”.

A fim de escapar da tutela do Estado, já experimentada em outras ocasiões em que se viram obrigados a se organizar enquanto categoria de trabalho, como por exemplo nas Colônias de Pescadores, os “extrativistas” procuram um modelo de organização de outros grupos sociais em Resex, que consideram parecidos com os de Cassurubá, como o caso da organização “extrativista” da Resex de Canavieiras.

Nos debates em torno da elaboração de identidades nas reuniões de associações, as lideranças comunitárias definem estratégias para tentar superar os processos de controle social que percebem por parte das ONGs e do ICMBio.

O processo de territorialização da Resex: beirando as margens da praia.

A invasão de “caranguejeiros *de fora*”, foi, como vimos um dos motivos para se aventar a hipótese de criação da Resex com vistas a proteger o manguezal e os modos de vida dos *moradores das ilhas*. Esses canranguejeiros, como foram chamados, principalmente vindos da mesorregião sul da Bahia, obrigou a prefeitura de Nova Viçosa a exarar oortaria para fechar a coleta por seis meses, os “caranguejeiros de fora” foram pegos de surpresa e foi preciso chamar a CAEMA¹⁰⁰

Por ter a função de interromper a *invasão*, A Resex do Cassurubá é vista como positiva pois *qualquer coisa para preservar o Meio ambiente é válida*. Mas tem a *questão política* também, pois havia investimentos sinalizados para a área de manguezal e a Resex poderia atrapalhar futuros empreendimentos capitalistas já acordados entre os políticos locais. Essa sentença é que fez com que o prefeito e os secretários de Nova Viçosa recuassem o apoio à Resex. A maior parte do licenciamento municipal em Nova Viçosa envolve a silvicultura, principalmente as de celulose. Para driblar as normas locais de zoneamento,

¹⁰⁰ Batalhão da Polícia Militar especializada em conflitos relacionados ao Meio Ambiente.

(...) Porque essas empresas tiveram uma cota, você tem direito a comprar tantos hectares de terra dentro do município, só que você não pode comprar mais que isso, aí o que eles fizeram? Um trabalho de fomento, você tem a terra você planta e eu compro seu eucalipto, entendeu? Ela faz dessa forma, então ela faz um contrato com o proprietário da terra, ela não pode comprar terra mais, mas outra pessoa pode plantar e ela compra o eucalipto.

As empresas então construíram uma saída para as normatizações de uso do solo, e grande parte dos terrenos rurais estão grassados pela monocultura do eucalipto. Pescadores urbanos e *moradores das ilhas* da região atribuem a derrota na pesca aos defensivos agrícolas e adubagem da silvicultura, cujos eucaliptais estão bem próximos dos riachos e igarapés sendo a chuva a responsável por carrear o *veneno* para o estuário e então para o mar.

Apesar da silvicultura de eucalipto se fazer presente em toda a região, as principais fontes de renda de Nova Viçosa são a pesca, o turismo, que ocorre principalmente no verão e especificamente no *réveillon* e no carnaval. São, por conseguinte, as atividades que estão sob regulação da Resex do Cassurubá cuja proposta fora aventada para algumas pessoas principalmente funcionárias da municipalidade.

Há cerca de 8 anos, a secretaria de Meio Ambiente de Nova Viçosa recebeu um servidor do Ibama lotado no CEPENE que apresentou para um público ampliado a proposta da Resex do Cassurubá. Somente esse servidor, que já estabelecera uma interlocução mais próxima com a prefeitura por conta das ações do Projeto Manguezal/CEPENE, foi quem trouxe para Nova Viçosa a ideia de criação da UC. Isso explica, em parte, o ressentimento de pescadores de terem sido apenas informados da proposta, sem que uma participação efetiva no processo para a proposição de uma agenda comum pudesse ser construída. Mas não somente técnicos da prefeitura que estiveram a par da ideia da criação da UC, mas a Colônia de Nova Viçosa, por intermédio de seu presidente, começa a participar do processo de mobilização da Resex, por entender que poderia regular a pesca, principalmente nos bancos camaroneiros defronte à cidade, objeto de disputa com pescadores de Alcobaça. Foi, portanto, a Colônia de Pescadores Z-29 de Nova Viçosa a entidade que primeiro se engajou na luta pró-Resex e mobilizou os pescadores de camarão para ampliação do território da UC, antes circunscrito ao estuário, para as áreas dos pesqueiros de camarão, no mar.

A Colônia de pescadores de Nova Viçosa: representatividade e política

Waldeck, presidente por quatro mandatos na Colônia Z-29, nasceu em Nova Viçosa, mas emigra para Macaé e retorna ao município depois de conseguir agregar alguma experiência de trabalho no *exterior*. Esse tem sido um dos principais critérios para se garantir a credibilidade das lideranças comunitárias, uma vez que vindo do mundo *de fora*, incorpora em seus saberes, os conhecimentos considerados necessários para comunicar as práticas do povo *nativo* com a institucionalidade, quais sejam os procedimentos formais, uma gramática institucional e as relações com as instituições governamentais e não-governamentais. Contudo, como se verá adiante, o fato de ter emigrado, pode posicionar o indivíduo no lugar do *de fora*, uma vez que não compartilha mais os mesmos valores, contaminados por uma moralidade externa ao grupo social que pertencera. Tal ocorre com muitos emigrados que ao retornarem tornam-se comerciantes, donos de terras, ou mesmo políticos. É muito tênue essa diferenciação entre essa categoria de pessoas que os dados etnográficos me informam. Aqueles que experimentam o *trabalho em firma* em centros urbanos ao emigrarem, trazem conhecimentos e práticas que vão sendo absorvidos pelo grupo local que, das formas mais diversas, se apropriam desses elementos incorporando ou negando tais saberes e práticas. Se os princípios das regras locais não forem, de alguma forma, vilipendiados, os elementos são incorporados, tais como tecnologias, termos, práticas políticas e culturais e valores. Se, de outro lado, ferem a moralidade do grupo, esses elementos não são aceitos e aquele que o trouxe é identificado como estrangeiro, como aquele que pode, de alguma, forma prejudicar as formas de criar, fazer e viver do grupo local.

Conheço a Colônia de pescadores de Nova Viçosa por intermédio de outro pesquisador, um biólogo que me apresentou seu presidente em 2007. Sou recebido em sua sala e não consigo, naquele momento estabelecer uma conversa mais amena com seu presidente, apesar de conhecer e reconhecer outros pescadores que ali se encontravam. Percebo que ainda devo retornar algumas vezes para estabelecer uma relação mais próxima com Waldeck, sempre muito ocupado atendendo pescadores da mesma forma desconfiado das proposições de “ambientalistas”, a que fui identificado em alguns momentos do trabalho de campo, por me engajar na luta anti-carcinicultura. Participo de várias reuniões da Resex em que Waldeck se encontra presente e ali tento estabelecer um contato mais próximo o que me ajudou a entender com maior profundidade sua relação com a Colônia, com os pescadores e seus pontos de vista.

Waldeck foi uma das principais lideranças da pesca a abraçar a ideia da Resex, projetando o território da Unidade de Conservação como uma forma de se garantir a manutenção dos pesqueiros, mormente os bancos camaroneiros para os pescadores de Nova Viçosa. Waldeck, apesar de figura chave na mobilização de pescadores pró-resex, tem seus objetivos bem definidos em relação à UC, qual seja, a garantia dos bancos camaroneiros para Nova Viçosa e Caravelas, se isso não for garantido, não há porque criar uma Unidade de Conservação, pelo seu ponto de vista. Ouvi sempre sua reclamação de que a Resex está muito mais próxima de Caravelas, porque sua sede ali se encontra e os pescadores de Nova Viçosa estão sempre *atrasados* no que diz respeito à comunicação da UC e, por extensão, às suas demandas. De fato, foi a partir de sua mobilização junto aos pescadores que a Resex sai da circunscrição da área de manguezal e alcança o mar, mesmo com o posicionamento do prefeito Robinho, anti-resex, e que teria, junto com o prefeito de Caravelas, Davi da Caixa organizado a APES – Associação dos Prefeitos do Extremo Sul da Bahia, para, entre outros objetivos políticos, estancar o processo de criação da Resex do Cassurubá. Segundo Waldeck, apesar de alguma proximidade pessoal com o prefeito, jamais falaram sobre a Resex defendendo seus posicionamentos.

Segundo Waldeck, a prefeitura tem pouca relação com a Colônia a não ser em ações pontuais advindas de reivindicações da entidade, como por exemplo o transporte de cestas básicas que são doadas por meio de programas governamentais do Estado da Bahia. Teria sugerido a criação de uma secretaria de pesca, promessa de campanha do atual prefeito, mas que não foi cumprida. A secretaria, segundo Waldeck criaria condições materiais de se elaborar projetos para a *classe pesqueira*, viabilizando alternativas para o pescador, que segundo os dados de campo, se encontra em condição *precária*, devido ao colapso dos estoques pesqueiros, sentido por eles, pelos ambientalistas, atravessadores de pescado, lideranças políticas e pela própria cidade, que não encontra mais o pescado para o consumo. Em entrevista, Waldeck me conta como teria chegado até ali:

O primeiro passo para eu me interessar pela Colônia porque assim que eu voltei pra aqui, a gente via a Colônia mal tinha uma sede, tinha um biombo ali, cheio de rato dentro, comendo os papéis. Aí pintou aí esse candidato a prefeito querendo dar um impulso na Colônia, e teve a *contrapartida* de 5 mil reais na época pra comprar material, então tinha um presidente interino que dizia presidente que era sargento da Polícia Militar, que não aceitou os 5 mil em material, que aceitava os

5 mil em mãos. Só que alguns já estava escaldado e não queria que desse o dinheiro, que desse o material, então deu o material. A oposição também queria ser candidato a prefeito, a oposição também deu o restante, deu mais de 15 mil para fazer essa sede. Aí nós elegemos uma comissão provisória que entrou com três meses já fez uma arruaça grande e aí resolvemos tirar ele, eu ajudei a organizar, nós fomos em Salvador organizar a documentação da sede, estava tudo clandestino, não tinha nada no papel legalizado. Aí fui a Salvador visitar o jurídico da Federação, consegui organizar a documentação, aí colocamos ele como comissão provisória. Aí na Comissão Provisória eu já tinha descoberto um desfalque dele, mas fiquei quieto na minha e deixei ele ir à eleição, aí na eleição só teve um candidato, aí dois meses depois eu descobri mais coisa aí botei em tona. Chamei o Conselho Fiscal e foram apurar e realmente tinha um desfalque de mais de doze mil reais, dinheiro que entrava na Colônia e ele sugava. Aí entrou o suplente dele que era um secretário, quase igual a ele, assumiu aí até o período de eleição, aí na eleição eu me candidatei. Aí eu disputei com o tesoureiro que estava com ele e com o secretário dele, aí deu uma diferença de 18 votos, mas até então o pessoal ainda não acreditava em mim, que era um *de fora*, que o pessoal me considerava como um de fora já, que ia derrubar a Colônia, aí eu mostrei pra eles que eu ia entrar na Colônia que eu ia trabalhar por eles, mostrar *benefício* pra eles e que meu interesse também seria futuramente um cargo de vereador, pra poder representar a classe pesqueira no Legislativo, então meu intuito foi esse. Então entrei, primeira eleição ganhei, passou meu mandato, entrei de novo e tô aí. Já entrei antes de me eleger, trabalhei como voluntário sem receber um real, coloquei meu carro à disposição, tudo me comprometi, financiamento, dentista, prometi o que eu nem sonhava em fazer, prometi mas tudo eu cumpri. Hoje nós temos dentista, meu carro ficou à disposição da colônia, trabalhei como voluntário, prometi financiamento pra reforma e compra de barco, graças a deus conseguimos 40 barcos para Nova Viçosa, financiado, conseguimos mais um milhão de reais para compra de material nesses dois anos últimos aí, 2006-2007. Quero também agora poder ter oportunidade de conseguir chegar no legislativo para mim poder também ter mais uma força de uma prefeito que seja, pra poder trazer *benefício* para a Colônia, para os pescadores, quem sabe ter uma secretaria de pesca aí pra poder fortalecer o setor.

Nesse longo trecho extraído de uma entrevista a mim concedida por Waldeck em 2007, há diversos momentos dignos de nota. De acordo com ele, a Colônia encontrava-se desorganizada na ocasião em que são editadas as normativas referentes ao seguro defeso. Os direitos reivindicados e garantidos pelo Estado não chegavam aos pescadores pela falta de documentação das entidades representativas, nesse caso a Colônia de

Pescadores. Em Caravelas também houve questão semelhante quando foi criada a Ampac que prometia, por meio de seu presidente e do analista ambiental, coordenador do Projeto Manguezal/CEPENE que fomentara a criação da entidade, por meio da qual estariam garantidos os benefícios do seguro desemprego por intermédio da Associação. Segundo me informaram posteriormente, as duas Associações teriam por objetivo velado esvaziar politicamente as Colônias de Pescadores que estariam sob a influência de grupos político-partidários. Bebinho, como também é conhecido Waldeck, também indica a hesitação do grupo de pescadores em aceitar um representante *de fora*, apesar de *nascido no lugar*, estava fora há certo tempo e teria perdido os laços que o identificava com os pescadores. A categoria *de fora* é, como já vimos, uma forma de depreciação que exclui os indivíduos das formas tradicionais de vida. Comerciantes, pesquisadores, analistas ambientais são os *de fora*, mas também aquele que parte e volta com outros registros também é considerado *de fora*. Ao mesmo tempo também há formas de inclusão que não transformam o *de fora* em *nativo*, mas aproxima-se dele, conforme as regras locais de pertencimento, como participar da vida comunitária em associações e reivindicações, como o casamento que pode tanto afastar o cônjuge oriundo do grupo ou aproximar o estrangeiro, como também viver sob a mesma esfera de moralidade construída pelo grupo. Ali não se sabe se Bebinho é *de fora* do grupo de pescadores ou da própria comunidade de Nova Viçosa, porém, a medida em que organiza a Colônia, começa a ser (re)considerado como *nativo*.

Waldeck também deixa patente que sua intenção é concorrer à vereança. Verga sempre uma vestimenta formal, em gravatas e, sempre sério, defende pontos de vista às vezes polêmicos, como o caso que relata do seguro defeso, sobre quem pode ou não ser categorizado como pescador. Por isso acumula uma lista de desafetos que até o momento da textualização dessa tese alimentam disputas pelos espaços conquistados pela Colônia sob sua gestão. Concorre à Câmara de Vereadores de Nova Viçosa em 2008 mas não consegue votos suficientes para se eleger, contudo permanece na presidência da Colônia Z-29 até hoje.

Waldeck chama de *contrapartida* os recursos advindos da disputa eleitoral como forma de persuadir lideranças comunitárias para o apoio desse ou daquele candidato. A prática é tão comum ali, e, creio que em boa parte dos municípios da região, que não há nenhuma hesitação por parte de Waldeck em assumir que aceitou a *contrapartida* em troca de apoio, prática reprovada pelos membros da AMAP. Como a *contrapartida* não

teria ido para seu bolso, mas para o coletivo, para a Colônia, a prática não é condenável. De fato, as pessoas esperam a *política*, isto é, o período eleitoral, para angariar *benefícios* pessoais, para fazer pequenos reparos em casa, conseguir emprego para um parente. O que alguns chamam de *compra de votos*, na verdade é forma de se fazer política ali, assim como pagar uma conta de luz ou de água, ou mesmo levar um ente familiar enfermo para ser atendido em Teixeira de Freitas. Estas são *obrigações* para além das *contrapartidas* próprias da época de eleição.

Waldeck também comenta do voluntarismo do trabalho na Colônia que é recompensado por *pro-labore*, retirada mensal a que tem direito os membros da gestão. A Colônia, apesar de *pagar pouco*, pode então ser trampolim para a *política*, de um lado, e, praticando a *desonestidade*, condenada por Waldeck, pode ser uma fonte de renda devido aos vultosos aportes de recursos advindos do seguro defeso para membros colonizados, como é o caso das Colônias de Caravelas, Alcobaça e Prado que ultrapassam a casa dos 1000 associados, por exemplo. Recebi denúncias de *pés-enxutos*, isto é, aqueles que não usam a pesca como fonte principal de renda, que dividiam o benefício do seguro defeso com membros da gestão de Colônias da região. Waldeck adverte:

Se eu me eleger eu tô fora da Colônia, porque eu não vou trabalhar de graça, porque o salário aqui é 100 reais, 150, 200, 400, chega na época do seguro desemprego tenho um salário aqui de 900 reais, passou daí é 100, como é que um pai de família pode viver com 100 reais? Minha sorte é que tenho minha renda por fora, minha embarcação, compro um negócio, vendo, compro um barquinho, vendo, é por aí que eu aguento.

Eu: Mas como é que é esse negócio de salário?

Aqui é *pro-labore*, do que arrecada 30% vai pra diretoria, desses 30% eu tenho 12 e cada um dos secretários tem 9%, cada um. Se arrecadar 1000, tem trezentos pra dividir pra três. E tem uma parte que tem que pagar para a Federação, 10%.

Eu: E como é a Federação?

A Federação não ajuda em nada, só às vezes quando você precisa de um setor jurídico, ou prestação de contas.

Você sente alguma pressão da federação de lá pra cá? Pressão política, por exemplo tem um candidato que é oposição sua...

Não aqui, a minha posição é o que eu escolher se eles botarem imposição, não tem palavra deles. Eu aqui apoiei o deputado do [indicado pelo prefeito] e apoiei o presidente da Federação que saiu deputado federal, em troca de uma obra, em troca daquela cobertura daquele galpão ali, 8 mil reais, a telha e a madeira aí, ou seja, a obra saiu pra mim não importa seja prefeitura, seja quem for.

A Federação, de âmbito regional, organiza periodicamente encontros nos quais convida diversos órgãos governamentais para instrumentalizar os representantes das quase 80 Colônias pescadores da Bahia, no que diz respeito aos direitos garantidos pelas políticas públicas da pesca. A relação com a Federação, como levantei em outras Colônias da região parece ser mesmo instrumental, reduzindo-se às demandas jurídicas e prestação de contas. Há, porém, formas usuais em outras gestões e em outras Colônias pelas quais utilizam o pagamento do *benefício* como instrumento para se captar capital político

Eu tenho 458 pescadores afiliados, Mucuri tem (...) 80 barcos, era pra ter 80 seguros, nem aqueles 80 pescam camarão, tem mais de duzentos que fazem seguro. Só aqui moram três ou quatro pescadores que eu sei, que recebem seguro do robalo, um já se aposentou, não é pescador, tem comércio, sempre foi pedreiro e sempre recebeu seguro do robalo em Mucuri. Outro recebe seguro do camarão tem um estabelecimento na rua lá embaixo, nunca pescou e recebe seguro direto. (...) a lei é bem clara dizendo que o único decreto que tem que é o 221 que o pescador profissional é aquele que faz da pesca sua profissão (...) ou meio principal de vida. Tem mais de dois anos excluído da atividade não é pescador, a lei diz isso. Pescador é aquele que sobrevive diretamente da pesca.

Eu: mas às vezes tem aquele negócio: tem pescador também que não pesca camarão, pesca outras coisas, aí acaba recebendo o seguro do camarão.

Ele é pescador, mas aí vem um porém que é o defeso do camarão, ele pesca de linha recebe defeso porquê? Porque ele tem que se adequar a lei, a entidade governamental tem que se adequar, tem que dar carteirinha pra pescador de linha, tem que dar carteirinha pra pescador de camarão, são eles que tem que se adequar. (...) todo ele, tá no mar pescando é pescador profissional.

O procedimento na Colônia Z-29 sob o comando de Waldeck é o seguinte: pescador para se cadastrar tem que trazer duas testemunhas, pescadores já colonizados e ainda uma declaração de um atravessador que compra do pleiteante o pescado há mais de um ano, além da assinatura do requerente com firma reconhecida. O *pé-enxuto*, ou seja, aquele que não tem relação com a pesca, é a categoria que se tem que evitar, de uma interpretação *ipsis litteris* do decreto, de acordo com Waldeck, pela força da Lei¹⁰¹.

Contudo o seguro, que tem por objetivo cessar a captura pelo período de reprodução de determinadas espécies tendo por fundamento estudos biológicos, pode ser estendido a pescadores que não fazem a pescaria daquela espécie, objeto do seguro defeso¹⁰². De fato, sendo pescador nos municípios da região é credencial para se receber o seguro, do camarão ou do robalo. Waldeck também associa o pescador profissional a posse de embarcação e entende que as marisqueiras, aquelas que filetam o camarão, não teriam direito ao *benefício*, porque não as considera pescadoras. A exclusão desse grupo de mulheres animou a criação da ASMAP – Associação de Marisqueiras de Nova Viçosa, que passaram a receber o seguro-desemprego por meio dessa entidade. Desde sua criação, há disputas pelos espaços políticos entre a Colônia Z-29 e a ASMAP e em diversos momentos presenciei uma depreciação de uma a outra, seja em reuniões oficiais, como em conversas informais.

A associação, ASMAP, foi criada, segundo Waldeck pelas pessoas que foram excluídas da Colônia por ele em Assembleia Geral, *por serem pessoas que não sobrevivem da atividade, um que era carpinteiro e hoje é presidente do PT e tá ligado à associação*.

Diz que excluiu mais de 130 pessoas da Colônia e faz as contas de que são pelo menos o triplo de votos que possivelmente teria no pleito à vereança e isso reflete

¹⁰¹ Até aquele momento a definição constava do Decreto Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967, cuja redação foi revogada pela Lei 11.959/2009, que, no seu art. 2º, inciso XXII, define o pescador profissional como sendo “a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.”

¹⁰² Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, “Seguro Defeso é uma política estratégica que protege as espécies e garante renda aos pescadores. Todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a reprodução das espécies. Nesse período, em que o tempo de proibição é definido por lei, os pescadores profissionais recebem o Seguro mensalmente, na quantia de um salário mínimo.” Disponível em <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/seguro-defeso> Acesso em: fev/2013.

inclusive na política interna da Colônia, pois muitos desses que foram excluídos tem relações pessoais ou familiares com colonizados.

Em relação às marisqueiras, isto é, as descascadoras de camarão, as filetadeiras, Waldeck não entende que se enquadre na categoria de pescadores pois segundo a Lei, elas não estariam incluídas¹⁰³.

Uma grande maioria delas está aqui, mas o restante não está porque não tem autorização para fazer mais documentação para elas, tá suspenso, então tem uma briga desde 2005 e tá no senado federal para aprovação. Já teve encontro das mulheres lá em Brasília, dois encontros, mas não foi nada decidido ainda para se reconhecer como pescadora, muitas são associadas na colônia de pesca mas não são reconhecidas, não é lei, elas tem porque na época criaram como clandestino e eu não sou eu que entro agora na Colônia e ia cortar, mas a qualquer momento pode estar cortadas. Se o governo descobrir aí que são descascadoras de camarão e tem documento de pesca vão ser cortadas. (...) elas tão trabalhando na área do beneficiamento, o pescador é quem captura.

Essas estão se cadastrando na associação [ASMAP] como pescadoras e não são pescadoras.

Por outro lado, Waldeck reconhece que as marisqueiras sofrem também com a interdição da pesca, pois o município não oferece emprego e as filetadeiras tem poucas oportunidades de trabalho, mas defende que quem teria que pagar o salário a elas é a peixaria, o atravessador, como prevê, segundo ele, a lei do Ministério do Trabalho, pois elas trabalham para as peixarias *ganhando centavos*, sem os direitos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho, pois os contratos são *de boca*.

No que diz respeito à representação política dos pescadores, segundo esse interlocutor, a Colônia é *pra trabalhar nos direitos administrativos do pescador, quando se fala em correr atrás de preço não está à nossa alçada*.

A garantia do banco camaroneiro e o direito de posse no mar

¹⁰³ Em 13 de junho de 2012 a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou projeto de lei que concede seguro-desemprego aos catadores de caranguejo durante o período de defeso. No entanto as filetadoras de camarão ainda não foram categorizadas para fazerem jus ao seguro defeso. Disponível em <http://avol.jusbrasil.com.br/politica/8801828/senado-aprova-seguro-desemprego-para-catador-de-caranguejo>. Acesso em janeiro de 2014.

De acordo com a percepção de muitos de meus interlocutores, o Ibama/ICMBio sempre esteve *longe* dos pescadores artesanais. Waldeck reclama das denúncias feitas ao órgão acerca das embarcações de grande porte que pescam camarão durante o defeso, principalmente provenientes do Sudeste, em que o período de defeso é em outro momento do ano em relação ao período do defeso do Nordeste e quando *fecha aqui, lá está aberto e eles vem pescar pra cá*. Nova Viçosa e Caravelas são o 2º e 3º municípios costeiros mais próximos respectivamente da fronteira com o Espírito Santo, e o mar e os peixes acabam sendo incluídos na divisão político administrativa.

Realmente, a *posse* dos pesqueiros respondem, em parte, à uma comunidade presumida dentro de limites das municipalidades, mas ao mesmo tempo, *o mar é de todos, da União* e os pesqueiros estão sob outras lógicas de apropriação. Um exemplo já mencionado é a forma com que pescadores *de Alcobaça* pescam o camarão. Mas não se trata apenas de pescadores de Alcobaça, pois há pescadores em Caravelas que também usam a tainheira transversal à praia; e também há pescadores em Alcobaça que usam o *balão* do mesmo modo que os pescadores de Caravelas e Nova Viçosa. Além disso, pela proximidade com o Espírito Santo, os pescadores com embarcações maiores e mais potentes rumam ao Sul atravessando as fronteiras político administrativas dos estados da Bahia e Espírito Santo à guisa de melhores condições para a pesca. Em menor escala as fronteiras desaparecem, a não ser quando *descarregam* o pescado, pois aí há um lugar específico em terra: no porto do Prado, em Mucuri, ou em Alcobaça. No mar os topônimos são os pesqueiros reconhecidos que limitam fronteiras e já esses não respeitam limites geopolíticos da microrregião. Portanto não há necessariamente, na pescaria, um sentido de posse dos pesqueiros em consonância com os limites estabelecidos pelas fronteiras, como ocorre em certos casos. Entretanto para fins de políticas públicas estaduais, municipais, mesmo federais, como o caso da regionalização do defeso do camarão, nesse exemplo, os territórios pesqueiros são assim tensionados por múltiplas forças, que impõem regras distintas, que desafio o antropólogo a “realmente entender como as pessoas convivem com suas normas, que são, muitas vezes conflitantes entre si” (Van Velsen, 2009, p. 453)

Também, como vimos, há as transformações do mundo *de fora*, que inclui desde mudanças climáticas percebidas por pescadores e *moradores das ilhas*, as mudanças estruturais na organização da gestão pública dos territórios das divisões político administrativas e a incorporação de técnicas, saberes e equipamentos na produção da

pesca. Equipamentos como o GPS e a sonda e o incremento na autonomia das embarcações também influem nos processos de territorialização dos pescadores, na medida em que hoje alcançam pesqueiros que antes desses adventos não tinham acesso. Como pensar hoje sobre propriedade coletiva de pesqueiros como Cordell, que estudara a pesca artesanal na Bahia na década de 1970 sobre a posse no mar (*sea tenure*), quando grande parte dos adventos tecnológicos que conferem autonomia e previsibilidade às embarcações e à pesca não estavam disponíveis? De acordo com Cordell:

Relative mobility of gear and fishing craft, seasonality, microenvironmental zonation, life cycles of fish and a variety of social variables also affect tenure arrangements in a given locale. (Cordell, 1989, p. 128)

Há portanto inúmeras variáveis que implicam a posse de pesqueiros já nos anos 1970 quando da pesquisa de campo de John Cordell que esteve entre pescadores de Salvador a Caravelas, percorrendo mais de 800 km de costa, repleta de comunidades pesqueiras que, segundo o antropólogo, teriam sido formadas, principalmente a partir da expulsão de lavradores das zonas mais férteis do interior.

A Coopesba: os tempos de bonança e a política local

O Sr. Lovate, trabalhou como gerente da Cooperativa de Pescadores de Caravelas – Coopesba e também membro da empresa, tinha 5 barcos na época em que a empresa gozava de significativa saúde financeira, no início da década de 1980. A CEPLAC financiou a nova sede da cooperativa que havia sido criada com o suporte técnico da Caritas, entidade missionária da Igreja Católica na Barra de Caravelas. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC em convênio firmado com o Banco Mundial – Bird, financia a ampliação do prédio, a capacidade da fabricação de gelo, e a compra de um caminhão destinado ao transporte do pescado para alcançar mercados externos. O crédito é sanado em menor tempo que o previsto. A Cooperativa que nesse momento oferecia diversos serviços a seus associados, como um supermercado destinado às famílias de pescadores, reforma de embarcações, oficina mecânica. A máquina de gelo produzia 16 toneladas por dia e, segundo Sr. Lovate, ainda havia

demanda para o gelo, pois a fábrica de gelo tem que ter uma grande capacidade já que o produto não pode ser estocado dada sua rápida perecibilidade. Segundo sua avaliação, é por conta disso que a fábrica de gelo montada pela Ampac em Ponta de Areia, com recursos do patrocínio da Aracruz Celulose no âmbito do subprojeto Associativismo do Projeto Manguezal/CEPENE, é inviável economicamente. Na opinião de alguns pescadores, a fábrica de gelo da Ampac foi construída sem estudos de viabilidade, inclusive a própria câmara de estocagem é maior que a capacidade de produção da máquina. O gelo então derrete imediatamente. Ademais, para baratear os custos de produção, a Ampac abriu poço artesiano, cuja água, pela proximidade com o manguezal, é amarelada, que alguns pescadores preferem evitar. Um pescador me conta que no dia da inauguração da fábrica de gelo da Ampac teria visto caminhões abastecerem a câmara de gelo da entidade como se aquele gelo tivesse sido produzido ali.

Um político local que atravessou diversas gestões municipais de diferentes partidos políticos teria usado a Coopesba como trampolim para a *política* e garantido influência e ganhos pessoais a partir da representatividade que alcançara como liderança da cooperativa.

Esse político que, segundo contam, teria se aproveitado da inadimplência de muitos pescadores que adquiriram embarcações por meio de programas de Estado avalizados pela Coopesba, e consolidou relações políticas com diversas famílias de pescadores, quando saldou dívidas adquiridas por alguns pescadores com petrechos e embarcações. Ao mesmo tempo logrou garantir para si uma frota considerável de barcos, que comparava dos inadimplentes. Também corre o boato que a própria Coopesba teria sido *desfalcada* para os interesses pessoais desse político. De fato, os pescadores de modo geral associam a falência da Coopesba não somente ao fato de que a produção de camarão e pescado diminuíram, pelo aumento da frota da região e da sobrepesca, mas muito mais por uma administração que se apropriara da cooperativa para fins particulares. Este político exerceu cargos de secretariado em Caravelas por alguns mandatos, inclusive de prefeitos rivais, dada a importância da sua influência entre pescadores.

A cooperativa teria começado há mais de 30 anos atrás na Barra de Caravelas, povoado de pescadores que até hoje é reconhecido como *bairro do povo do mar*,

diferentemente de Ponta de Areia, que, apesar de ser bairro de moradia de muitos pescadores, teria sido urbanizada a partir da organização do espaço pela Estrada de Ferro Bahia-Minas – EFBM.

A cooperativa foi montada com a ajuda de uma missão católica, de holandeses que também edificaram uma espécie de posto de saúde na época em que o acesso para Caravelas era muito mais difícil, pela ausência de linhas regulares de ônibus e pela *estrada de chão* que *atolava* por ser de areia fina e fofa.

Marly, oriunda de uma família de pescadores, casada com Mandi, um dos primeiros pescadores de mergulho da Barra é mãe de quatro filhos todos pescadores de mergulho, de uma das mais antigas famílias da Barra de Caravelas, é quem me conta sobre a origem da cooperativa:

A primeira cooperativa era em frente à praia, de madeira com palha. Quem fundou a cooperativa foi a finada Vilma e Corina, holandesas. Essa Corina era rosinha, chamada Manga rosa, porque ela era rosinha, e juntou com outro, D. Felipe. Tudo holandês, veio tudo com os padres, Frei Elias, Don Felipe. Esse centro pastoral que tem ali, era o posto de saúde, e já botou a Corina que era enfermeira, que também veio da Holanda, porque na época não tinha nem o hospital de Caravelas.

Segundo ela, depois que a sede da cooperativa vai para o centro de Caravelas, os pescadores perdem o controle da empresa e uma administração mais técnica acaba afastando os pescadores da própria cooperativa, fato que teria feito com que a empresa sucumbisse a outros interesses, principalmente de políticos locais.

Em Nova Viçosa parece que também algo parecido ocorreu. Ninico, que tem origem na *comunidade* das Perobas, e teria emigrado para o Sul em busca de melhores condições de trabalho. Nas suas andanças, aprendeu o ofício de mecânica de motores e marcenaria. Com esses conhecimentos retorna à Nova Viçosa em 1975 quando a pesca de camarão estava em ascendência. O camarão era exportado diretamente para Santos e, com a movimentação financeira da pesca, começaram a aparecer empresas de beneficiamento com contatos externos de distribuição, como a Barra Pesca. Em Nova Viçosa também se montou uma cooperativa e com o aporte de recursos de crédito financiados nessa época pelo Banco de Crédito Cooperativo – BNCC e o Banco do Brasil, muitos pescadores também adquiriram embarcações que Ninico construía. Afirma que trabalhava com 6, 8 carpinteiros e que comprava caminhão *fechado* de

madeira boa, que vinha do interior. Os frigoríficos ofereciam suporte às embarcações e até hoje as empresas de pescado contam com uma estrutura significativa, com rampas e máquinas para trazer o barco para o *seco*, máquinas de gelo e câmaras frigoríficas, bombas de óleo diesel; é ali onde o pescador tem certeza de que vai conseguir vender sua produção. Entretanto o preço do pescado é cada vez mais depreciado e os serviços de reparos, o gelo e o óleo, na imediata e inversa proporção, cada vez mais caros.

A cooperativa de Nova Viçosa também teria tido uma administração voltada para ganhos individuais de seus gestores, que teriam vendido os caminhões toda estrutura da cooperativa, até mesmo suas instalações.

Com a derrocada da cooperativa e dos grandes atravessadores o camarão é também comercializado por pequenos empreendedores que começaram comprando o camarão *de caixa*. Ninico explica:

Aí quando essa empresa parou, né, a exportação, aí veio aparecer as peixarias, compradores de camarão com caixa. Voce ir lá fora numa bateirinha daquela minha, você pegava quatrocentos, trezentos quilos de camarão, motorzinho à gasolina, mas tinha demais o camarão, moço, não podia demorar muito não, senão nem trazia. Aí surgiu os compradores de camarão de caixa.

Eu: Como é que é de caixa?

Ninico: Você comprava dois isopor, já montava a peixaria. Aí eu ia pescar, aí enchia os isopor e não tinha lugar mais pra guardar não, aí o pessoal foi gostando, aí arrumava o ponto e foi crescendo.

Hoje há muitas pequenas peixarias que compram, principalmente o camarão, na mão dos pescadores. Presenciei algo digno de nota quando a pesca iria *abrir*, isto é, quando iria findar o período do defeso, ouvi os pescadores de Nova Viçosa discutindo o preço do quilo do camarão na véspera da abertura da pesca. Os pescadores reuniram-se com o donos das peixarias para estabelecer o preço mínimo do pescado. Depois de longa discussão, o preço chega a 2,70, menor que a expectativa dos pescadores em estabelecer o preço do quilo de camarão a R\$ 3,00. Um pescador faz as contas:

A gente tá brigando a três reais, porque toda a vida aqui sempre abriu pesca sem preço, a gente ia pro mar sem preço, quando chegava, ah 1,60 /1,80. Toda a vida foi isso e o grande problema desse preço baixo é pro pescador só, é a qualidade do produto final, porque

eles põe 700 gramas de camarão, 300 gramas de água, pra eles, eles podem vender a 9 reais que dá lucro, compra a 1,80/2,00. Pra eles é lucro, porque eles não tão vendendo 1000 gramas de camarão, eles tão vendendo 700 gramas então os 300 gramas de três quilos ele faz mais um quilo e ainda sobra 200 gramas.

A negociação do preço do camarão entre pescadores e atravessadores, segundo a avaliação de alguns pescadores de Caravelas, indicam maior organicidade dos desses trabalhadores de Nova Viçosa em relação aos de Caravelas, atribuída à própria Colônia considerada mais atuante.

Os pescadores tentam garantir o preço mínimo para, de alguma forma, viabilizar a pescaria pois, sem esse artifício, há significativo risco do pescador não conseguir com a pesca o suficiente nem para a manutenção da embarcação, quanto mais garantir o sustento de sua família. Para Ninico o problema está no alvo da pesca, pois os barcos são pequenos e não tem condição de navegar para mais longe a fim de diversificar a pesca e aumentar os ganhos. Com isso os bancos camaroneiros estão sobre explorados e o pescador a mercê da produtividade e do preço de apenas um produto. Segundo a expressão local, é *coar água na beirada* – nas situações em que o *balão* não malha o camarão, mas pequenos peixes, *filhotes de siri* e o *sargaço* – matéria orgânica semidecomposta de algas e outros organismos – e, segundo Ninico, a diversificação na pesca, assim como na lavoura, pode interromper ou diminuir a pressão sobre as espécies-alvo, principalmente o camarão. Também avalia que as condições de qualificação e oportunidades de trabalho oferecidas à juventude são mínimas, obrigando as pessoas a entrar no ramo da pesca: *é um dinheiro rápido, aí o cara vai se acomodando, aí depois ele casa, tem filho, aí mesmo que ele se amarra*. Ao mesmo tempo reflete que a pesca de *balão* é uma pescaria fácil pois é *só jogar o balão na água, com duas horas você puxa, limpa a rede e joga novamente*. De fato, conforme me contaram, a pescaria de *balão* não exige muitos conhecimentos, é considerada uma pescaria fácil que *nem precisa ser pescador para baloar*.

Ser pescador, nesse sentido, envolve conhecimentos das dinâmicas das marés, dos ciclos da vida marinha e a pescaria de camarão, praticada por meio do arrasto do fundo, além de ser a considerada mais predatória, é a que prescinde dos tradicionais conhecimentos ligados à pesca.

A Associação-Mãe da Resex do Cassurubá: a construção de uma autonomia

A terceira reunião ordinária da Associação-Mãe da Resex do Cassurubá – AMREC foi realizada na escola da Barra Velha tendo presentes Luís jovem liderança do Caribê de Cima, Rubens, professor da Escola Menino Jesus na Tapera/Miringaba, Benedito Boy, representante¹⁰⁴ e presidente da Associação de Produtores Rurais da Ilha do Cassurubá, Lixinha, presidente da Ampac, Hélio presidente da Apesca, Jorge representante de Nova Viçosa, Adalberto, membro da diretoria da ASMAP, Natalino, representante da comunidade das Perobas e membro da diretoria da ASMAP, Rosane, moradora da Barra Velha, Rodrigo, morador e representante da Barra Velha do lado dos Viera, e ainda outros moradores da Barra Velha.

Na Barra Velha, no lado da praia, na reunião da associação-mãe no dia primeiro de maio de 2013, percebo disputas internas e como as lideranças comunitárias informam os modos de representação. Na ocasião, a Resex disponibiliza uma lancha para o transporte dos membros à comunidade de Barra Velha. O marinheiro da Resex, contratado via o programa de educação ambiental financiado pela Fíbria como condicionante ambiental e tendo a Apesca como executora, ocupa também uma cadeira no Conselho Deliberativo da Resex pela Ampac e, na posição de presidente desta entidade, assume também cadeira na associação-mãe da Resex. Essa entidade, pelo que acordam as lideranças comunitárias, pretende integrar e fomentar associações formais com vistas a um maior alcance e poder dos interesses “extrativistas”. Com representantes das entidades “extrativistas” como da Ampac, da Apesca, da Associação de produtores rurais do Cassurubá e da Associação de moradores da Tapera e da Miringaba, a lancha saiu de Caravelas, da sede do Parque Marinho dos Abrolhos, onde fica fundada e se dirige à Barra Velha, onde os representantes da *comunidade* das Perobas, de Nova Viçosa, das duas “unidades comunitárias” da Barra Velha, Asmap e colônia de pescadores aguardam. Realizada em uma sala de aula da escola local, a reunião começa com a fala de seu presidente sentado ao lado da secretária, vista por alguns como uma pessoa *de fora* que não deveria ter aquele assento. O presidente da Associação-Mãe, reproduz a formalidade do rito das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex. Filho de pescador, teria saído da região para cidades maiores, onde, segundo ele, aprendeu diversas coisas, tendo se engajado em inúmeras atividades, o que lhe conferiu experiência e saberes reconhecidos, hoje vistos como indispensáveis para a representação comunitária. No retorno de suas andanças à Nova Viçosa, Jorge compra

¹⁰⁴ Representante aqui é quem ocupa cadeira no Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá.

embarcação e se dedica à pesca de camarão, comum na região, pela profusão e produtividade do banco camaroneiro presente desde o norte do Espírito Santo até o Sul da Bahia, com espécies de significativo valor comercial como o camarão VG, o rosa e o sete-barbas. Contudo são os pescadores em frente à costa dos municípios de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa que são os mais pressionados e onde há disputas intensas conforme se verá adiante. Jorge porta, segundo o que se entende localmente por um perfil ideal para representação, elementos que satisfazem sua inserção como liderança: *é nascido e criado* no lugar, tem como atividade principal a pesca e conhece a gramática, os ritos e a lógica da burocracia estatal, por suas andanças no mundo exterior.

No início da reunião há uma discussão acerca dos procedimentos em relação à validação das atas, uma vez que o relato da primeira reunião da associação não houvera sido digitada e pôs em suspensão sua formalidade. Jorge inicia a reunião propondo a leitura da ata anterior, mas antes que a leitura da ata seja feita Lixinha faz uma ressalva e pede pra fazer leitura da ata da 1ª reunião:

Lixinha: Jorge, queria fazer uma ressalva aí, não sei se tá aí, mas seria mais interessante fazer a leitura da ata da primeira reunião.

Jorge: Aquela ata, Lixinha, foi até bom você lembrar, ela não foi concluída.

Lixinha: Por que que ela não foi concluída?

Jorge: Não foi concluída porque a Rosane precisou se afastar estava fazendo tratamento de fisioterapia e não teve jeito de concluir essa ata.

Rosane: de registrar na verdade, né?

Lixinha: Mas então ela foi concluída...

Jorge: Na verdade ela foi concluída, mas como se diz, é uma ata ela venceu o tempo.

Lixinha: Não ata, não se vence tempo, não, registrar você pode registrar qualquer hora, o que importa é o que tá escrito o que foi falado ali, a ata você pode qualquer dia.

Rosane: Parece que tem 30 dias pra ser registrada.

Lixinha: Não, negativo, a ata pode registrar qualquer dia.

Boy: Mas uma ata não precisa ser registrada. Vamos dizer ela é lida na reunião e é assinada. (...) não tem nada de cartório. Pode até ser que essa interpretação seja registro, vamos dizer assim, lido e assinado pelos participantes. (...)

Helio: É que ela tem que ter validade com a assinatura dos presentes

Lixinha: Aí que tá a questão, as questões que foram discutidas sem assinatura não tem validade.

Houve ali um debate acerca da validação inclusive em relação às chamadas e ao quórum mínimo para deliberação. Tal debate além de disputar o conhecimento acerca dos procedimentos rituais formais de procedimentos, ao mesmo tempo, representativos e válidos para uma associação, põe também em concorrência as próprias visões sobre o processo, encarnadas nas disputas de saberes tecnoburocráticos das lideranças. Muitos ali acumulavam experiências nos ritos de Estado, por já terem tido contato com outras experiências associativistas.

Foram 30 minutos de discussão acerca das possibilidades formais, do que se pode ou não pode fazer uma associação, de que forma deve ou não ser legitimada. Discutem os erros que podem ou não ser consertados, configurando-se uma disputa em quem teria maiores conhecimentos acerca dos trâmites burocráticos.

Lixinha: o estatuto foi baseado na AMEX [Associação-mãe da Resex de Canavieiras] porque está funcionando muito bem e que eles estão melhor estruturados que a gente.

O que é uma associação-mãe?

A AMEX – Associação-mãe na Resex de Canavieiras teria sido usada como modelo para Associação-mãe de Cassurubá, por quem as lideranças “extrativistas” tendem a se espelhar. É quase unanimidade a conclusão de que as *comunidades* de Canavieiras estão mais avançadas em termos sociais e políticos que as de Cassurubá, pois as lideranças de Cassurubá, conhecem a luta e as comunidades de Canavieiras por intermédio de seus representantes, apesar de alguns ali já terem visitado Canavieiras algumas vezes.

Voltando à reunião, o debate gira em torno da interpretação dos regulamentos pelas lideranças a partir de sua experiência em outros fóruns e as possibilidades de ação como também na elaboração de uma identidade institucional “extrativista” oferecidas pelos procedimentos situados à margem da regulação.

Jorge: só pra finalizar a respeito do estatuto, a respeito do registro da ata de posse e das outras atas, o artigo 120 da lei 6015 de 1973 diz o seguinte para se registrar, não vou lera aqui porque já conheço, para se registrar uma ata de posse e de eleição, deve se ter o nome da pessoa e classificação. A nossa ata de posse e a de fundação da mesma maneira então os trabalhos da nossa associação começaram de maneira errada. Nós não sabíamos o que a lei manda fazer. Faltou fundamento e respaldo jurídico.

Rubens: não é assim, não, a associação tem uma liberdade, uma autonomia pra fazer algumas coisas, sem fugir da Constituição, dentro de alguns limites a gente pode trabalhar.

Jorge: Bom, foi o tabelião que me falou isso inclusive me passou a lei.

Adalberto: pra fazer tudo isso de novo vai ser complicado, pra fazer essa mobilização toda de novo, então nós precisamos avançar, se o cartório registrou dessa forma, é erro do cartório, mas o primeiro lugar é o povo. A gente tem que dar o passo para a melhoria dos ribeirinhos e esquecer esse negócio que tá errado, porque o erro é do cartório.

Jorge: não estamos aqui pra ver o que pode ser feito com intuito de dar seguimento. O meu medo é de se chegar com um projeto em Brasília com esse estatuto e com a ata de posse, se não vai esbarrar na lei, que aí a gente deixa de acessar um recurso para todas as comunidades por conta de algo que nós podemos fazer diferença aqui hoje.

Jorge então propõe que se faça a leitura da ata da reunião anterior. Rubens diz que há necessidade de averbar algumas lacunas no estatuto principalmente no tocante à representatividade da associação, pergunta quais são as associações que são as *filhas*. Lixinha lembra que ela é associação-mãe dos moradores da Reserva Extrativista do Cassurubá e não das associações.

Rubens: não, ela representa um conjunto de associações, o modelo não é esse, é uma que representa as outras.

Adalberto: ela é feita para fortalecer as outras.

Há intensa discussão acerca do que se entende por associação-mãe, porém o debate cai na questão das técnicas de elaboração de projetos que, por meio da associação-mãe, seria mais viável para implementar projetos e programas com vistas à obtenção de *benefícios*, do que ações pulverizadas nas associações componentes, correndo o risco de sobreposição dessas ações. Somente importou a conceituação da

associação-mãe na medida em que foram disputadas as elaborações das lideranças, talvez por terem entendido que a entidade se configuraria num instrumento eficaz de garantia das políticas públicas e do *benefício*, sem a intermediação de outros agentes “não-extrativistas”.

Boy sugere então que se leia a ata de fundação para dirimir as dúvidas em relação ao conceito de associação-mãe, uma vez que há vozes discordantes no que diz respeito ao papel que a associação-mãe deve desempenhar e sua representatividade.

Hélio: Pelo que entendo, você me desculpe, Jorge, mas parece que nenhum de nós aqui sabe o que é um estatuto. Tá precisando de uma pessoa, um profissional, um cara que entende mesmo o que é o estatuto de uma associação-mãe, que parece que a gente tá conversando e tá uma zoada e não se chega a lugar nenhum. O que tem que se fazer é corrigir esse estatuto, acho que tem um bocado de gente que pode nos ajudar nessa área.

Boy: Se a gente olhar as associações que nós temos em Caravelas a gente sabe as que estão funcionando. Canavieiras tem esse estatuto que nós copiamos, porque que esse estatuto não serve pra nós? Se a gente chegar um dia na posição que está Canavieiras com associação-mãe lá, não precisa mais nada.

Jorge: mas a realidade dessa região, dessa Resex aqui, é a realidade de Canavieiras?

Boy: é mesma coisa, são pescadores, ribeirinhos, é a mesma coisa.

Rubens: a questão de mobilização, de organização, de conscientização é bem diferente.

Lixinha: a realidade é a mesma, o nível de acumulação lá é outro.

Boy: Hoje a nossa dificuldade comparar com eles também não dá pra comparar, mas eles também vieram de lá assim, na dificuldade, chegaram onde estão com esse mesmo estatuto. Se tem que fazer uma emenda, tudo bem, agora escrever o estatuto pra voltar ao cartório, pra anular aquele?

Faz-se então a leitura da ata da reunião anterior e Lixinha discorda do texto redigido, que segundo sua interpretação havia informações equivocadas. Na sua fala, insiste, como em outros momentos dessa reunião e de outras, que sempre se fez presente nas reuniões relativas à Resex. Lixinha serve muitas vezes de elo de comunicação na Resex, por ser a única liderança que tem tudo à sua disposição para participar dos

eventos. Lixinha, além de representante da Ampac e por extensão de Ponta de Areia, trabalha como marinheiro do projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social da Resex de Cassurubá, executado pela Apesca e financiado pelas condicionantes da dragagem do Canal do Tomba. Assim a militância é garantida em parte pelas facilidades que tem que se deslocar, acompanhando todas as mobilizações da Resex, visitando as *ilhas*, conversando com as pessoas, observando a gestão e seus conflitos. Na verdade ele mesmo sente-se parte da gestão, inclusive quando aborda turistas pescando no interior do estuário, como ocorreu no retorno dessa reunião à Caravelas.

Há nessa condição de Lixinha e seus efeitos uma linha fugidia que separa o público do privado. A empresa de celulose utiliza o Canal do Tomba, cuja rota das barcaças fora extraído do desenho original do polígono da Resex. É no recorte do mapa onde se draga, se descarta a lama e onde as barcaças navegam. Para continuar sua atividade, pelos impactos ambientais que promove, a empresa de celulose mantém a licença para dragar, na medida em que disponibiliza, por força de parecer técnico, recursos para as condicionantes ambientais. As condicionantes advém, junto com multas e obrigações de reparação de danos ambientais previstos em lei, de um princípio constitucional, o Poluidor-Pagador. Há, no entanto situações em que o poluidor, paga para poluir, conspurcando a razão de ser do princípio¹⁰⁵.

Porém a empresa também promove aquilo que chama de desenvolvimento social e sustentável, por meio de programas e patrocínios. O recurso das condicionantes que frequentemente são aproveitados pelas Unidades de Conservação, estão disponibilizados para associações e ONGs como o projeto executado pela Apesca. A Apesca, uma associação de classe, tem cadeira no Conselho Deliberativo da Resex, uma UC federal, com procedimentos previstos e uma lógica tecnoburocrática. A execução do projeto ora respeita modos de proceder similares ao do Estado, sob inspiração da institucionalidade da Resex, ora responde às demandas da política socioambiental das empresa de celulose, como também responde às reivindicações dos “extrativistas” quanto às necessidades de estruturação associativista. Os recursos da compensação ambiental circulam por esses meandros, ou em melhores termos, por essas margens (Asad, 2008) cujas chaves de acesso a esses recursos respondem a práticas não prevista

¹⁰⁵ Para o assunto ver FIORILLO, 2000.

em regulamentos que são, muitas vezes, incorporadas nos procedimentos de Estado de um lado, e na organização comunitária de outro.

Para Lixinha a ata não condiz com a realidade, interpretando o passado sobre a falta de espaço dado para a manifestação da voz dos “extrativistas” e Rubens também assim o avalia, corroborando com Lixinha. Rubens lembra o Seminário de Políticas Públicas em que havia significativo número de “extrativistas” e a voz teria sido dada às pessoas e alerta para o formato do seminário que dispôs a manifestação livre das pessoas.

Segue intensa discussão acerca de valores e questões operacionais do processo de mobilização, inclusive circulando recursos do projeto executado pela Apesca e que se poderia utilizar essa rubrica para o deslocamento dos membros da própria associação-mãe para as reuniões ordinárias. Volta-se a carga então o assunto da validação da ata e Boy alerta que hoje o recurso do deslocamento da região foi disponibilizado pelo ICMBio, não foi pelo projeto que não prevê esses gastos e a associação não tem caixa para garantir a realização de reuniões.

Outra questão relevante levantada é o local onde estará sediada a associação-mãe. A título provisório a associação tem endereço na casa do Sr. Ninico, em Nova Viçosa, e o município teria sido escolhido pois boa parte das ações ocorre em Caravelas. Ultimamente, entretanto, muitas reuniões, como o 1º Seminário de Políticas Públicas das Resex da Bahia, tem sido realizadas em Nova Viçosa. Mesmo assim a sede da Resex é em Caravelas o que gera um certo desconforto para as pessoas de Nova Viçosa, pois tende-se, segundo disseram, a dar mais importância ao povo e a localidade de Caravelas. Boy adverte que é preciso ter atenção às coisas que são ditas para que não se faça julgamentos prematuros no que diz respeito ao protagonismo de uma ou outra localidade.

Jorge receia que a associação-mãe fique com o *grupo de Caravelas* e lê parte do estatuto onde reza a competência do Conselho Deliberativo-Normatizador, órgão interno da associação, que tem, entre outras funções, deliberar sobre a aplicação dos recursos obtidos junto às instituições governamentais e não-governamentais. *Se tem um grupo de Caravelas que é de lá, vai querer puxar pra lá.* – explica Lixinha. E aduz que a associação deve mudar essa visão de que Caravelas tem mais peso que Nova Viçosa e que os “extrativistas”, como identidade unívoca na comunicação de sua distintividade

junto às ONGs, ICMBio e empresas, têm de superar a divisão Caravelas/Nova Viçosa. Segundo Boy: *não é motivo de se parar aqui, mas é para se mudar a postura daqui pra frente.*

Rubens ensina:

Acho que vão ter algumas discussões aqui que não vão constar em ata, mas sim o resultado da discussão, as opiniões vão divergir, mas as decisões devem constar.

A importância dada nessa reunião às atas e à legalidade e validade dos procedimentos podem traduzir conflitos internos que são comunicados por outra gramática, na medida em que se disputam saberes e competências ligados às normas de Estado e dos processos de envolvimento das lideranças comunitárias na política da Resex. A aplicação dos recursos é vista como necessária para se garantir o processo de mobilização, mas projeta uma dúvida nas lideranças quanto à sua própria autonomia, na medida em que se veem obrigados a depender de recursos externos, fazendo às vezes de uma ONG. Contudo, é de entendimento de todos que é o próprio Estado quem deve garantir a manutenção do processo, uma vez que ali, os “extrativistas” podem ter muito mais ingerência do que nas políticas ambientais das empresas, como a de celulose, ou em projetos pontuais das ONGs. Por meio do projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social da Resex do Cassurubá, foram disponibilizados 8 mil reais para ajudar na formação da associação-mãe, mas o recurso não é da associação, conforme Lixinha alertou.

Jorge reclama que as informações foram passadas *de boca* e que há muitas questões que se perdem por não estarem escritas. *Na verdade, para toda e qualquer ação institucional tem que ser documentado* – advoga o Jorge. Mas Lixinha diz que na função de articulador *vai atrás das informações* que não tem como ele oferecer esse documento, mas o ICMBio é que tem que dar o papel. E diz: *eu sou associação, eu não sou ICMBio, eu não sou governo, faço questão de estar por perto porque quero saber o que está acontecendo na unidade.* As relações com o ICMBio devem se dar então segundo a lógica da formalidade, mas não são em todos os casos que os fluxos de informação são controlados pelo Estado, mas respeitam outras formas de comunicação, como os privilégios que algumas lideranças alcançam, em relação ao acesso às informações

A AMREC só conseguiu se organizar pelo apoio, a colaboração, segundo Boy, do Projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social da Apesca, mas explica que não tem como fazer a contabilidade da entidade, pois não houve entrada do dinheiro na associação, então, os 8 mil reais não são da associação, mas são executados pela administração do projeto.

Segue uma intensa discussão sobre a inclusão ou não de representação de pescadores de Alcobaça na associação-mãe, pois Jorge entendeu que, por Alcobaça ser citada no decreto e porque parte da lâmina d'água da Unidade ser defronte ao território da divisão político-administrativa de Alcobaça, os pescadores de Alcobaça poderiam em algum momento atravancar projetos que visassem a obtenção de *benefícios*. Lixinha explica que os pescadores de Alcobaça são usuários e não beneficiários, e o próprio cadastro dos beneficiários da Resex não incluiu Alcobaça e por força do conflito de pesca entre pescadores, Alcobaça não deve ser incluída na categoria beneficiário, mas usuários, com direito ao uso limitado por instrumentos de gestão, como o Plano de Manejo ainda a ser elaborado. O caso é que o estatuto da AMREC prevê, a exemplo da de Canavieiras, um Conselho Deliberativo-Normatizador, similar à própria institucionalidade da Resex, como meio de se garantir um processo democrático de maior alcance para a associação, segundo contaram. Segundo Lixinha, o fato de ser ter um conselho dessa natureza, composta também pelas diretorias de associações e de representantes do Conselho Deliberativo da Resex, pode fortalecer as reivindicações dos “extrativistas” frente ao Estado, às ONGs e às empresas.

O debate prossegue fazendo uma avaliação da correlação de forças dos “extrativistas” dentro do Conselho Deliberativo da Resex e as lideranças ali presentes entendem que falta mais organização e articulação interna frente às ONGs, por exemplo, cujos interesses tem tido maior peso na Resex. Reclamam que perderam a oportunidade de executar as ações para elaboração do perfil do extrativista, procedimento que irá determinar os critérios e categorias de beneficiários e usuários da Resex, pois não conquistaram credibilidade e confiança frente às outras instituições por falta de organicidade. Essa discussão revela aspectos importantes do posicionamento político dos “extrativistas” na Resex. As lideranças se consideram capazes de executar esse tipo de ação, mas de certa forma são desacreditadas pelas ONGs e pelo próprio ICMBio na direção de seu próprio protagonismo, que poderia se concretizar, por exemplo, na elaboração das categorias do perfil do beneficiário da Resex. Ademais uma velada

condição de subalternidade se revela uma vez que não podem prescindir da aquiescência dos demais conselheiros da Resex não “extrativistas”, principalmente das ONGs, cujos valores tem tido mais peso nas decisões do Conselho Deliberativo da Resex, conforme avaliam. Ainda uma vez comparam com Canavieiras, da forma de articulação das comunidades que vão às reuniões do Conselho com as pautas devidamente debatidas entre os “extrativistas” e com posicionamento único a ser levado por todos os conselheiros “extrativistas” e prevalece a maioria, uma vez que a composição do Conselho, segundo IN 02/2007, deve observar a maioria de representantes extrativistas e uma vez que se esses *combinassem* um posicionamento único, sua proposição previamente acordada, por lógica matemática, venceria.

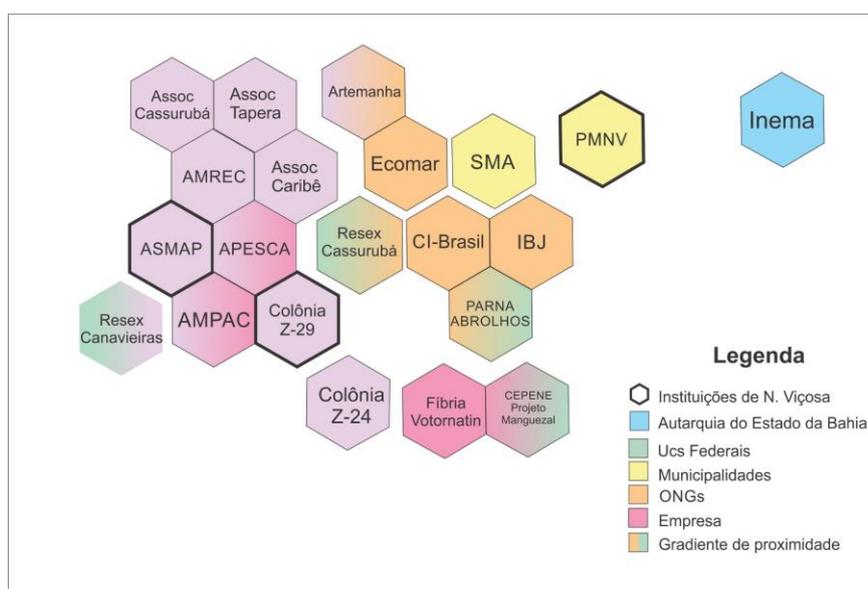


Diagrama 2 – Relação de algumas instituições no Conselho Deliberativo da Resex de Cassurubá e gradientes de proximidade.

O diagrama acima ilustra como as lideranças percebem as diferentes instituições. A proximidade da Resex do Cassurubá hoje com as ONGs é mais intensa do que com as entidades representativas dos “extrativistas”. Todavia têm na interlocução com a Resex de Canavieiras, o modelo de gestão participativa, pois consideram que esta UC está mais próxima do movimento social. O CEPENE/Projeto Manguezal tem ligação estreita com a agroindústria da celulose e não está nem próxima dos “extrativistas”, nem das ONGs.

A prefeitura de Caravelas, por meio da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Caravelas– SMA, encontra-se participando do processo, mas não é vista como agente parceiro dos “extrativistas”. Contudo, em relação à prefeitura de Nova Viçosa, que tem oposição do prefeito, mas não da secretária de Meio Ambiente, a municipalidade de Caravelas está mais próxima da Resex. A CI-Brasil e o IBJ são parceiros históricos e *fecham* nos posicionamentos; são as únicas instituições que dividem uma cadeira no Conselho Deliberativo da Resex com quatro representantes. A Ecomar e CI-Brasil já estiveram bem mais próximas, mas, segundo contam, por conflitos advindos de disputas por projetos e de método de ação, principalmente aquelas advindas de aproximações com as *comunidades* e com o PARNA Abrolhos e Resex, hoje estão mais distantes. O Movimento Cultural Artemanha, suplente da Ecomar no Conselho, tem relação com as ONGs e com as associações de pescadores, produtores rurais e *moradores das ilhas*, mas não é percebida como entidade de representação “extrativista” em si. O Artemanha também é colocado na função de mediação na relação ONGs/Resex – *comunidades*.

A Ampac e Apesca são as entidades que tem mais buscado apoio financeiro da empresa de celulose para garantir a mobilização no interior da Resex. A Apesca, como já vimos, é proponente do Projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social da Resex do Cassurubá, com recursos advindos das condicionantes da dragagem do Canal do Tomba.

As Associações de moradores e da Tapera e da Miringaba, do Cassurubá e do Caribê são consideradas as mais representativas em termos de sua composição tendo membros *moradores da ilhas*, e são as que mais carecem de apoio em termos de recursos humanos, financeiros e estruturais para conseguirem se manter. Não obstante, o histórico e o que objetivou de fato as associações do Cassurubá e Caribê em termos de sua organização e da organização das famílias moradores do Caribê Cima e do Meio, as afastam também dos processos de decisão comunitários. Foram formadas antes da Resex, fomentadas por outras políticas de Estado, tendo a assistência de políticos locais e ganham novo fôlego com a representação “extrativista” na Resex. A mais recente dentre essas entidade, a da Tapera e da Miringaba, vem, por outro lado, sendo percebida como a mais “representativa”, pois mantém a comunicação direta com seus associados e tem buscado o acesso aos *benefícios* evitando as mediações consideradas externas.

A colônia de pescadores Z-24 de Caravelas tem estado ausente nas reuniões da Resex e contam que sua gestão se opõe à UC. No entanto essa oposição é muito mais do seu presidente do que do conjunto dos pescadores de Caravelas. Na verdade, os pescadores dividem-se entre aqueles que compreendem a UC como uma forma de garantir a pesca para o *futuro* e entre aqueles que veem a Resex como forma de *empatar* a sua produção e reprodução social, além de ser apenas mais um instrumento para as ONGs *ganharem mais dinheiro*. Já a Colônia Z-29 de Nova Viçosa tem maior proximidade com a Resex e foi a entidade que fez a proposição para a ampliação do polígono da Resex para proteger o banco camaroneiro, próximo à costa. Ainda assim, fazem inúmeras críticas acerca da condução do ICMBio principalmente aquelas vindas de *cima pra baixo*, como o que descrevo nessa sessão. A entidade também cerra fileiras contra a ASMAP que teria esvaziado o poder de representação da Colônia, na busca pelo seguro-defeso, conforme descrito nos capítulos anteriores desta tese.

A fim de ilustrar o grau de proximidade de algumas instituições, Lixinha recorda uma reunião anterior na qual o representante da CI e do ICMBio criticaram a ausência dos pescadores nos fóruns, *defendendo a empresa* de celulose. Diz que na ocasião explicou que os pescadores não estão vindo pois não acreditam mais na Resex, ou melhor, na liturgia de reuniões intermináveis e com *pouca objetividade*, e adianta que não haverá apoio dos pescadores enquanto o *benefício* não *chegar*.

Lixinha: só estou deixando isso claro pra vocês sentirem como está essa questão de apoio pra gente tentar colocar uma proposta dentro desse projeto de apoio à associação pra gente se estruturar, não tem recurso, nós não temos sócios para pagar mensalidade todo mês pra manter ela em pé. A gente precisa fazer uma proposta para captar recurso pra gente poder andar.

As lideranças ali discutem a falta de recursos da associação-mãe e as formas de captá-lo junto à empresa de celulose aos moldes do financiamento de projetos de ONGs; concluem que essas questões devem ser encaminhadas à próxima reunião do Conselho Deliberativo da Resex.

A estrutura da AMREC

Para a feitura do Regimento Interno da AMREC, o Conselho Deliberativo e Normatizador é que deve redigi-lo, no entanto o presidente da entidade não concorda com sua composição porque há mais representantes de Caravelas no Conselho do que

Nova Viçosa, e teme que os interesses fiquem na mão de *um grupo*, o de Caravelas. O caso é que segundo o estatuto da AMREC, o Conselho Deliberativo e Normatizador tem mais poderes que o próprio presidente e, dessa forma, as instituições de Caravelas estariam melhores representadas. Entretanto os demais membros defendem que se faça nova reunião e que se convidem outras pessoas para compor o Conselho, substituindo Hélio e Rubens que teriam posto sua posição à disposição, pela falta de *confiança*.

Ao final da reunião, o próprio presidente volta atrás na proposta de nova composição do Conselho Deliberativo e Normatizador por entender, a partir do posicionamento dos outros membros, inclusive os de Nova Viçosa, que, além desta proposta pôr em suspeição a *confiança* recíproca das lideranças, afastando pessoas chave da AMREC, seria também retroceder nas decisões já tomadas.

A nós importa pouco o resultado do debate ou se o presidente “perde” ou não com a atual composição do Conselho Deliberativo e Normatizador da AMREC, mas a forma com que foram conduzidos os trabalhos e como resolveram ali as questões indicam que há uma premência em fortalecer a representação “extrativista” no sentido de evitar o exercício da tutela. Na reunião, conforme avaliada posteriormente por alguns membros ali presentes, com quase três horas de duração, apesar de não ter tomado nenhuma resolução concreta que *avançasse*, o fato de terem discutido e resolvido, ao menos provisoriamente, as questões relativas à *confiança* recíproca representou um ganho considerável. Segundo as falas dos meus interlocutores, o presidente já havia manifestado outras vezes o receio de que Caravelas iria *puxar os benefícios* para si. Houve ali, nas discussões, uma equalização das expectativas, pondo a questão principal em foco, que é o fortalecimento das entidades “extrativistas” no Conselho Deliberativo da Resex, e esperam assim poder agir coletivamente no sentido de orientar seu posicionamento enquanto grupo social distinto, o “extrativista”. Nesse sentido é, também, por meio desse debate nessas reuniões que as identidades são elaboradas e comunicadas, a partir do direcionamento da ação dos “extrativistas” a fim de garantir seu protagonismo pessoal e coletivo, pois reconhecem que, mesmo em número superior na composição do Conselho Deliberativo da Resex, ainda carecem de reconhecimento por parte das ONGs e do ICMBio e seu poder de influenciar as decisões da Unidade, ainda são limitados.

A comunicação da diferença e a forma com que lidam com as imposições e mecanismos de dominação da tecnoburocracia, permitem uma análise das formas com que as lideranças vem se apropriando dos ritos, dos saberes e dos procedimentos tecnoburocráticos e do modo com que irrompem barreiras simbólicas, valorizando seus posicionamentos no sentido de influenciar decididamente os destinos e as políticas da Resex.

Gostaria de trazer outra descrição etnográfica de uma reunião do Conselho Deliberativo da Resex, quando este ainda não estava homologado. O que houve foi uma intensa mobilização por parte do ICMBio para o levantamento junto às *comunidades* das instituições e indivíduos que o iriam compor, para que a gestão da UC pudesse ser formalizada. A partir desse, como me disseram, longo e estafante processo, a composição teria sido encaminhada para Brasília para homologação e mesmo depois de um ano a portaria ainda não havia sido publicada instituindo o Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá.

A correlação de forças para a composição do Conselho Deliberativo¹⁰⁶ da Resex do Cassurubá: a gestão participativa como simulacro.

Na reunião de 19 de abril de 2012, um representante da Coordenadoria Regional do ICMBio da região – CR-7, Leonardo Brasil, organiza a reunião, à revelia do chefe da Resex, a fim de incluir o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, autarquia ligada à Secretaria de Meio Ambiente da Bahia – Inema/SEMA.

A reunião se inicia com a apresentação do servidor Leonardo Brasil, coordenador regional do ICMBio, com sede em Porto Seguro e que inicia sua falação esclarecendo que um dos papéis da coordenação é trabalhar na interlocução com os governos municipais, estaduais e federais. Diz que o documento, cujo teor era a proposta de formalização do Conselho, foi encaminhado e analisado pela Diretoria de Gestão Participativa - DGPAC, pela Procuradoria e pelo Gabinete da presidência, todas as três estruturas do ICMBio. Foi ali identificada a ausência do órgão estadual de Meio

¹⁰⁶ Conforme a IN 02/2007 o conceitua no seu art. 2º:

I - Conselho Deliberativo de RESEX ou RDS: o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais;

Ambiente e então as altas esferas do órgão federal Sugeriram que se retomasse o processo de mobilização para que se incluísse o Inema no Conselho Deliberativo, se assim houvesse interesse do próprio órgão. Para referendar a “sugestão”, cita o decreto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC que prevê as representações de Estado das três esferas e diz que o principal argumento era que a esfera estadual estava ausente e, portanto, não haveria interlocução com o governo do estado da Bahia. Revelou ainda que discutiu com uma das lideranças sobre o assunto em Brasília no encontro de “extrativistas” e alertou que o Inema é essencial para se ter uma cadeira no Conselho, solicitando inclusive ajuda dessa liderança para a mobilização e convencimento das outras lideranças “extrativistas” para a questão, adiantando que não poderia garantir a homologação do Conselho Deliberativo se o órgão estadual não fosse incluído.

A palavra então é passada pra Neto que faz uma apresentação sobre o processo de construção do Conselho. Diz que a Resex tem dois públicos distintos: as pessoas que trabalham na pesca marinha, que moram em Nova Viçosa, Barra de Caravelas e Ponta de Areia, os pescadores urbanos e os *moradores das ilhas*, que moram *lá dentro* e que há peculiaridades e desafios para a gestão da Resex. Contrapõe o coordenador em relação à necessidade de incluir o Inema/SEMA¹⁰⁷, por ser da esfera estadual, salientando que a Instrução Normativa que regula e sugere a metodologia para a criação do Conselho foi seguida observando, de forma criteriosa os procedimentos, fato que foi confirmado por boa parte das lideranças “extrativistas” ali presentes. Pondera que o Decreto sugere que se incluía as instituições das diferentes esferas, mas não o obriga, e que, ademais a IN imprime como princípio que se respeite a vontade dos “extrativistas,” *que a voz dos beneficiários deve ser ouvida, deve ser prioridade*. Além disso o chefe da Resex lembra que a Bahia-Pesca e o EBDA, instituições da esfera estadual, foram elencadas pelos “extrativistas” e tem cadeira no Conselho Deliberativo, refutando a fala do coordenador quando este disse que a esfera estadual não estaria representada.

Neto recorda que o longo processo de composição começou em 2009 e que a partir dali houve diversas reuniões e oficinas, em diferentes localidades, incluindo a

¹⁰⁷ De acordo com o sítio eletrônico institucional: “O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) foi criado através da lei nº 12.212 de 4 de maio de 2011, promovendo a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia. O Inema tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima”. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/quem-somos-2/institucional/>. Acesso em Dezembro de 2013.

zona urbana de Caravelas e Nova Viçosa e a zona ribeirinha. Ilustra com fotos a sua apresentação mostrando sempre as reuniões sempre com participação significativa de comunitários, listando as instituições que apoiaram as reuniões, alertando que não foi apenas o ICMBio que realizou os inúmeros eventos e que em todas as reuniões e oficinas foram elaboradas atas e listas de presença, com o intuito de se garantir a legitimidade do processo de construção do Conselho. Ainda, que essas reuniões eram depois avaliadas pelo Grupo de Trabalho de Formação do Conselho, tendo inclusive um intercâmbio com Canavieiras a fim de que os “extrativistas” pudessem observar como se dá a dinâmica em Conselho já constituído e com alguma experiência. A Resex de Canavieiras é tida como *irmão mais velho de Cassurubá*, por ser reconhecida como uma Resex cujo movimento social teria avançado na organização política das comunidades componentes da UC, inclusive, como vimos, o estatuto da Associação-Mãe de Canavieiras teria sido usado como modelo para a Associação-Mãe de Cassurubá.

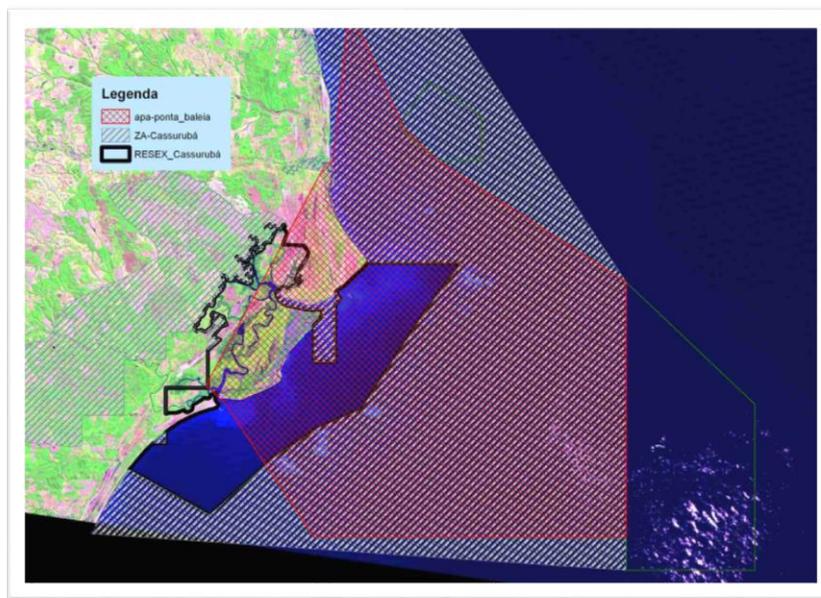
Neto também relembra que foi justamente no dia em que se fez o “mapeamento institucional” na Tapera, soprava o *Vento Sul*, chovia bastante e ainda assim houve uma presença significativa de “extrativistas”. Aduz que em nenhum momento dessas reuniões e oficinas o Inema ou a SEMA foram listadas como instituição próxima dos comunitários, até a Coelba, concessionária de energia elétrica da região, tinha sido elencada dentre as 34 entidades e instituições levantadas. Segundo Neto:

“Eu não tenho o poder de, na minha interpretação, incluir uma instituição que a comunidade não lembrou. Lembrando, o conselho é deliberativo, e o processo deve ser participativo como manda a IN e outras normativas.”

No dia que a Resex completou 2 anos, em um domingo, na Tapera com forte Vento Sul, houve 187 pessoas na Assembleia na qual se decidiu a composição do Conselho e mais uma vez a SEMA/Inema não foram lembradas. O Conselho fora então composto por 27 cadeiras, sendo 14 comunitárias e 13 não comunitárias, conforme reza a IN 02/2007.

Neto afirma que o processo teria sido enviado à Coordenadoria Regional que por sua vez o encaminha ao gabinete da presidência que teria a função de verificar se as normativas foram observadas e por fim encaminhar para a publicação no DOU. No entanto, o processo volta para a Coordenadoria Regional para que se inclua o

Inema/SEMA em função da sobreposição da APA Ponta da Baleia, UC estadual criada em 1993, cuja área se desenha sobre a Resex do Cassurubá.



Mapa 6 – Sobreposição de polígonos Resex Cassurubá/APA Ponta da Baleia. Imagem getilmente cedida pelo ICMBio.

O que mais me incomoda é que não foram critérios técnicos que embasaram a decisão do presidente, mas critérios políticos, são acordos políticos, porque para a criação de Cassurubá tiveram vários imbróglis e que foi e voltou e achavam necessário ter a presença do estado. E eu justifiquei que o estado da Bahia já está representado no Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e na Bahia Pesca, que ambos tem cadeira no Conselho. E mandaram para cá um memorando solicitando que eu incluísse na composição do Conselho a SEMA. E eu disse que não iria incluir a SEMA porque eu segui todo o processual, eu iria contra os comunitários, eu iria contra meu discurso, estaria contra uma assembleia que teve quase 200 pessoas em pleno vento sul eu estaria também contra a Instrução Normativa. Eu não tenho poder de incluir essa instituição e me falaram que eles não iriam assinar se não tivessem a SEMA. Então tem que ver a legalidade disso.”

Eduardo Camargo da CI-Brasil Finalizada a apresentação do chefe da Resex, Leonardo Brasil ensina aos presentes a hierarquias das normatizações para conferir sua

autoridade no tocante aos procedimentos legais, respondendo de forma indireta ao desacordo do chefe da Resex.

Eduardo Camargo da CI-Brasil pondera que o Inema poderia ser incluído na renovação do Conselho, no qual os mandatos dos Conselheiros seria de dois em dois anos. Também lembra que o estado da Bahia foi contrária à Resex e que o governador na época atravancou o processo de implementação da Resex. Segundo ele, o Inema/SEMA jamais teve interesse pelas questões ambientais nas Unidades de Conservação da região e que não se sente à vontade para tomar essa decisão, uma vez que não foi o Conselho, ou as lideranças e instituições escolhidas para compô-lo, mas reuniões comunitárias que envolveram muitas pessoas. Sugere que o Inema/SEMA se faça presente nas ações da Resex, que se mostre interessado em contribuir efetivamente na política ambiental e enfim pleitear a cadeira quando da renovação do Conselho, que estatutariamente, deve ser de dois em dois anos, e não vir de *cima para baixo*. Segundo esse ambientalista, falta respeitar o rito participativo, pois quando as *comunidades* compreenderem que o Inema/SEMA fazem falta, deve-se encaminhar, então, a inclusão do órgão no Conselho Deliberativo da Resex Cassurubá.

Em seguida a palavra é passada para o representante do Inema, responsável pela gestão de Unidades de Conservação, que adverte e pede para que conste em ata que o órgão ambiental ignorava que havia essa problemática quando do convite do ICMBio para que houvesse representantes na reunião em tela, pois não vieram preparados para a discutir essa pauta.

“Estou sabendo disso aqui oficialmente agora, soube em conversas com outras pessoas que esse era o verdadeiro motivo da minha vinda aqui, mas formalmente o Inema não foi comunicado através do ICMBio que essa era a pauta, portanto estou sendo pego de surpresa.” (Leonardo Euler, Inema)

Este técnico apresenta um histórico do sistema ambiental do estado da Bahia e justifica a ausência do Inema, criado em 2011 a partir da fusão de outras autarquias, pela falta de um política definida de gestão unidades de conservação durante a última década. Esclarece que em 2003 é criada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, e então, organiza-se uma Diretoria de Unidades de Conservação, salientando que em 11 anos de existência dessa diretoria já passaram por ali 8 gestores até a data da reunião aqui descrita. Segundo o técnico faltou capacidade operacional para se ter uma

efetiva presença e ações nas unidades de conservação na Bahia. No final de sua fala, o próprio técnico compreende a necessidade do órgão estar mais presente nas reuniões e ações da Resex antes mesmo de pleitear uma cadeira no Conselho.

A reunião prossegue tendo apenas essa pauta como assunto a ser discutido. As diversas manifestações, principalmente das lideranças “extrativistas” condenam o procedimento, salientando o *atropelo* nas decisões que tiveram fundamento a partir do levantamento nas *comunidades*, mais representativas e legítimas que o próprio Conselho.

Em determinado momento do debate, uma das lideranças “extrativistas”, aquela que encontrou-se anteriormente com Leonardo Brasil em Brasília e que já conhecia a resposta o interpela, perguntando se por acaso o Conselho não acatasse a recomendação do ICMBio em incluir o Inema/SEMA se haveria risco do Conselho não ser homologado. Leonardo Brasil diz que não poderia garanti-lo, mas se, ao contrário, o Conselho acatasse a sugestão, a sua homologação ocorreria célere e certa.

A partir dessa fala, que para alguns soou como ameaça, o Conselho divide-se em opiniões e posicionamento, mas boa parte das lideranças “extrativistas” ainda permaneciam resolutos quanto à interferência do ICMBio. Em dado momento, propõe-se que os outros Conselheiros e os demais presentes se ausentem e que as lideranças “extrativistas” formem uma posição para a resolução do impasse. No retorno aos trabalhos, abre-se votação e a inclusão do Inema/SEMA é então referendada.

Após a decisão o chefe da Resex pede a palavra e se diz decepcionado pelo posicionamento das lideranças, pois, com tal decisão, além de terem se submetido a uma imposição do órgão, desrespeitaram o trabalho de mobilização que todos tomaram parte e do próprio cuidado do gestor em seguir o princípio da participação.

Posteriormente tive oportunidade de conversar com algumas lideranças ali presentes para entender o porquê do posicionamento, que eu mesmo tinha criticado na reunião. Lixinha é quem me esclarece:

O Conselho foi bem criterioso, Neto seguiu a Instrução Normativa de cabo a rabo e eu fui em todas as reuniões e é Neto é um cara corretíssimo e por ser um cara correto ele não aceita de maneira alguma, as determinações que vem de cima pra baixo.

Lixinha, como já vimos, tem procurado participar da maioria das discussões dentro e fora da Resex e uma das lideranças mais ativas, não apenas por sua disponibilidade conforme já descrito acima, como também por ter compreendido seu lugar e papel na influência de seus companheiros, colocando-se e sendo reconhecido como um dos principais porta-vozes “extrativistas” da Resex do Cassurubá, nas reuniões da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras Marinhas – Confrem¹⁰⁸ e naquelas organizadas pelo ICMBio para se pensar as políticas para essa categoria de UC. O fortalecimento do movimento das Resex tem tido apoios de ONGs e do Estado, entretanto, cada vez mais a Confrem busca sua autonomia política e financeira com o fito de se colocar na vanguarda na proposição de políticas e de criação de novas UCs.

Por conta desse contato cada vez mais intenso de Lixinha com o movimento local, regional e nacional, sua liderança vem sendo reconhecida, muito mais pela tecnoburocracia que pela própria comunidade de Ponta de Areia que representa. Lobão¹⁰⁹ (2011) analisando o papel das lideranças com o Estado Brasileiro afirma a partir de experiências no Rio de Janeiro, na Bahia e no Pará que o reconhecimento das lideranças para por alguns caracteres. Há alguns tipos de liderança dentre as quais pode-se caracterizá-los como:

É aquele que sabe falar, erra pouco no português, mas nem sempre fala para dentro do grupo. È alguém que fala para fora, para os outros ouvirem, mas não tem poder de movimentar as próprias pessoas as quais representa. Às vexes o representante para fora não é o líder para dentro. (Lobão, p.14, 2011)

Lobão também observa o surgimento das ONGs tendo um certo papel de mediação das decisões governamentais entre aqueles a quem se diz representar. Esta função se amplia para o papel de “facilitar” o acesso de um público mais amplo, no sentido de garantir o rito processual, gramática que têm domínio. No caso das de cunho ambientalista, penso que estas – tendo como base o histórico do movimento na superação epistemológica que determina uma percepção do Mundo Natural “em

¹⁰⁸ Em novembro de 2012 realizou-se o 2º Encontro da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras Marinhas – Confrem, em Arraial do Cabo. Na ocasião foram apresentadas as políticas para as Resex, as experiências das UCs em termos de sua gestão participativa e propostas de unificação de reivindicações únicas com outros movimentos sociais, como a CNS (antiga Conselho Nacional dos Seringueiros)

¹⁰⁹ Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em Reservas Extrativistas. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fabio R.; VEIGA, Felipe B. (org.) Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011

equilíbrio”, uma construção de um sujeito genérico, o Ser Humano – estão também sendo alimentadas por outras concepções que partem de um saber-fazer, “extrativista”, cujos elementos devem necessariamente incorporar, na resolução dos conflitos advindos de posicionamentos coletivos nos conselhos, nas reuniões e nos objetivos de projetos, saberes e práticas que também interagem com aquele território cognitivo e simbólico nominado Meio Ambiente.

Há também algumas reflexões de outras pessoas, meus interlocutores, que defendem o argumento pelo qual as lideranças, por estarem mais próximas à gramática da tecnoburocracia, são ali reconhecidas, somente naquela esfera, como representantes. Porém quanto maior o grau de relação e reciprocidade com as instituições governamentais e não governamentais de Meio Ambiente, tanto maior é seu distanciamento das demandas e anseios da comunidade, pois entende-se, que estão ali defendendo interesses de ONGs, principalmente. Em Cassurubá, há algumas lideranças que são assim identificadas, mas há outras *mais comunitárias* que não se apropriam da mesma forma que aquelas dos termos e gramáticas da tecnoburocracia, mas que por outro lado, a mediação é realizada no sentido de garantir ganhos mais coletivos que pessoais.

Em minhas reflexões, vejo que algumas lideranças carregam aquilo que nos apresentou Lobão como citado acima, porém há também outra dimensão que emerge daquela relação Estado-sociedade civil, que tensiona e complexifica a análise. A comunicação das identidades no interior desses fóruns implicam necessariamente no fluxo constante de saberes e práticas que viajam através das tradições de conhecimento, comunicando-se e disputando poder. No caso de Lixinha, a *consciência* auto-atribuída do seu papel para *dentro* e para *fora* implica em cooperar (no sentido de operar com) em diferentes direções. No trecho a seguir, afirmou ter tido acesso aos *e-mails* trocados pelo ICMBio:

Começou a gerar uns e-mails entre Neto, o coordenador regional e o presidente do ICMBio, os caras querendo fazer reuniões e Neto dizendo que os caras não estão querendo validar o Conselho porque os caras querem incluir a SEMA. Aí eu falei: isso é palhaçada, e quase um ano aí e o Conselho sem validação, a gente tendo que fazer o filtro do cadastro do INCRA, daqui a pouco vem Acordo de Pesca, Plano de Manejo pra gente validar e a gente não vai conseguir fazer nada, as políticas públicas não vão chegar!”

Segundo Lixinha Neto negou-se a atender à solicitação da Coordenadoria Regional em reunir-se somente com as lideranças para se incluir o Inema/SEMA, pois seria passar por cima das decisões tomadas coletivamente com pescadores urbanos e *moradores das ilhas*. Mas Neto disse que seguiu à risca os procedimentos constantes nas normativas e que, de forma participativa, os “extrativistas” teriam elencado as instituições que deveriam ter assento no Conselho Deliberativo. E continua Lixinha:

Aí eu estive em Brasília e estava Daniel Penteado e Leonardo Brasil aí desci o sarrafo, o Conselho nosso tem quase um ano homologado [o pedido de homologação] e até agora vocês não validaram nosso Conselho porque quer empurrar goela abaixo a SEMA, falta de respeito com a gente, uma coisa que a gente não acordou, que a comunidade não identificou a SEMA como órgão importante lá dentro, pra você ver como é a ausência da SEMA lá dentro. Quer dizer que se a gente não incluir a SEMA nada feito pro Conselho, né?

Mesmo com as considerações de Lixinha e percebendo que o servidor, chefe da Resex negara-se a realizar a tal reunião com as lideranças, pois segundo o chefe da UC, teria então que se refazer todo o processo de consulta às *comunidades*, a Coordenação Regional, convida-o a ajudar na mobilização de lideranças “extrativistas” para que se incluísse a autarquia. Antes da reunião ser realizada, Lixinha visita os diversos conselheiros “extrativistas” ponderando a importância da inclusão do Inema para a Resex naquele momento.

A gente sabia que era uma sacanagem que estavam com a gente, que era um desrespeito, que estava vindo de cima pra baixo, porém nesse momento, era necessário incluir pra que a gente conseguisse ter perna pra andar com as ações que estão aí na cara: os Acordos de Pesca, o cadastro do INCRA/ICMBio e outras ações para facilitar a chegada das políticas públicas. Senão a gente ia ficar nesse fogo cruzado, esperando sentado as coisas acontecerem, briga do gestor com ICMBio com ONG e nós aqui sem nada acontecer. Essa era a visão que a gente tinha aqui, a leitura que a gente fez sobre essa questão, por isso que o pessoal levantou o braço.

Apesar da *articulação* de Lixinha com as lideranças “extrativistas”, alguns deles votaram a favor da manutenção da exclusão do Inema, mesmo que isso trouxesse prejuízos ou delongas no acesso às políticas públicas e nas ações da Resex, pois entenderam que se abrisse nesse momento para uma determinação vinda de cima, a construção coletiva, a co-gestão, como costuma conter nos relatórios técnicos e

procedimentos, seria violentada e abriria precedentes para outras ingerências vindouras como me explicaram seu posicionamento as lideranças que se opuseram à imposição da Coordenadoria Regional. De fato, eu estava presente à reunião e ouvimos todos a falação de Leonardo Brasil, representando a Coordenadoria, que se não fosse incluído o Inema, que o Conselho provavelmente não seria validado, o que sou para alguns de meus interlocutores como pura ameaça. Na reunião, os próprios representantes do Inema presentes, ouvindo os argumentos do chefe da Resex e de algumas lideranças – e a também a minha própria intervenção – dispuseram-se a aguardar ainda o amadurecimento da proposta da inclusão da representatividade do órgão ambiental do estado da Bahia para outro momento, quando estivessem mais próximos das *comunidades* em termos de ações concretas na APA Ponta da Baleia. Como vimos, na votação, o Inema acaba sendo incluído no Conselho.

Ao final da reunião, Neto desabafa e se diz frustrado com as lideranças que participaram da intensa mobilização para a composição do Conselho e que estariam indo contra os próprios princípios da Resex do Cassurubá que estão em processo de edificação e consolidação. Mas Lixinha explica:

Posso ser sincero, a minha vontade era dizer não, mas não posso fazer a minha vontade, porque sou representante de uma comunidade que lá dentro lá gritando, que aconteça alguma coisa, que se criou e que aconteça alguma coisa. E aí a gente fica lá levando porrada da comunidade, poxa Lixinha já tem dois anos, por isso não tem como esperar. O pessoal espera que aconteça alguma coisa, melhoria, eles ouvem a questão dos programas de governo, tem aí a Bolsa Verde, a gente cadastrou as famílias na comunidade e o pessoal quer saber pra que que tá dando assinatura, tá cadastrando pra quê?

Em outra direção também discute o poder que as ONGs acabam tendo dentro do Conselho e que isso passou despercebido, o que considera muito mais grave que a ingerência para a inclusão do Inema/SEMA. As ONG CI-Brasil/IBJ parceiros originais do movimento ambientalista em Abrolhos, dividem em titularidade e suplência uma cadeira. Entretanto, há um titular e 3 suplentes: o titular é da CI, seu suplente do IBJ. Mas este também tem um suplente, um técnico da CI que por sua vez tem outro suplente, um técnico do IBJ, garantindo com poucas possibilidades de faltarem os quatro de uma só vez, a representação de seu posicionamento. Segundo algumas lideranças isso passou porque não queriam, naquele momento, nem os “extrativistas” nem o ICMBio, questionar os parceiros que apoiavam com recursos materiais e

humanos para a mobilização/construção da Resex. Entretanto entendem que, nesse caso, sempre terão naquela cadeira alguém ocupando, que pode ser interessante em determinados momentos, mas em muitos outros, não.

A composição do Conselho foi muito bem feita, seguindo a Instrução Normativa, única coisa que fiquei chateado foi a questão da suplência da suplência que é ilegal. Se a CI-Brasil pode ter dois suplentes, porque a Ampac não pode ter? E imagine se todos tiverem suplentes do suplente? Não vai haver conselho. Aí a comunidade tem razão em dizer que as ONGs querem abocanhar. Quando fizemos a composição do Conselho a Ecomar era titular e o Artemanha suplente, a CI-Brasil titular e o IBJ suplente. Isso é garantia de permanecer ali pra sempre.

Lixinha elenca os programas de governo como o Programa Nacional de Agricultura Familiar nas modalidades Pronaf A, Pronaf B, pois a Resex precisa se consolidar institucionalmente antes de acessar essas políticas, porém não deixa de refletir sobre os procedimentos a que são obrigados a aprender a fazer, comunicar e incorporar. Até bem pouco tempo,¹¹⁰ somente por meio de pessoa jurídica um coletivo poderia ser representado em uma Resex. Hoje porém, o princípio da participação e o método participativo permitiu, não sem lutas, que indivíduos devidamente reconhecidos pelos seus pares, pudessem representar e garantir “cadeira” nos fóruns institucionalizados. Ampac entidade que Lixinha representa, por exemplo, é vista como a associação subsidiária de uma ONG “pertencente” a um analista ambiental. O Projeto Manguezal/CEPENE é assim percebido porque é uma instituição pública, de pesquisa, patrocinado pela monocultura de celulose, cujo coordenador carrega o sobrenome de antigos comerciantes, de quem a loja se situava em uma das ruas tidas como principais da cidade de Caravelas. Ex-funcionários e parceiros afirmam que a instituição é comandada a partir de critérios patrimonialistas, na considerável terceirização da chamada “base avançada” do CEPENE, que conta somente com dois servidores estatutários: o coordenador e sua esposa, tendo como exceção um período ou outro no qual algum analista esteve ali lotado, mas sempre temporariamente. A distinção

¹¹⁰ De acordo com a IN 02/2007, que define as normas para a composição do Conselho Deliberativo, de Resex e RDS, a representação das populações tradicionais podem se dar na forma que o art. 8º assim o descreve:

I – representantes de entidades legalmente constituídas pelas populações tradicionais da Unidade;
II – representantes de formas organizativas legitimamente escolhidas pelas populações tradicionais da Unidade;
III – pessoas físicas das populações tradicionais da Unidade legitimamente escolhidas por essas populações;

público/privado no Projeto Manguezal/CEPENE é exemplar para nossa reflexão e nos permite uma narrativa reflexiva do quanto que existe de resíduos de uma relação patrimonialista consuetudinária e persistente que se atualiza hoje mesmo com a modernização das estruturas e procedimentos de Estado com a implantação da Resex.

O Projeto Manguezal/CEPENE também foi a primeira instituição ambiental a voltar os olhos para o manguezal e também a primeira a ter o associativismo como meio de estabelecer a interlocução com as *comunidades, moradores das ilhas* e pescadores, ao invés da Educação Ambiental executada por outras ONGs. A Ampac surge no escopo do projeto de associativismo e Lixinha é hoje seu presidente. A Ampac também é vista como braço do Projeto Manguezal na *comunidade*; é percebida como elo de ligação entre o Projeto Manguezal e a *comunidade*, principalmente os “esquecidos” marisqueiros e ribeirinhos ou como se autoidentificam, *moradores das ilhas*. Lixinha usa a Ampac como credencial para se garantir a sua legitimidade como liderança, até porque foi a própria Ampac quem deu origem, do ponto de vista formal, aos estudos para a criação a Resex. Mas os associados da Ampac não se reúnem, ou não se reúnem por seu intermédio, portanto trata-se de uma associação sem associados, que tem servido, entretanto, para compor, por meio de seu presidente – inicialmente Selmo Serafin na campanha contra a carcinicultura, hoje Lixinha no movimento de consolidação da Resex –, a voz dos “extrativistas”. A par dos passos a serem tomados pela Resex, Lixinha avalia:

A CCDRU que é outra sacanagem do governo para as comunidades porque ela tira a responsabilidade que é do governo e joga nas costas de uma associação e bota a associação pra brigar com fazendeiro. A associação é que tem que se lascar e fazer a divisão do uso ela é que tem que dizer junto com o Conselho como é que vai usar. Ah, Fulano tá usando de forma inadequada, aí é ela é que vai brigar com Fulano. Então são essas coisas que vão estar acontecendo daqui logo, logo.

Lixinha se queixa que seus posicionamentos por vezes não são compreendidos pela *comunidade* e que se deve sempre compreender os pontos de vista das pessoas que não estão a par dos processos. Contudo a tolerância tem limite marcado na sua própria saúde, na relação com a família, por exemplo, é abalada pelo estado emocional da liderança que absorve a incompreensão de seus companheiros.

Mas ainda assim apresenta outros argumentos para manter-se no movimento. Reconhece, como vimos, que houve uma violência por parte da Coordenadoria Regional e outras esferas do ICMBio

A inclusão da SEMA ou do Inema daria pra gente subsídio pra poder fazer ações aqui que nem sempre os interesses das ONGs são os nossos, se a gente tem um órgão do estado da Bahia a gente tem condição de cobrar e às ONGs nós não temos.

Segundo uma outra liderança, o fato das ONGs terem votado pela não inclusão do Inema e a maior parte das lideranças “extrativistas” terem votado a favor, diz respeito à ameaça que a inclusão de uma autarquia estadual poderia representar ao processo de tutela que as ONGs garantem em relação aos “extrativistas”, pois seria mais um agente que ofereceria risco para o poder de barganha que os projetos sócio-ambientais dispõem na sua relação com Estado, financiadores e *comunidade*.

Além disso, outra fala também merece ser destacada que reflete com base em outra percepção acerca do processo de participação. Se o órgão ambiental da Bahia, tendo conquistado uma sede para a APA a partir da distribuição de recursos quando do licenciamento do porto da Aracruz Celulose no início dos anos 2000, não teve fôlego para garantir sua presença na região de Abrolhos, dificilmente conseguirá se manter com as regras que as lideranças “extrativistas” pretendem impingir no Regimento Interno do Conselho.

Tá aqui a sede da Ponta da Baleia se acabando ali e não tem ninguém pra tocar esses caras da SEMA vão vir pra cá? Quando tiver fazendo aí o Plano de manejo determina o tempo de cada um no Conselho, se faltar três reuniões, tá fora, é só a gente colocar isso no regimento interno do Conselho.

Com esses argumentos, as lideranças “extrativistas” entendem que, não obstante o desrespeito, vindo *de cima pra baixo* de imposições de natureza política, pois o que se sobressai é, em última instância a política, já que, de acordo com a observação da reunião, os argumentos técnicos carregam posições políticas, e partícipes dessa arena, as lideranças “extrativistas” logram elaborar respostas eficazes para este tipo de ingerência, manejando as possibilidades oferecidas por aquele lugar no qual as regras ainda não estão dispostas, mas que seguem determinado padrão de procedimento pelo

qual já dominam certos direcionamentos. Desse modo, apropriando-se desse padrão, as lideranças conseguem compor uma agenda que lhes beneficia, ainda que parta de um ressentimento, como o caso descrito acima.

Ainda assim, percebem a necessidade de se ampliar o fluxo de informações e de troca para que a representação, “extrativista”, claro, se amplie,

O Conselho não está tão representativo, foi até bem feita a composição, mas quem tá no Conselho não está tendo a participação efetiva nas discussões. Quando você fala assim: tá representativo? Tá, mas os representantes não tem condição de participar.

As condições para participar envolvem desde questões materiais, como deixar de pescar, de ganhar o dia para se enfurnar em intermináveis reuniões, com regras e ritos diferentes, construindo relações por intermédio do conflito, abrindo e tomando caminhos alternativos na relação com a tecnoburocracia, cujos procedimentos conseguem vez ou outra influenciar, alcançando outras dimensões da vida na escala doméstica. Aí são outras tensões entram em jogo, como a vida familiar, religiosa, comunitária, onde se revela a outra face da mediação, qual seja, a disponibilização do fluxo de saberes acumulados nesses fóruns para aquele que é alvo do *benefício*.

Barth me ajuda a compreender os processos sociais aqui descritos e o papel de alguns indivíduos no sentido de orientar suas ações para a transmissão de conhecimentos e para a própria modelagem cultural.

Em geral os atos são ao mesmo tempo instrumentais, nesse sentido mais restrito, e expressivos, ou seja, mostram a orientação, a condição e a posição do ator (Barth, 2000, p.173)

Não é qualquer ator que consegue carrear o “precipitado” cultural pois também subsiste a contestação daqueles esquemas. As hierarquias e os papéis sociais e a própria habilidade pessoal estão, desse modo, dispostos para a interpretação de outros indivíduos que, podem em determinadas circunstâncias, contestá-los, sem no entanto impedir a propagação desses esquemas culturais comunicados, que se relacionam a registros morais. As tradições de conhecimento também são construídas ali nas reuniões da Resex do Cassurubá, não apenas por meio da mediação de lideranças, mas na medida em que estas direcionam suas ações para a produção de diferenças e alcançam legitimação por meio da interpretação dos eventos, conceituando-os no percurso em

contraste de diferentes cosmogonias, no caso; não há preexistência de uma estrutura social que limita e organiza a ação, mas o sistema se edifica como resultado.

Restam, porém, poucas dúvidas de que, com base apenas nesses determinantes, seria possível prever um baixo grau de ordem, um fluxo permanente tanto no presente quanto nas visões que as pessoas tem do passado, a presença de redes sociais sobrepostas, com fronteiras que se cruzam, e uma capacidade maior daqueles que fazem parte de relações sociais estáveis de concordarem no que diz respeito à interpretação dos atos, sem haver, no entanto qualquer convergência inexorável no sentido da unidade e do compartilhamento da cultura. (Barth, 2000, p.177)

A citação acima me põe a refletir sobre o quanto os próprios processos de negociação nos informam tão pouco acerca dos posicionamentos dos diferentes atores ali na comunicação de sua distintividade. As interações e suas interpretações tensionam o ponto de partida conceitual de se pensar as *comunidades* de Cassurubá como objeto, como “conjunto de ideias compartilhadas postas em ação” (*idem*, p.186). Ao contrário, se é possível problematizar o fluxo de informações e interpretação dos eventos aqui descritos, cuja interpretação em foi oferecida pelos diferentes atores, consigo afastar-me da pressuposição de que aquelas *comunidades* estariam definitivamente fadadas ou a uma condição de subalternidade, numa perspectiva pessimista, ou outra que, de fato, agarram, a partir da implementação da Resex, as rédeas de seu destino em mãos.

5) À guisa de conclusão: o “Perfil Extrativista” e uma identidade concebida “de fora”

Para concluir a presente tese, refaço o percurso que trilhei desde minha primeira inserção no trabalho de campo do mestrado, quando iniciei meu contato nos processos sociais que procurei etnografar nesta tese.

Em convívio com os diversos interlocutores ao longo desses anos, que me fizeram construir uma perspectiva a partir das elaborações nativas acerca das questões ambientais em curso na região, posso agora concluir esta tese com outras perguntas que o estágio atual do processo de implementação da Resex levanta.

No meu último retorno a campo, em setembro de 2013, o ICMBio planejava uma série de oficinas para a elaboração do Perfil Extrativista. Essas oficinas objetivavam levantar e circunscrever os sinais diacríticos dos grupos sociais que compõem a Resex do Cassurubá, para se elaborar um perfil do beneficiário, para que *moradores das ilhas* e pescadores urbanos tivessem enfim acesso as tão propaladas políticas públicas para a categoria “extrativista”.

Particpei das reuniões de planejamento nas quais foram convidadas as lideranças comunitárias que tinham assento no Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá. Ali, o então chefe da Resex esclarecia o que era e para que se destinava o tal levantamento. Para tanto, dois técnicos locais contratados pelo Projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social, executado pela Apesca, com patrocínio da Fíbria/Votorantin conduziram as primeiras oficinas, uma vez que o chefe da Resex teria de se ausentar em função de compromissos com o ICMBio, já agendados.

Em uma dessas reuniões também se esclareceu um outro levantamento que correria em paralelo da elaboração do Perfil Extrativista que conduziria novamente ao cadastramento dos “beneficiários”, em uma ação conjunta entre INCRA/ICMBio. O INCRA já havia estado em campo e muitas pessoas hesitaram em oferecer informações pessoais por imaginarem que seria mais uma das iniciativas similares àquelas em que as informações são apropriadas e não se *retorna nada* em termos concretos, no que diz respeito aos *benefícios*. Na verdade, a apropriação dos caminhos que o tal *benefício* percorre desde aquilo que está previsto nas políticas públicas até chegar ao *beneficiário*, pelas práticas tutelares das organizações governamentais e não- governamentais,

justificam, de certa forma, a desconfiança das famílias de pescadores urbanos e *moradores das ilhas*. Há regras explícitas para o acesso aos benefícios, mas, como vimos, as organizações governamentais e não-governamentais, vez ou outra, se colocam como mediadores, fazendo a ligação entre as políticas de Estado e os “extrativistas”, na busca de controlar os processos sociais na direção de seus interesses. O *benefício* em si, não pode ser considerado um mecanismo de tutela, mas sua apropriação pelas instituições governamentais e não governamentais informa aos “extrativistas” que seu direito pode estar sendo desviado com vistas ou ao reconhecimento de determinadas ONGs como “parceiras”, credencial para atender critérios de possíveis financiadores, ou aos mecanismos tradicionais de exercício de poder, que tem origens em um patrimonialismo ou clientelismo arcaicos. Quer dizer que, não obstante a conquista dos direitos de ordenamento do território que leva em conta as elaborações identitárias daquele grupo categorizado como população tradicional, formas também tradicionais de tutela permanecem e são, de muitas formas, incorporadas nos procedimentos e nas diretrizes do Estado em suas margens, quando aquelas práticas de sujeição permanecem. A operação de poder nesse território delineado a partir da Resex do Cassurubá, torna aquelas famílias sujeitas a um controle rigoroso de suas práticas culturais.

O’Dwyer analisando os grupos étnicos categorizados como “remanescentes de quilombos” do Trombetas no Pará, revela que os postos de vigilância do Ibama estabelecem um controle das práticas culturais daquelas populações. Segundo a autora:

É preciso, portanto, levar em conta a lógica do campo social e político em que as medidas consideradas mais generosas intervêm, como no caso da preservação ambiental. O caráter formal e idealista das medidas pode não combinar, como neste caso, com as condições de sua concretização (O’Dwyer, 2002, p.271)

Antes mesmo da Resex do Cassurubá, a vigilância do Ibama, desde a criação em 1983, do Parque Marinho dos Abrolhos, operou, mesmo fora do perímetro da Unidade de Conservação, nas investidas de indivíduos do órgão, estatutários ou contratados, em direção ao controle de práticas sociais, como mostram os exemplos trazidos nesta tese.

Entretanto a criatividade com que pescadores urbanos e *moradores das Ilhas* respondem a esse controle, tensiona os tais processos de sujeição, permitindo que os chamados “extrativistas” encontrem saídas próprias para evitar a tutela. Em outras

palavras, aquelas práticas de tutela que estão nas margens da diretrizes do Estado e que vem paulatinamente sendo incorporadas nos procedimentos do ICMBio e principalmente das ONGs, sofrem resistência dos grupos sociais ali de Cassurubá, por meio da ação política de suas lideranças e entidades representativas.

O recadastramento ora proposto pela gestão da UC, implica em um novo esforço por parte do ICMBio em alcançar as famílias “beneficiárias” antes mesmo de se elaborar o tal “perfil extrativista”. Enquanto conversava com Antônio Véio em sua casa no Caribê de Cima, sua irmã, passando na trilha em confronte sua casa pergunta de lá se já é pra ir à sede da Resex para realizar o cadastro no INCRA, pois já soube que algumas famílias tiveram direito ao Bolsa Verde. Há então um filtro das iniciativas que chegam para a Resex por parte dos pescadores urbanos e *moradores das ilhas* que diz respeito ao que é considerado importante, do ponto de vista de sua reprodução física e social, e o que pode ser ignorado como, por exemplo, os projetos sociais, como o de Turismo de Base Comunitária, que surgiu ali para os moradores do Caribê de Cima e da Tapera/Miringaba como mais um mecanismo de tutela.

Nas reuniões de planejamento para o recadastramento falou-se em contratação temporária de amostradores e de marinheiros. Isso fez com que as próprias lideranças se interessassem pelo processo e algumas delas depois de uma das reuniões, me perguntaram se haveria algum problema legal em se oferecer para fazer o trabalho, uma vez que do ponto de vista moral ou ético, não havia, para eles, nenhum impedimento.

Segundo um funcionário da prefeitura de Nova Viçosa, o “empoderamento” das lideranças comunitárias é positivo por um lado, pois garante que a fala dos “extrativistas” esteja sendo ouvida, mas ao mesmo tempo as pessoas se imbuem de uma autoridade que pode ser nociva para a condução da Resex, segundo sua concepção de Unidade de Conservação. Na reunião que se aventou a possibilidade de participação das pessoas como contratadas para o recadastramento, essa pessoa discorda dos valores do serviço a ser cobrado que foram nessa reunião negociados entre as lideranças e o ICMBio:

Essas pessoas são muito autônomas, elas se acham! Eu acho errado quanto o guia ia ganhar, porque existe uma lei trabalhista pra isso, aí fica ali discutindo para a pessoa ter uma ilusão de participar, isso são migalhas que eles jogam pra pegar o peixe grande. Esse posicionamento eu acho terrível. As pessoas que estavam nessa

comissão queriam trabalhar, se todo da comissão forem guia ou cadastrador, a comissão não vai reunir. (Carla, prefeitura Nova Viçosa)

Para essa funcionária da prefeitura, os conflitos existentes entre as lideranças comunitárias pode se acirrar ainda mais, na medida em que não há vaga para todos e haveria então uma disputa entre eles para quem seria escolhido ou preterido para esse trabalho. Ao mesmo tempo esses contratos, mesmo temporários, podem também se configurar em uma forma de tutela, uma vez que é por intermédio desses processos que se elencam os critérios para se contratar as pessoas, que nem sempre respondem a princípios da impessoalidade e da racionalidade. Muitas as vezes as pessoas são envolvidas nesses processos por terem uma maior inserção em tal ou qual *comunidade* que a gestão quer se aproximar; ou que respondem a outros critérios como os interesses dos executores de um projeto, principalmente quando se tratam de ONGs ou entidades representativas. Entretanto não se pode acusar a gestão da Resex por esse avanço das formas de relação entre as pessoas em direção aos critérios do Estado, pois na maior parte dos casos há ingerência direta de atores que não são servidores, já que se prevê em Instruções Normativas que a gestão é compartilhada.

Nesse sentido, a gestão da Resex, acaba por se enredar em teias de relações de poder em que ela mesma não tem como evitar, por mais que relativizemos a “personalidade” de tal ou qual servidor. Dito de outra forma, importa pouco se o servidor pende mais ou menos para o binômio que os analistas ambientais comentam de forma irônica, acerca dos dois posicionamentos em relação à gestão das UCs, que os dividem em dois grandes grupos, a saber, os *etnopeople* e os *biolife*. Apesar dessa categorização se edificar em torno de processos à margem do Estado, de uma “brincadeira” entre os analistas ambientais nos seus encontros de capacitação, é essa classificação que os posiciona frente às demandas de gestão do órgão, pois há possibilidades em termos da priorização das ações e das políticas internas, de se pender ou para o lado das “pessoas” ou para o lado do “meio ambiente”, mesmo que a UC seja aquela categorizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação como sendo das mais restritivas, ou de outro lado, das de uso sustentável. E, ainda, mesmo o servidor colocando-se no grupo dos *etnopeople*, por exemplo, não quer dizer que sua atuação irá necessariamente respeitar uma espécie de código tácito de “defesa de uma cultura tradicional”, pois, pelo fato de ser uma categorização que se expressa em termos de uma anedota interna, não há uma previsibilidade dos processos sociais que garantam

a manutenção dos tais modos de vida tradicional e da reprodução física e social das famílias, ao menos no caso da Resex do Cassurubá.

O Perfil Extrativista, “por detrás de muitas máscaras”.

A minha inserção no campo, desde os primeiros momentos em que estabeleci contato com os grupos sociais que são o universo dessa tese, foi sempre tensionada pela forma com que “chego” aos meus interlocutores. Durante o mestrado, havia realizado uma espécie de parceria informal com o CEPENE/Projeto Manguezal que não chegou a termo por razões diversas como escrevi na minha dissertação de mestrado¹¹¹. A partir daí tive que refazer meu próprio caminho, enquanto se avizinhava o processo de licenciamento da fazenda de camarão, que por sua vez aproximou meu contato com as instituições governamentais e não-governamentais e com segmentos dos pescadores urbanos e alguns *moradores das ilhas*. Por me engajar no movimento anti-carcinicultura meus interlocutores mudam, porque muitos daqueles pelos quais estabelecera contato, me viam agora como um agente que teria assumido um *lado*, e não um pesquisador, de olhar afastado, observando os processos sociais, sem “ser contaminado por uma visão militante”, conforme me disse uma vez a esposa de um dignitário do ICMBio, pesquisadora de uma ONG. Ao mesmo tempo, o fato de ter me engajado na luta contra a carcinicultura, abriu-me outras portas e pude estabelecer contato com outros interlocutores, que se aproximaram, justamente pelo meu posicionamento. Também começo a trabalhar como docente em Caravelas e em Teixeira de Freitas, quando já terminado o mestrado, realizava, no tempo que dispunha, consultorias para a CI-Brasil tanto nos processos de mobilização comunitária, quanto nos levantamentos socioculturais de pescadores urbanos de diversos municípios da região e *moradores das ilhas* do complexo estuarino entre Caravelas e Nova Viçosa. Ali também pude estabelecer contato com outros agentes, com outras pessoas— há nesta tese dois importantes interlocutores que foram meus alunos. Passo então de pesquisador a militante, a técnico de uma ONG, a educador. Com o trabalho de campo do doutorado retorno à região como antropólogo e essas “identidades” se misturam e vão construindo

¹¹¹ NICOLAU, *Op. Cit.*, 2006

não apenas o meu olhar sobre os processos sociais a que me debrucei, como também o olhar das pessoas sobre a minha participação durante todo esse tempo.

Por conta dessas inúmeras “máscaras” que se sobrepuseram da minha inserção no campo e a forma com que as pessoas tentavam me qualificar e classificar – pois não era um técnico de ONG, não era um servidor do ICMBio, era alguém que pesquisava, mas que se “envolvia”; era alguém que se podia confiar ou não se podia confiar porque me posicionei contra o “progresso” que viria com a carcinicultura – me colocaram em uma posição de certa forma única entre aquelas pessoas que, de alguma forma, intervêm, por meio da pesquisa, no mundo dos “extrativistas”.

Em função dos espaços que me foram abertos e fechados, na última investida a campo, em setembro de 2013, me foi solicitado pelo então chefe da Resex que contribuísse para o planejamento da elaboração do Perfil Extrativista. Pelo planejamento do ICMBio, realizar-se-ia uma reunião na Colônia de Pescadores de Caravelas, com metodologia específica, que seria mediada pelos dois técnicos do Projeto de Educação Ambiental e Comunicação Social da Resex do Cassurubá, executado pela Apesca, com recursos das condicionantes ambientais da dragagem do Canal do Tomba. Disse ao chefe da Resex à época que gostaria de participar como observador do processo e que depois do levantamento nessa primeira reunião que serviria de modelo para as próximas, poderia expressar então, em momento oportuno, minhas impressões.

O próprio chefe da Resex não pode estar presente, nem o outro servidor lotado na Resex do Cassurubá, que apenas nos ofereceu carona no carro oficial desde a sede da Resex em Ponta de Areia até a Colônia de Pescadores no mesmo distrito. Chegando à Colônia, que é uma casa antiga com um enorme quintal onde se ergue uma espécie de palco, onde as grandes reuniões são realizadas, vimo-nos diante de um grande número de pessoas com muitas mulheres. Havia quase 300 pessoas para a reunião e estranhei a grande concentração de marisqueiras e pescadores urbanos. Quando se inicia a reunião, percebo o porquê de tantas pessoas ali presentes, o que não é comum, principalmente quando esses encontros são provocados pelo pessoal da Resex. O caso é que pescadores urbanos e marisqueiras foram avisados que haveria uma modificação nas datas do defeso do camarão. Conforme me contaram, estariam ali para cerrar fileiras contra o ICMBio se acaso tivesse organizado aquela reunião para informar que haveria mais 15

dias de interrupção da pesca, conforme lhes haviam dito. Não me foi possível precisar de onde teria surgido tal boato, ou nos termos nativos, *fofoca*, mas os pescadores e marisqueiras ali presentes interpelavam os técnicos cobrando um posicionamento do órgão ambiental e questionando a ausência do chefe ou de outro servidor. Na medida em que os técnicos não conseguiam responder aos presentes, solicitaram que eu conduzisse a reunião, em função da minha relação construída com os pescadores urbanos e as marisqueiras.

Os pescadores cobravam os tão propalados *benefícios* que ainda não estavam disponíveis às suas famílias mesmo depois de 3 anos de Resex criada, com a visita do próprio Presidente da República para assinar, em público, o decreto de criação e muitos daqueles que ali estavam não se reconheciam como “extrativistas”.

O INCRA, em 2010, esteve entre as famílias da chamada zona ribeirinha fazendo o cadastramento dos “extrativistas”, numa ação conjunta com o ICMBio. Alguns dos *moradores das ilhas* entretanto não receberam os cadastradores por não terem sido suficientemente informados do porquê daquele novo levantamento e hesitavam ser novamente enredados em novo arдил de instituições governamentais e não governamentais nos projetos sociais propostos que incluem os “extrativistas” como público-alvo, mas que todavia *não saem do papel*, servindo a outros interesses, principalmente das ONGs.

Uma liderança comunitária da Resex que foi candidato a vereador e é presidente de uma das associações “extrativistas” acompanha o cadastramento e garante às famílias que o levantamento era condição para acessar o *benefício*, mas o *benefício não chega* e a desconfiança permanece. Além disso, pescadores urbanos e *moradores das ilhas* desconhecem as regras e os critérios que indicam quem teria ou não direito ao *benefício* e quais seriam, de fato, esses benefícios. O fato é que depois de alguns anos de criada a Resex ainda concretizou o que esperam os “extrativistas”, isto é, a proteção de suas práticas culturais que teria sido dito pelo Presidente da República no dia 5 de junho de 2009 e não a sua vigilância e controle, conforme alguns afirmam que esteja em voga pela Resex. Alguns dos “extrativistas” principalmente aqueles que não participam das reuniões da Resex, não sabem precisar se a delonga no acesso aos tão prometidos *benefícios* é uma *enrolação* própria da burocracia de Estado, que costuma responder muito mais rapidamente às solicitações de empresas, como as de celulose, ou se se trata

definitivamente *pregação de mentira*, artifício atribuído às ONGs e ao Ibama/ICMBio pelo histórico construído de sua atuação principalmente entre pescadores urbanos e *moradores das ilhas*. Um exemplo que invariavelmente aparece quando se referem a essas práticas é quando alguns *moradores das ilhas* lembram que quase todos aqueles chamados marisqueiros fizeram a carteirinha do Projeto Manguezal, pelos anos de 2004 e 2005. A carteirinha da Ampac, com a foto digitalizada de *moradores das ilhas* entidade fundada a partir do subprojeto “Associativismo” do Projeto Manguezal é o documento que iria garantir aos associados o direito a receber o seguro defeso e mais tarde a carteirinha seria a prova para que aqueles trabalhadores tivessem acesso À Previdência Social, pelas dificuldades burocráticas encontradas por aqueles em idade de se aposentar junto ao INSS. Segundo contam, com essa atenção, *todo mundo ficou contente porque todos iriam ter o benefício*. Entretanto, por não se concretizar aquilo que divulgavam na época em que cadastraram as pessoas na associação, o que foi construído pelos *moradores das ilhas* foi que, *por essa associação que eles fizeram, pegaram o povo da região todinha pra criar a Resex. E foi por essa associação que eles fizeram a Resex*, uma vez que foi a provocação da Ampac, com ofício encaminhado ao Ibama, que os estudos para a criação da UC começaram a ser realizados.

Para os *moradores das ilhas* aqueles objetivos poderiam ter sido esclarecidos à época, principalmente em relação à criação da Unidade de Conservação, objetivo que não era declarado nas visitas que recebiam, prometendo os tais *benefícios* como a aposentadoria e o pagamento do seguro defeso em troca do apoio à Resex.

Em relação aos *benefícios* os *moradores das ilhas* também reclamaram que houve um projeto de criação de ostra, também iniciativa do Projeto Manguezal/CEPENE que gerou expectativa entre os “ribeirinhos”, e que no entanto não teve êxito por questões técnicas de cultivo de ostra. A partir do momento em que as pessoas se engajam mais e mais nos negócios da Resex, compreendem que as formas associativistas podem evitar que aquela apropriação dos *benefícios* por parte de instituições governamentais e não governamentais se perpetue. As associações devem, portanto, *mobilizar o povo* para se saber o que se quer, para que não saia da *cabeça de um*, como foi o caso da proposta de criação de ostra que não *gerou de jeito nenhum*, e a própria fábrica de gelo da Ampac, a qual muitos se referem como de propriedade de um servidor do Ibama, que também não funcionou. Nessa concepção, alguns entendem que deveria haver uma *conversa* do Estado mais próxima dos *beneficiários*, sem a

intermediação de ONGs e Estado para que se priorizasse o *benefício*, que a própria comunidade entende ser o mais premente.

O governo, segundo o *povo das ilhas*, principalmente aqueles que lidam com a agricultura deveria também oferecer o seguro para os trabalhadores rurais, pois, como a pesca o seguro é oferecido aos pescadores para que não capturem as espécies que estejam reproduzindo em determinado período, e da mesma forma, durante a estiagem, o trabalhador rural também deveria fazer jus ao seguro, uma vez que também preserva os remanescentes de Mata Atlântica principalmente dentro do estuário. Segundo essa percepção, a especialização das atividades, que em outros tempos *era uma coisa só*, tanto se pescava como se trabalhava na lavoura, como já vimos, promove uma diferenciação que ali não existia, pelo menos entre os *moradores das ilhas*, pois mesmo que haja uma atividade principal desta ou daquela família, seja mariscagem, roça ou pesca, as práticas são consorciadas, que garantem a reprodução física e social das famílias “extrativistas”, principalmente aquelas da chamda “zona ribeirinha”. Nesse raciocínio, o seguro da pesca deveria ser estendido ao trabalhador rural durante a época da estiagem ou como forma de se conter a *coivara* agora, com a atenção de um conservacionismo em função da Resex, passível de severa punição.

Conclui-se que não há reciprocidade entre o controle do Estado e de ONGs pois não há compensação para a interrupção das práticas tradicionais que estão tipificadas nas leis de crimes ambientais pois não há como deixar a floresta recuperar se as outras atividades consorciadas também estão sob essa vigilância. Segundo essa lógica, se vem essa *lei que proíbe*, então *tem que haver o benefício* para compensar, pois entendem que não se pode trabalhar mais, porque *não pode derrubar, não pode desmatar*, não se pode pescar de camboa, não se pode matar o mero. Ao mesmo tempo, os *moradores das ilhas* e pescadores entendem o sentido da preservação e as proibições dela advindas, uma vez que foram inclusive reconhecidos como “população tradicional”, cujas práticas e usos dos bens ambientais garantiram a conservação da biodiversidade local. Contudo esperam que aquelas práticas que estão hoje sob controle, sejam substituídas por outras que as ONGs e o ICMBio poderiam oferecer por meio de técnicas “sustentáveis” de cultivo e captura de peixes e mariscos, mediação a que preferem do que aquela que usa o *benefício* como instrumento para o exercício do poder da tecnoburocracia. Dessa forma, a contratação de técnicos agrícolas com propostas para substituir a *coivara*, ou para garantir o escoamento da produção agrícola e do pescado, em outras palavras, o

fortalecimento de suas próprias atividade, e não a proposição de iniciativas novas e *mágicas*, que pouco tem a ver com seus modos de viver, fazer e criar, como o projeto de produção de ostra, o de turismo de base comunitária que, de certa forma, se assemelham à proposta de carcinicultura, por ser uma iniciativa *de fora*, resguardadas as devidas proporções.

A elaboração do Perfil Extrativista na Resex do Cassurubá

Em dezembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa nº 35 do ICMBio que define as regras para a elaboração do perfil das famílias beneficiárias em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Floretas Nacionais. Essa IN tem servido de base para a elaboração do perfil extrativista em Cassurubá, que, até o momento da redação desta tese ainda não se havia construído. A elaboração do perfil é condição para o reconhecimento da “população tradicional” em UCs a fim de garantir acesso às políticas públicas, e aos *benefícios*.

Na reunião da Associação-Mãe da Resex do Cassurubá, descrita no capítulo anterior, as lideranças ressentiam-se de terem sido excluídas do processo de elaboração do perfil extrativista, prerrogativa da gestão do ICMBio, como órgão executor e responsável por formalizar os procedimentos, a partir da instauração de processo administrativo, obrigando-se a instituir de um grupo de acompanhamento que tem necessariamente que “ter em sua composição o chefe da Unidade de Conservação”, conforme reza o artigo 9º da normativa.

Segundo a IN 35/2013 que trata das diretrizes e procedimentos para a elaboração do perfil extrativista, no seu artigo 4º que define os critérios para a definição da família beneficiária, lê-se em seu inciso que o “auto-reconhecimento e a auto-identificação” são os primeiros dos critérios elencados, assim como a “dependência dos recursos naturais”, a “habitualidade”, “ancestralidade” e a “dependência do território da UC para a reprodução física e social da população”. Entretanto os processos identitários e de territorialização em curso na Resex do Cassurubá, tanto no âmbito da institucionalidade como da própria construção nativa, não tem levado em conta, como vimos durante a tese, a auto identificação e o auto reconhecimento como critério para a se definir os “beneficiários”.

Ademais a própria noção de família, como “unidade básica da sociedade (sic)”, não incorpora os critérios de inclusão e exclusão que estão em jogo na definição nativa dos diferentes grupos sociais que compõem o território da Resex do Cassurubá. Como reconhecer então, o núcleo familiar a partir de elementos elencados na IN como ancestralidade, se há diversas elaborações acerca da origem comum em Casurubá, como vimos? A IN 35/2013 engessa os processos de identificação baseados nos sinais diacríticos que aqueles tão diferentes grupos sociais ou familiares constroem acerca da sua história e de sua identidade. Apesar do referido documento no parágrafo único do artigo 4º salientar que “não há necessidade de atendimento” a todos os critérios elencados, como ancestralidade e habitualidade, como o órgão ambiental poderá desenhar um perfil, para fins de reconhecimento da “população tradicional” com vistas ao acesso a políticas públicas, se a própria composição dos grupos domésticos respeitam a outros critérios que não estão previstos na normativa?

A IN determina, de forma compartimentada, como os grupos sociais de Cassurubá devem se identificar e entre seus princípios, os que estão primeiramente elencados são aqueles que respondem à “conservação da biodiversidade” e a “sustentabilidade ambiental” da UC e não das práticas culturais pelas quais os “extrativistas” de Cassurubá reclamam sua identidade.

Diante do que foi exposto, os processos de territorialização e de elaboração identitária respondem a mecanismos de poder pelos quais os “extrativistas” estão enredados, mas que sofrem um tensionamento na medida em que as diferenças culturais adquirem uma importância, a partir daquilo que os pescadores urbanos e *moradores das ilhas* consideram relevantes e cerram fileiras contra as investidas do ICMBio e das ONGs. As diretrizes e procedimentos, por mais distantes que se apresentem àquele universo que se relacionam aos processos sociais a que me propus a descrever, combinam, ao mesmo tempo, o entrecruzamento de procedimentos inaugurados com a criação da Resex do Cassurubá, um projeto de desenvolvimento que procura levar em conta as formas tradicionais de apropriação de recursos naturais, e formas consuetudinárias de sujeição e dominação de uma população identificada segundo critérios externos a seus modos de fazer, criar e viver.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2007.

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State [1977]. **Journal of historical sociology**, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

ACSELRAD, Henri. **Meio ambiente e justiça—estratégias argumentativas e ação coletiva**. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. PÁDUA, J. A. A Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-40, 2004.

ASAD, Talal. **Introduction In: Genealogies of religion: Discipline and reasons of power in Christianity and Islam**. JHU Press, 1993.

_____. ¿ Dónde están los márgenes del estado? **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 53-62, 2008.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, Tomke. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**, p. 25-67, 2000.

_____. An Anthropology of Knowledge 1. **Current anthropology**, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Editora da UNICAMP, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção**. Estudos Cebrap, v. 21, p. 75-110, 1977.

BULLARD, R. **Enfrentando o Racismo Ambiental no século XXI**. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. PÁDUA, J. A. Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp. 41-68, 2004.

CORDELL, John. **A sea of small boats**. Cultural Survival, 1989.

COUTO, Erminda da Conceição Guerreiro et al. **Camarão sete-barbas na Bahia: aspectos da sua pesca e biologia**. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 263-282, 2013.

DAS, Veena et al. **Critical events**. Cambridge: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Editora Vozes, 2005.

DIAS, Henrique Machado; SOARES, Mario Luiz Gomes; NEFFA, Elza. Conflitos socioambientais: o caso da carcinicultura no complexo estuarino Caravelas-Nova Viçosa/Bahia-Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 111-130, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas** São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos S.; NOGARA, Paulo. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB: CEMAR: USP, 1994.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. **Man**, p. 127-144, 1991.

_____. **Ethnicity and nationalism: Anthropological perspectives**. Pluto Press, 2002.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva 2009.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília: UnB, (s. d. [1958]). (Caderno de Antropologia; 6)

FOUCAUL, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. BIANCO, B. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, p. 227-344, 2009 [1958].

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Niterói, Eduff, 2010.

_____. **Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonização em Reservas Extrativistas**. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fabio R.; VEIGA, Felipe B. (org.) **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EdUFF, 2011.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Vozes, 1995.

_____. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: **Relume Dumará/NuAP/UFRJ**, p. 11-22, 2002.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. Annablume, 1993.

MELLO, Cecília Campello do Amaral, **Política, Meio Ambiente e Arte: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia (2002-2009)**. Tese de Doutorado apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 303 fls., 2010

MUNIZ, Túlio de Souza. **O Ouro do Mar. Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000). Uma narrativa sócio-histórico marítima**– Fortaleza. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará. 132 fls, 2005.

NICOLAU, Omar. **Ambientalismo e Carcinicultura: disputa de “verdades” e conflito social no extremo sul da Bahia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 162 fls., 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Editora FGV, 2002.

_____. **O Papel Social do Antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. **Projeto Modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens**. *No prelo*.

RALILE, Benedito **Monografia Histórica de Caravelas**, Tip. São Miguel, Salvador. 109 fls, 1949.

RALILE, Carlos Benedito et. al. **Relatos históricos de Caravelas**. Caravelas: Fundação Professor Benedito Ralile, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. **BIANCO, B. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global**, p. 375-402, 2009.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. **BIANCO, B. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global**, p. 345-374, 2009.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Ensaio de sociologia**. 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. **Brasília: UnB**, 1999.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1988.

Normativas e Regulamentos

BRASIL, Constituição Federal, artigo 225.

_____. Lei nº 9.985/2000 – Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

_____. Decreto nº 88.218, de 6 de abril de 1983 – que cria o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e estabelece seus limites.

_____. Decreto Presidencial s/nº de 5 de junho de 2009 que cria a Reserva Extrativista do Cassurubá e estabelece seus limites;

_____. Instrução Normativa 2/2007 – Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

_____. Instrução Normativa 3/2007 – Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

_____. Instrução Normativa 29/2012 – Disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal com populações tradicionais.

_____. Instrução Normativa 35/2013 – Disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais

Sítios eletrônicos

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/>. Acesso: janeiro de 2014

FOLHA de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/folha> . Acesso em junho de 2012

JUSBRASIL. Seguro desemprego para catadores de caranguejos. Disponível em: <http://avol.jusbrasil.com.br/politica/8801828/senado-aprova-seguro-desemprego-para-catador-de-caranguejo>. Acesso em janeiro de 2014

Outras fontes

HM Engenharia. *Estudo Ambiental da Aracruz Celulose*, outubro de 2008. *Mimeo*.